

Honra a quem Honra

Expoentes da Maçonaria Brasileira



Volume II

4º Aniversário da AMVBL

Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras

Honra a quem Honra
Expoentes da Maçonaria Brasileira

Volume II
4º aniversário da AMVBL

CMSB
Brasília, 2025

© 2025 por Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras
Todos os direitos reservados.

Organização:

Jonas de Medeiros

Ilustração de capa:

Joel Guimarães de Oliveira

Diagramação:

Jonas de Medeiros

Honra a quem honra – Expoentes da Maçonaria Brasileira
Volume 2 / Jonas de Medeiros (Org.) Brasília: CMSB, 2025.

Formato digital.

ISBN 978-65-01-47186-0

1. Maçonaria 2. Personalidades 3. História.

CDD: 366.1

CDU: 061.25

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a permissão do detentor dos direitos. Nenhuma parte desta obra pode ser disponibilizada eletronicamente, em qualquer formato ou meio, sem a permissão do mesmo.



QUADRO DE MEMBROS DA AMVBL

CAD	ACADÊMICO	PATRONO	QUALIDADE
01	Paulo Benevenuto Tupan	Lauro Nina Sodré da Silva	FUNDADOR
02	Kennyho Mahmud Ismail	Montezuma	FUNDADOR
03	Antonio Juliano Breyner	Luís Gonzaga Pinto da Gama	FUNDADOR
04	Izautionio da Silva Machado Jr.	Nicola Aslan	FUNDADOR
05	Eleutério N. da Conceição	Jerônimo Francisco Coelho	FUNDADOR
06	Amílcar Alabarce Mathias	Zé Rodrix	FUNDADOR
07	Alexandre Gomes Galindo	Joaquim Nabuco	FUNDADOR
08	Joel Guimarães de Oliveira	Jerônimo Borges Filho	EFETIVO
09	Rafhael Guimarães de Freitas	Antônio Carlos de Andrada	EFETIVO
10	Jonilson Silva Bogéa	Castro Alves	EFETIVO
11	João Guilherme da C. Ribeiro	Kurt Prober	EFETIVO
12	Márcio dos Santos Gomes	José Bonifácio	EFETIVO
13	Luiz Gonzaga da Rocha	Manoel Arão de O. Campos	EFETIVO
14	Evangelista Mota Nascimento	Alvimar de Oliveira Brauna	EFETIVO
15	Jorge Luiz Berardi	Dario Vellozo	EFETIVO
16	Cassiano Teixeira de Moraes	Quintino Bocaiuva	EFETIVO
17	Sebastião Joaquim L. Bonfim	Joaquim Gonçalves Ledo	EFETIVO
18	Aldino Brasil de Souza	Mario Behring	EFETIVO
19	Denizart Silveira Filho	José de Souza Marques	EFETIVO
20	Walter Celso de Lima	Manoel José de S.França	EFETIVO
21	Gustavo Vernaschi Patuto	Hipólito José da Costa	EFETIVO
22	Vanderlei Coelho dos Santos	Ruy Barbosa de Oliveira	EFETIVO
23	Ademar Valsechi	Manoel Gomes	EFETIVO
24	Almir Sant'Anna Cruz	Barão do Rio Branco	EFETIVO
25	Oduvaldo Álvaro	Raimundo Rodrigues	EFETIVO
26	Ailton Elisiário de Souza	Alberto Mansur	EFETIVO
27	Michael Winetzki	Benjamin Constant	EFETIVO
28	Walter de Oliveira Bariani	Oswaldo Ortega	EFETIVO
29	Aleksandar Jovanovic	José Castellani	EFETIVO
30	Antônio Teixeira de Medeiros	Armando de Lima Fagundes	EFETIVO
31	Luiz Vitorio Cichoski	Octacílio Schüller Sobrinho	EFETIVO
32	Carlos Brasília Conte	José Ebram	EFETIVO
33	Enio Carvalho	Antônio Carlos Gomes	EFETIVO
34	Francisco Feitosa da Fonseca	Benjamin de Almeida Sodré	EFETIVO
35	Bento Adriano M. Duailibi	Bento Gonçalves	EFETIVO
36	Ernesto Quissak	Rodrigues Alves	EFETIVO
37	José Ailton de Carvalho	Sátiro Dias	EFETIVO

CAD	ACADÊMICO	PATRONO	QUALIDADE
38	Carlos Newton De Souza Pinto	Miguel Seabra Fagundes	EFETIVO
39	Jonas De Medeiros	Dr. Ottokar Doerffel	EFETIVO
40	Mauro Leray Costa	Fernando Matos Marques	EFETIVO
41	Marco Antônio Piva De Lima	Evaristo Da Veiga	EFETIVO
42	Elias Rocha Gonçalves	José Florentino Salles	EFETIVO
43	Roberto Zardo	Lauro Severiano Müller	EFETIVO
44	Ivan Antônio Pinheiro	Walnyr Goulart Jacques	EFETIVO
45	José Gabriel P. Baeta Da Costa	Artur Silveira De Motta	EFETIVO
46	Valdir Anderson Silvério	Januário Da Cunha Barbosa	EFETIVO
47	Domingos Léo Monteiro	Edson Martuceli Monteiro	EFETIVO
48	Adilson Zotovici	Francisco Rorato	EFETIVO
49	Francisco Paulo Trautwein	Breno Trautwen	EFETIVO
50	Fuad Haddad	Xico Trolha	EFETIVO
51	Jorge Antônio Vieira Gonçalves	Manuel De Arruda Câmara	EFETIVO
52	Claudio Alvim Zanini Pinter	José Müller	EFETIVO
53	Mario Cristino B. Vasconcelos	Domingos José Martins	EFETIVO
54	André Luiz Naves Silva Ferraz	Cláudio Manoel Da Costa	EFETIVO
55	Luis Filipi Batista Cardozo	Mário S. Cordeiro De Verçosa	EFETIVO
56	Leonardo Diego De O. Elias	Duque De Caxias	EFETIVO
57	Tiago Rafael Dos Santos Alves		EFETIVO
58	Ednilson Ferreira Da Silva	José Do Patrocínio	EFETIVO
59	Lourival Da Cunha Souza	Olavo Bilac	EFETIVO
60	Alexandre Lopes Fortes	Simplicio Dias Da Silva	EFETIVO
61	Cledson Cardoso	Luís Antônio De V. Da Silva	EFETIVO
62	Flávio André Mota De Araújo	Cipriano José B. De Almeida	EFETIVO
63	Kleber De Toledo Siqueira	Francisco Mello Siqueira	EFETIVO
64	Paulo Luciano Bastos Botelho	Jorge Teixeira De Oliveira	EFETIVO
65	Pedro Sobrinho R. De Brito	Luiz Conzaga Do Nascimento	EFETIVO
66	Mauro Ferreira	Jorge Buarque Lira	EFETIVO
67	Celso Ricardo De Almeida	D.Pedro I	EFETIVO
68	Paulo Roberto Pinto	Miguel C. Du Pin E Almeida	EFETIVO
69	Sidnei Baumann	Floriano Vieira Peixoto	EFETIVO
70	Carlos Roberto Pakuczewsky	Ambrósio Peters	EFETIVO
71	Lucas do Couto Santana	Irineu Evangelista de Sousa	EFETIVO
72	Alveriano de Santana Dias	Manuel Ferraz de Campos Salles	EFETIVO
73	Aurélio de Lacerda Badaró	José Maria da Silva Paranhos	EFETIVO

SUMÁRIO

QUADRO DE MEMBROS DA AMVBL	4
SUMÁRIO	6
PREFÁCIO.....	8
01 - ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA	10
02 - MANOEL ARÃO DE OLIVEIRA CAMPOS.....	22
03 - DR. OTTOKAR DOERFFEL	34
04 - EVARISTO FERREIRA DA VEIGA E BARROS	43
05 - WALNYR GOULART JACQUES	54
06 - CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA	80
07 - EDSON MARTUCELI MONTEIRO	91
08 - FRANCISCO RORATO	94
09 - BRENO TRAUTWEIN	101
10 - JOSÉ MÜLLER	112
11 - DOMINGOS JOSÉ MARTINS	116
12 - MÁRIO SILVIO CORDEIRO DE VERÇOSA	126
13 - DUQUE DE CAXIAS	137
14 - OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC	139
15 - SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA	152
16 - LUÍS ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA.....	158
17 - LUIZ GONZAGA	170
18 - JORGE BUARQUE LYRA	180
19 - DOM PEDRO I	183
20 - MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA	202

21 - FLORIANO VIEIRA PEIXOTO	214
22 - AMBRÓSIO PETERS	224
23 - JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS	239
24 - IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA	270
25 - MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES	276

PREFÁCIO

É papel das Academias Literárias reconhecer a dedicação e o labor às letras dos seus membros, dedicados à disseminação de conhecimento, e de perpetuar o legado e a memória daqueles que, no passado, deixaram marcas na história com as suas obras.

A tradição desde a Academia Francesa, que inspirou a Academia Brasileira de Letras, mãe de todos os sodalícios deste tipo no país, é nomear as cadeiras com os destacados intelectuais cujas obras moldaram a cultura da nação.

A nossa Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras segue o mesmo modelo e cada uma das 73 cadeiras atuais recebe o nome de um maçom, cujo trabalho de alguma forma moldou e enriqueceu a cultura maçônica no Brasil.

Na primeira gestão desta Academia, com os acadêmicos que faziam parte na época, foi publicado o primeiro volume do e-book Honra a quem Honra, com os panegíricos em homenagem ao patrono de suas cadeiras. Agora, revisto pelo Confrade Jonas de Medeiros, estamos apresentando a segunda edição.

Uma vez que o quadro foi acrescido de novos confrades estamos apresentando o segundo volume do e-book, com as biografias em homenagem aos patronos dos acadêmicos mais recentes, também organizado pelo nosso Confrade editor Jonas de Medeiros.

O intento não é apenas prestar homenagem aos maçons que no passado se dedicaram a construir a vasta obra da qual hoje nos orgulhamos, mas para que suas vidas sirvam de inspiração e exemplo para cada um de nós, que dedicamos nosso trabalho a valorizar e enriquecer a nossa Sublime Ordem.

É mais uma realização da atual diretoria desta Academia, que busca prosseguir o excelente trabalho que nos foi legado por nossos antecessores.

Michael Winetzki
Presidente da AMVBL

01 - ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA

Confrade Rafael Guimarães
Cadeira Nº 9



(1773-1845)

INTRODUÇÃO

A Maçonaria, ao florescer no Brasil, no final do século XVIII, em apenas 25 anos alcançou seu intuito idealista inicial, de participar ativamente da independência do país, tendo promovido o “Dia do Fico”, a convocação da constituinte, e a iniciação maçônica de Dom Pedro I, que chegou a ser Grão-Mestre. Mas a atuação das lideranças maçônicas no período inicial do Brasil não parou por aí, alcançando também a abolição da escravatura, a proclamação da República e toda a coalização à frente da República Velha, inclusive proclamada por um maçom, o Marechal Deodoro da Fonseca, o qual tratou de criar uma

equipe composta apenas de ministros maçons, e que, dos 12 presidentes da chamada Primeira República, oito eram maçons (ISMAIL, 2017. MOREL, 2008. GOMES, 2010).

No entanto, por trás de alguns desses eventos históricos, há figuras fundamentais cujo legado é inseparável da influência maçônica, da qual vale mencionar dois grandes exemplos por vezes esquecidos da historiografia. O primeiro deles, foi Domingos José Martins, que carregou os ideais liberais proliferados no continente europeu e lutou incansavelmente pela independência do Brasil, culminando em seu martírio, morto por tropas portuguesas na Bahia, tornando-se um importante ícone e mártir no Estado do Espírito Santo, dando nome a uma cidade interiorana e importantes distinções cívicas meritórias ostentam o seu nome Brasil afora (MOREL, 2008).

O segundo exemplo foi o biografado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, cujo compromisso com os ideais liberais o levou a desempenhar papéis cruciais na revolução pernambucana, na independência do Brasil, na primeira constituinte e no movimento em favor da maioria de Dom Pedro II.

Essas figuras, dentre tantas outras, destacam-se como testemunhas do impacto da Instituição Maçônica em seus membros e destes na história política do Brasil. Nos bastidores das lojas maçônicas, debates cruciais moldaram o curso da história brasileira, desde a discussão de manifestos de independência até os detalhes da aclamação de líderes políticos.

Naquela época, boa parte dos intelectuais brasileiros quando retornavam dos seus estudos na Europa ou dos Estados Unidos, traziam consigo a iniciativa de fundar e desenvolver no Brasil os ideais liberais da Maçonaria por meio de lojas maçônicas:

“[Muitos estudantes] iniciaram na maçonaria europeia e, ao retornarem ao Brasil, fundaram lojas maçônicas, principalmente no Rio de Janeiro, Minas

Gerais e Pernambuco, as quais ‘se transformaram em espaços de crescente efervescência maçônica’. A partir daí, Laurentino Gomes credita à maçonaria o pioneirismo na chegada das ideias revolucionárias ao Brasil” (ISMAIL, 2017, p. 32).

ORIGENS E FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO

Para muitos pesquisadores, dentre os três irmãos Andrada (José Bonifácio e Martim Francisco) foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845) o menos explorado pela historiografia do Brasil, este reconhecido pela sua sagacidade, extroversão, atuação parlamentar enérgica e exímia oratória, engendrando discursos ousados, especialmente aqueles proferidos na Assembleia Constituinte em 1823, bem como pelas proativas lideranças exercidas na revolução pernambucana e no “movimento da maioria” que levou ao trono D. Pedro II e deflagrou o Segundo Reinado em 1840 (MOREL e SOUZA 2008 p. 66 - colchete).

Para o douto historiador Raymundo Faoro, em seu *magnus opum* “Os Donos do Poder”, Antônio Carlos de Andrada foi:

“um homem avulta, embora nunca reconheça sua participação no governo (...) cujo verbo ecoará nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte, este Andrada ganha fisionomia na História do Brasil” (2012).

Na esteira das características apregoadas, vale lembrar que este biografado pertencia a aristocracia brasileira. Assim como seus dois mencionados irmãos, nasceu em Santos, litoral da então Capitania de São Paulo, em 1773.

Descendente de uma antiga família portuguesa do Minho e de Trás-os-Montes, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845) emergiu de uma linhagem marcada pela administração

colonial e pela acumulação de riqueza através do comércio e da propriedade de terras. Seu avô, o coronel José Ribeiro de Andrada, desempenhou um papel proeminente na administração colonial, enquanto seu pai, Bonifácio José Ribeiro de Andrada, consolidou a fortuna da família através de negócios comerciais e propriedades. Este contexto familiar de sucesso e influência preparou o terreno para a ascensão de Antônio Carlos na sociedade colonial brasileira, destacando-se como um dos principais personagens da história do país (VARELA, 2017).

Embora mais ignorado ainda da historiografia maçônica, especialmente pelo ofuscamento da figura pública maior de seu irmão e patriarca da independência, José Bonifácio (1763-1838), nosso biografado teve incontroversas participações na construção nacional e da própria Maçonaria Brasileira, seja ao lado do patriarca da Independência, seja por própria iniciativa como na revolução pernambucana, nos calorosos debates da Constituinte de 1823 e no movimento em favor da maioria de Dom Pedro II.

Após estudar brevemente em São Paulo, seguiu em 1790 o mesmo destino dos irmãos Andrada de estudarem na Universidade de Coimbra, como era comum aos jovens da elite colonial. Foi nessa oportunidade que absorveu os ideais iluministas que imperavam no continente europeu, embalados pelas revoluções americana e francesa, produzindo no brasileiro recém formado as ideias de contestação do poder político monárquico, bem como fornecendo extenso contato com os membros da elite metropolitana a qual dividiam os mesmos espaços acadêmicos (MOREL e SOUZA, 2008, p. 66-67).

O INÍCIO DA TRAJETÓRIA E A SUA LIDERANÇA MAÇÔNICA

Vale contextualizar que nesse período governava em terras portuguesas o Marquês de Pombal, reconhecido por implementar um despotismo esclarecido de viés ibérico em diversas áreas, dentre elas a educação (laicismo) e a modernização do aparelho burocrático (racionalismo administrativo) (VARELA, 2017).

Antônio Carlos, assim como seus irmãos, seguiria os passos de outros intelectuais, sendo iniciado na maçonaria lusitana, um espaço aberto para atomizar os ideais reformistas iluministas (MOREL e SOUZA 2008 p. 66-75).

Em 1800, retorna definitivamente ao Brasil, já formado em direito e maçom, dedicou-se a cargos públicos, em especial à magistratura, chegando ao posto de desembargador na Bahia e posteriormente em São Paulo em 1811 (VARELA, 2017).

A instalação do Grande Oriente do Brasil em 1809, na cidade de Salvador, agrupando lideranças maçônicas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, contou com a participação de Antônio Carlos que esteve à frente como liderança maçônica constituída (MOREL e SOUZA 2008 p. 66-75). A propósito, em 1812 foi membro da Loja “Distintiva”, sediada na freguesia de São Gonçalo, em Niterói, corpo maçônico denunciado e atacado a mando do príncipe regente Dom João, o que denota à época o conturbado envolvimento de Antônio Carlos com a Corte Portuguesa (BARATA, 2006).

Não tardou para que, em 1815, Andrada Machado fosse transferido de forma definitiva para Pernambuco na condição de Ouvidor Público, não tardou para que o mesmo se aproximasse da população e lideranças pernambucanas, colocando-o em evidência em 1817 quando da deflagração da revolução pernambucana da qual figurou entre seus principais líderes revolucionários.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Acabou sofrendo as represálias políticas desencadeadas por sua liderança no mencionado movimento revoltoso, o que aliado as antipatias políticas com a Coroa, levou seu encarceramento por quatro anos (VARELA, 2017).

A partir deste momento, inegável que Antônio Carlos, ou como o

próprio assinava à época “Andrada Machado”, assumiria uma posição de destaque no efervescente cenário político do Brasil, desempenhando um papel especial nos principais debates em torno da independência.

No ano de 1820 iniciou-se em Portugal o Movimento constitucional do Porto, também conhecido movimento vintista, propondo desde reformas liberais até o retorno do Rei Dom João e o restabelecimento de Portugal perante suas colônias ultramaras.

Não por acaso, no futuro Andrada Machado defenderia a premente intensão de ver um Brasil mais próximo à Portugal, advertindo que as forças portuguesas durarão muito pouco no continente americano se desprezada a igualdade de representação dos reinos no parlamento português. O tempo mostrou que a percepção do biografado estava correta (FAORO, 2012, p.313-314).

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823

Realça-se dois grandes projetos políticos conduzidos paralelamente pelos irmãos Andrada. O primeiro, a criação da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, conhecida como “Apostolado”, em 2 de junho de 1822. Não por acaso, seu primeiro Grão-Mestre foi o próprio Andrada Machado (MOREL e SOUZA, 2008 p. 66-75).

O segundo projeto paralelo de destaque, reverberando o nacionalismo e liberalismo que efervesciam à época, foi o periódico “O Tamoio”, em 1823, da qual seria uma das principais vozes críticas ao governo imperial. Tal oposição encontraria eco, como veremos, nas futuras eleições de 1838, da qual Antônio Carlos foi eleito deputado geral em São Paulo (VARELA, 2017).

Frisa-se que a Constituinte de 1823 tinha diante de si uma miríade de modelos institucionais para inspiração na criação da primeira constituição brasileira. Ao norte, reluzia o sistema republicano federativo dos Estados Unidos da América, enquanto na Europa tanto a república parlamentarista quanto o modelo clássico inglês de

monarquia parlamentarista figuravam como referências.

Os dias que antecederam a redação final do documento foram marcados por um caldeirão de agitação e tensão. A relação entre os parlamentares e o imperador era, por si só, volátil e dúbia, pois ambos almejavam desfechos distintos para a estrutura do Estado nacional. Enquanto D. Pedro I defendia um poder centralizado, coeso com os ideais da independência e coesão nacional, os membros da Assembleia Constituinte, muitos dos quais veteranos dos tumultos de 1817, aspiravam a um Estado liberal, regido por uma monarquia constitucional que garantisse direitos individuais e limitasse o arbítrio dos governantes (FAUSTO, 2007).

Antônio Carlos desempenhou um papel fundamental na Assembleia Constituinte de 1823, onde demonstrou sua habilidade oratória e sua determinação na defesa da liberdade e da democracia. Seu discurso inflamado em prol da independência dos constituintes ecoou nas paredes do incipiente parlamento brasileiro, destacando-o como uma das vozes mais importantes do processo constitucional, foi o próprio que relatou o anteprojeto, apresentado aos demais deputados. No entanto, sua postura firme e sua defesa intransigente dos princípios democráticos levaram à sua expulsão da Assembleia e seu subsequente exílio (VARELA, 2017).

José Bonifácio de Andrada e Silva emergiu como uma figura central nesse embate entre a Constituinte e o imperador. Reverenciado como o patriarca da independência, viu-se envolvido nos debates constitucionais, o que culminou em sua destituição do cargo de ministro do reino. Ao lado de seus irmãos, Antônio e Martim, ele se viu forçado a assumir uma posição de oposição ao imperador.

Dentre os constituintes, foi Antônio Carlos o maior defensor da autonomia e independência dos parlamentares, sustentando energicamente em

“não admitir, pois, restrições à liberdade de imprensa, digo ao governo que a falta de

tranquilidade procede da tropa e não do povo, que a Assembleia não se acha em plena liberdade, como é indispensável para deliberar, o que só poderá conseguir-se removendo a tropa para maior distância” (VILLA, 2011, p.14-15).

De nada adiantou seu protesto.

A NOITE DA AGONIA, O EXÍLIO E A MORTE

Naquela época, pairava sobre os observadores o temor dos desdobramentos dos movimentos políticos na América espanhola, onde contestações semelhantes haviam resultado em fragmentação e instabilidade muito antes da conquista da independência.

A dissolução da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, com o apoio das forças militares, representou um ponto de virada. D. Pedro I assumiu a dianteira na elaboração de uma carta magna para a nação, resultando na primeira constituição brasileira, datada tardiamente em 25 de março de 1824. Esse processo, marcado por conflitos e pela demonstração de força do imperador, deixou uma marca indelével nos anais da história nacional.

Na calada da noite, em 12 de novembro de 1823, o Rio de Janeiro testemunhou um dos episódios mais marcantes de sua história: a Noite da Agonia. Após a Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, os ânimos na então jovem nação não encontraram descanso. Um turbilhão político fervilhava, alimentado não apenas pelo anseio de autonomia da elite dirigente, mas também pelas contendas sobre o curso que o país recém-liberto deveria tomar (FAUSTO, 2007).

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva embarcou para a Europa em 1823, para cumprir seu exílio ao lado dos irmãos José Bonifácio e Martim Francisco de Andrada, como consequência da oposição política no curso da referida Constituinte.

Durante seu exílio, Antônio Carlos permaneceu em Portugal e na França, onde se envolveu em atividades políticas e intelectuais, a qual manteve contato com outros exilados políticos brasileiros, participou de debates sobre os rumos políticos do Brasil e buscou aprimorar suas ideias constitucionais. Sua estadia na Europa também proporcionou a oportunidade de manter-se atualizado sobre os acontecimentos políticos e intelectuais do continente europeu, além de estabelecer contatos com figuras influentes (VARELA, 2017).

Em 1832, Antônio Carlos foi nomeado ministro plenipotenciário do Brasil em Londres, mas recusou o cargo. Durante esse período, ele liderou o “movimento da maioria”, que clamava pela ascensão de D. Pedro II ao trono. Em 1840, já como Deputado pelo Estado de São Paulo, apresentou um projeto na Câmara para declarar o Imperador maior de idade, contribuindo para o início do Segundo Reinado, vindo a falecer cinco anos mais tarde enquanto ocupava o cargo de Senador.

Seus restos mortais repousam ao lado dos de seus irmãos no "Panteão dos Andradas", em Santos, Estado de São Paulo, perpetuando a memória de sua trajetória política e contribuição para o Brasil. (VARELA, 2017; MOREL e SOUZA, 2008, p. 6675).

CONCLUSÕES SOBRE O BIOGRAFADO

A trajetória de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva é um testemunho eloquente do papel determinante que figuras comprometidas com os ideais maçônicos desempenharam na história política do Brasil, bem como essas mesmas lideranças maçônicas passaram despercebidas por boa parte da historiografia brasileira.

Sua liderança na Maçonaria, juntamente com seus irmãos José Bonifácio e Martim Francisco, foi marcada por um engajamento incansável na luta pela independência e defesa do Brasil e na promoção de ideais democráticos.

O biografado foi uma das principais vozes na Assembleia

Constituinte de 1823, defendendo com fervor a liberdade e a autonomia parlamentar, mesmo diante da oposição e do subsequente exílio ao lado de seus irmãos.

Antônio Carlos deixou um legado duradouro nas histórias do Brasil e da Maçonaria, tanto como defensor dos princípios democráticos quanto como líder maçônico, sendo que sua morte em 1845 não obscureceu sua importância e liderança por mais de duas décadas no principal momento emancipatório da política nacional, conservada até os dias de hoje, seja por pesquisadores, seja pelo “Panteão dos Andradas”, em Santos - SP, onde sua memória continua a ser reverenciada como uma das figuras mais influentes na história política do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, V. A. Questão Religiosa: Igreja e Estado entram em conflito. 2008.
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/questao-religiosa-igreja-eestado-entram-em-conflito.htm>; Acesso em: 02.07.2018.

BARATA, A. M. (2006). Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822. São Paulo: Editora UFJF.

BENIMELI, J. A. F. Maçonaria e Satanismo. Vol. 1. Londrina: A Trolha, 1995.

_____. Maçonaria e Satanismo. Vol. 2. Londrina: A Trolha, 1995.

BUCHAUL, R. B. Gênese da maçonaria no Brasil: a história antes do Grande Oriente do Brasil. São José dos Campos: Clube dos Autores, 2011.

CARVALHO, J. M. A cidadania no Brasil. 19.ed. Rio de Janeiro:

Civilização brasileira, 2015.

CURY, S. A. liberdade religiosa na berlinda. Revista Ciência e Maçonaria. Vol. 4, n.1, p.33-44, jan/jun, 2017.

FAORO, R. Os Donos do Poder. 5.ed. 2012. SP: Globo.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

GOMES, L. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

ISMAIL, K. Maçonaria: democracia e meritocracia no mundo ocidental. *In: Fraternitas in Praxis*. Rio de Janeiro, Vol. 1, n.1, p. 33-39, Mai/Ago, 2013.

_____. História da maçonaria brasileira para adultos. Londrina: A Trolha, 2017.

MORAIS, E. CAVALCANTI, M. O Senado e a Maçonaria – Uma coletânea de discursos. Brasília: Ed. Senado Federal, 2008.

MOREL, M. SOUZA, F. O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PRIORE, M. D. As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SCHETZ, D. (2013). «Política(s) de Nacionalização e Integralismo em Antônio Carlos: abasileiramento?». Revista Santa Catarina em História. Consultado em 31 de outubro de 2017

VARELA, A. G. «NATURALISTA E POLÍTICO: A TRAJETÓRIA DE VIDA DO ILUSTRADO ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE

ANDRADA MACHADO E SILVA (1790-1823).» (PDF). Consultado em 31 de outubro de 2017.

VILLA, M. A. A história das constituições brasileiras. Leya. SP 2011, p.14-15.

02 - MANOEL ARÃO DE OLIVEIRA CAMPOS

Anotações Bibliográficas

Confrade Luiz Gonzaga da Rocha
Cadeira Nº 13



"A mentira negação do direito de todos à liberdade e responsável por leis adaptadas aos interesses dos tiranos e dos poderosos; a ignorância que seria a cúmplice hedionda e cega da primeira; a ambição que, conjugada às anteriores, no mais espantoso conúbio, estabeleceria o despotismo em suas infinitas modalidades, donde decorre a intolerância religiosa, que tantas hecatombes tem provocado pelos séculos que se sucedem". (Manoel Arão)

Honrou-me a Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras

com o assento na Cadeira nº 13, que tem como Patrono Manoel Arão de Oliveira Campos (1876-1930), afogadense, maçom culto e espírita compassivo, ser humano dotado de entendimento diferenciado e aguçada capacidade e inteligência acima do homem comum, tornando-se arquiteto de conhecimentos fundamentais acerca da História da Maçonaria no Brasil e da História do Espiritismo em Pernambuco. As anotações bibliográficas que apresento é uma tentativa de resgate de instantes literários e biográficos da vida e obra monumental de Manoel Arão.

Manoel Arão de Oliveira Campos, filho do Capitão José Mateus Coimbra Campos e de Francisca Joaquim de Oliveira Campos, nasceu no povoado da Misericórdia, da Vila de Afogados da Ingazeira (Pernambuco), em 11 de janeiro de 1876, existindo registros afirmando ter o nascimento ocorrido nos anos 1873, 1874 e 1875¹. A sua genealogia entronca dois personagens que foram sócios e fundadores do “Club Litterário”² instalado na pequena Villa de Afogados, em outubro de 1880. Portanto, seus pais eram intelectualizados, e tendo, supostamente, recebido em casa formação intelectual, explica-se o seu destaque precoce. Fez os primeiros estudos em Afogados da Ingazeira, tendo desde muito cedo demonstrado seu potencial nos campos literário e pendor polemista.

¹ Sobre o ano do seu nascimento, paira dúvidas: Consta nos arquivos da *Academia Pernambucana de Letras* e da *Fundação Joaquim Nabuco*, que nasceu no dia 11 de janeiro de 1876; nos anais da *Loja Maçônica Cavaleiros da Cruz*, a data referida é 11 de janeiro de 1874; na lápide de seu túmulo no Cemitério de Santo Amaro, no Recife, consta o dia 11 de janeiro de 1875; no artigo intitulado “Ficção Brasileira”, a Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales anota que a data é 11 de janeiro de 1873.

² O Club Litterário foi fundado na então denominada vila de Afogados, àquela altura, pertencente ao município de Ingazeira, no final do século XIX, precisamente, no ano de 1880. Esta sociedade literária, que teve os seus trabalhos iniciados em uma sessão pública, na Câmara Municipal da vila, no dia 10 de Outubro de 1880, fornece um conjunto de questões que podem colaborar para pensar a história local e regional, principalmente, ao que tange à formação de espaços de sociabilidades, tendo como finalidade construir “Ares de Civilização” para a vila.

Em 1889, quando constava com cerca de treze anos de idade, participou de manifestação a favor da Proclamação da República, sendo escolhido para discursar “em nome do povo”, segundo relato do Diário de Pernambuco, de 19 de dezembro daquele ano. Aos quatorze anos de idade, ainda em sua cidade natal, criou um jornal de pequena circulação denominado *A Pátria*³. Aos 15 anos de idade, após uma rápida estadia da família na cidade de Caruaru, mudou-se para o Recife, onde em 1892 vamos encontrar registro de suas atividades literária, fazendo fama como bom escritor, publicando dezenas de poesias. Fundou o jornal literário “Vanguarda” e o “Jornal de Domingo”, o segundo suplemento literário do Diário de Pernambuco. Além disso, colaborou com artigos em jornais do Recife: “Gazeta da Tarde”, “Lanterna Mágica” e “A Província”. A partir de 13 de novembro de 1892 iniciou a coluna dominical “Crônica da Semana” no Diário de Pernambuco, com comentários sobre literatura, política, teatro, festividades, críticas à própria imprensa e aspectos sociais.

Na capital pernambucana o afogadense Manoel Arão de Oliveira Campos concluiu curso superior na Faculdade de Direito do Recife e registrou o nome como colaborador em revistas literárias e jornais diários. Escreveu romances, poesias, e peças teatrais, melhor dito, fez-se escritor, à moda da estética naturalista brasileira, assim definido pela crítica literária especializada, inserindo-se seus escritos no período literário brasileiro denominado “Naturalismo”. Alguns dos seus muitos escritos apareceram com os pseudônimos de Macário, O Secretário, e Macário Rubens.

Em 1895 foi contratado como um dos principais redatores do Jornal Diário de Pernambuco, o terceiro mais antigo jornal em circulação na América Latina, tendo o seu nome destacado na primeira página de cada edição. No “Diário” permaneceu até meados de 1901, quando houve uma reformulação na editoria geral e ele se desligou (ou

³ Alguns exemplares podem ainda ser encontrados na *Biblioteca Pública Estadual* e no IAHG-PE.

teria sido afastado, não podemos apontar com precisão o que aconteceu), transferindo-se com a mesma função, para o Jornal do Comércio.

O ilustre pernambucano foi o autor da letra do Hino Oficial da Cidade do Recife⁴, intitulado Veneza Americana, com música do maestro Nelson Ferreira⁵, em ritmo de frevo. Orador afamado e inflamado, é inegável que trilhou uma importante carreira como homem das letras: além de jornalista, como poeta, romancista, historiador e autor de duas peças de teatro, os dramas Adúltera e Drama do Ódio. Integrou os quadros da Academia Pernambucana de Letras⁶ (APL – foi o segundo ocupante da Cadeira nº 2, que tinha como patrono o Frei Antônio da Santa Maria Jaboatão (O Frei Jaboatão), tomando posse em 27 de janeiro de 1910, na qual chegou ao cargo de presidente (1925). Formado em Direito, foi e também teatrólogo, espírita e maçom, contribuindo para o desenvolvimento dessas duas instituições. Manoel Arão também integrou, na condição de membro, o *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco* (LAHG-PE⁷).

⁴ Fonte: Livro “O Recife Histórias de uma cidade”, de Antonio Paulo Rezende, publicado pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

⁵ Nelson Ferreira (1902-1976) foi um músico brasileiro. Compôs músicas de carnaval, valsas, foxtrote, tangos e canções diversas. Criou a orquestra Nelson Ferreira, que era famosa no Recife e nos estados vizinhos. Nelson Heráclito Alves Ferreira nasceu em Bonito, no Agreste de Pernambuco, no dia 9 de dezembro de 1902. Era filho de Luís Alves Ferreira, um comerciante e violonista, e de Josefa Torres Ferreira, uma professora primária.

⁶ A Academia Pernambucana de Letras (APL) foi fundada em 26 de janeiro de 1901, Foi a primeira academia criada no século XX, e a quarta academia de letras do Brasil, precedida apenas pela Academia Cearense de Letras (15 de agosto de 1894), pela Academia Brasileira de Letras (20 de julho de 1897) e pela Academia Paraense de Letras (3 de maio de 1900). A Academia Pernambucana de Letras não foi a primeira associação literária fundada em Pernambuco. Antes dela houve *Academia Suassuna*, fundada em 1802 e a *Academia Paraíso*, fundada em 1807.

⁷ Inaugurado no dia 28 de janeiro de 1862, é o mais antigo instituto histórico regional do Brasil, e a segunda instituição dedicada à história no país, depois do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Manoel Arão, durante anos, foi funcionário da Great Westen (Companhia Inglesa) antecessora da Rede Ferroviária Federal. Trabalhou no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio. Foi casado com Palmira de Oliveira Campos com que teve uma única filha de nome Zalina.

Manoel Arão faleceu em 14 de janeiro de 1930, no Recife, aos 54 ou 57 anos de idade, e hoje empresta seu nome para nominar ruas, edifícios, escolas (públicas e partitulares), centro de documentação e empresas, em Afogados da Ingazeira e no Recife.

VIDA E CULTURA

A bandeira cultural da literatura maçônica e da atuação literária de Manoel Arão em Pernambuco está merece destaque para que se possa fazer mais presente na sociedade atual e consolidar espaços de divulgação da sua monumental obra livresca, a partir das quais se possa reconstruir a trajetória da Maçonaria no Estado de Pernambuco, a partir do que pensou e escreveu e do pensavam os Maçons da época.

Vou me repetir, um pouco, para poder ordenar as palavras. Manoel Arão, homem de muita cultura, desde cedo demonstrou seu potencial nos campos literário e polemista, tendo criado, aos quatorze anos de idade, um jornal de pequena circulação em sua cidade natal denominado *A Pátria*, do qual alguns exemplares podem ainda ser encontrados na *Biblioteca Pública Estadual* e no IAHG-PE. Na capital de todos os pernambucanos fundou o jornal literário *Vanguarda* e o *Jornal de Domingo*, este que era o suplemento literário do *Diário de Pernambuco*. Colaborou com artigos nos jornais: “*Gazeta da Tarde*”, “*Jornal do Recife*”, “*Lanterna Mágica*”, “*A Província*” e no “*Diário de Pernambuco*”, chegando, inclusive, ao cargo de redator (1893 e 1901) do mais antigo jornal da América do Sul. Dirigiu o *Jornal do Comércio* quando deixou o *Diário de Pernambuco*.

Como homem de letras, escreveu romances, crônicas, ensaios, crítica, poesia, dramaturgia, e artigos diversos de teor científico e

religioso. Entre as suas obras relaciona: *Hino do Recife; Íntimas* (versos), publicado no Recife, em 1896; *Adúltera* (romance), publicado em Ilhéus (BA), em 1897; *Notas Pessimistas* (crítica literária, escrita em parceria com Ernesto de Paula Santos), publicada no Recife; *Magda* (romance) publicado no Recife no ano de 1898, com 294 páginas; *Drama e Ódio* (peça) para teatro em 3 atos publicado na Bahia, em 1890; *Uma Resposta Devida* (polêmica) publicada no Recife, em 1900; *Impressões da Praia* (novela), publicada no Diário de Pernambuco (1907); *Transfiguração* (romance) publicado em Portugal, no ano de 1908; *Visão Estética* (crítica literária) publicada no Recife em 1917; *O Problema do Ensino* (tese) publicada no Recife em 1917; *O Claustro* (romance), verdadeiro libelo contra a "psicopatia das profissões religiosas", subtítulo deste romance preocupado em apontar anormalidades e vícios dos meios católicos, tema esse muito caro aos naturalistas. Este foi seu romance mais conhecido, cujo ano de publicação pode ter sido 1918 ou 1919; *Os Quilombos dos Palmares* (ensaio), publicado na Revista do IAHG-PE, em Recife, no ano de 1922; e *Clepsydra* (contos) esta obra não foi publicada.

Não há registro de sua atuação na advocacia, mas uma frase cuja autoria lhe é atribuída assinala a sua trajetória cultural também no campo jurídico: "a mentira negação do direito de todos à liberdade e responsável por leis adaptadas aos interesses dos tiranos e dos poderosos; a ignorância que seria a cúmplice hedionda e cega da primeira; a ambição que, conjugada às anteriores, no mais espantoso conúbio, estabeleceria o despotismo em suas infinitas modalidades, donde decorre a intolerância religiosa, que tantas hecatombes tem provocado pelos séculos que se sucedem".

VIDA POLÍTICA, MAÇÔNICA E ESPÍRITA

Na Maçonaria, onde foi iniciado na Loja Maçônica Cavaleiros da Cruz⁸, em 24 de junho de 1904, aos trinta anos de idade, galgou os graus filosóficos, chegando ao grau 33, fazendo parte de um grupo de maçons

⁸ A Loja Maçônica Cavaleiros da Cruz nº 267 encontra-se jurisdicionada ao GOPE - Grande Oriente do Brasil – Pernambuco.

de escol, entre os quais destaca-se Mário de Castro e Nilo Câmara, e tantos outros maçons pernambucanos.



Na condição de Maçom e para os Maçons escreveu: *A Maçonaria e sua missão social* (artigo), publicado em 1907; *Liturgia Maçônica* (artigo), 1915; *A separação entre a Igreja e o Estado* (artigo), 1915; *A Lenda e a História na Maçonaria*⁹, obra publicado no Recife em 1919; *Liturgia Maçônica* (tese) apresentada no Congresso Maçônico do Rio de Janeiro, em 1915; *História da Maçonaria no Brasil: desde os tempos coloniais até nossos dias*¹⁰, publicada no Recife em 1926. Dirigiu o Jornal Arquivo Maçônico, no início do século XX.

⁹ Esta obra reúne filosofia, simbolismo, lendas e mistérios que permeiam a história da Maçonaria, constituindo um compêndio rico em informações úteis para estudos de membros da Ordem, O autor apresenta ao leitor temas diversificados, tais como: Os Mistérios dos Magos; Indra, Zoroastro e Buda; Os Primeiros Maçons; O Bramanismo e sua Ação; As Primeiras Sociedades Secretas; O Templo de Salomão; A Lenda de Hiram; Os Mistérios Eleusianos; Os Mistérios Hebreus e Dionisiacos; Os Mistérios Delficos; Os Essênios; e Os Templários. atualmente, a Editora Madras detém os direitos autorais da obra, sendo sua edição mais recente a do ano 2004

¹⁰ Esta obra se constitui na primeira obra a remontar aos primórdios da Maçonaria no Brasil. Obra de mais de 500 páginas, teve sucessivas edições, encontra-se em domínio público;

Manoel Arão é o patrono da cadeira nº. 13 na *Academia Maçônica de Letras de Olinda*, e da cadeira nº 13 na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, na qual tenho a honra do primeiro assento como acadêmico e da indicação do seu nome figurar patroneando referida Cadeira.

Na Política (e literariamente), foi um escritor e jornalista polêmico, ombreando com João Barreto de Meneses, Ernesto de Paula Santos, Arthur Bahia, Olímpio Galvão e Bráulio Cunha, na vanguarda do combate às ideias e conceitos que consideravam errôneos, notadamente quando partiam da Revista Contemporânea, capitaneada por Theotônio Freire, Arthur Muniz, Demóstenes de Olinda, Franca Pereira, Alfredo de Castro e Paula Arruda (opositores aguerridos na Revista “Contemporânea”).

Manoel Arão teve destacada atuação como espírita. Por se tratar de homem com a mente aberta às novas ciências e teses filosóficas acerca da espiritualidade do homem. Sofreu e enfrentou os duros ataques da Igreja Católica (em Pernambuco). Há quem afirme (e eu reverbero junto), que a sua concepção desprovida de preconceitos facilitou sobremaneira sua entrada nas lides espíritas.

Manoel Arão, juntamente com Antônio José Ferreira Lima e Vianna de Carvalho, fundou a *Cruzada Espírita Pernambucana*, em 1923. Foi presidente da Federação Espírita Pernambucana (FEP) por quatro gestões: de 1909 a 1913, de 1915 a 1916, de 1918 a 1919 e em 1921. Como a FEP passou a chamar-se desta forma (substituindo a designação Centro Espírita Regeneração) em 1915, podemos considerar, sob este ponto de vista, Manoel Arão como seu primeiro presidente. A revista “A Verdade”, órgão da FEP, foi fundada por Manoel Arão em 1908.

**PLANTANDO RAMOS DE ACÁCIA NA ACADEMIA
MAÇÔNICA VIRTUAL BRASILEIRA DE LETRAS (AMVBL –
A primaz do Brasil)**

Manoel Arão de Oliveira Campos foi um intelectual maçônico pernambucano do século XIX, norteador do pensamento (formador de opinião) e das atividades culturais, maçônicas e espíritas, pensando e divulgando a doutrina espírita e maçônica, colaborando, assim, para moldar uma concepção de espiritismo e de maçonaria enquanto instituições devotadas ao aperfeiçoamento do ser humano, com o seu fazer intelectual na Academia Pernambucana de Letras, no Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e na Imprensa Pernambucana.

O erudito e sábio cultor da História da Maçonaria no Brasil, como dito antes, era formado em Direito, e foi, também, jornalista, teatrólogo, orador, poeta, maçom e espírita. Em campo próprio apontamos as suas obras e o seu fazer literário profano e maçônico.

Diante disso, vamos apontar dois aspectos ou fatos que julgamos de inteira relevância: O primeiro deles diz respeito ao Patrono da Cadeira nº 13, originalmente designada para ser patronada por Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, mais conhecido como Bezerra de Menezes, e a cadeira nº 13 foi por nós escolhida exatamente pela condição de espírita vivenciada por Bezerra de Menezes. Depois, alguém levantou o argumento de que Bezerra de Menezes não teria sido maçom, portanto, não poderia ostentar seu nome na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras na condição de Petrono. Fomos do argumento devidamente informado e instruído a indicar outro personagem como substituto.

Sobre Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, vale salientar que foi médico, militar, escritor, jornalista, político, filantropo e expoente da Doutrina Espírita. Em reconhecimento por sua incansável atividade em benefício dos necessitados de toda natureza, ficou conhecido como "O Médico dos Pobres". O Dr. Bezerra de Menezes, era cearense, nascido em 29 de agosto de 1831 no município de Riacho do Sangue, hoje, Jaguaratama, estado do Ceará. Transladando-se para o Rio de Janeiro, e

ingressou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, em 1852, como praticante interno. Conheceu o Espiritismo em 1875 ao ler a tradução de “O Livro dos Espíritos”. Foi presidente da Federação Espírita Brasileira, exercendo tal cargo em 1889 e de 1895 a 1900. Maçonicamente, o seu nome figura como patrono de diversas Lojas Maçônicas no Ceará e no Brasil.

O nosso Irmão Eduardo Carvalho Monteiro, por exemplo, escreveu “Memórias de Bezerra de Menezes¹¹”, e destacamos aqui a sua luta na defesa da “abolição da escratura”. Alguns escritores apontam que Bezerra de Menezes, Quintino Bocaiuva e Alcido Guanabara como espíritas maçons. Verdade é que não podemos afirmar ou negar a assertiva, pois, precisamos de mais buscas para sabermos se, efetivamente, o Dr. Bezerra de Menezes também escrevera seu nome nas hostes maçônicas. Eduardo Carvalho Monteiro em parceria com Armand Lefraise, no livro “Maçonaria e Espiritismo: Encontros e Desencontros”, reforçam a possibilidade de Bezerra Menezes ter sido maçom¹², destacando que “o que não se estuda é a simbiose que havia entre maçons, espíritas e republicanos”.

A opção que restou seria a indicação de outro nome, e a escolha recaiu em Manoel Arão, por ser também pernambucano e por ter escrito a primeira “História da Maçonaria no Brasil”. A indicação foi acolhida, e Manoel Arão de Oliveira Campos passou a figurar como Patrono da Cadeira nº 13, em substituição ao nome de Adolfo Bezerra de Menezes. O fato que almejamos destacar só viria a conhecimento bem depois, ao descobrir a que Manoel Arão é o Patrono da Cadeira nº 13 na Academia Maçônica de Letras de Olinda, e agora, também é o Patrono na Cadeira nº 13, na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras (com sede em Rondônia), sendo relevante assinalar a sua condição de espírita (como Bezerra de Menezes) e fundador e presidente da *Cruzada Espírita Pernambucana*, e, ainda, fundador da revista espírita “A Verdade”. E em assim sendo, o nosso desejo de escolher um Patrono identificado com

¹¹ Editora Madras, 2000.

¹² Editora Madras, 2007, p. 16

o “Espiritismo”, involuntariamente, restou plenamente concretizado.

Por fim, além dos aspectos acima citados, outra concepção figurativa se apresenta nesta relativa e simplória anotações bibliográficas sobre Manoel Arão: o seu papel e função, voluntária ou involuntária, de literato maçônico em definir os contornos do “rosto da Maçonaria na História do Brasil”, em época de profunda aridez intelectual maçônica, seguindo os passos de outros maçons pernambucanos eruditos, a exemplo de Manuel Arruda Câmara e Joaquim Saldanha Marinho. E este é o ramo da “acácia” que almejamos deixar plantado na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, para a posteridade acadêmica: “o rosto da Maçonaria Pernambucana destacado pelas pinceladas naturalistas de Manoel Arão de Oliveira Campos”.

DADOS BIBLIOGRÁFICOS SOBRE MANOEL ARÃO consultados

Destacando palavras do médico espírita Paulo Cesar Frutuoso, achamo-nos, também, no início de uma misteriosa estrada da qual não nos é possível vislumbrar o fim, e talvez por isso, nos ocorra destacar que a aventura de garimpar informações e dados biográficos sobre Manoel Arão é como pretender tirar leite da rocha – tarefa que somente Moisés encontraria facilidades – de modo que nos cabe registrar a incompletude das informações perpassadas e apontar que a nossas consultas concentraram-se nas obras e fontes relacionadas a seguir:

ARÃO, Manoel. Almanach de Pernambuco, Recife, ano 32, p. 215-216, 1930. [Foto neste texto].

ARÃO, Manoel. História da Maçonaria no Brasil. Recife: Edição do autor, 1926.

ARÃO, Manoel. O claustro. 2. ed. Apresentação e organização de Lucilo Varejão Filho. Recife: Ed. do Organizador, 2005. 376 p. (Coleção Velhos Mestres do Romance Pernambucano; v. 3)

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v.

DINIZ, Gastão. Manoel Arão. Almanak Litterario Pernambucano, Recife, ano 12, p. 81-85, 1910.

LEMOS, Mariano. História geral da literatura pernambucana: antologia poetas da academia (séculos XVI-XX). Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1955. p. 239.

MANOEL Arão. Disponível em: <goo.gl/Fq2QdD>.

MANOEL Arão. Disponível em: <goo.gl/PbdKKU>.

Revista "A Verdade". Edição Especial do Centenário. Ano XCVI. Federação Espírita Pernambucana. 2004.

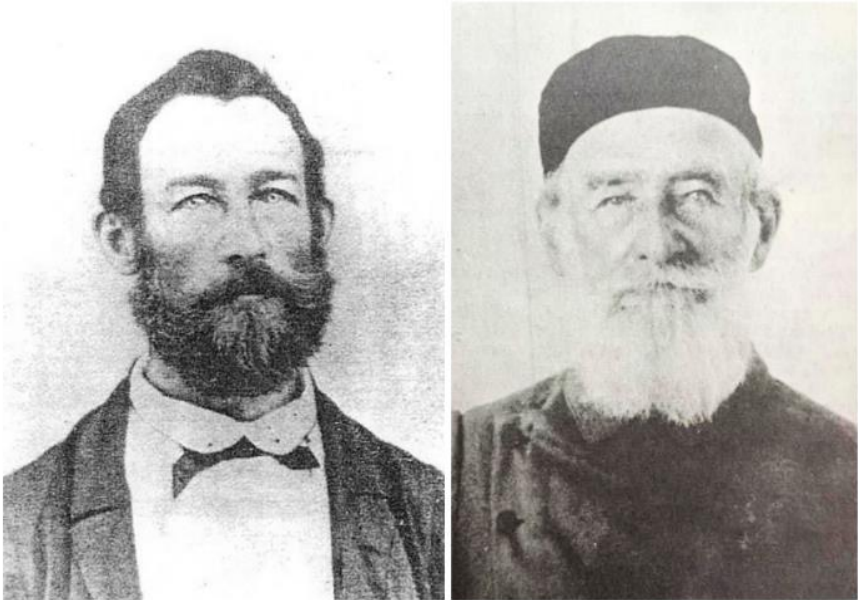
RUFFATO, Luiz. Artigo "Rui Mendes garimpando informação". 2006.

SALES, Germana Maria Araújo. Artigo "Ficção Brasileira".

SAMPAIO, Wilson Vilar. Artigo "Um Grande Maçom – Manoel Arão", 2005.

03 - DR. OTTOKAR DOERFFEL

Confrade Ir Jonas de Medeiros
Cadeira Nº 39



Fonte: CVJ (2024, web)

Joinville, a Manchester catarinense, como é referenciada na região sul do Brasil, é uma cidade pungente e dinâmica, atualmente com 173 anos (em 2024) teve sua história entrelaçada com a da maçonaria desde sua fundação.

A ex-colônia Dona Francisca (em referência histórica), é composta por inúmeros mártires anônimos, verdadeiros exemplos de dedicação e zelo para com o trabalho em prol da sociedade e que referendaram os alicerces de um povo mais livre e esclarecido. E sem

desmerecer a tantos expoentes, aquele que faz melhor referência a história da cidade de Joinville em Santa Catarina e ao legado de seu povo é o Dr. Ottokar Doerffel (Ottokar Dörffel).

Natural da cidade de Waldenburg na Saxônia (Alemanha), nasceu em 24 de março de 1818 e veio a falecer no Brasil, na cidade de Joinville - SC, em 18 de novembro de 1906.

Ilustre intelectual e escritor de importantes obras para a história da cidade, era exímio advogado, político, jornalista, pesquisador, empreendedor, cônsul hamburguês, vice-cônsul do Rei da Prússia e cidadão de dois mundos (Brasil - Alemanha). Traduzindo de muitas formas os ideais da maçonaria, instituição à qual pertenceu e fortaleceu colunas ao longo de décadas em ambos os continentes.

Casado com Ida Günter, emigrou para o Brasil após dois anos de matrimônio por conta de seu envolvimento nos movimentos revolucionários pela unificação da Alemanha no ano de 1848. Visto que há época, já era impulsionado tanto pela filosofia maçônica, quanto pelos ideais da revolução francesa.

Há que se destacar seu período como Burgomestre em Glauchau em meados de 1849, cargo esse equivalente ao de Prefeito no Brasil, tendo pertencido ao Partido Conservador no ano 1837 e ao Partido Liberal no ano de 1831, movimentos políticos esses que refletiram em sua personalidade.

Em Leipzig, Dörffel estudou ciências jurídicas, se formando em 1842. Em Glauchau, no ano de 1849, Dörffel tornou-se Burgomestre, cargo equivalente ao de prefeito. Assim como Lasperg em Hanôver, na Saxônia Dörffel acabou envolvido nos acontecimentos da Primavera dos Povos, uma rebelião que acabou fracassando. Como ele teve de responder por um rigoroso processo, Dörffel acabou abandonando sua nação, buscando abrigo

ao seio da florescente Colônia Dona Francisca.
(CVJ, 2024, web)

Por ter sólidos princípios e fortes convicções, o Dr. Ottokar Doerffel buscou a unificação da Alemanha que neste período histórico, encontrava-se retalhada entre principados, ducados, baronatos e condados. Uma nação cruelmente explorada enquanto seu povo era assolado por epidemias e misérias de toda sorte (AJL, 2018).

O Dr. Ottokar Doerffel via na maçonaria a motivação que precisava através das possibilidades do aperfeiçoamento humano e da tão almejada justiça social, entretanto a sociedade cobrou-lhe o preço. Derrotado, refugiou-se no Brasil, após ser processado por alta traição pelos seus desafetos políticos. Infelizmente, essa parte de sua biografia é nebulosa, especialmente pela influência que seus algozes detinham sobre os registros públicos.

Chegou a Joinville em 20 de novembro de 1854 a bordo do Florentin, já com 36 anos, onde veio a trabalhar como jornalista, cronista e matemático, além de ser contador e tesoureiro na Direção da Colônia a partir de 31 de maio de 1858.

Segundo os registros históricos, em 29 de dezembro de 1855 em Joinville, ajudou na fundação da primeira loja maçônica regular em terras catarinenses, a Loja **“Zur Deutschen Freundschaft”** (ZDF), que em português significa **“A Amizade Alemã”**.

Esta oficina foi constituída por imigrantes que já eram membros de lojas maçônicas tradicionais na Alemanha (EHLKE, 1990), entretanto, o Dr. Ottokar Doerffel, que já era maçom quando veio ao Brasil, apenas pode ingressar oficialmente no quadro de obreiros em 10 de janeiro de 1956, após adquirir o grau de Mestre, condição essa necessária para a filiação em várias lojas.

Conforme consta nos registros da oficina:

Membros Efetivos da Loja:

DÖRFFEL, OTTOKAR, Tesoureiro da direção da Colônia; cônsul hamburguês e vice-cônsul do Rei da Prússia. Nascido a 24 de março de 1818, em Waldenburg, na Saxônia. Admitido em 24 de fevereiro de 1848, na Loja “Para a Irmanização da Humanidade”, em Glauchau. Ao 3º Grau em 10.01.1956. Venerável Mestre da Loja. Membro honorário da Loja “Ferdiande Karoline”, de Hamburgo. Membro correspondente da “Sociedade Alemã de Maçons”. (EHLKE, 1990, pag. 53)

Sua trajetória na consolidação da cidade continuou e segundo a Academia Joinvilense de Letras (AJL, 2018), o Dr. Ottokar Doerffel possuía as características de um líder nato e de um experiente combatente, sendo considerado impulsivo e ao mesmo tempo generoso, uma pessoa fiel a si e aos seus, que tinha clara devoção à inteligência, um verdadeiro conquistador que era facilmente conquistável.

Por sua liderança e capacidade técnica, cresceu politicamente e logo foi chamado a novos desafios. Tornou-se o 3º prefeito de Joinville (Gestão - 1874 a 1877), sendo que também veio a exercer por três legislaturas o mandato de vereador:

1ª Legislatura monárquica (1869-1874);

2ª Legislatura monárquica (1874-1877);

3ª Legislatura monárquica (1877-1881).

Destaca-se que no exercício da 2ª Legislatura, como vereador mais votado, ele presidiu a Câmara Municipal (CVJ, 2024).

Sua antiga residência, a qual projetou e construiu com impecável zelo aos detalhes arquitetônicos, paisagísticos e funcionais, abriga atualmente o Museu de Arte de Joinville, preservando todos os elementos históricos de sua construção.

Casa de Ottokar Dörffel - Foto de Louis Niemeyer (1866).



Fonte: CVJ (2024, web)

No campo da literatura, foi fundador em 20 de dezembro de 1862 do **Kolonie-Zeitung** ("**Jornal da Colônia**", em alemão), que se manteve em circulação por quase oitenta anos, dando-se destaque a publicação de três livros de sua autoria, além da atuação como jornalista.

Seus livros, o "**Agricultor Sul-brasileiro**", "**Estatísticas da Colônia Dona Francisca**" e "**A Colônia Dona Francisca na Província Sul-brasileira de Santa Catarina**" contribuíram juntamente de suas Crônicas jornalísticas para a comunicação e o desenvolvimento tanto da emergente cidade, quanto da relação do povo imigrante com a nação germânica, pátria-mãe de muitos dos colonizadores.

O Kolonie-Zeitung foi o primeiro jornal impresso de Joinville, sendo o segundo jornal redigido no idioma alemão da região sul do Brasil com o qual a comunidade saciava a saudade das terras além do

mar e do tempo, recordando sua cultura, seus costumes e a vida que ficou no velho mundo quando resolveram desbravar as terras da colônia Dona Francisca. Morriesen (2018) destaca que o Dr. Ottokar Doerffel deixou sua terra natal na Alemanha para se destacar no Brasil como um verdadeiro visionário.

Joinville era uma página em branco quando o visionário Ottokar Doerffel escolheu deixar o Reino da Saxônia para imigrar para o Brasil. Ele seria o responsável por preencher boa parte da história da região Norte de Santa Catarina e deixá-la à disposição para que a origem da cidade pudesse ser conhecida e compreendida no futuro. Ela está, literalmente, nas edições do jornal *Kolonie-Zeitung* (Jornal da Colônia), que ele fundou há 156 anos; nas cartas detalhadas sobre os primeiros anos da Colônia Dona Francisca que ele enviava aos familiares na Alemanha; nos documentos que registram o início da vida política e nas edificações que tornaram-se símbolo da maior cidade do Estado. (MORRIESEN, 2018, web)

Quando da sua morte, já viúvo, o Dr. Ottokar Doerffel não deixou descendentes, entretanto, seu legado empreendedor está presente na fundação, bem como nas bases da formação da cultura joinvilense ao mesmo tempo em que o Brasil ainda caminhava para firmar sua identidade, período esse que abarcou desde o tempo do império até meados da recém proclamada república.

Nesse sentido, é preciso ressaltar alguns fatos importantes da vida do Dr. Ottokar Doerffel. Conforme constam dos registros históricos da Câmara de Vereadores de Joinville - SC (CVJ, 2024, web):

- **1855** - Membro-fundador da loja Maçônica “Amizade sob o Cruzeiro do Sul”.
- **1855** - Membro-fundador e primeiro presidente (até 1858) da Kultur-Verein zu Dona

Francisca (Sociedade Cultural). Esta era uma sociedade de fomento agrícola.

- **1857** - Dörffel assina, com outros cidadãos, uma petição à presidência da província solicitando a elevação de Joinville à condição de Vila, o que permitiria formar uma Câmara Municipal própria.
- **1858** - Membro-fundador e tesoureiro da sociedade Harmonie, que mais tarde se uniria ao Lyra (Harmonia-Lyra).
- **1860** - Membro da administração da Colônia no cargo de Caixeiro (tesoureiro), sob a administração de Louis Niemeyer.
- **1860** - Cônsul de Hamburgo.
- **1871** - Com a unificação da Alemanha, Dörffel foi nomeado Cônsul daquele país.
- **1871** - Eleito para nova diretoria da Kultur-Verein (Sociedade Cultural), que estava prestes a ser dissolvida.
- **1873** - Membro da comissão sanitária que enfrentou o surto de varíola.
- **1877**: Dörffel esteve entre os que fizeram donativos para ajudar os enfermos de São Francisco do Sul, onde grassou uma epidemia de febre amarela. Ele contribuiu com 5 mil réis.
- **1884** - Membro da comissão designada pela Câmara para estudar a instalação da rede de água potável.

A vida e a obra do Dr. Ottokar Doerffel foi, e ainda é largamente estudada em seu contexto regional de localidade, tendo sido responsável por guiar os caminhos da sociedade catarinense de forma sutil e a sociedade joinvilense de forma ativa, entretanto para o restante do Brasil e quicá do mundo (a exceção da Alemanha), ele passou despercebido.

Que interessante, essa talvez seja sua maior proeza, ter cumprido com muitos dos ideais da ordem maçônica em sua essência através da influência no mundo ao seu redor. Constam dos registros históricos que:

A fidelidade à lição de que a Maçonaria e aos Maçons cabe a responsabilidade de liderança secreta da sociedade em que vivem, o fez acatado e reconhecido como um guia seguro aos colonizadores e um modelo de estadista moderno, despreocupado com as opiniões passageiras, mas firmemente arraigado aos princípios defendidos, tendo em vista o seu compromisso com o futuro. (AJL, 2018, web)

Ele viveu como poucos os ideais da Maçonaria, onde o dístico Liberdade, Igualdade e Fraternidade estavam presentes através de suas obras. Buscou sempre transformar as terras tupiniquins segundo os ideais que não puderam ser implantados à época na sua nação pátria. Lutando incansavelmente por um mundo mais justo e livre em pensamentos, igualdade e condições para todos.

Era um humanista com ideias a frente de seu tempo, defendendo a liberdade religiosa, a abolição da escravidão e a igualdade plena de direitos e deveres entre homens e mulheres, quer seja no matrimônio, quer seja na sociedade.

Assim, seja pelo exemplo de suas ações, seja pelo fundamento de suas ideias ou mesmo pelas marcas do seu trabalho, o fato é que o Dr. Ottokar Doerffel esculpiu a cultura de inúmeras gerações, passadas e futuras de forma brilhante.

Não por menos que, frente a sua biografia, o Dr. Ottokar Doerffel fora considerado digno e honrado com a imortalização de seu nome junto a Cadeira Nº 39 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras – AMVBL no dia 21 de abril do ano de 6023 A. L. (2023), tendo este singelo autor como seu primeiro Confrade, uma honra inenarrável para mim e para a Maçonaria Catarinense.

Referências

Academia Joinvilense de Letras - AJL. **Patrono Ottokar Doerffel**. In: Academia Joinvilense de Letras. Publicado em 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://academiajoinvilense.com.br/ottokar-doerffel/>> Acesso em 09 de março de 2023.

Câmara de Vereadores de Joinville - SC - CVJ. **Ottokar Dörffel**.

Disponível em:

<https://memoria.camara.joinville.br/index.php?title=Ottokar_D%C3%B6rffel> Acesso em 12 de março de 2024.

EHLKE, Cyro. **A maçonaria no passado histórico joinvilense**.

Joinville - SC: Arquivo Histórico de Joinville. 1990.

MORRIESEN, Cláudia. **Ottokar Doerffel em Joinville** - Um político de verdade. In: Jornal A Notícia de Joinville. Publicado em 24 de março de 2018. Disponível em:

<<https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/6290568>> Acesso em 10 de março de 2023.

04 - EVARISTO FERREIRA DA VEIGA E BARROS

Em busca da nossa memória

Confrade Marco Antonio Piva de Lima
Cadeira Nº 41

O CIDADÃO E SUA ORIGEM LUSO-BRASILEIRA

Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, brasileiro, nascido a 8 de outubro de 1799, no Rio de Janeiro. Nessa mesma cidade veio a falecer, muito jovem ainda, aos 37 anos, apesar de ter gozado de uma vida profícua, produtiva, fruto de seu trabalho incessante, desde tenra idade.

Seu pai, Francisco Luis Saturnino da Veiga, de origem lusitana, chegou muito jovem ao Brasil, assentando praça na paróquia de Santa Rita, na capital fluminense, à época, capital da colônia. Em seguida, foi promovido a professor régio na Freguesia de São Francisco Xavier, no Engenho Velho, ensinando as primeiras letras e finalmente passou a ser professor efetivo na Rua do Ouvidor, centro comercial da Corte, região onde abriu sua livraria.

E foi justamente nos livros da livraria do pai onde Evaristo encontrou conforto por não ter conseguido estudar em Coimbra. Indivíduo letrado, um leitor voraz e um erudito para a sua idade, tornou-se jornalista após fazer uma visita às Oficinas da Impressão Régia, no palácio do Conde da Barca.

O cidadão Evaristo muito cedo se transformou em poeta, sendo um dos primeiros representantes do romantismo nas letras nacionais.

O POETA EVARISTO DA VEIGA

Sua maior inspiração poética talvez tenha ocorrido quando escreveu a letra do Hino da Independência do Brasil, musicado por D. Pedro I, conforme letra que se pode ver abaixo:

Já podeis, da Pátria filhos	Já raiou a liberdade
Ver contente a mãe gentil	Já raiou a liberdade
Já raiou a liberdade	No horizonte do Brasil
No horizonte do Brasil	

Todavia, como representante do romantismo, escreveu sonetos e poesias que foram lidas pela população que buscava o consolo dos poetas para enfrentar as agruras políticas do império de D. João VI e D. Pedro I como Regente.

Discípulo de Bocage, precursor da Escola Arcádica, aos 14 anos despontava como poeta. Poetizou as bodas de D. Pedro I com Dona Leopoldina, aniversários do Rei D. João VI, além de dedicar poemas a vários amigos.

Sem ter participado ativamente do movimento de Independência, escreveu o Hino Constitucional Brasileiro, conhecido no Brasil como “Brava Gente, Brasileira...” que se tornaria conhecido como o Hino da Independência oficial do Brasil (letra acima).

A independência declarada por D. Pedro I, fez-lhe escrever três sonetos, e um quarto dedicado ao lorde Cochrane, que combateu o general Madeira na Bahia, todos dedicados à Liberdade. Era um nacionalista de fato, monarquista e liberal assumido e assim, embora sem tanta paixão pelas conquistas políticas, modesto, se afastava das turbulências.

Em 1821, o poeta começa a tomar tintas de político e jornalista, mesmo ainda trabalhando como atendente na livraria do pai. À época, responde, com pseudônimo de Estudante Constituinte, a um ataque apócrifo feito em Portugal, de forma anônima, chamado Carta do Compadre de Belém, que chamou a atenção do meio político-literário.

Assim, vai deixando a poesia de lado, compondo ou letrando hinos. Em 1823, publicou Despedida de Alcino de sua Amada, sendo que Alcino fora seu pseudônimo poético. Casa-se em 1827, ano em que encerra sua carreira poética, nem tanto produtiva e começa a voltar-se para sua verdadeira vocação: o comércio de livros, onde aprenderia o jornalismo, onde militaria e onde a política se realizaria.

O LIVREIRO E JORNALISTA

Após o falecimento de sua mãe, em 1823, juntamente com um de seus irmãos, João Pedro, recebeu o que lhe cabia na herança e, em sociedade, abriram uma livraria, a exemplo do pai. Com a cultura em expansão, livros eram um bom negócio. A livraria recebeu o nome de João Pedro da Veiga e Cia., e foi inaugurada por volta do mês de outubro.

Nesse período próspero dos negócios, avançou em sua cultura e conhecimento de política com as obras importadas e se posicionou pela monarquia constitucional como forma de governo. Ideologicamente, definiu-se como um liberal. Em 1827, terminou a sociedade com o irmão e comprou a tipografia João Batista Bompert, que também era uma livraria. Ainda no mesmo ano, casou-se com a Sra. Ideltrudes Maria d'Ascensão, aos 28 anos, estabelecendo-se definitivamente com uma família e seu próprio negócio.

JORNALISTA

É também em 1827, no final de dezembro, que publica seu primeiro exemplar do Aurora Fluminense o qual, em pouco tempo, se consagrou em meio ao público ávido por notícias, contos e informações úteis, já que os jornais eram o único meio de difusão de informações existente.

Claro que ficou conhecido também pelos seus editoriais

favoráveis ao primeiro Império, fazendo críticas a Portugal e sua resistência em reconhecer definitivamente a independência do Brasil e atentar, em diversos pontos, militarmente, contra a soberania nacional.

O jornal foi fundado com mais três sócios. Em pouco tempo, porém, já estava sozinho, assinando seus artigos como Evaristo da Veiga, fazendo rígida oposição à imprensa da capital, como o jornal A Gazeta do Brasil, que se dizia governista, mas era instruída pelo Chalaça (Francisco Gomes da Silva), chefe de gabinete de D. Pedro I, ou seja, sem isenção. Este e outros jornais atacavam a Aurora Fluminense com pejorativos do tipo, “demagógico, anárquico”, entre outros.

O jornal trabalhava pela imparcialidade jornalística, guiada pela “razão e virtude”, notem bem, e procurava defender a Liberdade Constitucional. Evaristo estava se desenvolvendo com leituras britânicas e francesas, de filósofos e pensadores políticos, e seus artigos chamavam a atenção. Defendia arduamente a constituição que era formulada pelo Parlamento Constitucional, e a sustentação da Independência. Assim, apoiou o Gabinete Ministerial de novembro de 1827.

Havia muitos temas ainda a serem debatidos pela imprensa, o que causava a indignação do jornalista e livreiro Evaristo. Uma destas questões era a Fiscatura. No Brasil, entre 1808 e 1828, todas as atividades médicas – ou 'artes de curar', como se dizia – eram regulamentadas por uma instituição chamada Fiscatura-mor, órgão responsável por conceder autorizações e licenças para a atuação dos terapeutas ¹³. Outra questão dizia respeito à abolição dos “morgados”¹⁴,

¹³ FIOCRUZ <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/10.pdf> (acesso em 28 04 2023)

¹⁴ A instituição de morgados desenvolveu-se sobretudo a partir do século XIII. Foi uma forma institucional e jurídica para defesa da base territorial da nobreza e perpetuação da linhagem. As capelas surgiam quando a afetação de domínios e seus rendimentos se destinavam a serviços religiosos por alma dos instituidores, normalmente a “aniversários” de missas. Os morgados constituíam um “vínculo” que não podia ser objeto de partilhas; era transmitido ao filho varão primogênito, no entanto, na falta deste poderia passar à linha feminina, enquanto não houvesse

além das questões como o Desembargo, da Mesa da Consciência e da Ordem¹⁵, entre outras, todas debatidas pela sociedade da corte.

O POLÍTICO

Já famoso por sua atuação como jornalista, foi eleito pela primeira vez como deputado pela província de Minas Gerais em 1830, conseguindo sua reeleição até que a morte o encontrou em 1837. Nessa nova formação, havia muitos liberais ou simpatizantes da corrente político-econômica que se difundia finalmente na América latina, uma vez que já dava o tom na América do Norte, Inglaterra e outras nações progressistas, de fato. Trabalhou com afincos pela unidade nacional, um grande problema daquele período pós independência, pela grandeza do território, com muitas áreas sem habitação, levar a educação a todas as regiões, e também atuou no sentido das melhores relações

descendente varão Era obrigatório o envio à Torre do Tombo de um exemplar da instituição de morgados e de capelas. Os morgados e capelas eram então considerados um entrave ao desenvolvimento econômico, além de provocarem graves problemas sociais. A partir daquela data, surgem diversas leis restritivas (Decreto de 30 de Julho de 1860, que aumentou o rendimento mínimo necessário e obrigou ao registo de todos os existentes), até que em 1863, a 19 de Maio, passados agora 150 anos, foi publicada através da Direcção Geral da Administração Política, Ministério dos Negócios do Reino, a “Carta de lei pela qual ficam desde já abolidos todos os morgados e capelas actualmente existentes no continente do reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas e declarados alodiais os bens de que se compõem”. ARQUIVO NACIONAL PORTUGAL: <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/extincao-dos-morgados-e-capelas/> (acesso 28 04 2023)

¹⁵ A Mesa da Consciência e Ordens foi estabelecida pelo alvará de 22 de abril de 1808 e compunha a estrutura do Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, órgão superior da administração judiciária que se instalou no Brasil com a vinda da corte portuguesa. Conforme registra o alvará de 12 de maio de 1808, nessa corte o recém-criado tribunal encarregava-se dos negócios que, em Portugal, pertenciam a quatro secretarias, ou seja, aos tribunais da Mesa do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens, do Conselho do Ultramar e da Chancelaria-Mor da Corte e Reino. <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/195-mesa-da-consciencia-e-ordens> <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/195-mesa-da-consciencia-e-ordens> MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira (acesso 28 04 2023)

internacionais.

Não era amante da retórica. Ao contrário, era muito objetivo e conciso em seus discursos na Câmara. Defendia algo precioso: que os temas importantes fossem debatidos com parcimônia nas comissões antes de serem votados, a fim de evitar acalorados debates, inúteis.

Foi, logo de início, membro da comissão da criação da Guarda Nacional, conhecida como força cidadã, com objetivo de manter a ordem e a lei durante o período regencial. Participou ainda da elaboração da lei que regulamentou a primeira Regência, formada por Francisco de Lima e Silva, pai de Luis Alves que se tornaria o Duque de Caxias, e, paralelamente, se dedicou à criação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada a 19 de maio de 1831.

Foi, sem dúvida, um dos maiores influenciadores políticos naquele período. Alguns afirmavam que “governava o país”, tal sua importância diante dos gabinetes ministeriais daquele período durante o qual exerceu seus subsequentes mandatos.

Sofreu uma derrota contundente em 1832 quando um “golpe” tramado por seus parceiros políticos, os quais pretendiam derrubar José Bonifácio da tutoria dos filhos de D. Pedro, comandado por Feijó, fracassou, pois era firme defensor deste, como liberal moderado. Houve contra ele um duro ataque comandado por Antonio Carlos, através do jornal O Carijó. Com a renúncia de Feijó do gabinete de ministros, por causa do frustrado golpe, ao qual Evaristo, embora fosse apoiador de Feijó, não aderiu, sofreu as consequências imediatas. Com o insucesso do golpe, caíram os ministros liberais e continuou a Regência trina a que procuravam extinguir. Os opositores, pelos jornais, consideravam Evaristo politicamente morto.

Em 1832 houve a reforma constitucional e foi então que o Aurora Fluminense publicou “*Evaristo é o mesmo homem, deputado livre, jornalista defensor da ordem pública e homem da classe industriosa, vivendo do seu trabalho.*”

Nunca aspirou nem procurou o poder". Em setembro daquele ano, conseguiram, com astúcia, uma reviravolta do 30 de julho: a queda de Feijó. Voltam ao poder os ministros que saíram naquela ocasião: o Senador Vergueiro, como ministro do Império e Honório Hermeto como ministro da Justiça, com Feijó na regência trina, que seria una, com ele à frente, a partir de 1835. Esse gabinete conclui a reforma constitucional conforme a sanção de 12 de outubro daquele ano. O poder Moderador foi mantido, aboliu-se o Conselho de Estado e manteve-se o governo centralizador.

Em novembro do mesmo ano, sofreu um atentado de um sapateiro, a mando, suspeitou Evaristo, de Martim Francisco, conhecido por ser rancoroso, e isso, na sua livraria. Viu-se na ocasião a sua popularidade na corte, uma vez que recebeu apoio e visitas de autoridades e personalidades, inclusive regentes e pessoas do povo. Esse ódio político era fomentado, principalmente, pela imprensa que era dirigida por políticos os quais defendiam interesses de oligarquias.

A campanha cedeu espaço para as rixas somente próximo às eleições do período 34/37 e, com isso, ressurgiram antigos jornais e apareceram novos também, defendendo os moderados. Evaristo viveu momentos de tensão política ano de 1833, em campanha pela destituição do tutorado de José Bonifácio, e defendeu ainda o impedimento da volta de D. Pedro I, ao trono, do qual abdicara em 1831, indo para Portugal defender o trono luso para sua filha.

O medo tanto de liberais quanto de moderados, era de que os reinos fossem reunidos com o comando de Portugal novamente, mesmo que esse fosse representado pela filha do Imperador que libertou o Brasil. Bonifácio cai com sua regência em 1833 e perde a tutela dois anos depois, em 1833. Dessa forma, o cargo de tutor passou a ser de Manuel Inácio de Andrada Souto Pinto Coelho, o marquês de Itanhaém.

Em 1834 o Senado tenta derrubar a reforma do ano anterior, amplamente aprovada na Câmara. Ao fim, os senadores que defendiam

o poder Moderador venceram. Também foi rejeitada a proposta de temporariedade da função de Regente, o que poderia ser visto como uma forma de república, ou como uma semente que os liberais tentavam plantar.

Nesse ano de 1834 falece em Portugal D. Pedro I do Brasil, D. Pedro IV de Portugal. Nesta época, entretanto, os moderados já tinham se desagregado e era tarde para manter a reforma da Câmara.

Já começava a guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, a qual levaria dez anos para ser resolvida, e isso acirrava a vida política do país mais ainda. Divisões ideológicas, indisciplina política nas províncias, como ocorreu no Pará, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, todas pacificadas por Caxias nesses anos turbulentos da política do primeiro Império e das Regências.

Em 1835, consegue-se aprovar a Regência Una, sendo eleito Feijó. Apoiado por Evaristo, tido como pacífico, ao contrário de Holanda Cavalcanti, seu oponente. Feijó venceu por 2826 a 2251 votos no país todo, dando uma visão da pouca representatividade que o voto tinha naquele período.

Essa eleição de Feijó foi sua última grande demonstração de prestígio político e popular, uma vez que sua figura estava desgastada mesmo entre seus companheiros de antigas lutas políticas. Evaristo era combatido pelos caramurus, a quem apoiara no passado recente e desentendeu-se com o próprio Feijó, inclusive.

Em 30 de dezembro de 1835 publicou o último número do *Aurora Fluminense*,

Foi jornalista, deputado, político, orientando a opinião do país porque tinha um espírito sério, probidade moral, sinceridade e, sobretudo, uma inteligência lúcida, desapego aos altos cargos, um grande desejo de servir e de ser útil, afirma Nicola Aslan em seus escritos.

Traduziu grande parte da *História do Brasil* de Armitage. As suas poesias, versos de circunstância, sem maior valor literário, só foram publicadas em 1915, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXII¹⁶

ACADÊMICO

Membro do Instituto Histórico de França e da Arcádia de Roma. Patrono da cadeira nº 10 da Academia Brasileira de Letras, por escolha de seu fundador, Rui Barbosa.

MAÇOM

Iniciado na Maçonaria em 1 de junho de 1832 na Loja Esperança de Nitheroy nº 0003 no Rio de Janeiro.¹⁷

Nada mais foi encontrado na literatura profana ou maçônica a respeito de sua trajetória na Instituição, nos cinco anos posteriores à iniciação, o que é de se lamentar, não se sabendo se foi ativo todo o tempo, se foi um maçom proeminente como foi na política e no jornalismo, se galgou cargos importantes. Infelizmente, esse é um fato muito comum em nossa história: a falta de registros consistentes a respeito de nossos próceres.

CONCLUSÃO

Lamentavelmente o Brasil, nossa querida Pátria, tem um pequeno defeito civilizatório ou de cultura, que é o de não proteger, guardar e divulgar, não mitos ou ídolos, mas nossos benfeitores da humanidade, nossos exemplos que construíram a história deste imenso país e da grande nação brasileira. Pouco se acha sobre esses vultos da história, ou, pelo menos de alguns deles, e temos dificuldade na pesquisa.

¹⁶ <https://www.academia.org.br/academicos/evaristo-da-veiga/biografia>

¹⁷ ASLAN, NICOLA -

Sabe-se que Evaristo, um culto da nossa história, um batalhador pela constituição, dos que hoje seriam necessários milhares para incutir na cabeça da população a necessidade aprovar uma boa Carta e segui-la fielmente, é muito pouco conhecido e praticamente ignorado nos bancos escolares, como tantos outros vultos aqui mesmo mencionados, dando-se destaque a cinco ou seis deles apenas em todo nosso cabedal histórico.

Quando se trata de Maçonaria, ou melhor, de maçons, a situação piora. O próprio Grande Oriente do Brasil, se tem maiores informações a respeito, sonega-os aos leitores, maçons e profanos, não tendo uma galeria dos grandes vultos que frequentaram suas Colunas. Somente um ou outro historiador, “fuçador”, da qualidade de um Nicola Aslan, consegue arrancar tais informações a respeito. A única notícia de que se tem a respeito, é que Evaristo foi membro da Loja Esperança de Nictheroy, n. 3, fundadora do GOB.

Se chegou a Mestre, se foi instalado, se frequentou a Maçonaria por muito tempo, em meio a sua vida atribulada como político, jornalista e comerciante, a respeito disso nada se sabe.

Mas, daqui se depura que foi um construtor social, sem dúvida alguma. Defendeu a lei, a ordem, a Pátria, as instituições, a cultura e a Verdade, através de seu trabalho.

Merece estar na galeria de Patronos da Academia Brasileira de Letras, Cadeira n. 10, escolhido pelo acadêmico Rui Barbosa, só isso, imagine o leitor, e, claro, merece ser Patrono da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, por ter sido um maçom de escol, seja lá por quanto tempo e em que grau tenha atingido em seus curtos 5 anos de conhecimento da Verdadeira Luz.

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Evaristo da Veiga. In:

VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ASLAN, NICOLA. **Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1973.

Referências:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio_de_Andrada_e_Silva

<https://www.academia.org.br/academicos/evaristo-da-veiga/biografia>

05 - WALNYR GOULART JACQUES

26.08.1929 - 27.01.2022

Confrade Ivan A. Pinheiro¹⁸
Cadeira N° 44

INTRODUÇÃO

Conheci pessoalmente o Irmão Walnyr Goulart Jacques em 2016, ano do meu ingresso na Loja de Estudos e Pesquisas *Universum* n^o 147, jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul (GL). Até então, para mim, ele era tão somente mais um retrato na galeria de ex-Grão-Mestres. Embora sereno, de trato afável, diminuto e silencioso, ao falar a sua presença se agigantava e se impunha, e já nas primeiras manifestações revelava, se intencionalmente ou não (mas penso que não, pois já era parte da sua natureza), o seu posicionamento conservador, não avesso às mudanças, mas deveras cauteloso com o ritmo do porvir -, o que deixava os “mais jovens”, como eu, impacientes. Minha primeira submissão à *Universum*¹⁹ foi rejeitada (em outros termos: polidamente retirada de pauta), e por certo as suas ponderações foram decisivas. Embora convivendo na mesma Loja os nossos contatos ficaram limitados às sessões mensais e às esporádicas extensões para a confraternização - ágape. Mais recentemente, as iniciativas no âmbito do gerenciamento da pandemia (CoViD²⁰-19) foram determinantes para que no biênio 2020-21 o afastamento, que atingiu a todos, fosse ainda maior.

¹⁸ Mestre Maçom titular da Cadeira 44 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras. Agradeço a valiosa contribuição do Professor Dr. Lucas V. Dutra, Irmão e Companheiro Maçom do Quadro da ARLS Presidente Roosevelt, 75, GLESP, Oriente de São João da Boa Vista.

¹⁹ Um texto sobre a “questão de gênero” na Maçonaria.

²⁰ *Corona Virus Disease*, 2019.

Tudo, então, passou a transitar pelo mundo virtual²¹, ambiente no qual o Walnyr não se sentia à vontade – o seu tempo era o do “olho no olho”, o do aperto das mãos e dos abraços.

Assim, ao invés de primeiro conhecer o homem, iniciei por uma das suas obras. E a oportunidade para conhecê-lo assim, de modo indireto, surgiu por ocasião das celebrações das Bodas de Prata (25 anos de criação) da Loja *Universum*, quando então me pus a estudar um dos seus principais legados: as Edições *Universum*, periódico impresso para divulgação dos estudos e pesquisas realizadas pelos integrantes da Loja que leva o mesmo nome - tema ao qual adiante eu voltarei (Pinheiro, 2021).

Desse modo o destino me trouxe a oportunidade para, ainda que tardiamente, me juntar aos tantos que hoje lhe rendem as justas e devidas homenagens. E também por uma circunstância inesperada, a de seu falecimento ter sido recente, este panegírico, de certo modo, é também um relatório de estudo e pesquisa, uma maneira de prestar-lhe mais uma homenagem através daquela que dentre as suas criações – a *Universum* – foi a que nos aproximou.

Assim, aos poucos, à medida em que tomava conhecimento das suas realizações, crescia a admiração que me levou a escolhê-lo para hoje homenageá-lo como patrono da Cadeira nº 44 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, mas também uma oportunidade para dar conhecimento, ao Brasil, de um Maçom e gaúcho tão insigne por corporificar, como poucos, conforme adiante darei a conhecer, os mais elevados valores e ideais da Maçonaria.

Para realizar este trabalho que, como disse, também é um relatório de estudo e pesquisa, eu recorri a diversas fontes: 1) entrevistas concedidas pelo próprio homenageado, o que traz a este texto elementos

²¹ Em O Vigilante (2017, p. 12) pode ser vista a cópia da sua palestra, em manuscrito, por ocasião da Sessão Magna alusiva à comemoração dos 50 anos do seu Grão-Mestrado.

autobiográficos; 2) às suas obras; 3) aos depoimentos colhidos junto a Irmãos²² que com ele tiveram larga convivência; 4) junto à Associação Cristã de Moços (ACM)²³, entidade à qual se dedicou por ainda mais tempo do que à Maçonaria²⁴; e, é claro, os 5) seus familiares²⁵. Restou aberta uma lacuna, não por falta de esforços, porque todos malsucedidos: depoimentos daqueles que gozaram do seu convívio no ambiente profissional na única empresa na qual trabalhou, onde ingressou ainda jovem e trabalhou até a aposentadoria - a Sul América Seguros²⁶. Ao invés de destacar as falas individuais e fazê-las corresponder aos autores - o que tornaria o texto demasiado segmentado e o desviaria do foco principal -, optei pela construção de uma narrativa na qual os depoimentos se entrecruzam e mutuamente se reforçam; e para assegurar a validade do texto final - a correspondência da narrativa com a realidade dos fatos - o mesmo foi encaminhado para a leitura e a aprovação prévia de todas as fontes. A todos o meu agradecimento e reconhecimento de que, sem as suas colaborações, este empreendimento não teria se concretizado.

²² Os Irmãos Rui Stragliotto (ex-Grão Mestre); Valdir Gomes (MI), integrante do Quadro da LEP *Universum*, 147; e, Carlos Winter (MI), integrante do Quadro da ARLS Estrela do Atlântico Sul, 120. Deste último eu agradeço a cópia do “Discurso em Homenagem a Walnir”, à época (2006) escrito pelo Irmão Hamilton R. Ruivo, este, hoje, também no Oriente Eterno.

²³ O Sr. Ênio Ferreira (atual Presidente, maçom “adormecido”) e o Sr. Leopoldo M. Lima (ex-Presidente e atual Diretor Tesoureiro), com os quais o Irmão Walnir compartilhou muitos e variados momentos.

²⁴ Leopoldo M. Lima (Dir. Tes. e ex-Presidente) e Ênio Ferreira (atual Presidente), este também maçom ...

²⁵ O casal de filhos: o médico cardiologista Dr. Jacques E. Jacques e a médica internista Dra. Jacqueline Jacques.

²⁶ O sistema da empresa é modelado apenas para atender clientes mediante informação (filtro) do CPF ou CNPJ; os não-clientes não conseguem passar à próxima fase do *menu* de alternativas. O atendimento via Ouvidoria informa que “este tipo de informação” não pode ser fornecido, não favorece o acesso ao nível administrativo superior (gerência, Recursos Humanos, etc.) e, por fim, esclarece que maiores informações ou reclamações deverão ser feitas pessoalmente nos escritórios no Rio de Janeiro ou São Paulo.

O HOMEM

Walnyr Goulart Jacques (WGJ) nasceu²⁷ em Itaqui (noroeste do Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, fronteira com a Argentina) no dia 26.08.1929.

Foi o caçula entre os 12 irmãos. Perdeu o pai aos 4 (quatro) e a mãe aos 12 anos. Ainda não tinha completado os 15 anos quando veio fazer a vida – estudar e trabalhar – em Porto Alegre. Um dos irmãos, militar, assumiu a sua tutoria legal e o trouxe para Porto Alegre; todavia, porque não pode abrigá-lo, foi instalado em pensionatos: o primeiro localizado na Rua Marechal Floriano, o segundo, no qual permaneceu até casar, na Rua Avaí, ambos no centro da cidade²⁸. E entre ambos, durante um período que não foi possível precisar, mas que perdurou até a data limite permitida pelo Regulamento, residiu na ACM, que à época oferecia serviço de *hostel*. Dessarte, desde muito cedo a ACM passou a desempenhar um papel singular e mesmo estruturante na sua vida (adiante voltarei a este assunto).

O segundo pensionato, sito na Rua Avaí, era então administrado por um casal tendo à frente Dona Adelaide, por quem WGJ nutria grande estima e carinho. Os indícios sugerem que as relações de afeto eram recíprocas, haja vista um dos usos e costumes do Walnyr: levar os filhos para visitar aquela que, sem exagero e piegas, pode ser considerada a sua segunda família, em especial pela figura materna representada por Dona Adelaide.

Munido dos atestados de saúde física e mental, bem como o definitivo contra a varíola, ambos emitidos já em Porto Alegre, em

²⁷ Pais: Orbino H. Jacques e Feliciano G. Jacques, eram colonos que residiam e trabalhavam no interior de Itaqui.

²⁸ Informações orais prestadas pelos entrevistados; todavia, no requerimento de inscrição à admissão no Colégio Júlio de Castilhos, consta como residência a Rua Cristóvão Colombo, 39 (1º andar) como sendo a residência – talvez a do irmão mais velho.

15.02.44, portanto ainda com 14 anos, requer inscrição para prestar exame de admissão à primeira série do curso ginásial do Colégio Estadual Júlio de Castilhos; aprovado, em 09.03.44 teve homologada a sua matrícula. Aos 20.12.47, então já com 18 anos, recebe, com o timbre da República dos Estados Unidos do Brasil, e do Ministério da Educação e Saúde, o Certificado (44/47) de Conclusão da 4ª série, do qual se extrai que estudou, além do inglês e francês, também desenho, latim e canto orfeônico. Chama a atenção, nas cópias dos documentos cedidos pelo Colégio²⁹, que todos os requerimentos, em que pese a menoridade, foram assinados pelo próprio Walnyr.

Jovem e com necessidades, tão logo concluiu o primeiro ciclo do nível médio começou a trabalhar na Sul América Seguros (SAS)³⁰, aonde ingressou por concurso (aos 17-18 anos) e por ser exímio datilógrafo. À época, ser datilógrafo era praticamente um pré-requisito, uma competência essencial para ingressar na área administrativa das principais organizações - a expertise datilográfica demandava estudos e muita prática, o que equivale a dizer: tempo, dedicação, disciplina e também algum investimento. E é a partir dos detalhes biográficos, ora vistos como sinais, que podemos inferir acerca não só da visão (leitura do ambiente e projeto de futuro) pessoal de WGJ quanto, e não se pode desconsiderar a importância, da orientação e do apoio recebido dos que formavam o seu círculo de convívio mais próximo.

Diversos cursos de formação e aperfeiçoamento possibilitaram que fosse promovido a vendedor de apólices, galgasse outros cargos e chegasse a Superintendente Regional. Não chegou a frequentar o III Grau, mas os cursos e o desenvolvimento alcançado o habilitaram ao magistério, em nível médio, da língua portuguesa, o que desempenhava à noite na Escola de Comércio da ACM, aonde também chegou a ocupar o cargo de Diretor; portanto, além de securitário, foi também professor.

²⁹ A quem também agradeço pela pesquisa realizada e os subseqüentes encaminhamentos.

³⁰ Depreendo, pois não obtive informações, de que foi dispensado da prestação do serviço militar.

É de se notar que a ACM, além de ter sido um espaço residencial, de prática esportiva, da formação de amizades e mesmo de socialização *lato sensu* foi, também, uma oportunidade profissional e de renda complementar para WGL.

O morador de Porto Alegre consegue visualizar a triangulação: “Rua Avaí (residência) - Rua Borges de Medeiros (SAS) - Rua Washington Luiz (ACM)”, área delimitada por um perímetro facilmente de ser percorrido a pé, o que favorecia o seu grau de ocupação, ritmo e dinamismo.

Naqueles tempos, 1940-1950, quando Porto Alegre possuía aproximadamente entre 275-300 mil habitantes³¹, a Rua Avaí tinha os ares do que hoje se associa a uma comunidade, algo mesmo próximo a uma família, todos não só se conheciam entre si como também efetiva e mutuamente se relacionavam. E não demorou muito, pois afinal as casas ficavam uma em frente a outra, para que entre o ir e vir para o(s) trabalho(s), os olhos do Walnyr viessem a se cruzar com os daquela que viria a desposar: ele, aos 16, passando pela rua; ela³², aos 14 anos, à espera na janela. Ambos só tiveram um relacionamento afetivo, e o namoro/noivado, às antigas, se estendeu por 8 (oito) anos, quando finalmente em 30.12.1953 disseram o sim, então, já no altar. A esposa recebeu a educação da época, tradicional e católica, no Colégio Bom Jesus de Sévigné; e como boa parte da sua família também residisse na Rua Avaí, esta pode então ser considerada a terceira família de WGJ. Dos filhos, o primeiro nasceu em 1955 e, a segunda, em 1962. A esposa, embora apreciase a vida doméstica e de dedicação aos filhos, por necessidade, começou a trabalhar, tendo sempre desempenhado atividades administrativas em órgãos públicos de atendimento social. Mais tarde, já viúvo, diria:

³¹ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Rio_Grande_do_Sul_por_popula%C3%A7%C3%A3o_\(1940\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Rio_Grande_do_Sul_por_popula%C3%A7%C3%A3o_(1940)). Acesso em: 02.06.23.

³² Maria M. Magalhães.

Casei muito cedo com uma mulher maravilhosa e tivemos um casal de filhos. Deram-me quatro netos, dois de cada filho, que são uma grande alegria. Dois já estão formados e os outros dois estão se formando em Engenharia (O Vigilante, 2017, p. 11).

E assim ocupava o seu dia: à luz do sol trabalhava na Sul América, à tardinha vinha para casa, jantava, via os filhos e depois se dirigia à ACM. Raramente retornava antes das 23 horas, quando os filhos já estavam postos à cama. Porque durante a semana trabalhava dia e noite, à Maçonaria, pelo menos inicialmente, só restavam livres os sábados. Voltarei a este assunto em seção específica.

O amor pelos esportes levou à paixão pelo *Sport Club* Internacional, time que sempre que possível acompanhava *in loco*. Em 1969, quando inaugurado o estádio Beira Rio, adquiriu 5 (cinco) cadeiras e um *bax* para estacionamento, o que não só facilitava como era um estímulo para assistir todos os jogos do time do coração, sempre, é claro, na companhia dos filhos (e posteriormente dos netos) e demais familiares (tios, sobrinhos, etc.) que nos seus deslocamentos lotavam a camionete DKW³³ da família. Não podia dar outra, entre os seus legados

³³ Curiosidade para os mais jovens: a sigla DKW significava inicialmente "Dampf-Kraft-Wagen", carro de força a vapor, já que os primeiros produtos oferecidos pela empresa foram pequenos motores a vapor. Com o tempo, a empresa passou a oferecer motores a gasolina com ciclo de dois tempos, mas a denominação DKW foi mantida. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=camionete+dkw&sxsrf=APwXEde1LolumUc7glXCw1NlzAFCz2cTIA%3A1685452133921&ei=ZfV1ZI_pN4zm1sQP6Oee8Ao&oq=camionete+dkw&gs_lcp=Cgxn3Mtd2l6LXNlcnAQAQgAMgUIABCABDoKCCMQigUQjxCdAjoHCC4QigUQjzoHCCMQigUQjzoLCAAQgAQQsQMgE6QguEIAEELEDEIMBEMcBENEDogsIABCKBRCxAxCDAToLCC4QgAQQsQMgE6QguEIoFEMcBENEDEEM6DQguEIoFEMcBEK8BEEM6BwgAEIoFEEM6QguEIMBEMcBELEDENEDEIAEOgUilhCABDoQCC4QigUQsQMgWEQ1AIQQzoJCC4QigUQChBDoggILhCABBCxAzoTCC4QigUQlwUQ3AQQ3gQ3wQYAToNCAAQigUQsQMgWEQQzoLCC4QgAQQsQMgQ1AI6CAgAEIAEELEDogcIABCABBAKoggIABAWEB4QCkoECEEYAFAAWPobYLYxaABwAXgAgAHBAogB1xGSAQgwLjExLjEuMZgBAKABAcABAdoBBggBEAEYFA&scien t=gws-wiz-serp. Acesso em: 30.05.23.

deixou duas gerações - os filhos e os netos – de torcedores do *Sport Club* Internacional. Considerando a vida bastante ocupada de WGJ, esses momentos de descontração, lazer e maior estreitamento dos laços familiares, deixaram marcas indeléveis nas memórias afetivas dos filhos.

A partir de meados dos anos 60, quando concluída, a casa no balneário de Pinhal (110 km de Porto Alegre) passou a ser o destino obrigatório da família (filhos, netos, sobrinhos, etc.) e agregados (namoradas, namorados, amigos), sobretudo nos períodos de veraneio - de dezembro a fevereiro. O ambiente litorâneo era um estímulo adicional para a sua inquietação esportiva, sendo avesso a permanecer “à toa” na beira da praia e, mesmo que por vezes apresentasse alguma resistência, a Dona Maria era a companhia de sempre nas suas longas caminhadas. Vale lembrar que ela era “mais da casa”, interna, ele, seja por temperamento ou necessidade, essencialmente externo. Madrugador, sempre iniciava o dia com alguma atividade física.

Mais tarde, como o filho mais velho, casado, também possuía casa de veraneio³⁴, o relacionamento dos seus filhos (os netos do Walnyr) acabou por ser um pouco mais distanciado porque, afinal, se viam divididos com a atenção devida aos outros avós – os pais da mãe. Ademais, os 7 (sete) anos que separaram o nascimento dos filhos, sendo ela a mais jovem, tal como em muitas famílias de algum modo repercutiu nas formas dos relacionamentos familiares e, por extensão, na família ampliada: genro, nora e netos. Assim, embora ambos evoquem o legado do pai amoroso, provedor e dedicado, ao primogênito a expressão da disciplina, das exigências e das obrigações têm cores mais fortes.

Paralelamente às atividades profissionais e mesmo em meio ao lazer, sempre tinha um livro à mão e continuamente anotava, escrevia e escrevia, bem como encantava pela oratória.

Dos filhos, no que tange aos estudos, sempre gerenciou a liberdade

³⁴ Ou seja: outro pólo de atração, e de certo modo, concorrente como ponto de reunião familiar.

sem transigir com a responsabilidade, sendo exigente quanto aos resultados e, embora amável nos auxílios e orientações, quando necessário não dispensava a crítica; posteriormente, era com indistigível orgulho que referia aos êxitos obtidos pela descendência. Mas se as circunstâncias e as opções impunham (como visto) que ele passasse pouco tempo em casa, quando presente revelava-se amoroso e sempre solícito, comportamento extensivo na atenção aos netos - era frequente ser demandado para possibilitar as atividades dos filhos, inclusive descansos em razão dos seus haveres profissionais pois, conforme dito, ambos médicos submetidos a escalas e plantões.

Mesmo aposentado para fins pecuniários, continuou a participar de tantas atividades quantas pudesse, pois nunca foi uma pessoa de ficar sem fazer nada.

Na família, e supõe-se que nos demais ambientes, como foi o caso do seu convívio na *Universum*, era a voz ponderadamente otimista, pois com jeito (diálogo, composição, etc.) não haveria problema que não pudesse ser resolvido. Mas a perda da esposa, em 2014, após sucessivos problemas de saúde, companheira e parceira de mais de 60 anos, representou um grande abalo e precipitou os problemas que sucederiam, afinal, também já estava em idade avançada. Se a família, a Maçonaria e a ACM nos primeiros tempos ainda eram o seu porto seguro, aos poucos, a tristeza o foi acometendo e distanciando-o do cotidiano. Em que pese a sua intensa atividade intelectual, logo sucedeu o Alzheimer, o que se de um lado contribuiu para desconectá-lo ainda mais do mundo externo (ACM e Maçonaria) que lhe era tão caro e efervescia a sua mente, do outro oportunizou a reaproximação e quiçá a ressignificação de alguns eventos e episódios havidos nas relações com os afetos mais íntimos, notadamente com os filhos.

A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS (ACM)

Na ACM, aonde chegou no início da década de 50, provavelmente em 1952, desenvolveu a paixão pelos esportes em geral,

foi monitor, lecionou, participou de inúmeras Comissões, exerceu praticamente todos os cargos administrativos e executivos, inclusive a Presidência, por 3 (três) mandatos consecutivos (2007, 2008 e 2009) e, por 4 (quatro) vezes integrou o Conselho Diretor.

O papel à época ocupado pela ACM no cenário esportivo, bem como o amor e a dedicação aos esportes, notadamente o vôlei e o futebol, os quais WGJ praticava com assiduidade, constituíram forças naturais para o seu engajamento [um adulto jovem] ativo nas mobilizações que resultaram na fundação de duas das maiores federações esportivas do estado do Rio Grande do Sul; com efeito:

- “O voleibol chegou ao Rio Grande do Sul no início do Século XX, mais precisamente em Porto Alegre, através da Associação Cristã de Moços (ACM) [...] Somente em 1954 foi fundada a *Federação Gaúcha de Volley-Ball*, em 27 de setembro, com a função de comandar e coordenar o voleibol do estado [...]”³⁵; e,
- “A Federação Gaúcha de Futebol de Salão foi fundada no dia 04 de junho de 1956 na Associação Cristã de Moços (ACM) de Porto Alegre pelos clubes Grêmio Náutico Gaúcho, ACM-RS, [...]”³⁶.

Para entender melhor a relação entre o Homem, o Maçom e o “Acemista”, é preciso retroceder à história da ACM, o que justifica as citações a seguir obtidas a partir da *homepage* institucional³⁷.

Para garantir a unidade de trabalho nos diferentes locais de atuação, em 22 de agosto de 1855 foi realizada a 1ª Conferência Mundial, em Paris, da qual participaram delegados de diversos países; neste

³⁵ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_Ga%C3%BAcha_de_Voleibol#:~:text=Somente%20em%201954%20foi%20fundada,de%20voleibol%20masculino%20em%201955. Acesso em: 14.06.23.

³⁶ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_Ga%C3%BAcha_de_Futebol_de_Sal%C3%A3o. Acesso em: 14.06.23.

³⁷ Fonte: <https://www.acm-rs.com.br/>. Acesso: 01.06.23.

encontro foi aprovada a Base de Paris, linha filosófica das ACMs em todo o mundo, e nos seguintes termos:

As Associações Cristãs de Moços procuram unir aqueles que, considerando Jesus Cristo como seu Deus e Salvador, de acordo com as Sagradas Escrituras, desejem, em sua fé e na sua vida, serem discípulos Dele e trabalharem juntos para estenderem entre os jovens o reino de seu Mestre. Que as divergências de opiniões sobre outros assuntos, por mais importantes que sejam, mas que não estejam incluídos no princípio anterior, não deverão interferir nas relações harmoniosas das Associações Confederadas.

Em 1965 foi firmada a Declaração de Tozanso (Japão) que estabeleceu e reafirmou: a ACM é uma Organização Internacional e Cristã, de Voluntários, de Associados, que mantém um programa diversificado que educa para a cidadania, mas também é uma Fraternidade e um Movimento Juvenil.

A Declaração de Kampala (1973) foi a primeira grande revisão da Base de Paris, tendo reafirmado os princípios da “Carta Mãe” da ACM, determinou também as políticas de atuação para a ACM Mundial. Esse ato de reconhecimento da Base de Paris coloca sobre as várias associações (rede de ACMs ao redor do mundo) e seus membros como cooperadores de Deus e imperativos tais como:

- trabalhar para que todos tenham oportunidades iguais e exista justiça para todos;
- trabalhar para obter e manter um ambiente onde o relacionamento entre as pessoas se caracterize pelo amor e compreensão;
- trabalhar para obter e manter dentro das ACMs e da sociedade, com suas organizações e instituições, condições que levem em conta a honestidade, a

- profundidade e a criatividade;
- desenvolver e manter a liderança e programas que sejam exemplos da variedade e profundidade da experiência Cristã; e,
- trabalhar para o desenvolvimento integral do ser humano.

Por fim, uma divisa com poder de síntese: o nosso trabalho é local com alcance global.

Aos Iniciados na Maçonaria, após travar conhecimento com a filosofia da ACM, sua finalidade, bem como o seu *modus operandi*, amparado no voluntariado, torna-se imediata a percepção de uma efetiva simbiose, bem como sinergias, não só institucionais, como também, e talvez sobretudo, entre os respectivos quadros; com efeito, nas suas próprias palavras: “Essas duas atividades [ACM e Maçonaria] são quem tem [sic]³⁸ feito – e refeito – a minha vida. Eu sempre me ocupo com essas duas instituições” (O Vigilante, 2017, p. 11).

Há pois, motivos para crer que o Walnyr encontrou na ACM tanto uma fonte para a sua formação e desenvolvimento em todas as dimensões *lato sensu* (físico, moral e social - *mens sana in corpore sano*) quanto fez deste mesmo espaço um ambiente de prova e prática das lições e valores aprendidos que, assim, se tornaram apreendidos, introjetados no seu modo de ser. Como órfão de pai e mãe, bem como com alguma distância da família natural e consanguínea, claro que sem prejuízo de outros com os quais conviveu, não é possível desprezar a relevância do “ambiente ACM” na constituição dos seus princípios e valores. Verdadeiramente, esses eram prezados com vigor e rigor, em matéria de ética chegava mesmo a ser intransigente, circunstância testemunhada por todos que com ele conviveram; um dos entrevistados afirmou que ele “primava pela autenticidade e a sua ação era sempre motivada pelos mais elevados ideais”.

³⁸ Em lembrança ao homenageado.

A afabilidade sempre aberta ao diálogo, à composição e à mediação, ao lado de um estilo de gestão descentralizada com vistas à maior agilidade e qualidade no atendimento das demandas, constituem um conjunto de predicados que estão por detrás de um dos principais legados que deixou na ACM: a sua participação, por inúmeras vezes, na elaboração e reforma dos textos estruturantes, a saber, estatutos, regulamentos e normas em geral, atividades também enriquecidas pela sua expertise e detalhamento criterioso quando no trato da “última flor do Lácio”.

Pelo seu temperamento, competências, habilidades e permanente disponibilidade, mesmo já afastado dos compromissos formais, Walnyr (carinhosamente também conhecido como “vovô”) frequentemente era ouvido quando a Administração se via à frente de importantes decisões, assim como era unanimemente indicado quando a ACM necessitava se fazer presente em relevantes encontros institucionais.

Em 2022, quando se completariam 70 anos desde que após o seu nome na Base de Paris, isto é, quando assumiu o compromisso de transmitir os valores “acemistas”, WGJ recebeu homenagem póstuma como Associado Base - Benemérito.

Finalmente, a constatação registrada alguns parágrafos acima (“Aos Iniciados na Maçonaria [...]”) é um subproduto deste trabalho, tanto inesperado quanto grato. Talvez não seja mero acaso ou coincidência o fato de que o atual Presidente da ACM, conforme já informado, ser um “maçom adormecido” e que ingressou nos quadros da Ordem³⁹ pelas mãos do seu pai (Luiz Fontanive Ferreira, também ex-Presidente da instituição) que, por sua vez, foi vestido com o avental pelas mãos de Walnyr G. Jacques. Por certo que nem toda a alta administração da ACM é constituída por maçons, e seria demasiado estranho se assim fosse, mas há vários maçons ativos que integram ambas as instituições; assim, tanto no que tange às relações institucionais, quanto entre os seus quadros

³⁹ Hoje a Cinquentenária, Benemérita, Augusta e Respeitável Loja Simbólica *Concordia et humanitas*, 56 (Rito Schröder), GLMERGS.

enquanto indivíduos, salvo melhor juízo, este é um campo aberto a estudos e, por que não, à realização de parcerias.

O MAÇOM – CRONOLOGIA E REALIZAÇÕES

Em entrevista o homenageado (Jacques, 2011) declara que foi Iniciado no dia 29.10.55⁴⁰, na Augusta e Respeitável Loja Simbólica General Moreira Guimarães, 26, jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul (GL). Sua Elevação se deu em 15.04.57 e a Exaltação em 15.07.57. A primeira Instalação⁴¹ não demorou (04.07.60), assim como, na sequência, a recondução para mais um ciclo de gestão.

Por oportuno, um breve parêntese para chamar a atenção sobre alguns eventos complementares e que no curso do tempo se revelaram bem ao modo de ser de WGJ: se inicialmente a casa de praia no Balneário Pinhal (meados dos anos 60) serviu como plataforma para os encontros informais dos Irmãos e que ocorriam na cidade vizinha, o balneário de Cidreira – cidades distantes 11 km -, mais tarde foi, também, a gênese para a formação de duas Lojas.

Provavelmente porque a Maçonaria já ocupava um espaço muito grande na sua vida, bem como para evitar o distanciamento dos Irmãos em geral (de todas as Lojas), que habitualmente de dezembro a fevereiro, sobretudo os porto-alegrenses (e os seus familiares)⁴², acorrem “em massa” para o litoral, e também valendo-se da “experiência de campo” já sabida exitosa, o Walnyr sugeriu e teve aprovada, em 24.02.74, a licença

⁴⁰ Curioso: na matéria também publicada em O Vigilante, em 2017, p. 11, lê-se que foi Iniciado em 27.10.56, aos 26 anos. Já no “Discurso em Homenagem à Walnyr”, apresentado pelo Orador da sua Loja, consta que foi em 29.10.56. Pode ser um simples equívoco, um detalhe que não altera o quadro geral, mas serve para nos chamar a atenção para o quanto, no que refere à Maçonaria, mesmo sobre fatos recentes é difícil a uniformidade e a exatidão.

⁴¹ Eleito em 01.05.60.

⁴² Para fugir do calor sufocante que justifica a alcunha popular de “Forno Alegre” atribuída à cidade.

para o funcionamento da Loja Estrela do Atlântico Sul, estabelecida no balneário de Cidreira⁴³ e com sessões previstas apenas para o período do veraneio. Passados alguns anos, o caráter temporário da Loja perdeu o sentido pois, naturalmente e aos poucos, outras Lojas, já com ânimo continuado, foram fundadas ao longo do litoral gaúcho. Assim, em 1985 a Estrela do Atlântico Sul deixou de ser uma licenciada, ascendeu à condição ARLS e mudou-se para Porto Alegre, onde está localizada na sede da Grande Loja e se reúne sob os auspícios do Rito Escocês Antigo e Aceito e, atualmente, reconhecida como Benemerita. Posteriormente o Walnyr solicitou a sua transferência da General Moreira Guimarães para a Estrela do Atlântico Sul.

A fundação da Estrela do Atlântico Sul (no verão de 1974), só ocorreria 2 (dois) anos após o término da sua gestão (1972) à frente do Grão-Mestrado, o que, desde então, veio conferir institucionalidade às reuniões – algo tão caro à Ordem. Curiosamente, também:

Foi em um ambiente descontraído, no verão gaúcho (quando a maioria das Lojas Simbólicas está em recesso) e na praia de Cidreira, que ocorreram as primeiras e sucessivas reuniões que constituíram, pouco a pouco, o embrião do que viria a ser a LEP *Universum*. Ao embalo das reuniões de sábado à tarde, e seguindo o modelo sugerido por Giannetti em “Felicidade” (escolhido um tema, um membro do grupo organiza algumas anotações básicas que, previamente distribuídas, orientarão os debates com livre porém estimulada participação de todos), que aos poucos foi amadurecendo a ideia de dar continuidade aos encontros após o período do veraneio, não mais no ambiente do litoral, mas já em Porto Alegre. Entre outros, participavam desses saraus literários-maçônicos, os Irmãos Kurt M. Hauser⁴⁴ [...] Ailton P. T. Branco e Walnyr G.

⁴³ Município distante cerca de 140 km de Porto Alegre.

⁴⁴ Que também viria a ser Grão-Mestre.

Jacques, a quem coube a coordenação das atividades que levariam à fundação da Loja em 15.05.1996 [...] (Pinheiro, 2021, p. 98).

Dessarte, se intencionalmente ou não, WGJ contribuiu para levar e expandir a Maçonaria para o litoral gaúcho, e assim, as trajetórias pessoais e familiares se cruzaram com as da Ordem. É pouco provável que essa sucessão de eventos⁴⁵ tenha sido deliberadamente planejada, mas não dá para deixar de pensar que WGL buscava conciliar e otimizar os seus amores, prazeres, empreendimentos e compromissos: família, vida ao ar livre para a prática de esportes e, a Maçonaria com toda a sua multidimensionalidade.

Mas o Walnyr não apenas fundou a *Universum*, foi um efetivo empreendedor, tendo ficado à sua frente como Venerável durante os 10 primeiros anos, ele escreveu, editou, financiou, trabalhou por novas fontes de recursos e publicou a revista que divulga a Loja. Por ocasião do levantamento realizado por Pinheiro (2021) já haviam sido publicadas mais de 3.600 páginas distribuídas por entre 180 artigos e em 39 edições ordinárias, isto é, não inclusas as especiais e comemorativas. E para que se tenha melhor ideia do legado de WGJ, ele assinou 41 artigos que, reunidos, constituiriam um livro com mais de 600 páginas. Todavia, em meio a este legado encontra-se outro, talvez ainda mais relevante: ao longo dos anos WGL escreveu, em formato de capítulos publicados em sucessivas edições da *Universum*, a história da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul – período 1928-1970⁴⁶. Após a publicação dos “Primórdios da Criação das Grandes Lojas Brasileiras” (Jacques, 1997), logo no número seguinte (Jacques, 1998) ele deu início à série dos 19 capítulos, só concluída quase 10 anos após (Jacques, 2005). Posteriormente, em celebração aos 90 anos do então Respeitabilíssimo Irmão Walnyr Goulart Jacques, Eminente Ex-Grão Mestre, todos os

⁴⁵ Casa de Praia, Loja Estrela do Atlântico Sul e embrião da LEP *Universum*.

⁴⁶ Posteriormente, o Irmão Valdir Gomes, também do Quadro da *Universum*, deu sequência ao trabalho de WGJ e registrou os principais eventos ocorridos na GL no período 1970-2022. (GOMES, 2022)

capítulos foram reunidos e publicados em uma Edição Especial, a de número 40 (Jacques, 2019) e com aproximadamente 400 páginas.

De volta à linha do tempo, em 10.10.1960, portanto no mesmo ano em que foi Exaltado, foi Iniciado no Grau 4 junto à 1ª Inspetoria do Rio Grande do Sul; 10 anos mais tarde, em 17.07.1970, recebeu do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil, o Grau de Grande Inspetor Geral - 33.

Em uma das entrevistas, com algum saudosismo e deixando à evidência a sua posição mais conservadora, revelou que à época da sua Iniciação a Maçonaria era mais discreta e muito dedicada aos estudos. Ainda: que a ação e atuação do maçom se dá na forma de sociedade organizada, articuladas com os demais Irmãos ao invés de esperar que a instituição tome a frente das iniciativas; aprendidos os ensinamentos – a doutrina maçônica - em Loja, cabe aos Irmãos aplicarem-nos fora dos Templos no sentido a tornar a humanidade mais feliz. Chama a atenção para a beneficência, que ao invés dos interesses políticos e pessoais, deveria ocupar mais a atenção dos maçons, lembrando o caso do EUA, onde a Maçonaria patrocina hospitais e colégios.

Qualquer semelhança com o que anteriormente foi referido em relação à ACM, parece não ser mera coincidência, mas antes coerência e integridade de valores, atitudes e senso de missão.

Tendo sido Grão-Mestre ainda jovem, com pouco mais de 10 anos de Ordem, adotou como princípio, em linha com o seu temperamento, ouvir os mais experientes:

É sempre interessante o Grão-Mestre valer-se das experiências dos ex-Grão-Mestres, a fim de desenvolver boas administrações. Foi o que fiz na minha gestão ... eu me louvava muito na experiência dos meus antecessores. Meu 1º Vigilante foi Grão-Mestre ... a Jurisprudência foi feliz e unânime nas

decisões, durante minha gestão (Jacques, 2011, p. 4).

Seis anos após, reiterou: “Comecei muito jovem, mas sempre muito bem cercado de Grão-Mestres que vinham sempre me visitar e me dar conselhos, inclusive aos sábados” (O Vigilante, 2017, p. 11). E talvez mesmo, em parte, possa ser atribuída a essa sua característica (habilidade, virtude?) a circunstância de tão precocemente ter ascendido ao cargo mais elevado da GL; uma citação revela a sua postura tipo (mais observar do que falar), bem como o seu viés conservador: “basta que tenhais observado o que os outros Vigilantes fizeram de bom para imitá-los e o que de mau praticaram para corrigir-vos”. Tanto os “acemistas” quanto os Irmãos de Ordem concordaram: o fato de um lado valorizar e contar com a experiência dos antigos não o impedia de estimular as inovações, porém as acompanhava com cautela.

Conclui reiterando o aconselhamento aos mais novos Iniciados:

“[...] devem trabalhar para a sociedade [...] quem quiser, que se junte à Maçonaria e tente seguir os princípios e valores da Ordem, que é beneficiar a comunidade, fazer com que as pessoas cresçam e prosperem. Trabalhem a Maçonaria como uma grande instituição. Aprendam os princípios e cumpram com as suas tarefas harmonicamente em benefício da nossa sociedade” (O Vigilante, 2017, p. 11).

Foi eleito Grão-Mestre Adjunto na chapa do Respeitabilíssimo Irmão Eugênio Martins Malheiros, este falecido em 15.07.67, portanto, no mesmo ano da instalação da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), o que sinaliza que estava em configuração um novo (re)posicionamento e *status* político, em nível nacional, das Grandes Lojas. À época, apesar do seu pouco tempo de Ordem, WGL não era um neófito na alta administração da Grande Loja: já fora vice (adjunto) do Irmão Eugênio M. Malheiros quando este exerceu o cargo de Grande Secretário Chanceler na gestão do Grão-Mestre Oswaldo Nunes.

Existem, pois, independentemente dos depoimentos, sinais que, se não são reveladores (porque já antecipados na seção referente à ACM), autorizam inferir acerca de algumas expertises do homenageado, a exemplo do bom diálogo (saber ouvir, transigir, mediar, etc.) e, por consequência, a capacidade de articulação em meio a uma arena onde as iniciativas e a movimentação dos personagens, de regra, não são motivadas apenas por altruísmo humanitário, mas também por uma mescla de interesses individuais e dos grupos políticos “representados” – não apenas na Maçonaria, mas em qualquer grande Organização, notadamente na sua alta administração. Mas, diga-se, nada que surpreenda sabendo-se da sua carreira exitosa como vendedor e a também admirada como professor; ambas atividades que requerem o domínio da habilidade retórica – a arte do convencimento – e a propósito, lembre-se, conteúdo das Instruções Maçônicas.

O início das atividades como Grão-Mestre Adjunto se deu através do Ato nº 737, de 07.04.67, e se estendeu até 28.08.72, quando do término do segundo mandato, já então como Grão-Mestre.

Quando assumiu o Grão Mestrado a GL possuía pouco mais de 30 Lojas, o que de um lado tornava o diálogo, o entendimento, a cooperação e os acordos mais facilitados. Todavia, “antigamente o trabalho era enorme. Tínhamos que fazer cartas à mão e depois datilografar” (O Vigilante, 2017, p. 11). Ademais, a circunstância de a Grande Loja não possuir uma sede própria (“casa fixa”), induzia a uma gestão mais itinerante, mais contato com os Irmãos, hábito muito próprio do homenageado.

Mediante o Ato nº 747, de 14.08.67, cria “O Vigilante”, veículo de divulgação da cultura maçônica tantas vezes já citado neste texto e que até esta data permanece em circulação periódica.

Após a CMSB, por unanimidade, ter rompido qualquer convênio ou tratado firmado entre as Grandes Lojas e o Grande Oriente do Brasil,

pelo Ato nº 757, de 09.11.67, o então Grão-Mestre (WGJ), ainda que entristecido, denuncia o Tratado de Mútuo Reconhecimento, Fraternal Amizade e Estreita Colaboração.

Na 64ª Reunião Plenária (janeiro 1968) foi criada a Fundação Maçônica da Grande Loja e também o Departamento de Escotismo, este com a finalidade de congregar a juventude e, principalmente, de encontrar espaços para promover atividades aos *lowtons*⁴⁷ - é razoável crer que a sua dedicação aos esportes, bem como o “ambiente ACM” o tenha colocado à frente deste projeto, quicá com entusiasmo.

Na 65ª Reunião Plenária (26 a 28.08.68) “foram entregues, pela primeira vez, Diplomas aos Veneráveis Mestres eleitos e instalados”.

O foco da gestão no primeiro mandato foi dirigido para o aperfeiçoamento do sistema ritualístico e da docência maçônica. Como? Promoção de encontros, debates e muito diálogo em meio à convocação dos Mestres Instalados para uma Loja de Emergência. Nas palavras de um entrevistado: “pelo seu exemplo, o Walnyr era em si mesmo a melhor docência – o protótipo do maçom a ser seguido, o modelo, pois o comportamento revela o caráter”. E tal como em família, em meio os Irmãos era otimista e motivador.

Os comentários a algumas das mudanças introduzidas durante a sua gestão deixam claro que nem sempre manteve identidade de pensamento com as propostas trazidas pelas Lojas e aprovadas nas Assembleias, bem como, pela posterior reversão das medidas, o acerto dos seus posicionamentos.

Lamentou, por exemplo, a alteração de 4 (quatro), nos solstícios e equinócios, para 2 (duas) e depois 1 (uma) Assembleia Anual, o que levou a gestão a administrar predominantemente por Atos e Decretos, afastando as Lojas das discussões que acreditava deveriam subsidiar as decisões, o que ia de encontro (contrariamente) às Constituições de

⁴⁷ O filho de WGJ foi adotado como *lowton*.

Anderson, das quais era defensor e por isto propunha o resgate dos princípios fundamentais⁴⁸. Ademais, as Assembleias são (eram) oportunidades para: (1) ainda com o frescor das novidades, prestar contas dos acontecimentos mais relevantes, notadamente das discussões e deliberações nos fóruns maçônicos, a exemplo da Confederação Maçônica Interamericana (CMI) e da CMSB; bem como (2) prestar contas de todos os atos, iniciativas e compromissos assumidos, sempre se colocando à disposição para esclarecimentos, afastando, assim, eventuais dúvidas ou desconfiças.

A sua postura conservadora revela-se em vários momentos, assim, nas palavras de um dos entrevistados: ele [WGJ] “Referia constantemente a necessidade de não debater ou contestar os princípios e regulamentos da Maçonaria. Era um maçom essencialmente formalista e legalista”.

Foi crítico, também, considerando um equívoco, a extinção do Conselho de Administração e Justiça – órgão de assessoria ao Grão Mestrado e também fonte (qualificada) de obreiros para as Grandes Comissões. Por fim:

O segundo ponto negativo, em nosso entendimento, foi a extinção do cargo de Grão-Mestre Adjunto, segundo na hierarquia com força, por tratar-se de cargo eletivo, em igualdade de condições para dialogar com o Grão-Mestre, coisa que membros nomeados não possuem essa força (Jacques, 2019, p. 362).

Assim, não por acaso, tanto os entrevistados na ACM quanto os Irmãos da Grande Loja consignaram que ele estava à frente do seu tempo; conhecedor da natureza humana e das suas idiossincrasias, tinha os olhos voltados para o sistema normativo em geral, bem como para as estruturas organizacionais. Parece claro o seu compromisso com uma

⁴⁸ Daí a contrariedade frente àquele meu primeiro trabalho...

visão de futuro (para além da sua gestão) e os subsequentes encaminhamentos estratégicos em detrimento das questões mais pontuais, pessoais e de curto prazo.

Quando se efetua alteração na Constituição tem-se o desejo de aperfeiçoar-se o sistema readequando-o à realidade da época, implantando-se nova filosofia administrativa. Nem sempre as mudanças soam bem e trazem benefícios, fato que só o tempo irá comprovar – se as alterações foram bem-sucedidas ou se houve prejuízo à Instituição (Jacques, 2019, p. 360).

Através do Decreto nº 787, de 20.03.69, modificou o processo eleitoral com a instituição da chapa única com cinco cargos: VM, I e II Vigilantes, Orador e Tesoureiro, os demais cargos por nomeação. E com relação às eleições, sempre foi a favor do debate de ideias e das disputas, mas uma vez encerrado o escrutínio é preciso resgatar e preservar a união para a concretização do projeto vencedor.

Como que em confirmação ao seu posicionamento já reportado acima, a 67ª Reunião Plenária (na cidade de Bagé, 15.11.70) ganhou a denominação de Assembleia Geral Extraordinária porque os próprios Irmãos/Lojas perceberam o equívoco da reunião única aprovada na reforma da Constituição.

Conforme já manifestado, era grande a sua habilidade como articulador e negociador, circunstância patente também pelo fato de, durante a sua dupla gestão, a Grande Loja não ter logrado envolvimento direto com nenhum dos lados em disputa no período dos Governos Militares⁴⁹ e tampouco tenha assumido posicionamento que a colocasse sob suspeição frente aos princípios e valores da Ordem⁵⁰. Um exemplo

⁴⁹ Revolução de 1964 que impôs restrições aos direitos e liberdades, individuais e coletivas, bem como os seus inúmeros desdobramentos que se estenderam até 1988 quando então a normalidade democrática foi restaurada.

⁵⁰ Circunstância não verificada, em geral, na Maçonaria Brasileira conforme revelado

é o seu posicionamento na reunião Extraordinária, convocada pela CMSB, em 1969, na qual o Grão-Mestre da Grande Loja de Minas Gerais solicita o apoio da Maçonaria na indicação de um nome para suceder o General Arthur da C. e Silva, afastado por doença e provisoriamente substituído por um triunvirato – junta militar – no governo. Por unanimidade a Assembleia se recusou a sugerir um nome, isto é, a participar do processo nos termos veementemente sugeridos, não para dizer exigidos. Também a corroborar as suas habilidades, o conhecido “Caso da Maçonaria no Uruguai” que até então não utilizava o Livro da Lei. Encaminhado para mediar e resolver o problema, não só conseguiu promessa de correção da irregularidade maçônica, como deu início a uma fraternal convivência entre as Potências e Nações.

As constantes viagens e compromissos, mas também vários eventos festivos (homenagens, celebrações, etc.) ora pertinentes à Maçonaria, ora para atender à ACM, fizeram com que Walnyr, sempre que possível, tivesse a companhia da Dona Maria e ocasionalmente dos filhos, iniciativa que também estimulava naqueles que o acompanham nos eventos institucionais. É possível conjecturar que se de um lado essas iniciativas eram maneiras de atenuar a saudade e mostrar “a realidade do seu mundo” (o dia a dia externo) aos mais queridos, de outro lado não se pode excluir a possibilidade de que fossem movimentos compensatórios, com oferecimento de oportunidades para sair da rotina, assistir palestras, conhecer novas pessoas, etc.

E era também assim que se dava o conhecimento mútuo entre as famílias (cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, alguns já integrantes das entidades paramaçônicas), fossem constituídas, bem como estreitados os laços das amizades, como foi o caso com Nair Gomes, falecida esposa de Irmão Valdir Gomes, ainda hoje membro ativo do Quadro da *Universum*. Nessas ocasiões Walnyr se deixava descontraír, soltava a voz ao embalo das canções da época e até mesmo arriscava o papel de *cover* de Altamar Dutra, Nelson Gonçalves e, naturalmente, Lupicínio Rodrigues, a quem conheceu por terem residido no mesmo bairro.

Em 1997, em coroamento da sua trajetória, foi escolhido para a Cadeira 8 da Academia Maçônica de Letras Sul Rio-Grandense (ACADESUL)⁵¹, cujo patrono é Hipólito José da Costa, a seu juízo “um exemplo de maçom”, razão pela qual o homenagearia com um livro que leva no título o nome completo do homenageado: Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. E assim Walnyr foi tornado imortal para a Maçonaria gaúcha.

Mesmo encerradas as suas gestões – mandatos –, tal como na ACM, sempre se manteve à disposição para colaborar no que fosse necessário, o que não correu poucas vezes e durante todas as administrações que o sucederam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – O LEGADO DE WALNYR G. JACQUES

Creio que não há equívoco na afirmação de que nenhum homem é uma unanimidade. Amplie-se o espectro de análise e o número de interlocutores, que de imediato surgirão as divergências e as contrariedades; mas estas, pouco, senão nada contribuem para a identificação das referências, das balizas cada vez mais e tão necessárias à humanidade. Por certo que o Walnyr não foge à regra, pois se as limitações e as imperfeições são inerentes à natureza humana – afinal, não somos pedra bruta a ser lapidada? –, também não faltam aqueles que, por temperamento e traço comportamental, tendem a acentuar os aspectos negativos sem antes percebê-los como partes de menor importância de um conjunto, de uma unidade maior que, esta sim, encerra a efetiva relevância. Ademais, a passagem para o Oriente Eterno não tem o condão da canonização.

No caso em apreço, o que torna o Walnyr um “exemplo de maçom”, “um imortal”, não é a unanimidade dos depoimentos colhidos

⁵¹ Também sobre a sua trajetória na ACADESUL eu tentei obter maiores informações, mas não logrei sucesso.

que, reconheço, foi a partir de uma amostra muito reduzida, mas antes a coerência das informações recolhidas e que pouco a pouco não só foram constituindo (e também reafirmando) a imagem que todos detêm do homenageado como, por si mesmas e mais importante, revelavam um comportamento deliberado e consistente que, ao fim ao cabo, explicam e conferem harmonia e integralidade a essa mesma imagem. Em síntese:

- as perdas, as adversidades e as necessidades logo nos primeiros anos de vida, ao invés de lhe terem inculcado desânimo e espírito lamentoso, ao contrário, contribuíram para forjar um temperamento otimista e reconhecido como sereno, disciplinado e ponderado. Pelo esforço e dedicação, tudo seria possível;
- por certo que carregava a seiva dos valores familiares, mas quis a Roda da Fortuna que em Porto Alegre tivesse o acolhimento de pessoas compreensivas, amorosas e dedicadas que não só lhe prestaram o apoio material e mais imediato, como muito provavelmente colaboraram para a consolidação daqueles valores, bem como lhe devem ter apontado o sentido do “rumo certo”;
- não menos importantes foram os ambientes da ACM e da Rua Avaí, comunidades fraternas no pleno sentido da expressão, e talvez com algum exagero, efetivas famílias ampliadas;
- é de esperar que ao longo de tantos anos tenham existido (e talvez não poucos) contratempos e contrariedades, mas a circunstância de ter se mantido ligado a apenas uma relação afetiva, com a Dona Maria, e a poucas instituições (uma só empresa empregadora, a ACM e a Maçonaria), é reveladora de ele ter sido não apenas dotado de um profundo e sólido sistema de crenças, como também de ter feito da vida um efetivo exercício dos princípios e valores já aludidos e ora sintetizados como o conjunto das virtudes teologais e também das cardeais;
- e, por fim, s.m.j., deva ser salientada, porque salta aos olhos, a coerência entre os depoimentos, as iniciativas, os atos e os eventos que organizam a narrativa da vida e obra do Walnyr.

Conforme já foi salientado, sem menosprezar o apoio de todos com os quais conviveu, apoio que, frise-se, há consistentes indícios de que tenha sido conquistado pelas atitudes, comportamentos e exemplos, pode ser dito que a trajetória de Walnir Goulart Jacques se assemelha a de um *self made man*. Um homem, um chefe de família, um maçom, um cidadão gaúcho que conquistou e fez por merecer todas as honras e homenagens que hoje lhe são prestadas em razão do legado deixado às novas gerações. Foi, provavelmente, por ter convivido com tantos exemplos, e sobretudo ter tido a humildade e a sabedoria para ter se espelhado em “um exemplo de maçom”, que hoje lhe rendemos homenagens como um maçom exemplar. E que cada um enxergue a luz e, se for o caso, extraia destas linhas as lições que melhor lhe aprouver.

BIBLIOGRAFIA CITADA

GOMES, Valdir. Histórias da GLMERGS II – período 1970-2022. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **Edições “Universum”**, n. 44, abril, 2022.

ISMAIL, Kenno. **História da Maçonaria Brasileira** – para adultos. Londrina-PR: A Trolha, 2017.

_____. **Maçonaria Brasileira** – a história ocultada. Brasília-DF: No Esquadro, 2021. Vol. I e II.

JACQUES, W. Goulart. Histórias da MRGLMERGS. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **Edições “Universum”**, Ed. Especial, n. 40, outubro, 2019.

_____. Entrevista. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **O Vigilante**, n. 21, p. 3-4, dezembro, 2011.

_____. História da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul - XIX. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **Edições “Universum”**, n. 23, p. 7-18, agosto, 2005.

_____. .. História da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **Edições “Universum”**, n. 5, p. 8-39, março, 1998.

_____. . Primórdios da Criação das Grandes Lojas Brasileiras. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **Edições “Universum”**, n. 4, p. 8-43, novembro, 1997.

O VIGILANTE. História – Walnyr Goulart Jacques, 50 anos de Grão-Mestrado. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **O Vigilante**, n. 27, p. 11-12, junho, 2017.

PINHEIRO, Ivan A. Loja de Estudos e Pesquisas (LEP) Universum, 25 Anos: passado, presente e futuro. Porto Alegre-RS, GLMERGS, **Edições “Universum”**, Ed. Especial (comemorativa): Jubileu de Prata (25 anos), p. 97-112, maio, 2021.

06 - CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA

Confrade Valdir Anderson Silvério
Cadeira Nº 46



(1780-1846)

O Maçom e Cônego Januário da Cunha Barbosa, nascido no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1780, apesar de não ser frequentemente citado na ocasião da independência do Brasil, mesmo entre os maçons, figura entre os “homens ilustres de nossa pátria” e é personagem ativo na história do Brasil. Como um personagem notável e eminente, foi admirado pelos seus pares e perseguido pelos seus opositores, sempre acompanhado de controvérsias e polêmicas, que ocorreram na política nacional que se exasperou com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808. Nas décadas seguintes, Januário estaria vinculado aos principais eventos do recém-instalado Império do Brasil.

Januário, um homem de múltiplos talentos e funções, trabalhador incansável, foi pregador, jornalista, político, historiador, cronista do Império, professor de Filosofia e por fim, bibliotecário da

Biblioteca Pública da Corte. Certamente, a sua atuação na Biblioteca contribuiu para consolidar a presença da Biblioteca no rol das grandes instituições do Império do Brasil. (RAMOS, Lia Brandão)

Ordenado a padre em 1803, viaja para Lisboa e na volta ao Rio de Janeiro é nomeado professor da Cadeira de Filosofia Racional e Moral da corte. Sendo um personagem palaciano e com acesso as cortes, seus sermões agradam D. João VI que, em 1808, o agracia com o hábito da Ordem de Cristo, ordem cujas origens remontam a dos Cavaleiros Templários.

Com o passar do tempo, e inspirado por ideais iluministas e movimentos como a Inconfidência Mineira, um sentimento de independência tomava conta de toda a nação, surgindo diversos grupos e associações com o intuito da separação do Brasil de Portugal. Dentre estes grupos, a maçonaria se torna protagonista deste nobre ideal. Dentre os grupos de maior influência, o conhecido “grupo do Ledo” (do qual Januário fazia parte) e o “grupo do Bonifácio” aumentaria sua rivalidade durante os debates em torno do movimento constitucionalista e de independência que se acirrava no Rio de Janeiro após a Revolução do Porto em 1820. Cada grupo tinha diferentes concepções, e cada um preservava acerca da ideia de soberania nacional. Enquanto o grupo de Ledo defendia um sistema de governo baseado na soberania popular, de inspiração jacobina – tendo na figura de D. Pedro I o principal representante, o grupo do Bonifácio pleiteava uma a carta constitucional que diminuía o poder da Assembleia Legislativa, tomando a autoridade do Imperador como um direito herdado da dinastia dos Bragança.

Em meio a este cenário, Januário da Cunha Barbosa foi iniciado em 1821 na Loja Comércio e Artes, onde figuravam os protagonistas da independência do Brasil. É iniciado sob o nome iniciático de KANT.

Com o retorno do Rei D João e sua corte para a Portugal em 1821, foi extinta a proibição de circulação de impressos que não fossem da

Impressão Régia na colônia. Assim, o Revérbero Constitucional Fluminense foi um dos primeiros panfletos periódicos a surgir, em oposição ao domínio português. Como objeto de incentivo a Independência do Brasil, tinha claramente uma inclinação liberal. O Revérbero , cuja tiragem era quinzenal, foi criado e editado por Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo e, entre setembro de 1821 e outubro de 1822, imprimiram em suas páginas a defesa de um projeto nacionalista, visando uma monarquia constitucional brasileira independente de Portugal.

No livro Anais Maçônicos Fluminenses de 1834, o Revérbero é citado:

A ideia de independência do Brasil agitava fortemente os espíritos irritados dos Brasileiros, pelos imprudentes procedimentos do congresso de Lisboa para com esta considerável parte da monarquia, que aquele congresso constituinte parecia desprezar ou maltratar, a cada disposição legislativa que desprezava nossa gente. Os corações dos filhos de nossa pátria pulavam indignados, e ansiavam pela independência . Porém a Loja Comércio e Artes estava florescida e contava em seu grêmio homens de saber, de bons costumes e engendrado patriotismo. Foi então que dois membros fundadores da antiga Loja Reunião (Ledo e Januário), empreenderam com seus escritos para iluminar o povo com o Jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”. Fundado em 15 de setembro de 1821, este jornal prestou grandes serviços, de forma entusiasmada, à causa da independência e a monarquia constitucional representativa. (GREGÓRIO, 2023, pag. 21 e 22)

Na ocasião da fundação do Grande Oriente Brasiliense em 1822, o então Padre Januário é eleito para exercer a função de Grande Orador do GOB. No desmembramento da Loja Comercio e Artes para a

formação de mais lojas para a criação do GOB, Januário é sorteado para ficar na Loja Comercio e Artes na Idade do Ouro.

De acordo com o boletim do GOB de 1965, no 1 a 3, pág. 30, o Padre Januário foi autor do primeiro Hino Maçônico do Brasil. Foi composto para se cantado na ocasião do aparecimento da Gr.º. Luz , na solenidade de inauguração do novo templo de sua loja.

“Salve, ó luz brilhante e nova
Astro da Maçonaria
Tu na história nossa marcas
O mais glorioso dia.
Quem te segue os passos firma
No caminho da virtude
A velhice e a juventude
Devem teu clarão prezar
Salve, ó luz etc.
Neste novo Templo unidos
Em Santa Fraternidade,
Honramos a Divindade
Por um culto singular
Salve, ó luz etc.
Em ativo zelo inflamas
Os verdadeiros Maçons
E assim nossos corações
São a caridade do Altar.
Salve, ó luz etc.”
(ASLAN,1973,pag. 110)

Em 15 de setembro de 2022, após a independência do Brasil, Cunha Barbosa se dirigiu para uma missão em Minas Gerais com o intuito de conversar com grupos resistentes a aclamação de D. Pedro I como novo imperador do Brasil. Na volta de sua missão, em outubro, entra em contato com Ledo para informar que o Conselheiro Bonifácio de Andrada, em função de disputas políticas por poder, havia convencido o Imperador que ambos eram republicanos e que queriam a

morte e expulsão de D. Pedro do Brasil. Em dezembro, Januário é preso pelos agentes dos Andradas, e sem julgamento, é deportado para Havre na França junto com Brigadeiro Nóbrega e desembargador José Clemente. De Havre, vai para Londres, onde manda imprimir seu poema Niterói. Em 1823, após julgamento, o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro absolve Cunha Barbosa por falta de provas. Ao voltar ao Brasil em 1824, Januário Cunha Barbosa é recebido por D. Pedro I, e condecorando-o Oficial da Ordem do Cruzeiro. Posteriormente, no mesmo ano, Januário é nomeado Cônego da Capela Imperial, por D. Pedro I e em 1826 é eleito deputado à assembleia legislativa pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Januário da Cunha Barbosa, guiado pelos ideais iluministas da Europa, e objetivando a criação de um estado moderno, apresentou ao Parlamento Nacional em 1826, o primeiro projeto educacional que representou a origem do ensino primário ou fundamental no Brasil chamado de Escola de Primeiras Letras. Deste projeto resultou o Decreto de 15 de outubro de 1827 e foi o precursor do ensino em solo brasileiro.

Em seu decreto, estabelece que as escolas a serem criadas, os professores ensinariam a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã. (CASAGRANDE,2006, pág. 102 e 103)

O projeto de lei começava da seguinte forma, conforme pode ser visto neste extrato do projeto original a seguir:

PROJECTO DE LEI

« Sobre as escolas do 1º grão ou pedagogias »

« A assemblêa geral legislativa do imperio decreta:

« Art. 1.º: Haverão escolas de primeiras letras, que se chamarão pedagogias, em todas as cidades, villas e lugares mais populosos do imperio. Os presidentes em conselho, marcarão o seu numero e localidades, ouvidas as respectivas camaras, emquanto não forem creados os conselhos geraes.

O Projeto Januário da Cunha Barbosa, focava na necessidade de a escola ensinar ciência, cultivar o conhecimento e estimular a investigação, do que difundir a fé. Este feito, seria suficiente para colocá-lo como Patrono da educação brasileira.

Incansável em sua missão e disposto a elevar o patamar de uma nação que estava ainda em seu berço, Januário assume diversas posições importantes no império, como Deputado, Diretor do Diário Fluminense, Diretor da Tipografia Nacional, criador e secretário do Instituto Histórico e Geográfico, e Diretor da Biblioteca Nacional, cargo que exerceu até sua morte.

Em 1831, com o retorno dos trabalhos maçônicos em solo nacional, o Cônego Januário comparece como Venerável Mestre da Loja Comércio e Artes do Grande Oriente do Brasil. Nesta ocasião, instalam-se no Brasil dois Grandes Orientes. O Grande Oriente Brasileiro (Passeio), criado pelo Senador Vergueiro e o Grande Oriente do Brasil (Lavrado) com as três lojas originais e encabeçado por José Bonifácio. Januário cria diversas pranchas para tentar a unificação dos orientes, porém sem sucesso. Em 1833, junto com Gonçalves Ledo, Januário incorpora a Loja Comércio e Artes ao Grande Oriente do Passeio, adotando o REAA e onde se tornou o Grande Orador.

Além de ser um protagonista da independência e da educação, Cunha Barbosa também se posicionou fortemente como

antiescravagista. Segundo Januário, o futuro da nação e escravidão tendiam a se tornar incompatíveis. A partir de 1834, Cunha Barbosa decidiu tomar medidas complementares à lei antitráfico de 1831, visando construir um futuro livre da escravidão. Para tentar consolidá-lo, o cônego redator escrevia no Correio Oficial:

“[O governo] decretou a abolição do comércio de escravos africanos; mas não se deram providências para a suprirem de braços, que devem faltar aos lavradores, e sucede o que vemos, isto é, que a gente do campo e do comércio, a despeito de penas fortíssimas, infringem a lei, introduzem escravos; e não aparecem preciosos efeitos que deveriam seguir-se dessa lei, se a medida fosse completa por outra que animasse a necessária emigração de artistas e trabalhadores. (...) nós necessitamos de atrair emigrados: nós queremos ver extinto o infame comércio de escravos, mas o que se tem feito a esse respeito? Ou nada ou o contrário do que deveríamos fazer”

A proposta do cônego era clara: a lei antitráfico de 1831, cuja manutenção e respeito vinha defendendo sem subterfúgios, somente seria eficaz se fosse complementada por medidas de incentivo à vinda de colonos europeus que substituíssem os escravos paulatinamente. Essa busca de alternativas de força de trabalho constitui o que aqui estou designando “experimentalismo”, a partir da noção cunhada por Seymour Drescher. (FERRETI, 2020, pag. 106)

O Cônego também se preocupava com a questão da civilização dos indígenas com vários textos nos diários oficiais que lhe são atribuídas a autoria. Os índios surgiam no rol de interesses do cônego em conjunto com a questão maior dos problemas gerados no âmbito da escravidão negra, da qual eram indissociáveis.

Januário da Cunha Barbosa faleceu em 22 de fevereiro de 1846 na cidade do Rio de Janeiro com 65 anos. Em 1848, com a presença do

imperador D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inaugurou o seu busto, onde está na sala das sessões. O Cônego ainda obteve o título de Monsenhor Januário da Cunha Barbosa alguns dias antes de sua morte.

A sua fidelidade (Januário) à Maçonaria e aos seus amigos foi exemplar e motivo de orgulho para a instituição que teve com um de seus membros mais dedicados e destacados. (ASLAN, 1973, pág. 114)

Segundo o Grão-Mestre Geral Adjunto do GOB, Barbosa Nunes, Januário da Cunha Barbosa deixou os seguintes dizeres em relação a Maçonaria:

“Filha da ciência e mãe da caridade, fossem as sociedades como tu, ó Santa Maçonaria, os povos viveriam eternamente numa idade de ouro”.

OBRAS DO AUTOR:

- Revérbero Constitucional Fluminense (Panfletos Periódicos - com Gonçalves Ledo)
- Parnazo Brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil (Livro)
- Nítcheroy (Poema)
- Os Garimpeiros (Poema)
- A Rusga da Praia Grande (Teatro)
- Discursos e sermões oficiais em igrejas, governos, G.O.B., ao Imperador etc.

BIBLIOGRAFIA:

ASLAN, Nicola. Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros , Ed. Maçônica . 1973, pág. 109 a 115

GREGORIO, Cloves. Anais Maçônicos Fluminenses: Inconfidências

da Maçonaria Fluminense em 1834, Ed do autor. 2022

NUNES, Barbosa. Um padre Maçom: Cônego Januário da Cunha Barbosa, GOB <https://www.gob.org.br/um-padre-macom-conego-januário-da-cunha-barbosa-artigo-n-244-de-autoria-do-grao-mestre-geral-adjunto-barbosa-nunes/> , acesso em 23/03/23

RAMOS, Lia Brandão: Januário da Cunha Barbosa, Biblioteca Nacional : <https://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/januário-Cunha.html> , acesso em 23/03/23

NETO, Pereira Juscelino. A memória biográfica do cônego Januário da Cunha Barbosa , Anais do XV encontro regional de história da Associação Nacional de História – Rio de Janeiro

MARTINS, Yaisa de Arruda. Januário da Cunha Barbosa – Biografia e História, Anais do XVI encontro regional de história da Associação Nacional de História – Rio de Janeiro

FERRETI, Danilo José Zioni, Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830-1836) . SCIELO <https://www.scielo.br/j/tem/a/YhT4GdY63ZyZHR4rfrsSzsD/?lang=pt> , acesso em 23/03/2023

FERRETI, Danilo José Zioni, O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839) , História da Historiografia , Artigo , Ouro Preto, v. 13, n. 34, p. 103-136, set.-dez. 2020

PEREIRA NETO, Juscelino. A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB (1821-1846). 2014. 164 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/126315> .

CASAGRANDE, Ieda Maria Kleinert. O projeto Januário da Cunha Barbosa: contribuições para a memória da instrução elementar pública brasileira, Dissertação de Mestrado – Universidade de Santa Maria, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7292>

07 - EDSON MARTUCELI MONTEIRO

Confrade Domingos Léo Monteiro
Cadeira Nº 47

DISCURSO PANEGÍRICO **EMERÊNCIA DE EDSON MARTUCELI MONTEIRO**

Nascido em 25 de abril de 1949, na cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, nas chamadas Terras Altas da Mantiqueira, local em que algumas lendas dão conta de que haveriam passagens para mundos paradisíacos e de onde surgiria uma “nova civilização”, muito provavelmente pelas belezas naturais da região e pela sensação de bem-estar e integração com a natureza, própria da “mineiridade”, ou antes, do “jeito mineiro” de ser.

Filho de Sebastião Pereira Monteiro e de Aristocléia Martuscelli Monteiro, a família deixa a região em busca de novos horizontes de vida e passa por Jundiá, Limeira até fixar-se em Pindamonhangaba, todas cidades do Estado de São Paulo.

Foi em Pindamonhangaba que Edson construiu sua vida, ligada desde tenra idade às artes, o que expressava por meio das tintas que eram manejadas com maestria pelos seus pincéis e davam vida a telas retratando diversos momentos e temas da vida cotidiana. As pinturas retrataram tanto lugares em que viveu, como pessoas com as quais conviveu, lembranças da vida adolescente que se transformava em adulta o que, do mesmo modo, talvez instintivamente, ocorreu com suas fases criativas.

Em sua fase final da vida, embora tenha falecido jovem (no ano de 2002), retratou muito de sua paixão pelas artes circenses, fazendo analogias interessantes com o simbolismo maçônico. Tanto o circo,

como a Maçonaria, eram suas paixões e, sempre que um circo chegava na cidade, lá ia o Edson se prontificar para auxiliar na montagem das tendas. Em Pindamonhangaba chegou a participar, inclusive por algum tempo, de uma *trupe* teatral de palhaços.

Seus projetos artísticos, porém, eram bem diversificados, principiando pela pintura, passando pelas atividades circenses, pelas letras, ilustrações, artesanato, esculturas, poesia, design gráfico e culminando também na montagem de cenários em miniatura, que retratavam pequenas vendas, bares, armazéns e locais da vida cotidiana à moda antiga, lembranças de tempos e locais a ganhar vida novamente pela obra do artista, que utilizava nesse trabalho, madeira velha, embalagens recicláveis, cola, isopor e tudo o que pudesse ser reutilizado; entre outras manifestações artísticas.

Na área das letras, sua poesia destaca-se através de participação em uma coletânea que ganhou forma em livro sobre a cidade de Pindamonhangaba, reunindo o trabalho de diversos artistas tratando da história e do turismo da cidade, conhecida como “Princesa do Norte”, título recebido em 1860 do cronista e poeta Emílio Zaluar. A cidade teve importância destacada no período do ciclo do café e recebeu a visita de D. Pedro II e da Princesa Isabel, esta, regularmente.

Profissionalmente, trabalhou no Grupo Villares, onde atuava ativamente em eventos de treinamento, as chamadas SIPAT, onde elaborava peças teatrais e textos para transmitir as importantes mensagens e ensinamentos quanto à segurança no trabalho. Suas ilustrações compuseram inúmeros livros e apostilas utilizados em treinamentos ministrados pela empresa. Destaca-se a identidade visual que criou para a Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba, utilizada até os dias de hoje.

No período de carnaval, criava fantasias utilizando materiais recicláveis e durante vários anos, foi premiado como a fantasia mais original do carnaval pindamonhangabense. Esse trabalho com materiais

recicláveis o levou a ser convidado para dirigir um projeto social voltado aos jovens e que consistia na importância da reciclagem através do uso de latas de alumínio.

Sempre ligado a movimentos sociais, culturais e assistenciais, foi membro do Rotary Clube Pinda-Princesa do Norte, sendo iniciado na Maçonaria no ano de 1989 na Loja Maçônica Emílio Ribas, jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo.

Casado com Dulce Quintão Macedo Monteiro, teve três filhos: Edson Júnior, Elton e Eduardo que herdaram do pai a vocação para as artes, sendo o primeiro, design gráfico e músico; o segundo, professor de Educação Física e Capoeira; e o terceiro, ator e profissional do teatro (em áreas técnicas como sonoplastia e iluminação).

Suas inúmeras atividades profissionais, sociais e voluntárias, o levavam a uma preocupação excessiva com as pessoas, em detrimento com as preocupações consigo mesmo, o que o levou em 16 de junho de 2002, aos 53 anos de idade, a ser cobrado pela herança genética da família através de um mal súbito cardíaco que o levou dessa vida na Terra para a outra na qual acreditamos seguir.

Ah! O coração!

Habitat do amor, da fraternidade e das boas paixões!

E assim, vamos em frente!

Viva Edson! Viva tio Edson! Viva irmão Edson!

08 - FRANCISCO RORATO

Confrade Adilson Zotovici

Cadeira Nº 48

À FRANCISCO RORATO

Na bela Minas Gerais
Em Guaxima então Conquista
Ano onze, julho, sete,
Para crescer entre iguais
Veio um Ser à Luz, à vista

Que sua história remete
À glória de humano sensato
Com uma grande missão
Que desde profano reflete
De nome **Francisco Rorato**

Contador de profissão
Em sua visão jornalista
Numa trilha invejável
E brilha até qual tabelião
Um cidadão futurista

Na criação foi notável
Do “Tribuna”, “O Chicote”
“O Operário”, “A Verdade”
Uma missão incansável
A Ordem, fortuna, o mote

Viveu na felicidade
Com família encantadora
Teve filha estadista
Que lá do Sul, por liberdade
Em sua trilha...Governadora

Livre pedreiro altruísta
Que bem cedo foi levado
Por garimpeiro bendito
Nele, evidente, um artista
Na Prudente de Moraes iniciado

Como artesão inaudito
Expande o nato construtor
Com a mente no futuro
Juntamente a Behring, o mito
Da "Grande Loja" fundador

E não parava, conjecturo !
Trinta e Três, Venerável Mestre
Pairava um norte gravado
Que por seu porte mensuro
Por três vezes foi Grão Mestre

Tinha um sonho bem guardado
Oficina, com afeto, aos obreiros
Erigiu Templo suntuoso
Um palácio edificado,
Bom teto aos livres pedreiros

Pelo Brasil tão famoso
Exímio leal lapidador
Por seu brilho, mestria
Em seu trilho glorioso
Da Arte Real professor

Ícone e glória da maçonaria
História de afeto em verso
Inesquecível Francisco Rorato
Notória sua companhia
Ao Grande Arquiteto o Universo

HISTÓRICO DE FRANCISCO RORATO

Nascido na cidade de Guaxima, município de Conquista-MG em 7 de julho de 1911, casado com Da. Sylvia Rorato e entre seus filhos, a política e ex governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius.

Foi contabilista e exerceu também como Oficial de registro Civil de Guaxima sua terra natal e posteriormente tabelião. Apaixonado pelo jornalismo, tendo fundado jornais como “O Chicote” e a “Tribuna de Conquista” que circularam entre 1931 e 1936, e a editora Jornalística “A Verdade”. Fundou também em Belo Horizonte o jornal “ O Operário “com grande influência local durante muito tempo e em São Paulo a revista “Seleções Médicas” e a revista “ A Verdade “ que viria a se transformar na revista oficial da GLESP até os dias de hoje.

Um grande irmão visionário voltado ao futuro, pesquisador, incentivador e divulgador da cultura maçônica.

Iniciou na Augusta e Respeitável Loja “ Prudente de Moraes “ nº 5 da GLESP)

Exerceu vários cargos nas administrações de sua Loja.

Contemporâneo do poderoso e realizador irmão Mario Behring, jovem ainda, foi um dos fundadores da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, exercendo como Grande Segundo diácono,

conforme as Atas de 18/06/1927 onde se decidiu a fundação da GLESP e da Ata do dia 02/07/1927 que a Instalou.

Ocupou e desenvolveu vários cargos nas administrações da GLESP.

Foi eleito e destacado Grão Mestre em três administrações:

Grão Mestre 1956 / 1959

Grão Mestre 1959 / 1962

Grão Mestre 1974 / 1977

Erigiu obras de destaque e entre elas, o idealizador e construtor do Templo Maçônico da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo. Seu sonho iniciou logo após a fundação da GLESP, quando ainda no templo da Loja Amizade na Rua Tabatinguera 74, posteriormente na Rua Bresser, no bairro do Brás, depois no lendário Edifício Martinelli até sua sede própria, até hoje o “Palácio Maçônico” na Rua São Joaquim, 138, no centro de São Paulo-SP.

Hoje o Palácio Maçônico da GLESP, que ficou pronto em 1960 e inaugurado oficialmente em 21 de abril de 1961, como homenagem e gratidão ao seu “criador” leva o nome de Palácio Francisco Rorato.

Reconhecido como um ícone da Maçonaria Paulista e Brasileira, lembrando as palavras do erudito irmão Raimundo Rodrigues *considerando-o e reconhecendo-o como um dos maiores vultos da maçonaria brasileira*, seu nome respeitado, homenageado e destacado em instituições maçônicas. Com seu espírito inovador, idealista e progressista, promoveu a fundação e expansão de Lojas Maçônicas sob a jurisdição da GLESP, quando Grão Mestre em 1974/77, entre outras, a ARLS Chequer Nassif-169, a primeira da GLESP no município de São Bernardo do Campo.

Destaca-se ainda que já com idade avançada, era desejo dele uma nova Loja na cidade de Santos, o que acabou não acontecendo até o dia da sua passagem ao Oriente Eterno em data de 7 de abril de 1983, momento em que seu corpo era velado no Salão Nobre do Palácio Maçônico que leva seu nome, com a presença de consternados irmãos de todas as localidades às Pompas Fúnebres, o Grão Mestre da época, irmão Mario Proietti, convocou irmãos da baixada santista e de outros orientes presentes, solicitando que se fundasse, naquele momento, uma nova Loja com Oriente de Santos, com o seu nome distintivo, nascendo assim, na mesma data do seu velório, como que se atendendo seu anseio e homenagem, a ARLS Francisco Rorato nº 261, Oriente de Santos, hoje já com 40 anos de sua fundação.

BUSCA / DADOS : ARLS Francisco Rorato-261 Santos-SP, Biblioteca GLESP, Internet.

Por suas palavras proferidas quando Grão Mestre em seu terceiro mandato, destacado na revista A Verdade ano I número 7 São Paulo-novembro/1976 , uma pequena amostra do seu perfil de “ Homem Maçom “ digno de todo respeito e admiração:

Como é bom ser bom !... Basta nos despirmos das vaidades, do ódio que não cria, da inveja que não produz, da avareza que não constrói. Sejamos apenas unicamente seres humanos. Sejamos apenas filhos de Deus, a espargir alegrias, acenos de convivência e um sorriso para todos aqueles que de nós se cercarem em busca de uma palavra amiga. **Sejamos de fato e de verdade maçons**, só assim, a paz diurna e noturna, medrará em nosso íntimo. Só assim teremos condições de proclamar : Feliz daquele que contribuiu para a felicidade de alguém.Só assim teremos condições para proclamar a todos os quadrantes...Graças a Deus eu sou Maçom !

Como forma de gratidão, respeito, admiração e grande honra a mim, indiquei o nome de nosso erudito e saudoso irmão FRANCISCO RORATO, como Patrono da minha Cadeira nessa igualmente honrosa e Douta Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, para que fique eternizado junto aos eruditos irmãos Acadêmicos, sua história de grande valor, com uma singela homenagem lírica em forma de soneto:

FRANCISCO RORATO

Soneto oriundo dum fato
Fulcral de insigne obreiro
Que fez deste mundo um canteiro
Da Arte Real literato

Seu rasto, labor vanguardeiro
Focal à jornais lhe era nato
Vasto saber, intimorato,
Um fanal ao livre pedreiro

Justo, aprumado, sensato
Obstinado cavaleiro
Arrojado em cada mandato

Deixou legado alvissareiro
Seu nome...Francisco Rorato
O Grão Mestre sobranceiro!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer ao Grande Arquiteto do Universo pela possibilidade de até aqui ter chegado nessa caminhada maçônica, ao Mui Digno Presidente, assim como aos demais eruditos irmãos acadêmicos, pela deferência e confiança ao receber-me entre notáveis irmãos dessa

Douta Academia Maçônica de Letras, destacando o confrade Michael Winetzki por seu incentivo, à minha família sempre presente em cada momento de minha vida, partícipes do meu trabalho e, em especial, ao erudito Confrade, amigo e irmão Oduvaldo Álvaro, um ícone da Arte Real como verdadeiro livre pedreiro, que, além do grande incentivo através de anos de convivência maçônica, com quem aprendi e aprendo, dia a dia, a doce, eterna e infindável lição em busca da perfeição, vislumbrou no meu trabalho literário, a possibilidade e realização dessa honraria, de grande responsabilidade, aos quais só posso além de agradecer, comprometer-me a respeitar e fazer tudo o que for possível para o engrandecimento da Academia e da Instituição Maçônica. (Adilson Zotovici - Março de 2023)

09 - BRENO TRAUTWEIN

Confrade Francisco Trautwein
Cadeira Nº 49



“No universo tudo tende a degenerar. Todo ser vivente nasce, cresce, prolifera e ... morre. Tudo o que se deixa à intempérie torna-se pó, porque anteriormente era pó. E em irônica antítese, tudo isso que degenera e termina ou transforma-se, vai aperfeiçoando as coisas, seres e, o melhor, o espírito, ou seja: o progresso.”

Ir.∴ Breno Trautwein

QUEM FOI BRENO TRAUTWEIN

Leitura do Ir.∴ V.∴ M.∴

Pai, avô, farmacêutico, professor de matemática e médico nascido em Salto Grande - SP em 11 de outubro de 1929, filho de Antônio Trautwein (Pedreiro descendente, de alemão) e Guaraciaba Jardim Trautwein (Dona de casa, cozinheira, costureira e bordadeira de mão

cheia, descendente de índios).

Seu nome foi dado pelo seu pai em homenagem a um médico que era considerado uma pessoa muito boa na sua cidade e região. Seu pai em tom de brincadeira o chamava de Ferrabrás de Alexandria⁵², até hoje não se sabe porque.

- Cursou ginásial no Ginásio de Cambará. (norte do estado distante 3.00h de Londrina).
- Cursou científico no Colégio Rui Barbosa de Jacarezinho. (próxima a Cambará).
- Cursos na Universidade Federal do Paraná.
- De 1948 a 1950, Farmácia foi laureado com o Prêmio Nilo Cairo. De 1960 a 1964, Licenciatura plena em matemática.
- De 1964 a 1970 Medicina se especializando em Psiquiatria.
- Registros no MEC (Química 2º grau / Ciências naturais 1º grau / História Natural / Física 2º grau / Matemática 1º e 2º grau / Diretor para escolas 1º e 2º grau.

E COMO FOI A VIDA DO IR.: BRENO TRAUTWEIN IR.: 1º VIG.:

Leitura do Ir.: 1º Vig.:

Viveu sua juventude e mocidade em Bandeirantes (norte do Estado distante 2h00 de Londrina) onde trabalhava na Farmácia da cidade que pertencia a seu cunhado Dino Veiga, e quando cursou Farmácia na UFPR em Curitiba, para poder responder pela farmácia de Bandeirantes, conheceu Joanita Regina Arzua com quem casou-se em 07 de julho de 1952. Conta uma história, que ele já conhecedor de cálculos e números, em aula, na Praça Santos Andrade, os alunos

⁵² Ferrabrás, ou Ferrabráz, (em francês Fierabras; em italiano Ferrau), também referido como Ferrabrás de Alexandria, é um personagem de ficção, descrito como um cavaleiro sarraceno — frequentemente com a estatura de um gigante — que enfrenta os paladinos de Carlos Magno antes de converter-se ao Cristianismo.

esperavam sempre o término da aula para passearem na Rua XV de Novembro sensação da época na cidade, e ele em uma determinada aula ao final da manhã, o professor havia escrito uma fórmula por todo quadro, e no final, quase no horário de saída, questiona o professor sobre a fórmula apresentada, mostrando um erro cometido pelo professor. O mesmo, na hora fala aos alunos que o Breno estava correto e iria refazer tudo, o que atrasaria o término da aula. A turma toda ficará com raiva do Breno, inclusive Joanita que contava esta história e dizia que ele era terrível em sala, que odiavam ele.

Em uma determinada data, na cidade de Bandeirantes, ocorreram alguns conflitos políticos que fizeram com que eles, através de um pedido do prefeito de Curitiba Ivo Arzua, primo de Joanita, trouxessem a família para trabalhar na capital. Onde Joanita começa a trabalhar no Laboratório Químico Farmacêutico do Estado do Paraná e Breno passa a lecionar no Colégio Estadual do Paraná.

A Joanita, que se tornou sua esposa, é também um capítulo a parte nesta história, do momento que se conheceram até os últimos dias de vida: a ela devemos a alegria, o bom humor, a amizade, o otimismo, gozadora como todo bom Arzua tem seu dedo na receita de Vida. Uma companheira sempre pronta a ajudar “seja quem for”.

Tiveram 6 (seis) filhos (sendo que 02 faleceram após o nascimento), e 7 (sete) netos.

- **Breno Trautwein Júnior** (Engenheiro Civil) casou-se 3 vezes (Adriana, Marcia (falecida) e Elizabete) tendo 03 netas: Marianna, Mariana, e Joana;
- **Maria Lúcia Trautwein Barbosa** (Licenciatura plena em Matemática) casada com Paulo Sérgio Maurício Barbosa, tendo dois netos o Felipe e Bruna;
- **Francisco Paulo Trautwein** (Licenciatura plena em Educação Física) Casado com Izabel Cristina Sellucio Trautwein, tendo um neto o Breno Neto e;

- **Emílio Antônio Trautwein** (Licenciatura plena em Educação Física) casado com Vânia Maria Garcia Zapparoli Trautwein, tendo o neto Pedro Emílio.

Ministrou aulas em diversos colégios e faculdades em nosso Estado, escreveu em alguns Jornais nestes municípios onde viveu, participou de programas e debates em temas polêmicos para a época. Na televisão, discutindo sobre hipnose, parapsicologia, a mediunidade e logicamente a frente do seu tempo (com vários cursos sobre o tema) trouxe alguns fatos que hoje fazem parte do dia a dia da sociedade com naturalidade. Recorda-se em uma das histórias e feitos do Breno o caso de uma menina que após uma regressão (técnica pouco conhecida naqueles tempos) desvendou mistério policial e familiar tendo grande repercussão nacional no Programa Flávio Cavalcanti, o Fantástico da época.

IR.: 2º VIG.:, EM CURITIBA E NA CONTINUIDADE DE SUA VIDA PROFISSIONAL O QUE MAIS SABE-SE DO IR.: BRENO TRAUTWEIN?

Leitura do Ir.: 2º Vig.:

O Ir.: Breno, era um estudioso contumaz, sempre se atualizando nos diversos cursos avançados em Farmácia, Matemática e Medicina (inclusive apresentando trabalho no Congresso Mundial de psiquiatria na cidade do México).

Escreveu diversos artigos, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, e profissionalmente em Curitiba teve destaque por onde passou: no IPMC, fundou a Farmácia e clinicou como médico até perto dos seus últimos dias. No Colégio Estadual do Paraná foi professor de matemática e depois médico, curiosidade a época, quando ministrava aula de matemática para uma turma que faria vestibular, os

alunos desgostosos com o conteúdo e complexidade da matéria que era apresentada vieram a desafiar o Professor Breno, _ Professor está aqui dando aula pois não sabe o que é um vestibular hoje, e a dificuldade para passar?! Na mesma hora ele informou que se inscreveria no vestibular junto com os alunos, no que fez a inscrição para Medicina e passou em 1º Lugar.

Trabalhou no antigo Bamerindus (viajando por todo o país, em capacitação de recursos humanos, trabalho este também de muito destaque para a época), no Manicômio Judiciário, Instituto de Surdos do Paraná, na Faculdade Espírita do Paraná e até o último dia de vida no Lar Estância Dona Ruth e em seu consultório particular.

- Fundador do Instituto de Cultura Espírita do Paraná e da Associação Médica Espírita e da Fundação Educacional Espírita Paraná Santa Catarina.
- Presidente honorário da Confederação de Candomblé do Paraná.
- Membro da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Associação dos médicos espíritas. Associação Médica Brasileira do Paraná e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

“Nosso corpo orgânico desaparecerá algum dia, porém nunca a nossa ideia, e por um Hiram que sucumbe mil filhos da viúva se levantam”.

**A Lenda de Hiram Ir.: Breno
Trautwein
(in Memoriam)**

**MAS E NA VIDA MAÇÔNICA IR.: SEC.: QUEM FOI O IR.:
BRENO?**

Leitura do Ir.: Sec.:

Uma de suas dedicações em vida, foi para com a Maçonaria Universal, Maçom Grau 33 (o mais elevado dentro da maçonaria) pelo Supremo Conselho do Paraná tendo passado por todos os cargos e funções dentro da ordem maçônica, fundou a Loja José Bonifácio Andrada e Silva II em 26 de Novembro de 1981, hoje com seu nome. Foi fundador da academia de letras maçônicas do Paraná (e em 28/04/2000 seria laureado como palestrante de honra e fundador da academia de letras maçônicas do Nordeste) Maçom respeitado por todo o Brasil, polêmico, e com certeza quem já leu algum dos artigos ou obras espalhados em todo o país, sabe que era a frente do seu tempo.

Em meados de 1999 e início de 2000 foi um dos 05 Paranaenses a receber a comenda máxima da maçonaria Paulista e a receber uma cadeira na Academia Brasileira de Letras Maçônicas.

Na maçonaria escreveu 3 livros, onde todos obtiveram sua parte pessoal de lucro integralmente doados a Lojas e atividades maçônicas.

Em sua atividade como Maçom esteve pela sua Loja a frente de alguns movimentos da maçonaria:

Na Loja José Bonifácio de Andrada e Silva II

- Realizou a primeira reunião litúrgica da Loja em 03/02/1982
- **Acompanhou a proposta de iniciação de um dos primeiros filhos da Loja o IIr.º Antonio Campos e dos profanos Pedro Armando e Heitor Wolf em 17/03/1982**
- **É aprovada a indicação do Ir.º Breno para delegado 05/05/1982**
- Realiza a 1ª eleição para administração da loja em 11/08/1982
- **E continuam os trabalhos deste aprendiz de pedreiro, Ir.º Breno na Loja:**
- 06/10/1982 - A Loja auxilia a revista Trolha Órgão Oficial do

Centro de Estudos Maçônico Aécio José Gomes.

- 03/11/1982 - Elevação dos primeiros Iir.: Iniciados
- 13/04/1983 - Constituiu-se e estabeleceu-se, em comum acordo, proceder às eleições seguindo as Antigas Tradições, sem “BATER CHAPAS”.
- 08/11/1983 - Instalado pelo Ir.: Breno o 1.º Conselho de Lojas da Região, como anfitriã a Loja mais antiga de Curitiba – Apóstolo da Caridade.
- 1.º Seminário de Ritualística
- Criação do Centro de estudos Dário Velozo
- Plano de Instruções para o 1.º Grau
- 25/09/1983 - O Grão Mestre do GOP solicita o cancelamento do VII Congresso e em 26/09/1983 - É comunicado que a ARLS José Bon.: de A.: e Silva II iria assumir o Congresso.
- 1982 – A Loja faz Participação no Congresso Nacional de Grão Mestres em Foz do Iguaçu
- 12/10/1983 – É realizado o Congresso pela ARLS JBAS II 204 Inscritos.
- Maior Jantar realizado pelas Loj.: GOP, Ato do Ir.: Saboya.
- 1985 - 1.º Encontro de Políticos Maçons.
- 24/06/1987 – Realiza-se a Primeira Sessão de Confirmação Conjugal.
- 1994 - Participação no Encontro de Correspondentes Maçônicos de Juiz de Fora
- Início da peregrinação dos Iir.: em busca da Cultura
- 1997 - Primeiro Livro Publicado
- 1998 a 2000 - Mais dois livros
- DOGMAS E PRECONCEITOS MAÇÔNICOS -1997.
- NOVOS RUMOS A MAÇONARIA – 1998.
- FOLHAS AOS VENTOS MAÇÔNICOS – 1999/2000.

Em outubro de 1999 fez panfletagem contra injustiças e inverdades lançadas dentro do Grande Oriente do Paraná. Aqui fica a pergunta: Por quê um homem com toda esta estrutura familiar, profissional e pessoal amava tanto os ensinamentos maçônicos?

O QUE MAIS TEMOS DO NOSSO IR.: BRENO, IR.: M.: DE CER.:?

Leitura do Ir.: M.: Cer.:

Já ao final de sua jornada terrena, aposentado das demais profissões formalmente pelo INSS e dos cargos públicos Municipais e Estaduais a qual fora servidor, professor, farmacêutico e médico, ainda medicava muitos com sua farmácia pessoal, ensinou com seu conhecimento e pensamento de professor e atendia em seu consultório particular, aonde muitos gratuitamente, ou cobrando o valor da consulta, sempre valores dignos de seu juramento de Hipócrates⁵³. Na época o valor era de 25,00 reais enquanto a maioria dos demais médicos cobrava até 100,00 reais na especialidade, inclusive, foi acionado na Associação Médica do Paraná em virtude de estar defasando a média de preços da profissão. O que nem se manifestou.

Passou por diversas tristezas as quais se referia como fatos normais na vida do ser humano, obteve sucesso, teve alegrias, homem firme e de posição, honesto e sincero (o que nos ensina a ser como obrigação e não como qualidade) amigo de todos, não destacava ninguém, pois para ele, todos nós somos importantes: pai, mãe, irmãos, primos, esposa, filhos, netos, vizinhos, amigos, colegas, companheiros e até supostos desafetos que confundem-se a cada generosidade sua, sem saber que o “Dr.º Breno pregava e com certeza continua pregando no oriente eterno, sermos uma grande família, a serviço de nossa própria evolução e de toda humanidade”.

Este é um resumo da vida do Farmacêutico, Professor Médico Dr.º Breno Trautwein Democrata com paixão, anarquista por opção.

⁵³ “Não usarei meus conhecimentos médicos para violar direitos humanos e liberdades civis, mesmo sob ameaça; faço essas promessas solenemente, livremente e sob palavra de honra.”

IR.: OR.: TENDES SUAS PALAVRAS PARA FINALIZAÇÃO SOBRE O NOSSO IR.: BRENO TRAUTWEIN.

Leitura do Ir.: Or.:

Faleceu aos 70 anos, às 08:51 min do dia 25 de abril de 2000 / terça- feira, de infarto agudo do miocárdio em virtude de um edema pulmonar, dois dias após a páscoa daquele ano. Rapidamente, sem sofrimento, onde queria, como queria, em sua casa.

No dia a casa virou um centro de visitação, centenas de amigos ali foram se despedir e consolar a família, na sequência, ao Hospital onde foi liberado o corpo, e em seu velório a capela do Cemitério Municipal ficou repleta de pessoas, o que mostrava sua abrangência como profissional, pessoa, amigo e irmão.

No velório, entre centenas de pessoas inconsoláveis e autoridades diversas, fatos curiosos, como um funcionário da limpeza pública municipal aos pés do caixão com toda a sua família homenageando uma das poucas pessoas que lhe atenderam como cidadão, e na cabeceira do mesmo, uma moça que ali permaneceu até o sepultamento dizendo que lhe devia a vida.

Sua Vida, sua morte e seu futuro conforme G.:A.:D.:U.: são JUSTAS E PERFEITAS.

Nos dias que passam de 2000 até a presente data a família e os diversos locais onde dedicou sua formação e sua vida de atendimento humanitário tem boas e admiráveis lembranças deste servidor, A Loja Maçônica que hoje leva seu nome A.:R.:B.:L.:S.: Breno Trautwein, que a

partir da primeira reunião após sua passagem para os planos superiores, decidiu colocar seu nome, tem seu reconhecimento fortalecido por todo o país, onde seu integrantes continuam sua tarefa de evolução através dos estudos e ensinamentos e maçônicos.

É por isso e por muito mais que a família e a A.:R.:B.:L.:S.: Breno Trautwein do Ferrabrás de Alexandria, Breno de Ibirarema, filho do Seu Antônio e de Dona Guaraciaba agradece, ao G.:A.:D.:U.: , por nos permitir durante 70 anos o convívio, compartilhando amizade e conhecimento além das luzes do universo humano. Breno Trautwein com certeza serviu, e em muito transformou vidas, salvando-as e elevando-as ao mais digno viver social e humano, trazendo-lhes dignidade e força para seu crescimento e evolução terrena.

Que Assim seja!

“Todo maçom por fanal ao aperfeiçoamento constante, é porque existe a imortalidade da sabedoria e da verdade. Nascemos para morrer e morremos para sempre se não vivemos para os outros, não cultivamos nossa razão, não ensinamos aos ignorantes, buscando a verdade e amando a todos os seres”.

A Lenda de Hiram Ir.: Breno
Trautwein (in Memoriam)

T.:F.:A.:

Curitiba, 11 de Março de 2024.

Compilado do Ir.: Francisco Paulo Trautwein
reeditado pelo Ir.: Emilio Antonio Trautwein.

10 - JOSÉ MÜLLER

UM HERÓI DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Confrade Claudio Alvim Zanini Pinter
Cadeira Nº 52

José Müller foi um homem visionário, virtuoso, de caráter inabalável. Como um herói da magna Grécia realizou um hercúleo trabalho que redundou a criação da UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, de uma cidade do interior de Santa Catarina, Tubarão, com cerca de 80 mil habitantes.

Liderando o processo histórico de criação e implantação da UNISUL, uma instituição comunitária e regional que desde o seu nascimento é uma referência do ensino comunitário que do Brasil rompeu fronteiras mundiais.

Como Pedreiro Livre honrou os Instrumentos de Trabalho legados pelo Grande Arquiteto do Universo. Sua capacidade de trabalho voltada à construção social de Templos à Virtude e Masmorras ao Vício era admirada por todos os Irmãos da sua Oficina, a Augusta e Benemérita Loja Simbólica Fraternidade Tubaronense.

Desde tenra idade demonstrou sua capacidade de estudo e interesse pelas questões culturais. José Müller estudou o primário na Escola Municipal Santos Dumont, em Boa Vista do Buricá – Rio Grande do Sul, secundário na Escola Apostólica de Crissiumal – Rio Grande do Sul /RS e no Seminário Sagrado Coração de Jesus de Corupá, na cidade de mesmo nome em Santa Catarina.

Foi aluno brilhante da primeira turma de Economia da FESSC - Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina - FESSC em Tubarão /SC (1965) obtendo o título de Bacharel em Ciências Econômicas (1968).

Pelas suas qualidades excepcionais demonstradas na graduação foi convidado em seguida para fazer parte do corpo docente daquela instituição. Sua carreira de profissional expandiu-se para novas fronteiras. Foi convidado para integrar a equipe de Pós-Graduação em Treinamento e Planejamento Local e Integrado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Convênio com a SUDESUL – Ministério do Interior.

Seu talento rompeu as fronteiras do Brasil. Foi convidado e integrado na Pós-Graduação do Programa Internacional de Desenvolvimento Industrial na Divisão de Desenvolvimento Industrial do Georgia Institute of Technology (Atlanta – EUA).

O professor Müller começou a lecionar aos 21 anos. Economista de formação, implantou o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Fessc – Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, em 1969 e o dirigiu por 20 anos, quando foi eleito reitor da Unisul – sua maior obra.

Professor em diversos cursos ofertados ministrando inúmeras disciplinas, nas áreas de Economia e Desenvolvimento Regional, Realidade Sócio Econômica e Política Brasileira nos diferentes períodos de sua longa carreira. Tinha no contato e na formação dos alunos sua vocação primeira. Ao mesmo tempo, durante estes anos escreveu dezenas de trabalhos e livros e participou de inúmeras instituições, tais como:

- Instituto Brasileiro de Planejamento
- Sociedade Interamericana de Planificación – SIAP
- Associação dos Economistas do Sul de Santa Catarina
- Conselho Regional de Economistas da 7ª Região – Florianópolis SC.
- Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento – ABTD.

O Professor José Müller foi autor de mais de 200 ensaios, análises e artigos científicos e projetos voltados para o desenvolvimento social. Destacamos alguns:

- “Porto de Laguna: compromisso municipal de gestão e desenvolvimento”
- “Programa de Planejamento e de Construção do Desenvolvimento Sustentável dos 22 Municípios da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar”
- “A Municipalidade e o Emprego Produtivo”.
- A Integração do Trabalho – Sul de Santa Catarina com co-autoria de Aloysio Umau, Alberto Cargnin, José Müller e Rafael Schilickman. Estudo da Série “Santa Catarina – Sul”. FESSC-FCE. (1968).
- Plano de Governo de Colombo Salles, que administrou o estado de 1971 a 1975
- Implantação da Universidade do Sul de Santa Catarina (1989).
- Coordenador da Equipe da FESSC junto ao Sínodo Diocesano (1983).
- Coordenou a equipe do Projeto de Elaboração e Implantação para a transformação da FESSC em UNISUL, formada pelos professores, Laudelino Santos Neto, Wilson Schulter, Eduardo Búrigo de Carvalho e Amaline Boulus Issa Mussi (1989)

Entre os livros escritos por ele destacamos:

- “A Unisul e o Desenvolvimento Sustentável do Sul de Santa Catarina - Uma análise crítico-propositiva”
- “Fé e ciência: reflexões”, este último, lançado pela editora Unisul em junho de 2017.

José Müller nasceu na cidade de Montenegro, estado do Rio Grande do Sul em 29 de junho de 1936, filho dos agricultores José Eduardo Müller e Catharina Müller. Recebeu uma educação austera

como era comum na época nas famílias de pequenas propriedades rurais. Este traço de amor ao trabalho moldado por uma prática cristã diária marcou durante toda a vida.

Casou-se com a Senhora Loyde Bonot Müller e tiveram dois filhos Guilherme Bonot Müller e Ilka Bonot Müller.

Faleceu em 2018, com 82 anos. Os anos finais de sua existência foram o coroamento e reconhecimento do herói que venceu os desafios da pobreza e galgou os últimos degraus da escada de Jacó.

O Título de Honra pela sua vida dedicada à região pelo poder Legislativo. E o Título de Doutor Honoris Causa outorgado pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Este homem José Müller que foi meu mestre na UNISUL recebe agora com as minhas lágrimas o penhor de gratidão cuja memória estou sempre de pé e às ordens.

11 - DOMINGOS JOSÉ MARTINS

Confrade Mario Cristino Bandim Vasconcelos
Cadeira nº 53

Domingos José Martins, nasceu na Província do Espírito Santo, na localidade denominada Quarteis, próxima de Marataízes, no município de Itapemirim, na provável data de 09 de maio de 1781.

Filho de Joaquim José Martins, capitão de milícias, também capixaba, e da baiana Joanna Luíza de Santa Clara Martins.

Teve sete irmãos dos quais um cerrou fileiras com ele na Revolução Pernambucana de 1817 e o outro lutou na Confederação do Equador, em 1824.

Foi iniciado na Ordem Maçônica, em Londres, pelas mãos de dois grandes e expressivos Irmãos, Hipólito José da Costa, que viria a ser o patrono da Imprensa Brasileira e Francisco de Miranda, considerado o precursor da independência na América Espanhola e iniciado em 1780, na Loja América, nos Estados Unidos, por ninguém menos que George Washington.

Fica patente a genealogia idealista e libertária deste que sonhava com um Brasil Republicano livre do jugo português e que, por 74 dias, conseguiu realizar este sonho. Sonho este que, infelizmente, transformou-se no pesadelo de seu martírio e de outros heróis da Pátria.

Segundo GURGEL(2007), trata-se do “maior vulto da luta republicana no Brasil” e não é difícil de assim o considerarmos se tomarmos contato com seu protagonismo na Revolução de 1817, também conhecida como Revolução dos Padres ou, mais tristemente, como A Revolução Esquecida. Sim! Este grande mártir de nossa Pátria,

primeiro herói capixaba, ainda não ocupa seu justo e merecido lugar na memória de nosso povo.

Sua liderança fez tremer os pilares do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, apenas por uma infeliz conjunção de fatores adversos, a República Brasileira não conseguiu emergir.

Ele foi o catalisador do conjunto de fatores agravantes que ao longo de décadas gestaram o espírito libertário, quais sejam: povo sofrido com a grande seca de 1816 e carestia crescente, impostos que levavam os mirrados ganhos do povo para o conforto da corte no Rio de Janeiro, privilégios flagrantes nas forças armadas em favor dos portugueses e em detrimento dos brasileiros, pressões abolicionistas internas e externas e outros tantos ingredientes que concorreram para o aumento da temperatura social.

Domingos José Martins, cujo nome muito merecidamente está gravado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria⁵⁴, foi a liderança altaneira e destacada do movimento. Seu espírito jovialmente enérgico e destemidamente empolgante foi objeto de nota até mesmo pelos que não lhe nutriam tanto apreço.

Antônio Henriques, ao libertá-lo da prisão no dia 06 de março, declara: “Martins, nosso amigo, nosso pai, nosso libertador, desce que estamos todos prontos a derramar sangue por ti.” (QUINTAS, 1985).

E QUINTAS prossegue:

Domingos Martins tinha qualidades que, se não fossem prejudicadas pelo seu excessivo e utópico idealismo, tê-lo-iam feito um completo e perfeito condutor de homens. Possuidor de irradiante simpatia pessoal, com uma grande facilidade de

⁵⁴ Lei 12.488, de autoria do Deputado Federal Maurício Rands e sancionada pela então presidente Dilma Russeff.

incutir calor e entusiasmo aos que privaram de sua companhia, detentor daquela tendência que existe nos espíritos diretores de provocar grandes dedicações e grandes aversões, era, também, Martins homem de “grande firmeza de ânimo porque ao ser preso a 6 de março, mostrou coragem, e no momento de sua libertação manifestou tanto sangue-frio quanto energia correndo e chamando às armas”

É ponto pacífico na historiografia nacional que Martins seria uma grande e marcante liderança na trajetória de nosso Brasil. Não fora a deflagração precipitada do movimento ou eventuais discordâncias no seio do Governo Provisório Revolucionário, talvez o dia 07 de setembro fosse, hoje, um dia qualquer e a libertação da Pátria seria comemorada em 06 de março. Nunca saberemos.

Acerca desta “predestinação” política e forte personalidade, assim se manifesta Amaro Quintas:

Domingos José Martins, que não era certamente uma figura banal, estava fadado a exercer grande papel na nossa evolução histórica se a precocidade do movimento não o tivesse aniquilado. Se o seu idealismo tivesse sido mais objetivo e menos alvoroçado e utópico. Se em algum lugar daquele entusiasmo muito juvenil tivesse agido com uma energia mais calculada e menos generosa. Se, ao invés dos arrebatamentos em copiar as figuras da Revolução Francesa, tivesse sido mais frio e vigilante na organização defensiva da República e repressora dos elementos suspeitos, certamente teria realizado a missão histórica que o Brasil esperava.

Mas fazendo um exercício imaginativo hodierno, longe do clima tenso e traiçoeiro das reuniões secretas e tratativas executadas nas

sombras e sob a ameaça constante da rigorosa punição real, como podemos recriminar estes arroubos em um coração efervescente de juventude e sede de liberdade? Ainda mais! Um coração tomado pela paixão não só idealista, mas devotado à sua eleita, Maria Teodora, companheira e apoiadora de suas lutas.

Observando daqui, deste tempo, passados séculos, torna-se difícil a contextualização com a realidade de um Brasil fervilhando pelo sofrimento do povo e pelas injustiças flagrantes, frutos do jugo lusitano.

Certamente o generoso coração de Domingos José Martins pode tê-lo traído, mas por excesso de confiança em alguns de seus pares, pelo seu caráter humanitário de desejar ver a excrescência que era a escravização de pessoas eliminada de pronto, quando alguns interesses não nutriam o mesmo objetivo. Desejo de ver o povo brasileiro alçado ao seu justo lugar de importância frente a tantos favorecimentos aos portugueses. Desejo de reduzir as desigualdades entre os nativos de nosso torrão, cujo sofrimento e sacrifícios custeavam o conforto de seus opressores.

Seu desprendimento e, podemos dizer, “humanidade a flor da pele” chegava a causar espécie até mesmo em correligionários quando andava, às vésperas do deflagrar revolucionário, lado a lado com negros escravizados e mulatos.

Por outro lado, seu relacionamento com significativa parcela da sociedade recifense era singular e fruto de sua valiosa rede de contatos entre Brasil, Portugal e Londres. Senão vejamos o que nos diz BIGOSSO (Apud. BERNARDES, 2006):

Se representássemos graficamente a posição de Domingos José Martins, na teia de sociabilidade política do Recife entre os anos 1815 e 1817, ele aí ocuparia lugar central e estaria também na interseção de diversos outros círculos [...] Suas passagens por Recife e seu estabelecimento a partir de 1815 intensificaram a teia política nucleada a

partir da maçonaria e de outros tipos de sociabilidade menos formais e esotéricos. [...] A existência desta rede de sociabilidade, cuja visibilidade foi tal a ponto de ser percebida pela “opinião pública”, não encontra paralelo, no período, em nenhuma outra província do Reino Unido. Nem no Rio de Janeiro, nem na Bahia, para citar cidades costeiras e, portanto, com mais condições de circulação de pessoas e informações.

À medida que mergulhamos na história deste ilustre capixaba, mais percebemos sua inquietude e a diversidade de searas nas quais trabalhou pela nossa liberdade. Apesar da historiografia moderna ainda carecer de documentos incontestes, é fácil perceber sua atuação na disseminação da Maçonaria por onde passou. Além da fundação de Lojas, foi também responsável pela disseminação de material escrito (Rituais por exemplo) que viriam a consolidar o alicerce dos trabalhos maçônicos e, conseqüentemente, o estreitamento de laços entre Irmãos, muitos deles clérigos. Senão vejamos:

Apesar da interceptação do equipamento tipográfico enviado por Hipólito da Costa, bem como do trazido por Borges de Barros, os primeiros ritos maçônicos impressos em língua portuguesa foram introduzidos clandestinamente com sucesso, em alguma medida por diligência de Domingos José Martins, para uso dos membros do primeiro Grande Oriente do Brasil (1813-1817), em Salvador e no Recife (MAGALHÃES, 2023).

Suas articulações com maçons portugueses na Inglaterra resultaram, em 1810, na vinda de dois prelos para a Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva para Salvador e, por estes caminhos, viabilizar a impressão dos três volumes do Compêndio das Instruções Maçônicas para uso do G.:O.:B.:”, os quais, segundo Pablo Antônio Iglesias Magalhães, teriam sido “distribuídos entre os pedreiros-livres iniciados na Bahia e Pernambuco” e constituiriam a principal e material

prova da existência de um Grande Oriente do Brasil nos tempos coloniais⁵⁵.

Esta modesta infraestrutura tipográfica veio a servir também para a disseminação de ideais revolucionários a despeito do analfabetismo dominante em cerca de 70% da população (livre e escravizada).

Não poderíamos deixar de mencionar também a influência de inúmeros religiosos que, egressos dos centros de pensamento europeus, traziam aos seus educandos o brilho humanitário dos pensamentos iluministas.

A REVOLUÇÃO DE 1817

Após extenso planejamento e coordenação com outras províncias em busca, sim, de um movimento de independência nacional e não separatista como defendem alguns historiadores, nosso herói teve de lidar com uma delação que deflagrou a revolta precipitadamente, com um Gabinete Revolucionário Provisório que não estava totalmente homogêneo em seus objetivos, com um contingente militar majoritariamente precário, destreinado e mal armado e com outros reveses que se interpuseram entre o grito de “Viva a Liberdade”, ao sexto dia do mês de março de 1817, e o sonho de uma República Brasileira estabelecida.

Neste ínterim imaginamos quão forte bateu o coração de nosso patrono. Decretos foram emitidos para saneamento de diversas urgências, desde redução de impostos a regulação do soldo da tropa. Nossa pátria teve sua própria bandeira, uma Lei Orgânica extremamente bem redigida que foi a primeira semente constitucional brasileira e até

⁵⁵ Pesquisas no The Library and Museum of Freemasonry, em Londres, possibilitaram identificar um exemplar do Compêndio das Instruções Maçônicas para uso do G.O.B.: recompilado por hum cavaleiro de todas as ordens maçônicas Adonhiramita azul. [London]: Impressão do Silêncio, Anno L. 3v; 12x7.5 cm. (MAGALHÃES, 2017).

mesmo emissários enviados aos Estados Unidos e Inglaterra em busca de reconhecimento e apoio.

Em meio ao calor dos fatos cogitou-se até mesmo um resgate de Napoleão Bonaparte e seu transporte ao Brasil, possibilidade esta que foi objeto de tratativas do embaixador brasileiro Antonio da Cruz “Cabugá”, além de sua missão principal: adquirir armas e tropas para o reforço nas fileiras militares republicanas. Reforço este que chegou ao Brasil tarde demais.

A reação da corte foi das mais implacáveis. Após o bloqueio do porto do Recife, execuções sumárias, prisões e combates em campo aberto onde centenas de patriotas deixaram seu sangue, Domingos José Martins foi preso com suas tropas e outros líderes da revolução. Após 74 dias de pátria livre, estava encerrado (ou melhor, adiado) o sonho do Brasil Independente.

Sua execução e de outros Patriotas, deu-se em uma manhã nublada de 12 de junho.

(...) as portas da cadeia da Bahia se abriram e, descalço e algemado, Domingos Martins foi então obrigado a caminhar em direção ao Campo da Pólvora, onde seria executado. **“Vinde executar as ordens de vosso sultão; eu morro pela liber...”** Não pôde terminar o que ia dizer, já que foi empurrado porta a fora. Conta-se que um padre se encarregou de fazê-lo calar. Às 15 horas daquele dia, Domingos José Martins era arcabuzado (fuzilado na linguagem de hoje) com “aquele aparato fúnebre e de terror que o fato pedia”. (GURGEL, 20007).
Grifo do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo acima exposto, uma pálida visão da grande obra deste homem, parece-nos coerente afirmar que o legado, o patriotismo, a vibração, coragem e espírito de sacrifício deste nosso mártir tiveram reflexos indelévels no processo de independência nacional. Hoje ele é patrono da polícia civil do Espírito Santo, batizou um município na região serrana capixaba, é nome de ruas, praças e escolas em todo território do Espírito Santo, mas a história permanece em profundo débito para com este grande brasileiro, ou, como chamavam-se uns aos outros em plena República de 1817, patriota.

O ainda enorme desconhecimento de sua existência e seus feitos por parte de nosso povo e a insignificância da Revolução de 1817 nos planos pedagógicos de nossa juventude precisam ser reparados.

Honrar o nome de Domingo José Martins como patrono da cadeira número 53 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras é, para nós, um dever cultural e patriótico. Uma pequena pedra a compor esta grande obra de reconstrução da memória deste importantíssimo vulto da história pátria.

E finalizamos com as palavras de nosso patrono, manifestas na clausura de seus últimos momentos, antes da execução da pena capital, em um soneto sobre o qual dispensamos comentários, preferindo um respeitoso silêncio ante a figura deste que deu sua vida pela liberdade.

Soneto do Patriota⁵⁶

(Domingos José Martins)

Produzido na prisão, antes de ser executado

Meus ternos pensamentos, que sagrados
Me fostes quasi a par da liberdade,
Em vós não tem o poder a iniquidade;
A' esposa voae, narrae meus fados

⁵⁶ transcrito literalmente da fonte, inclusive mantendo-se o vernáculo da época.

Dizei-lhe que nos transes apertados,
Ao passar desta vida á eternidade,
Ella d'alma reinava na metade,
E com a patria partia-lhe os cuidados.

A patria foi o meu nume primeiro,
A esposa depois o mais querido
Objecto de desvelo verdadeiro;

E, na morte entre ambas repartido,
Será de uma o suspiro derradeiro,
Será de outra o último gemido.

Referências Bibliográficas

BARRETO, C. X. P. Discurso pronunciado na sessão de fundação do .
SONETO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória-ES, Ano I, vol. 01, p.19, jun. 1917. <<https://ape.es.gov.br/revista-do-ihges>>. Acessado em 29/04/2014.

BIGOSSI, B. BRED. **DOMINGOS JOSÉ MARTINS: a invenção de um herói para os capixabas no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória - ES: 2018.

GURGEL, A. PÁDUA (Coordenador). **DOMINGOS MARTINS.** Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo; Vitória - ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.

MAGALHÃES, P. A. I. **A CABALA MAÇÔNICA DO BRASIL O Primeiro Grande Oriente Brasileiro: Bahia e Pernambuco (1802-**

1820).” Revista Do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico De Pernambuco Vol. 70, 2017.

<https://www.academia.edu/38445151/A_CABALA_MA%C3%87%C3%94NICA_DO_BRASIL_O_primeiro_Grande_Oriente_Brasileiro_Bahia_e_Pernambuco_1802_1820_>. Acessado em 26/04/2024.

MAGALHÃES, P. A. I. **A CIRCULAÇÃO DOS PRIMEIROS RITOS MAÇÔNICOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS NO BRASIL (1810-1836)**. Instituto de História/Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS). 2023. <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980542X2023v290205>>. Acessado em 28/04/2024.

QUINTAS, A. SOARES. **A REVOLUÇÃO DE 1817**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, 1985.

12 - MÁRIO SILVIO CORDEIRO DE VERÇOSA

Confrade Luiz Filipi Batista Cardozo
Cadeira Nº 55

Ao meu Patrono, Mário Verçosa, cuja
sabedoria e liderança iluminaram a Maçonaria
na Amazônia.



Foto 1: Mário Silvio Cordeiro de Verçosa
com os paramentos de Grão-Mestre do então
Grande Oriente do Amazonas e Acre - GOAA.

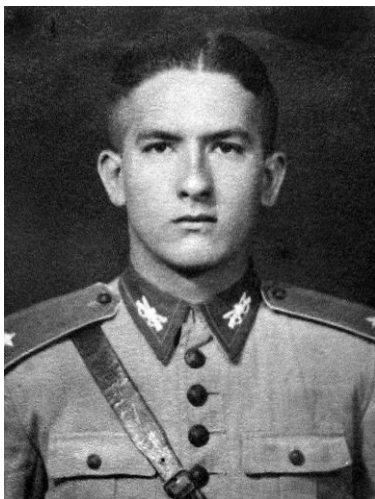


Foto 2: Mário Verçosa aos 18 anos.



Foto 3: Mário Verçosa

MÁRIO SILVIO CORDEIRO DE VERÇOSA

Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa, nascido em Manaus no dia 20 de junho de 1922, foi mais que um filho do Amazonas; foi um pilar de sua história, uma referência de excelência e compromisso, cujos feitos ecoam pelas gerações.

Desde cedo, a vida lhe reservou desafios que moldariam seu caráter. Filho de João Baptista de Verçosa e Edmée Cordeiro de Verçosa, Mário perdeu o pai aos 15 anos, em 1937, quando este ocupava o posto de Deputado Federal e presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas. A perda precoce não o desanimou; pelo contrário, o jovem Mário assumiu as responsabilidades de cabeça da família, guiando e amparando seus irmãos: Pedro Henrique, Edgard, Maria Helena, Maria Antonieta, João Baptista Filho (Jonga) e Luiz Felipe (Lulu), com a maturidade de um verdadeiro líder.

Mário Verçosa não herdou apenas o nome, mas também a tradição e o senso de dever de uma linhagem de grandes homens. Seu avô paterno, João Antônio de Verçosa, foi coronel da Guarda Nacional e figura política proeminente no Baixo Amazonas. Seu avô materno, Pedro Henriques Cordeiro Júnior, serviu como coronel do Exército Brasileiro. Essa ancestralidade, composta por imigrantes cearenses e paraenses, que migraram para Maués, terra dos Verçosas e dos Negreiros, foi a base de seu caráter íntegro e patriótico.

Mário passou sua infância na "terra do guaraná", Maués, onde iniciou seus estudos do Curso Primário (concluídos em Manaus) e desenvolveu uma ligação afetiva profunda que o acompanharia por toda a vida. Após o falecimento do pai, retornou à cidade natal e assumiu responsabilidades na prefeitura. Sua ligação afetiva com Maués e seu legado familiar permaneceram fortes até o fim de sua vida.

Concluindo o curso secundário no Colégio Dom Bosco em 1939 e o curso de Contador em 1942, Mário já demonstrava a capacidade extraordinária que o acompanharia por toda a vida. Em 1944, foi formado no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), ascendendo, em 1946, ao posto de 2º Tenente da Reserva, pelo decreto presidencial. Mas foi ao se bacharelar em Direito, também em 1946, pela tradicional Faculdade de Direito do Amazonas, que Mário Verçosa deu início a uma carreira brilhante e imortal.

Sua competência na magistratura e sua dedicação à Maçonaria consolidaram seu nome entre as personalidades mais ilustres do Amazonas. Um homem de saber, de ação e de compromisso inquebrantável com o progresso de sua terra e com os valores que defendia, Mário Verçosa não foi apenas um filho do Amazonas, mas um construtor incansável de seu futuro.

Atuou no Fórum de Manaus como Solicitador entre os anos de 1945 e 1946. Em 1947, foi inscrito na OAB/AM sob o número 240, iniciando uma promissora carreira advocatícia que exerceu com

dedicação até 1950. Paralelamente à sua brilhante trajetória profissional, Mário Verçosa construiu uma família que, para ele, sempre esteve no centro de suas atenções. Em 18 de novembro de 1948, uniu-se em matrimônio a Maria de Nazaré Freire, com quem compartilhou uma vida marcada por amor e companheirismo. Dessa união, nasceram cinco filhos: Tanamara, Thales, Taner, Themis e Telma.

O cuidado na escolha dos nomes de seus filhos, e o fato de todos começarem com a letra “t”, revela um traço característico de Mário Verçosa: sua constante busca pela ordem e harmonia, reflexo da disciplina que orientava sua vida. Como relatado por sua filha Telma, essa meticulosa organização era uma das marcas indeléveis de sua personalidade, permeando tanto suas ações profissionais quanto suas relações pessoais.

No seio familiar, Mário era mais que um pai: era amigo, conselheiro e protetor, sempre presente para oferecer orientação e apoio. O respeito e o carinho que nutria por sua família se materializaram na decisão de, após o casamento, ele e Nazaré se mudarem para a casa de sua mãe, na Rua Rui Barbosa. Mário Verçosa, o jurista, o esposo e o pai, trazia consigo a grandeza de um homem que, sem jamais negligenciar suas responsabilidades profissionais, fazia de seu lar um templo de afeto e retidão. Sua história é um testemunho de vida guiada pelo equilíbrio entre o dever e o amor, marcando indelevelmente o coração dos que com ele conviveram.

No Tribunal de Justiça do Amazonas, Mário Verçosa conquistou, com mérito, o reconhecimento de seus pares e foi eleito para ocupar diversos cargos de destaque. Foi Presidente da Corte em duas ocasiões, nos anos de 1965 e 1979, além de ter exercido o cargo de Corregedor-Geral de Justiça. Atuou como Vice-Presidente e presidiu a 1ª Câmara Cível em várias oportunidades, além de ter sido Presidente das Câmaras Reunidas e do Conselho da Magistratura.

Durante sua longa carreira, ele desempenhou também o papel de

Juiz Eleitoral em diversas zonas eleitorais, tanto no interior quanto na capital, e fez parte do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, onde exerceu os cargos de Corregedor, Vice-Presidente e Presidente.

Ao falecer, Mário Verçosa somava mais de cinquenta e dois anos de serviço público, conforme atestado pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Amazonas. Com mais de trinta e oito anos de atuação como magistrado, quase três décadas como desembargador, e sendo o decano da Corte, Mário era, na época, o mais antigo magistrado em atividade no país.

Mário Verçosa foi, além de magistrado, um professor dedicado, por mais de três décadas, ao magistério superior. Lecionou na Universidade Federal do Amazonas em diversos cursos, como Economia, Administração, Direito e Contabilidade. Durante sua trajetória na Faculdade de Ciências Econômicas, que então congregava os cursos de Economia, Administração e Contabilidade, Mário Verçosa também assumiu papéis administrativos importantes. Foi Chefe do Departamento de Direito por diversos anos, além de membro do Conselho Departamental em diversas ocasiões. Sua contribuição como educador, líder e jurista enriqueceu o ensino e fortaleceu as bases da Justiça no Amazonas.

Contudo, a trajetória de Mário Verçosa não se limitou ao campo jurídico. Sua presença na Maçonaria amazonense foi igualmente grandiosa. Iniciado na Maçonaria em 13 de maio de 1947, na Grande e Benemerita Loja Simbólica Conciliação Amazonense nº 3, rapidamente se destacou por sua liderança, inteligência e compromisso com os ideais maçônicos. Foi elevado em 21 de julho e exaltado em 12 de agosto do mesmo ano. Em 1962 foi Mestre Instalado pela Grande Loja do Estado de São Paulo. Em 1966 chegou ao grau 33, do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito para a República Federativa do Brasil.

Em 1962, alcançou o mais alto posto da Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Rio Branco, sendo eleito Grão-Mestre. Ele

permaneceu no cargo até 1977, tornando-se o Grão-Mestre que mais tempo teve posse do malhete da Instituição. Durante esses 15 anos, Mário Verçosa transformou a Grande Loja em uma referência nacional, promovendo a tradição, a disciplina, a cultura e a hierarquia dentro da instituição. Sob sua liderança, e a fim de acompanhar a reorganização político-territorial brasileira a Grande Loja passou pelas seguintes mudanças de denominação: de 1961 a 1968 - Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Rio Branco; de 1968 a 1974 - Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; de 1974 a 1980 - Grande Loja do Amazonas e Territórios Limítrofes;

Verçosa foi também presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (CMSB), presidindo os trabalhos da III Assembleia Geral da CMSB, ocorrida no ano de 1969 em Manaus. Na III Assembleia Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada de 13 a 20 de julho de 1969, a capital do Amazonas se destacou como um símbolo de progresso, impulsionada pela instalação da Zona Franca. A assembleia, patrocinada pela então Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, acolheu congressistas em um ambiente propício para discussões e deliberações significativas. Durante a assembleia, foram aprovadas importantes teses e pareceres. Também foram discutidos e aceitos trabalhos sobre a regularidade maçônica e a importância do reconhecimento entre potências maçônicas, além de diretrizes e bases para uma nova ação da Maçonaria Brasileira. Sob a liderança de Mário Verçosa, a assembleia reafirmou a relevância do compromisso da Maçonaria com a justiça e a ética. Este evento não só marcou um momento significativo na história da Maçonaria no Brasil, mas também refletiu o legado de Mário Verçosa como um líder visionário e comprometido com os princípios da ordem.

A importância de Mário Verçosa para a Maçonaria Brasileira, especialmente na Amazônia, é indiscutível. Sua visão e dedicação foram fundamentais quando ajudou a fundar as Grandes Lojas Maçônicas do Estado do Acre (1973), do Território Federal de Roraima (1981) e do Estado de Rondônia (1985), ampliando a presença e a pujança maçônica

na Amazônia Ocidental. Esses empreendimentos não apenas solidificaram a presença da Maçonaria na Amazônia Ocidental, mas também contribuíram para o fortalecimento da CMSB em nível nacional.

Ao fundar essas três Grandes Lojas, Mário Verçosa desempenhou um papel crucial na pujança da Maçonaria no norte do país. Ele reconheceu a importância de unir os maçons em uma estrutura organizacional sólida, que não apenas atendesse às necessidades locais, mas também dialogasse com os princípios universais da ordem. Hoje, cada obreiro da Arte Real nos estados do Acre, Roraima e Rondônia é um legado da visão de Maçonaria de Mário Verçosa. Sua liderança e compromisso com a expansão da Maçonaria criaram uma herança que inspira as novas gerações de maçons a seguirem os princípios da fraternidade, da ética e da justiça. A fundação dessas Grandes Lojas não apenas solidificou as bases da Maçonaria na Amazônia, mas também garantiu que a voz dos maçons daquela região fosse ouvida e respeitada em todo o Brasil.

Como reconhecimento de seu imenso legado na Maçonaria, Mário Verçosa foi agraciado com o título de Membro Honorário de várias Grandes Lojas em todo o Brasil, incluindo as do Estado de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de ter sido agraciado com a Comenda do Mérito Pedro I, do Grande Oriente do Brasil, fez-se merecedor das condecorações maçônicas de Medalhas “Jubileu de Prata”, “Testemunho do Mérito”, “Ordem da Águia” e “Mário Bering”.

Em 25 de julho de 1972, a Loja Maçônica Esperança e Porvir Nº 1, em Manaus, foi agraciada com a presença ilustre dos restos mortais de Dom Pedro I, em uma cerimônia de profunda reverência presidida pelo Grão-Mestre Mário Verçosa. Este ato solene não apenas homenageou o imperador, mas também destacou a significativa conexão entre sua trajetória e os valores maçônicos que ele representava.

Durante as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, Mário Verçosa conduziu com dignidade e eloquência uma homenagem que ecoou a importância histórica de Dom Pedro I, reafirmando seu papel vital na construção da nação. A cerimônia foi enriquecida pela presença do governador do Amazonas, João Walter de Andrade Carvalho Leal, e do general Álvaro Cardoso, que, ao lado de Verçosa, prestaram tributo à memória do imperador. Através de sua atuação, Verçosa consolidou ainda mais o papel da Maçonaria como um agente de transformação social, refletindo os princípios de fraternidade e justiça que sempre guiaram sua vida e sua obra. Seu impacto e sua influência extrapolaram fronteiras regionais, tornando-o uma figura respeitada em todo o país, não apenas por suas contribuições diretas à Maçonaria, mas também pelo seu papel de mentor e exemplo para gerações futuras de maçons.

Sua obra “Registros Maçônicos” (Registros Maçônicos. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1985), uma referência clássica no estudo da Maçonaria, especialmente na Amazônia Ocidental, continua sendo um farol para aqueles que desejam entender os mistérios e a história da maçonaria na região. O livro é uma verdadeira peça de arquitetura literária, abordando de forma detalhada e esclarecedora as ocorrências maçônicas dos últimos 81 anos na jurisdição da então “Grande Loja Maçônica do Estado do Amazonas”. Enriquecido com vasta documentação e fotografias históricas, a obra de Mário Verçosa também ilustra a evolução da Sublime Ordem desde seus primórdios até os tempos contemporâneos, sempre com uma visão de fortalecimento das potências maçônicas regulares e soberanas.

Seu legado intelectual e institucional não parou por aí. Foi também um dos fundadores da Academia Amazonense Maçônica de Letras, tornando-se após sua morte o Patrono da Cadeira de nº 32 daquele silogeu. Fez parte ainda da Academia Amazonense de Letras Jurídicas e da União Brasileira de Escritores do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras. Além de ter contribuído com publicações jurídicas de grande relevância: Orientação Eleitoral (1965); Realidade do

Poder Judiciário do Amazonas (1971); Mosaicos do Judiciário Amazonense (1983); Trinta Capítulos de Direito Comercial. Manaus (1985), compilando importantes teses e reflexões sobre o sistema judicial.

No campo cultural, Verçosa também fez parte do seleto grupo de intelectuais que compuseram o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), ocupando a cadeira nº 20, cujo patrono é o explorador francês Francis Castelnau. Verçosa foi também um dos grandes nomes a integrar a Academia Amazonense de Letras, onde ocupou a cadeira nº 17, tendo como patrono o médico Francisco de Castro. Seu ingresso na Academia, em 1989, foi uma consagração de sua contribuição para a cultura e o pensamento literário amazonense.

Desde 18 de setembro de 1996, a Grande Loja Maçônica do Amazonas ostenta a Biblioteca e o Museu Maçônico Mário Verçosa. A biblioteca possui um acervo com cerca de cinco mil títulos além do registro de todos os Maçons do Amazonas, documentação das primeiras Lojas do estado, livros raros, atas e cartas de alforria da época do movimento abolicionista. O Museu Maçônico Mário Verçosa, é um verdadeiro guardião da memória maçônica do estado, abrigando um acervo rico e diversificado que preserva e conta a história desta respeitável instituição. Entre os itens cuidadosamente preservados, encontram-se insígnias e paramentos dos Grão-Mestres que lideraram a Maçonaria amazonense ao longo dos anos, além de objetos simbólicos ligados à arquitetura e ao conhecimento maçônico, como escritos e documentos que refletem a profundidade e tradição da ordem. O museu também guarda diplomas, placas, medalhas e selos comemorativos que registram marcos históricos e momentos importantes da maçonaria no Amazonas.

Em 1983, Mário Verçosa enfrentou sérios problemas cardíacos, sendo submetido a uma cirurgia de ponte de safena no Rio de Janeiro. Os especialistas atribuíram o bloqueio de suas artérias coronárias ao hábito prolongado de fumar, uma prática que marcou boa parte de sua vida. Após a intervenção, recuperou-se de forma notável, mas, quatro

anos depois, em 1987, iniciou uma última e árdua batalha contra um agressivo tumor maligno de pequenas células, alojado nos brônquios e pulmões. Esse câncer, também relacionado ao uso prolongado do tabaco, exigiu que ele se afastasse de suas atividades para um tratamento rigoroso em São Paulo. Lá, Verçosa enfrentou o desafio com coragem, submetendo-se à quimioterapia. Assim, Mário Verçosa enfrentou seus últimos anos com a mesma dignidade e determinação que marcaram sua vida.

No dia 18 de junho de 1989, Mário Verçosa sucumbiu à luta contra o câncer, ainda no auge de sua capacidade intelectual e produtiva, após uma vida de dedicação intensa ao direito, à cultura e à maçonaria. Sua missão terrena foi cumprida, e foi apenas após sua partida que a verdadeira extensão de seu legado e a profunda influência que exerceu sobre tantas pessoas e sobre o círculo social em que viveu se tornaram plenamente compreendidas. Sua ausência revelou a grandeza de sua contribuição e o impacto que deixou nos corações e mentes daqueles que o rodeavam. Sua memória, no entanto, permanece viva nas instituições que ajudou a consolidar, nos livros que escreveu e nos corações daqueles que tiveram o privilégio de compartilhar de sua sabedoria e liderança. Seu legado continua a ser celebrado em cada esfera na qual ele atuou – como magistrado, maçom, escritor e cidadão amazonense de destaque. Mário Verçosa será para sempre lembrado como uma figura monumental, que moldou e transformou a história da Maçonaria do Amazonas com sua mente brilhante e seu coração incansável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Amazonense Maçônica de Letras. Memorial 2ª Edição. Manaus - AM. 2008.

Academia Amazonense Maçônica de Letras. Memorial: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 2008.

Academia Amazonense Maçônica de Letras. Memorial: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 2008.

AGUIAR, José Wilson. História da Maçonaria no Acre: Obra Comemorativa aos Cem Anos de Fundação da Aug. Resp. Loj. Simb. “Igualdade Acreana” No 2. Rio Branco – Acre. 2006.

CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL – CMSB. “Rememorando o Passado: Histórico dos Encontros das Grandes Lojas Brasileiras.. Brasília – DF. 2008.

GBLS Hamilton Mourão: “Loja Maçônica Hamilton Mourão – Passos de sua História”. Maués – AM. 2023.

GLOMAM – 110 Anos no Amazonas. Manaus – AM. 2014.

Grande Loja Maçônica do Ace – GLEAC. As Origens da Maçonaria no Acre. Manaus – AM. Grafisa, 1ª edição. 2018. II.

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS – Ano 102, nº 39 (2020). Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2020.

VALLE, Rodolpho. Centenário Maçônico. Manaus – AM. 1972.

VERÇOSA, Mário. Registros Maçônicos. Manaus – AM. 1985.

13 - DUQUE DE CAXIAS

Confrade Leonardo Elias
Cadeira Nº 56



Duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro, figura imortalizada pela bravura e liderança incontestável, ergue-se como símbolo máximo do espírito militar e da lealdade à pátria. Nascido Luís Alves de Lima e Silva, em 25 de agosto de 1803, Caxias dedicou sua vida ao serviço da nação, conduzindo as tropas brasileiras com destemor e habilidade em momentos cruciais da história.

Sua trajetória militar foi marcada por uma série de campanhas vitoriosas que consolidaram a integridade territorial do Brasil e a manutenção da ordem interna. Destacam-se, entre seus feitos, a pacificação de províncias insurgentes e a liderança nas guerras externas, onde seu comando firme e sua astúcia militar garantiram vitórias decisivas.

O ápice de sua carreira militar veio na Guerra do Paraguai (1864-1870), onde sua liderança foi decisiva para a vitória do Brasil. A marcha vitoriosa sobre Humaitá e o cerco de Assunção foram proezas que consolidaram sua imagem como um dos maiores estrategistas militares da história latino-americana. Em campo de batalha, Caxias era temido e respeitado, mas jamais sucumbia à arrogância. Ao contrário, seu comportamento sereno e metódico inspirava seus soldados e ganhava a confiança de seus pares.

O Duque de Caxias, mais do que um soldado, foi um estadista. Sua visão de um Brasil uno e indivisível, sua habilidade diplomática e seu compromisso com a justiça social elevaram-no ao panteão dos heróis nacionais. Ele não apenas venceu batalhas; ele conquistou o respeito de seus contemporâneos e de gerações futuras, moldando o caráter da nação brasileira.

Sua figura inspira, até os dias de hoje, todos aqueles que vestem a farda e dedicam suas vidas à defesa do Brasil. Caxias não é apenas uma memória do passado; ele é um ideal vivo, uma representação do que há de mais nobre e elevado no serviço à pátria. Em sua honra, lembramos que a paz e a ordem são frutos do sacrifício e da coragem daqueles que, como ele, colocam o bem da nação acima de tudo. Salve, Duque de Caxias! Que seu legado permaneça eterno na memória e no coração do povo brasileiro.

Referência Bibliográfica:

Holanda, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

14 - OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC

Confrade Lourival da Cunha Souza
Cadeira Nº 59



PANEGÍRICO SOBRE OLAVO BILAC

PERFIL DO ACADÊMICO

Olavo Bilac (Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac), jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, criou a cadeira nº. 15, que tem como patrono Gonçalves Dias.

Cadeira: 15

Posição: Fundador

Sucedido por: Amadeu Amaral

Data de nascimento: 16 de dezembro de 1865

Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Data de falecimento: 28 de dezembro de 1918

Local de falecimento: Rio de Janeiro, RJ

BIOGRAFIA

Olavo Bilac (Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac), jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, criou a cadeira n.º. 15, que tem como patrono Gonçalves Dias.

Eram seus pais o Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac e D. Delfina Belmira dos Guimarães Bilac. Após os estudos primários e secundários, matriculou-se na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, mas desistiu no 4.º. ano. Tentou, a seguir, o curso de Direito em São Paulo, mas não passou do primeiro ano. Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura. Teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi em favor do serviço militar obrigatório. Fundou vários jornais, de vida mais ou menos efêmera, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Na seção “A Semana” da *Gazeta de Notícias*, substituiu Machado de Assis, trabalhando ali durante anos. É o autor da letra do Hino à Bandeira.

Fazendo jornalismo político nos começos da República, foi um dos perseguidos por Floriano Peixoto. Teve que se esconder em Minas Gerais, quando frequentou a casa de Afonso Arinos em Ouro Preto. No regresso ao Rio, foi preso. Em 1891, foi nomeado oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio. Em 1898, inspetor escolar do Distrito Federal, cargo em que se aposentou, pouco antes de falecer. Foi também delegado em conferências diplomáticas e, em 1907, secretário do prefeito do Distrito Federal. Em 1916, fundou a Liga de Defesa Nacional.

Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo, que teve na década de 1880 a sua fase mais fecunda. Embora não tenha sido o primeiro a caracterizar o movimento parnasiano, pois só em 1888 publicou *Poesias*, Olavo Bilac tornou-se o mais típico dos parnasianos brasileiros, ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia.

Fundindo o Parnasianismo francês e a tradição lusitana, Olavo Bilac deu preferência às formas fixas do lirismo, especialmente ao soneto. Nas duas primeiras décadas do século XX, seus sonetos de chave de ouro eram decorados e declamados em toda parte, nos saraus e salões literários comuns na época. Nas *Poesias* encontram-se os famosos sonetos de *Via Láctea* e a “Profissão de Fé”, na qual codificou o seu credo estético, que se distingue pelo culto do estilo, pela pureza da forma e da linguagem e pela simplicidade como resultado do labor.

Ao lado do poeta lírico, há nele um poeta de tonalidade épica, de que é expressão o poema “O caçador de esmeraldas”, celebrando os feitos, a desilusão e a morte do bandeirante Fernão Dias Paes. Bilac foi, no seu tempo, um dos poetas brasileiros mais populares e mais lidos do país, tendo sido eleito o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, no concurso que a revista *Fon-Fon* lançou em 1º. de março de 1913. Alguns anos mais tarde, os poetas parnasianos seriam o principal alvo do Modernismo. Apesar da reação modernista contra a sua poesia, Olavo Bilac tem lugar de destaque na literatura brasileira, como dos mais típicos e perfeitos dentro do Parnasianismo brasileiro. Foi notável conferencista, numa época de moda das conferências no Rio de Janeiro, e produziu também contos e crônicas.

VIDA MAÇÔNICA

Olavo Bilac teve uma importante participação na maçonaria brasileira. Ele foi iniciado na Loja Maçônica Comércio e Artes, filiada ao Grande Oriente do Brasil (GOB). Bilac é lembrado por sua forte atuação cívica e patriótica, o que também refletiu em seu engajamento maçônico.

Ele se destacou pela defesa da obrigatoriedade do serviço militar, participando ativamente da fundação da Liga de Defesa Nacional em 1916, que promovia o patriotismo e o alistamento militar.

Na literatura maçônica, Bilac é reverenciado como um dos "patronos" do civismo, sendo admirado por sua luta pela liberdade e por valores que a maçonaria defende, como igualdade e fraternidade. Seu legado literário e sua dedicação ao Brasil são fortemente reconhecidos dentro da comunidade maçônica.

Essa história mostra como Bilac, além de poeta e figura pública, também teve um papel relevante no desenvolvimento dos ideais maçônicos no Brasil.

O poeta Bilac é homenageado no Regulamento Geral da Ação Paramaçônica Juvenil (APJ) do Grande Oriente do Brasil que diz no art. 97: " O Preceptor, que completar dois anos de atividades assíduas, receberá uma medalha com a imagem de Olavo Bilac".

TEXTOS ESCOLHIDOS

SONETO XIII (*Poesias, Via Láctea*, 1888.)

“Ora (direis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!” E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...
E conversamos toda a noite, enquanto
A via-láctea, como um pálido aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudoso e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.
Direis agora: “Tresloucado amigo!
Que conversas com elas? Que sentido
Tem o que dizem, quando estão contigo?”

E eu vos direi: “Amai para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender estrelas.”

A UM POETA (*Tarde*, 1919.)

Longe do estéril turbilhão da rua,
Beneditino, escreve! No aconchego
Do claustro, no silêncio e no sossego,
Trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!
Mas que na forma se disfarce o emprego
Do esforço; e a trama viva se construa
De tal modo, que a imagem fique nua,
Rica, mas sóbria, como um templo grego.
Não se mostre na fábrica o suplício
Do mestre. E, natural, o efeito agrade,
Sem lembrar os andaimes do edifício:
Porque a Beleza, gêmea da Verdade,
Arte pura, inimiga do artifício,
É a força e a graça na simplicidade

LÍNGUA PORTUGUESA (*Tarde*, 1919.)

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura;
Ouro nativo, que, na ganga impura,
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da porcelana,
E o arrolho da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceanos largos!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

AS ONDAS (*Tarde*, 1919.)

Entre as trêmulas mornas ardentias,
A noite no alto mar anima as ondas.
Sobem das fundas úmidas Golcondas,
Pérolas vivas, as nereidas frias:
Entrelaçam-se, correm fugidias,
Voltam, cruzando-se; e, em lascivas rondas,
Vestem as formas alvas e redondas
De algas roxas e glaucas pedrarias.
Coxas de vago onix, ventres polidos
De alabastro, quadris de argêntea espuma,
Seios de dúbia opala ardem na treva;
E bocas verdes, cheias de gemidos,
Que o fósforo incendeia e o âmbar perfuma,
Soluçam beijos vãos que o vento leva...

OS SINOS (*Tarde*, 1919.)

Plangei, sinos! A terra ao nosso amor não basta...
Cansados de ânsias vis e de ambições ferozes,
Ardeos numa louca aspiração mais casta,
Para transmigrações, para metempsicoses!
Cantai, sinos! Daqui por onde o horror se arrasta,
Campas de rebeliões, bronzes de apoteoses,
Badalai, bimbahai, tocai à esfera vasta!
Levai os nossos ais rolando em vossas vozes!
Em repiques de febre, em dobres a finados,
Em rebates de angústia, ó carrilhões, dos cimos
Tangei! Torres da fé, vibraí os nossos brados!

Dizei, sinos da terra, em clamores supremos,
Toda a nossa tortura aos astros de onde vimos,
Toda a nossa esperança aos astros aonde iremos!

HINO À BANDEIRA (*Poesias infantis*, 1904)

Salve lindo pendão da esperança!
Salve símbolo augusto da paz!
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.
Recebe o afeto que se encerra
em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!
Em teu seio formoso retratas
Este céu de puríssimo azul,
A verdura sem par destas matas,
E o esplendor do Cruzeiro do Sul.
Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!
Contemplando o teu vulto sagrado,
Comprendemos o nosso dever,
E o Brasil por seus filhos amado,
poderoso e feliz há de ser!
Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!
Sobre a imensa Nação Brasileira,
Nos momentos de festa ou de dor,
Paira sempre sagrada bandeira
Pavilhão da justiça e do amor!
Recebe o afeto que se encerra

Em nosso peito juvenil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!

Aos poucos profissionaliza-se: produz, além de poemas, textos publicitários, crônicas, livros escolares e poesias satíricas. Visava, então, contar através de seus manuscritos a realidade presente na sua época. Prestou colaboração em publicações periódicas como as revistas: *A Imprensa*^[2] (1885-1891), *A Leitura* (1894-1896), *Branco e Negro* (1896-1898), *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Azulejos* (1907-1909) e *Atlântida* (1915-1920). Sua estreia como poeta, nos jornais cariocas, ocorreu com a publicação do soneto "*Sesta de Nero*" no jornal *Gazeta de Notícias*, em agosto de 1884. Recebeu comentários elogiosos de Artur Azevedo, precedendo dois outros sonetos seus, no *Diário de Notícias*. Ademais, escreveu diversos livros escolares, ora sozinho, ora em co-autoria com seus amigos Coelho Neto e Manuel Bonfim.



Homenagem filatélica de 1967.

Em 1891, com a dissolução do parlamento e a posse de Floriano Peixoto, inúmeros intelectuais perdem seu protetor, o dr. Portela, ligado ao primeiro presidente republicano Deodoro da Fonseca. Como reação, o escritor participa da fundação d'O *Combate*, órgão *antiflorianista* e opositor do estado de sítio declarado pelo presidente Floriano Peixoto após a ameaça de novo golpe político contra a ainda instável república, quando então o primeiro é preso e constrangido a passar quatro meses detido na Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro.

O grande amor de Bilac foi Amélia de Oliveira, irmã do poeta Alberto de Oliveira. Chegaram a ficar noivos, mas o compromisso foi desfeito por oposição de outro irmão da noiva, desconfiado de que o poeta era um homem arruinado. Seu segundo noivado fora ainda menos duradouro, com Maria Selika, filha do violonista Francisco Pereira da Costa. Viveu sozinho, em consequência destes descasos amorosos, sem constituir família até o fim de seus dias. Decorrido seu falecimento, em 28 de dezembro de 1918 vítima de edema pulmonar e insuficiência cardíaca,^[8] fora sepultado no Cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro.

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E SOCIAL

Já consagrado em 1907, o autor do *Hino da Bandeira* é convidado para liderar o movimento em prol do serviço militar obrigatório – já matéria de lei desde 1907, mas apenas implementado em 1915 por ocasião da I Guerra Mundial. Bilac se desdobra para convencer os jovens a se alistar.

É como poeta Bilac que se immortalizou. Foi eleito *Príncipe dos Poetas Brasileiros* pela revista *Fon-Fon* em 1907. Juntamente com Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, foi a maior liderança e expressão do Parnasianismo no Brasil, constituindo a chamada *Tríade Parnasiana*. A publicação de *Poesias*, em 1888 rendeu-lhe a consagração.

Já no fim de sua vida, em 1917, Bilac recebe o título de professor honorário da Universidade de São Paulo.

PRINCIPAIS OBRAS



Membros da Academia de Letras: Olavo Bilac é o quarto em pé, da esquerda para a direita.

Dentre os escritos de Olavo Bilac, destacam-se os seguintes:

- *Alma inquieta*;
- *Antologia poética*;
- *Através do Brasil*;
- *Conferências literárias* (1906);
- *Contos Pátrios*;
- *Crítica e fantasia* (1904);
- *Crônicas e novelas* (1894);
- *Dicionário de rimas* (1913);
- *Hino à Bandeira*;
- *Ironia e piedade*, crônicas (1916);
- *Língua Portuguesa*, soneto sobre a língua portuguesa;
- *Livro de Leitura*;
- *Poesias* (1888);
- *Tarde* (1919) - Poesia, org. de Alceu Amoroso Lima (1957);
- *Teatro Infantil*;
- *Tratado de Versificação*, em colaboração com Guimarães Passos;
- *Tratado de versificação* (1910);
- "Ouvir as Estrelas"

LÍNGUA PORTUGUESA



Placa de uma rua em Campo Maior (Piauí) homenageando Olavo Bilac.

É soneto constituído de versos decassílabos heróicos (acento tônico ocorrente nas 6ª e 10ª sílabas poéticas), com rimas opostas, interpoladas ou intercaladas.^[10]

"No poema *Língua Portuguesa*, o autor parnasiano Olavo Bilac faz uma abordagem sobre o histórico da língua portuguesa, tema já tratado por Camões. Este poema inspirou outras abordagens, como o poema '*Língua*', de Gilberto Mendonça Teles e '*Língua*', de Caetano Veloso.

Esta história é contada em quatorze versos, distribuídos em dois quartetos e dois tercetos – um soneto – seguindo as normas clássicas da pontuação e da rima.

Partindo para uma análise semântica do texto literário, observa-se que o poeta, com a metáfora '*Última flor do Lácio, inculta e bela*', refere-se ao fato de a língua portuguesa ter sido a última língua neolatina formada a partir do latim vulgar – falado pelos soldados da região italiana do Lácio.

No segundo verso, há um paradoxo: 'És a um tempo, esplendor e sepultura'. 'Esplendor', porque uma nova língua estava ascendendo, dando continuidade ao latim. 'Sepultura' porque, a partir do momento em que a língua portuguesa vai sendo usada e se expandindo, o latim vai caindo em desuso, 'morrendo'.

No terceiro e quarto verso, 'Ouro nativo, que na ganga impura / A bruta mina entre os cascalhos vela', o poeta exalta a língua que ainda não foi lapidada pela fala, em comparação às outras também formadas a partir do latim.

O poeta enfatiza a beleza da língua em suas diversas expressões: oratórias, canções de ninar, emoções, orações e louvores: 'Amo-te assim, desconhecida e obscura,/ Tuba de alto clangor, lira singela'. Ao fazer uso da expressão 'O teu aroma/ de virgens selvas e oceano largo', o autor aponta a relação subjetiva entre o idioma novo, recém-criado, e o 'cheiro agradável das virgens selvas', caracterizando as florestas brasileiras ainda não exploradas pelo homem branco. Ele manifesta a maneira pela qual a língua foi trazida ao Brasil – através do oceano, numa longa viagem de caravela – quando encerra o segundo verso do terceto.

Ainda expressando o seu amor pelo idioma, agora por meio de um vocativo, 'Amo-te, ó rude e doloroso idioma', Olavo Bilac alude ao fato de que o idioma ainda precisava ser moldado e, impor essa língua a outros povos não era uma tarefa fácil, pois implica destruir a cultura de outros povos.

No último terceto, para finalizar, quando o autor diz: 'Em que dá voz materna ouvi: 'meu filho'! / E em que Camões chorou, no exílio amargo / O gênio sem ventura e o amor sem brilho', ele utiliza uma expressão fora da norma ('meu filho') e refere-se a Camões, quem consolidou a língua portuguesa no seu célebre livro 'Os Lusíadas', uma epopeia que conta os feitos grandiosos dos portugueses durante as 'grandes navegações', produzida quando esteve exilado, aos 17 anos, nas

colônias portuguesas da África e da Ásia. Desse exílio, nasceu 'Os Lusíadas', uma das oitavas epopeias do mundo".

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/textos-escolhidos>. Acesso em :14 set.2024.

CHATGPT. Disponível em <https://chatgpt.com/c/66e32934-9554-8005-b132-29eae7172ed>. Acesso em : 14 set. 2024.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Disponível em <https://www.gob.org.br/regulamento-geral-da-apj/>. Aceso em: 14 set. 2024.

WIKIPEDIA. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Olavo_Bilac. Acesso em: 14 set. 2024.

15 - SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA

Confrade Alexandre Lopes Fortes
Cadeira Nº 60



Óleo sobre tela pertencente a Maria Helena Aquino de Seixas.

SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA

Simplício Dias da Silva, com nome simbólico maçônico de Filósofo Pensador. (Vila São João da Parnaíba, 2 de março de 1773 - Vila São João da Parnaíba, 17 de setembro de 1829), com menos de 21 anos de idade herdou um patrimônio – representado por indústria de charque com seis grandes estabelecimentos e estaleiros – que foi dividido entre ele e um meio-irmão mais jovem, o alferes Raimundo Dias da Silva. Foi um rico fazendeiro que dominou a vida política e econômica da Vila de São João da Parnaíba, presidente da província do Piauí. Com a criação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Secreta Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, em 2 de junho de 1822, Dom Pedro foi o seu Grão-Mestre. Simplício Dias figura entre os ilustres maçons brasileiros, citado no Livro Maçônico do

Centenário de 1922.

Em 1793, Simplício Dias foi nomeado Alferes de Cavalaria da Ordenança da Vila São João da Parnaíba, no mesmo ano foi promovido Capitão e o destino da vila começaram a passar pelas suas mãos. Era dignitário da imperial Ordem do Cruzeiro.

Em 1803 Simplício Dias da Silva solicita às autoridades portuguesas que fossem concedidos a ele, os mesmos direitos de comércio direto com Lisboa, que antes seu falecido pai desfrutara. O pedido lhe é negado. Em 30 de março de 1804, Simplício Dias da Silva e Antonio da Silva Henrique, oficialiam ao governador da capitania, Pedro Cesar de Meneses, e este ao Príncipe Regente D. João, solicitando o estabelecimento de uma alfândega na vila da Parnaíba. O príncipe D. João só atenderia o pedido em 22 de agosto de 1817, quando por ato Régio foi criada a Alfândega de Parnaíba.

Em 19 de outubro de 1822 foi proclamada, em Parnaíba, por Simplício Dias da Silva, João Cândido de Deus e Silva, Domingos Dias, entre outros, a independência do Piauí, e D. Pedro I aclamado imperador constitucional, por ter sido a primeira vila do norte do Brasil a proclamar a Independência, foi agraciada pelo Imperador Dom Pedro I com o título "A Metrópole da Províncias do Norte" e Simplício Dias convidado a ser o primeiro presidente da província do Piauí, mas ele recusa assumir o Governo por não querer servir à monarquia autoritária de Dom Pedro. Nesta data, comemora-se o Dia do Piauí.

Laurentino Gomes, no livro 1822, escreve a respeito: "Formado em Coimbra, o coronel Simplício era um dos homens mais ricos do Brasil. Tinha 1.200 escravos e no final do século 18 chegou a abater 40.000 bois por ano, transformados em carne de charque, banha e couro curtido. Depois da abertura dos portos, em 1808, esses produtos eram transportados por uma frota privada de cinco navios que cruzavam o Atlântico em direção à Europa, aos Estados Unidos e às capitais do nordeste e do sul do país — e sem nenhuma intermediação da

metrópole, o que distanciava o coronel dos interesses portugueses. Simplício acumulou uma fortuna tão grande que mantinha uma orquestra particular nos seus domínios, requinte difícil de imaginar naquele tempo. Teria presenteado D. Pedro com um cacho de bananas em tamanho natural, todo em ouro maciço incrustado com pedras preciosas.

Também sustentava uma capela e um pároco exclusivos na catedral da cidade, onde seu túmulo exhibe hoje uma variada simbologia maçônica". (Gomes, 2010 p. 128).



Brasão de Simplício Dias

A Rainha Dona Maria I, em 1796, deu-lhe a Carta de Brasão D'armas e foro de Fidalgo Cavalheiro da Casa Real e o hábito da Ordem de Cristo, em que professou, sendo mais tarde, pelo Imperador Pedro I, agraciado com a Imperial Ordem do Cruzeiro e promovido a Coronel de Cavalaria de Milícia.

Em Lisboa, o Coronel Simplício, “nobre fidalgo, meu jovem colono brasileiro”, como lhe tratava a Rainha Dona Maria I, veio a conhecer sua jovem prima Dona Isabel Tomázia de Seixas, já de linhagem fidalga e dama de honra, com quem casou-se, havendo de seu

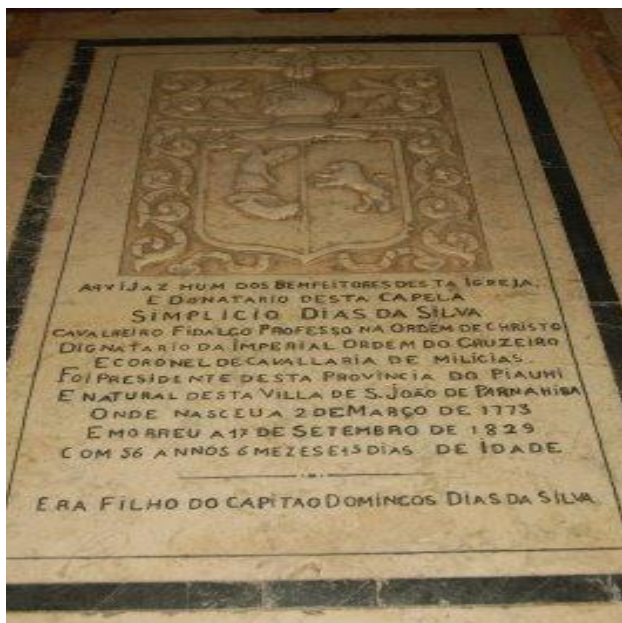
matrimônio quatro filho: Antônio Raimundo Dias de Seixas e Silva, Simplicio Dias de Seixas e Silva, Helena Amélia Dias de Seixas e Silva e Carolina Tomázia Dias de Seixas e Silva.

Por Ato Régio, Simplicio Dias foi promovido a capitão para servir na guarnição do Maranhão, como agregado, 1796. Em 22 de Janeiro de 1806, foi nomeado comandante militar da Vila da Parnaíba, pelo governador da província, cujo cargo exerceu por vários anos. Alcançou o posto de coronel comandante do regimento da cavalaria miliciania da Vila da Parnaíba, no qual se reformou pelo Decreto de 28 de julho de 1821. Mas ao deflagrar o movimento da Independência no ano 1822, voltou ao serviço ativo para comandar o regimento da segunda cavalaria da Vila da Parnaíba.

Tomou parte ativa no movimento da Independência, liderando-o na Parnaíba, juntamente com o juiz de fora, João Cândido de Deus e Silva, capitão Domingos Dias da Silva Henriques, José Ferreira Meireles, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e tenente Joaquim Timóteo de Brito. Sob a liderança desses próceres do movimento emancipacionista, em 19 de outubro de 1822, ainda sem conhecimento exato do 7 de setembro no Ipiranga, o Senado da Câmara Municipal de Parnaíba, proclamou oficialmente a Independência do Brasil, e sua espontânea união com Portugal, a constituir uma confederação, como desfecho lógico da cadeia de fatos que, de modo inesperado, quebrou-se às margens do Ipiranga, no dizer de Odilon Nunes. “Foi a restauração do Reino Unido, caso único na história do Brasil, e também foi ato precursor de 24 de Janeiro, e da batalha do Jenipapo” (NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Vol. 2. Teresina: FUNDABI/FCMC, 2007).

Após o movimento da Independência foi convidado a assumir o cargo de Presidente da Província do Piauí, por carta Imperial de 25 de Novembro de 1823, mas recusou alegando debilidade na saúde. O nomeado para o cargo foi então o Coronel Manoel de Sousa Martins, depois Visconde da Parnaíba.

Patrono da Cadeira nº 15 da Academia Parnaibana de Letras, o coronel Simplício Dias da Silva faleceu em sua residência, na cidade de Parnaíba, em 17 de setembro de 1829, aos 56 anos, e foi sepultado no interior da Igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça na capela do Santíssimo Sacramento, em Parnaíba, Piauí, ao lado do pai e do irmão prematuramente falecido.



Lápide do Túmulo de Simplício Dias da Silva ao lado do Santíssimo Sacramento na Igreja da Graça

REFERÊNCIAS

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1994, p. 600.>> Coronel Simplício Dias da Silva.

GOMES, Laurentino. 2010. “1822”. Rio de Janeiro-RJ. Nova Fronteira S.A.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Simpl%C3%ADcio_Dias_da_Silva

<https://phbwebcidade.com.br/sem-categoria/lendas-da-parnaiba-o-corpo-seco-e-o-arrebatamento-de-simplicio-dias-da-silva/>

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=449153&view=detalhes>

<https://conhecaparnaiba.com/simplicio-dias-da-silva-historia-de-parnaiba/>

NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Vol. 2. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007

Ribeiro, Antonio Rodrigues. Parnaíba, presente do passado. Gráfica Ferraz, Parnaíba, 2003.

16 - LUÍS ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA

VISCONDE DE VIEIRA DA SILVA

Confrade Cledson Cardoso
Cadeira Nº 61

Luís Antônio de Vieira da Silva nasceu em Fortaleza, Ceará, em 2 de outubro de 1828, e faleceu no Rio de Janeiro em 3 de novembro de 1889.

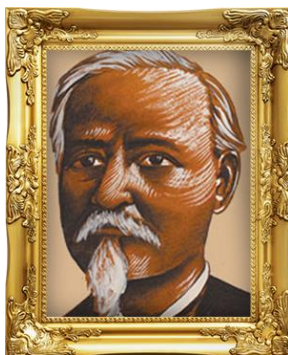


Foto oficial – Academia Maranhense de Letras

Ele nasceu no Ceará, mas ainda muito jovem seguiu com os pais para o Maranhão, onde passou a ter grandes ligações com a Província, seja pelo sangue, tradições, educação e domicílio. Neste sentido, seu pai foi o Dr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, ministro da Marinha em 1855, e sua mãe foi D. Columba de Santo Antônio de Sousa Gayoso (filha do Tenente-Coronel Raimundo José de Sousa Gayoso, nome também ligado à história e letras maranhenses).

Portanto, é provável que ele tenha saído do Ceará para o Maranhão e, posteriormente, para a Alemanha, durante sua adolescência ou início da juventude.

Ele foi um advogado, banqueiro e político brasileiro, além de ter sido o 11º Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Homem de letras, notabilizou-se também, como publicista, orador e historiador.

Formado em leis e cânones pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, em 1849, alçou-se a uma posição de especial relevo no cenário político do Segundo Império não só pelo prestígio que lhe emprestava o nome, como, e principalmente, por sua inteligência, cultura e personalidade invulgares.

A educação de Luís Antônio Vieira da Silva na Alemanha teve um impacto significativo em sua carreira posterior. Formado em direito civil pela Universidade de Heidelberg, ele adquiriu uma sólida base jurídica e uma perspectiva internacional que foram fundamentais para seu sucesso no Brasil.

Durante seus estudos na Alemanha, Luís Antônio Vieira da Silva não se limitou apenas ao direito civil. A Universidade de Heidelberg, onde ele estudou, é conhecida por seu ambiente acadêmico diversificado e interdisciplinar. Nesse período ele manteve contato com várias outras áreas de conhecimento, como:

Filosofia: A Alemanha do século XIX era um centro de pensamento filosófico, com figuras como Hegel e Kant influenciando o ambiente acadêmico.

Ciências Políticas: Estudar na Alemanha proporcionou-lhe uma compreensão mais profunda dos sistemas políticos europeus, o que seria valioso em sua carreira política no Brasil. Ele trouxe uma abordagem mais estruturada e eficiente para a administração pública.

Economia: Conhecimentos em economia que lhe foram úteis para suas futuras funções como banqueiro e

administrador público. No futuro, como banqueiro, ele viria a aplicar os princípios econômicos e financeiros aprendidos na Alemanha para gerir instituições financeiras e contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Línguas e Cultura: Vivendo na Alemanha, aprendeu alemão e se familiarizou com a cultura europeia, ampliando sua perspectiva global.

Sua experiência acadêmica também o tornou um defensor da educação e da cultura, promovendo iniciativas que visavam melhorar o sistema educacional e cultural do país. Essas aplicações práticas de seus conhecimentos ajudaram a moldar sua carreira e a impactar positivamente o desenvolvimento do Brasil durante o Império.

Essa formação europeia o expôs a diferentes culturas e sistemas legais, o que, indubitavelmente, ampliou sua visão de mundo. Sua educação na Alemanha, portanto, foi crucial para sua atuação eficiente e inovadora na administração pública e na política brasileira, ajudando-o a elaborar e implementar políticas públicas. Sua visão internacional e seu conhecimento das práticas europeias influenciaram suas decisões e estratégias políticas.

Neste sentido, ao retornar ao Brasil, ele utilizou essa experiência para ocupar diversos cargos importantes, tendo uma carreira política notável, ocupando cargos como procurador da fazenda, diretor da divisão de terras públicas, como deputado provincial, deputado geral, presidente de província, ministro, conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil de 1871 a 1889 (quando veio a falecer). Ele também foi presidente da província do Piauí em duas ocasiões.

O Imperador Pedro II fê-lo Cavaleiro da Casa Imperial e da Ordem da Rosa e agraciou-o com o título de Visconde de Vieira da Silva.

Ele foi membro honorário do Ateneu Maranhense – o qual

mantinha, entre seus membros notáveis, figuras importantes da época, tais como: Maria Firmina dos Reis (primeira romancista brasileira) e Aluísio Azevedo (escritor e diplomata que escreveu “*O Mulato* e *O Cortiço*”).

Além disso, Vieira da Silva foi correspondente da Academia Real das Ciências, de Lisboa, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

É patrono das cadeiras nº 28, da Academia Maranhense de Letras e nº 23, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Quanto às suas obras e discursos, Vieira da Silva era conhecido por suas manifestações literárias e oratórias, especialmente relacionadas à Maçonaria.

Dentre suas obras, destaca-se a *HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO MARANHÃO: 1822-1828*, publicada em 1862. Esta obra é um estudo detalhado sobre o processo de independência da província do Maranhão. Publicada em 1862 e aborda os eventos e personagens que foram cruciais para a emancipação do Maranhão do domínio português. Nela, Vieira da Silva descreve as lutas políticas e militares, as influências externas e internas, e o papel de figuras importantes na independência. Ele também analisa as consequências sociais e econômicas desse período para a província.



www.amelivraria.com

Essa obra é considerada uma referência importante para o estudo da história do Maranhão e do Brasil no contexto da independência.

Figura proeminente no cenário político e literário do Brasil no século XIX, além de sua obra sobre a independência do Maranhão, contribuiu significativamente para a historiografia brasileira e foi membro ativo da Academia Maranhense de Letras.

Um dos discursos mais notáveis de Vieira da Silva foi feito durante sua posse como senador do Império do Brasil, onde ele destacou a importância da educação e do desenvolvimento econômico para o progresso do país. Ele também enfatizou a necessidade de reformas políticas para fortalecer a democracia e garantir a justiça social.

Sua atuação como orador e historiador sugere que ele deixou um legado significativo em discursos e escritos relacionados à política e à Maçonaria.

A despeito de ter feito diversos discursos ao longo de sua carreira política e como Grão-Mestre da Maçonaria, é difícil encontrar, hoje em dia, o conteúdo dos mesmos, dada à pequena disponibilidade de documentos históricos digitalizados.

Contudo, como Grão-Mestre da Maçonaria, Vieira da Silva frequentemente discursava sobre os valores maçônicos de liberdade, igualdade e fraternidade, e defendia a ideia de que a Maçonaria deve servir como ‘farol’ para a sociedade profana e contribuir, efetivamente, para o bem-estar da sociedade.



Foto do arquivo do Grande Oriente do Brasil

Dada a sua prolífica atividade, tanto nos campos políticos, educacional, quanto no Maçônico, podemos mencionar detalhes específicos sobre os períodos em que ele atuou nos mais diferentes cargos:

Como Deputado Provincial e Geral - Vieira da Silva foi eleito em 1860 e, posteriormente, deputado geral à Câmara Temporária. Durante sua atuação, ele se destacou por sua oratória e pela defesa de reformas políticas e sociais importantes para o desenvolvimento do Brasil¹.

Como Presidente da Província do Piauí - ele serviu como presidente da Província do Piauí em dois períodos curtos: de 6 de dezembro de 1869 a 9 de abril de 1870 e de 22 de abril a 7 de maio de 1870. Durante seu mandato, ele focou em melhorias administrativas e no desenvolvimento econômico da província.

Como Senador do Império - Vieira da Silva foi nomeado em 1871, e ocupou o cargo até sua morte em 1889. Como senador, ele continuou a defender reformas políticas e sociais, além de promover a educação e o desenvolvimento econômico.

Como Ministro e Conselheiro de Estado - ele também atuou como ministro e conselheiro de Estado, onde teve a oportunidade de influenciar diretamente as políticas nacionais. Sua atuação como ministro foi marcada pela busca de equilíbrio entre as diferentes forças políticas e pela promoção de políticas públicas voltadas para o progresso do país¹.

Como 11º Grão-Mestre da Maçonaria - ele foi eleito pelo Grande Oriente do Brasil, onde promoveu os valores maçônicos de liberdade, igualdade e fraternidade. Ele utilizou sua posição para incentivar a educação e a filantropia, além de fortalecer os laços entre os membros da maçonaria e a sociedade em geral.

Iniciou sua produção literária em 1854, com 26 anos, com o lançamento do livro de versos (*Poesias*), e que reuniu suas melhores produções até aquela data.

Antônio Lobo, em sua obra *OS NOVOS ATENIENSES*, publicada em 1855, demonstra o impacto literário que aquela obra lhe causou, afirma que Vieira da Silva

“pode ser compreendido na corrente parnasiana, à Alberto de Oliveira, o seu mestre e o seu modelo predileto. Não que seja essa a característica uniforme de todas as suas produções (...)

A despeito de suas investidas, naturalíssimas na sua idade, pelos exploradíssimos domínios do lirismo subjetivo, o poeta maranhense revela já indiscutíveis sintomas das preocupações estéticas, inteiramente diversas, destinadas a

constituir a diretriz única dos seus trabalhos futuros, a maneira característica do seu poetar definitivo. Nunca virá a ser, é certo, um impessoal, no rigor parnasiano do termo. Semelhante predicado, de resto, nem mesmo os grandes mestres da escola lograram integralmente possuí-lo, exceção feita, talvez, do incomparável escultor dos **Trophées**. (...)”

Dentre suas obras, destacam-se:

- 1) Poesias, 1854;
- 2) História interna do Direito Romano Privado, até Justiniano, Rio de Janeiro, 1854;
- 3) O ciganinho do Norte, poesias, Rio de Janeiro, 1854;
- 4) História da independência da Província do Maranhão, tipografia do Progresso, São Luis, 1862;
- 5) Questão religiosa, Rio de Janeiro, 1873;
- 6) Voto de graças, Rio de Janeiro, 1874 e
- 7) Força Naval, Rio de Janeiro, 1878.

Luís Antônio Vieira da Silva conseguiu equilibrar sua carreira política (incluindo-se, aqui, sua vida maçônica) e suas atividades bancárias através de uma combinação de habilidades de gestão, planejamento estratégico e uma rede de contatos influentes. Utilizou alguns fatos e estratégias que, hoje em dia, estão sendo reavivados e estudados pelos mais renomados consultores empresariais, tais como:

Delegação de Tarefas: Como um líder eficaz, ele delegava responsabilidades a pessoas de confiança tanto no setor bancário quanto na política, permitindo que ele se concentrasse nas decisões estratégicas.

Planejamento e Organização: Sua formação acadêmica e experiência profissional o ajudaram a planejar e organizar

suas atividades de maneira eficiente, garantindo que ele pudesse atender às demandas de ambas as áreas.

Rede de Contatos: Sua posição influente e suas conexões políticas e financeiras permitiram que ele navegasse com mais facilidade entre os dois mundos, utilizando sua rede para obter apoio e recursos quando necessário.

Visão Estratégica: Ele aplicava uma visão estratégica tanto na política quanto nos negócios, identificando oportunidades de sinergia entre as duas áreas. Por exemplo, políticas econômicas que beneficiassem o setor bancário e vice-versa.

Compromisso com o Serviço Público: Seu compromisso com o serviço público e o desenvolvimento do Brasil o motivava a equilibrar suas responsabilidades, garantindo que ele pudesse contribuir de maneira significativa para o crescimento de uma sinergia entre os cidadãos.

Essas estratégias e habilidades permitiram que Luís Antônio Vieira da Silva tivesse uma carreira bem-sucedida e equilibrada tanto na política, no setor bancário e na Maçonaria.

Embora não haja registros específicos sobre figuras inspiradoras na vida de Luís Antônio Vieira da Silva, é provável que ele tenha sido influenciado por várias figuras importantes ao longo de sua carreira. Isso é justificável pelo fato de que, durante o Império do Brasil, ele teria interagido com muitos líderes políticos, intelectuais e colegas que serviram como fontes de inspiração e orientação e influenciaram seu pensamento como gestor. Neste trilhar, é inegável que trabalhando ao lado de outros políticos e intelectuais de sua época, ele teve a oportunidade de aprender e se inspirar com suas ideias e experiências. Ademais, durante seus estudos na Universidade de Heidelberg, ainda na juventude, sua formação intelectual foi influenciada por seus professores

e pelo ambiente acadêmico europeu, que valorizava o pensamento crítico e a inovação.

Contudo, sem sombra de dúvidas, uma de suas maiores influências políticas e administrativas foi a figura de **Dom Pedro II**, que como imperador era uma figura central na política brasileira e um defensor da educação e do progresso. Sua visão e liderança inspiraram Vieira da Silva em sua própria carreira.

Tendo sido uma figura proeminente no Brasil Império, Vieira da Silva enfrentou diversos desafios éticos ao equilibrar suas carreiras política, maçônica e suas atividades bancárias. Contudo, deixou um legado importante no sentido de que:

- manteve uma transparência em suas ações e decisões de forma a evitar conflitos de interesse. Ele adotou práticas que garantiam a clareza e honestidade em suas diferentes atividades.
- estabeleceu uma clara separação entre suas responsabilidades para evitar qualquer percepção de favorecimento ou conflito de interesses.
- seguiu um código de conduta ético, tanto pessoal quanto profissional, que o ajudou a guiar suas ações e decisões, garantindo que ele agisse de acordo com os princípios morais e legais.
- contou com conselheiros e assessores de confiança para orientá-lo em questões éticas e legais, tanto como político, como banqueiro, quanto como Grão Mestre, de forma a observar uma estratégia importante para lidar com dilemas éticos complexos.
- manteve o foco no bem-estar público e no desenvolvimento do país, alinhando suas ações com os interesses da sociedade, minimizando conflitos éticos.

Adotar esses procedimentos de vida foram essenciais para que ele

pudesse navegar com sucesso pelos desafios éticos inerentes às suas funções, mantendo sua integridade e reputação, reforçando sua integridade e a confiança que outros depositavam nele e mantendo uma carreira profissional ética e respeitável, equilibrando suas responsabilidades políticas e financeiras de maneira justa e transparente e trazendo para a sociedade profana seu exemplo de um homem Justo, focado nos princípios da Justiça e da Lealdade a seus princípios.

Registro, aqui, meu especial agradecimento à Srt^a Huayna, bibliotecária da Academia Maranhense de Letras, pelo apoio e prestimosa ajuda na busca e envio dos registros e publicações sobre meu ilustre patrono e que me permitiram elaborar esse panegírico que destaca a relevância do Visconde Vieira da Silva para a história do Ceará, do Maranhão, do Brasil, da cultura em geral e, particularmente, da Maçonaria brasileira.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ANTOLOGIA DA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS,
Edição fac-similar comemorativa do centenário de fundação da
Academia Maranhense de Letras, São Luis/MA, 2008.

LOBO, Antonio. OS NOVOS ATENIENSES – Subsídios para a
história literária do Maranhão, 4^a edição, Edições AML
VIEIRA DA SILVA, Luis Antonio. HISTÓRIA DA
INDEPENDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO,
tipografia do Progresso, São Luis, 1862 (versão digitalizada da 1^a
edição);

Sites:

- academiamaranhense.org.br (acessado em 02/09/2024);
- revistaforum.com.br (acessado em 02/09/2024);
- revista.an.gov.br (acessado em 02/09/2024);
- <https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=21067003>
(acessado em 04/09/2024).

17 - LUIZ GONZAGA

O REI DO BAIÃO NA ARTE REAL

Confrade Pedro Sobrinho Rodrigues de Brito
Cadeira nº 65

Sou um feliz operário
Onde aumento de salário
Não tem luta nem discórdia
Ali o mal é submerso
E o Grande Arquiteto do Universo
É harmonia, é concórdia
É harmonia, é concórdia.
Acácia Amarela
(Luiz Gonzaga/Orlando Silveira.)
LP Eterno Cantador, RCA – Victor, 1982.

APRESENTAÇÃO

Entendo a música como umas das mais poderosas linguagens universais. Através dela, o artista expressa a sua alma, seus sentimentos e a cultura de seu povo, levando sua mensagem a pessoas de diferentes origens e épocas. Embora seja uma forma de comunicação efêmera, a música possui a capacidade de imortalizar momentos e emoções, ecoar na memória de gerações, como as inesquecíveis melodias de Luiz Gonzaga.

Tarefa nada fácil falar de Luiz Gonzaga. Além de ser um dos maiores ícones da música brasileira, um dos precursores e referência em seu estilo musical, foi também um maçom, cuja vida e obra inspiram gerações. Como sintetizar a grandeza desse artista e irmão em poucas

palavras? Eis o desafio deste trabalho.

Antes de tecer considerações sobre aquele que tivemos a honra de eleger para ser o Patrono da cadeira nº 65 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, vamos apresentar alguns aspectos de sua vida pessoal, sua trajetória maçônica e sua rica produção musical, a fim de melhor compreender a importância desse ícone da cultura brasileira.

DADOS DA VIDA PESSOAL DE LUIZ GONZAGA

Luiz Gonzaga, nasceu numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1912, nas terras da Fazenda Caiçara, município de Exu, extremo oeste do Estado de Pernambuco, a 700km da capital, Recife. Filho de Januário José dos Santos, um tocador e afinador de foles de 8 baixos e Ana Beatriz de Jesus, conhecida como Santana. Curiosamente, o nome de Luiz Gonzaga não leva o sobrenome da família; por ter nascido no dia de Santa Luzia, recebeu o nome de Luiz, o Padre que o batizou era devoto de São Luiz Gonzaga e conseguiu convencer os pais a acrescentarem Gonzaga, e por ser dezembro o mês de nascimento de Jesus Cristo sugeriu ainda completar o nome com Nascimento, sendo assim batizado como **Luiz Gonzaga do Nascimento**.

Na casinha da Caiçara
Dia de Santa Luzia
Foi em treze de dezembro
Teve festa nesse dia
Forró e muita bicada
Indo até de madrugada
Só porque Luiz nascia
(TEIXEIRA, 2012, p. 39)

Gonzaga teve uma infância de grandes dificuldades financeiras, ao mesmo tempo que cresceu ao sopé da Serra do Araripe, correndo atrás de preás, rolinhas arribaçãs e tomando banho no riacho da Brígida. A seu pai Januário e demais moradores da Fazenda Caiçara, era imposto o

compromisso de dedicarem três dias de cada semana às atividades da Fazenda. Sua renda provinha da oficina de consertos de sanfonas de 8 baixos que tinha em sua casa, das tocadinhas que fazia nos terreiros das redondezas e da venda de cordas de caroá que Santana realizava nas feiras em Exu.

Mesmo a contragosto da mãe, o garoto acompanhava o concerto e a afinação das sanfonas e logo começou a tocar apoiado pelo seu pai e entre 10 e 12 anos já passou a acompanhá-lo e a revezar com ele no fole de 8 baixos nas festas da região. Aos 13 anos, com a ajuda do coronel Manoel Ayres Alencar, comprou sua primeira sanfona de 8 baixos, igualzinha à do seu pai. Ao concluir o pagamento do empréstimo, anunciou ao coronel que agora trabalharia por conta própria e seria um sanfoneiro profissional.

Aos 16 anos já se consolidara com um grande sanfoneiro de sua região. Sua atividade já lhe permitia adquirir uma boa vestimenta para suas apresentações e aspirar a uma companheira de uma classe social mais abastada, entretanto a sua pretendida era afilhada de um coronel que o considerava pobre demais para desposá-la, o que fez Gonzaga tomar satisfação com o Coronel que relegou a situação para não ferir o jovem adolescente e comunicou à sua mãe que o castigou fisicamente, como era o costume da época.

Abalado com o castigo físico e envergonhado pelo embaraço que causara à família, fugiu para a cidade do Crato-CE, onde vendeu sua sanfona e foi à Fortaleza, capital do mesmo estado, a fim de se alistar no Exército. Permaneceu na vida militar de 5 de junho de 1930 a 27 de março de 1939, quando foi licenciado. Famoso corneteiro apelidado de “Bico de Aço”, o soldado Nascimento durante esse período comprou uma sanfona de 80 baixos e com Domingos Ambrósio, um soldado da Polícia Militar, ampliou seus conhecimentos dos 8 aos 80 baixos, entretanto não pode participar da Banda do Exército por não ter noção de teoria musical; era um músico de ouvido, forjado pela afinação das sanfonas de 8 baixos na oficina de Januário.

Com a baixa do serviço militar, recebeu passagem para voltar à sua casa com parada no Rio de Janeiro, de onde pegaria o navio para Recife, tudo custeado e organizado pelo Exército. Mas durante sua estadia no Rio de Janeiro foi estimulado a explorar a vida noturna do Mangue e a tocar por gorjetas, enquanto chegava o dia da viagem. Apesar da dificuldade inicial, logo Gonzaga estava tocando em cabarés, bares, docas de portos e botecos, sempre em companhia do amigo Xavier Pinheiro que foi apoio fundamental para sua permanência no Rio de Janeiro e que se tornaria padrinho do filho de Gonzaga.



(Luiz Gonzaga, Rio de Janeiro, 1941)

À exemplo de Antenógenes Queiroz, a quem nutria elevada admiração como instrumentista, Gonzaga tocava valsas, tangos, mazurcas, polcas etc. e se vestia de modo formal. Um dado dia um grupo de estudantes nordestinos pediu a Gonzaga que tocasse algo de sua terra natal para que os presentes percebessem a riqueza rítmica dessas músicas. Ao cumprir esse pedido, Gonzaga contaminou a todos com a alegria e riqueza do ritmo e com seu talento como solista no acordeom. Esse fato permitiu a visibilidade de Gonzaga como um excelente músico

e, posteriormente, lhe rendeu um contrato como solista de acordeom na gravadora RCA Victor, além de muitos convites para programas de auditórios nas rádios, como o do famoso Ary Barroso, onde Gonzaga atingiu a nota 5, raramente dada aos músicos participantes.

Apesar do aparente progresso, o contrato de Gonzaga na RCA Victor, em março de 1941, era exclusivo para estúdio de gravação como instrumentista. E isso perdurou até março de 1945 quando finalmente conseguiu gravar a mazurca “Dança Mariquinha”, sendo a sua primeira música gravada com canto. Gonzaga detinha relativa facilidade para criar melodias na sanfona, mas falta-lhe um letrista parceiro que soubesse expressar as suas raízes nordestinas; foi somente em 1946 que conheceu o advogado e compositor cearense, Humberto Teixeira e já no primeiro encontro nasceu o xote “No meu pé de serra”, gravado no segundo semestre desse mesmo ano. De abril de 1945 a fevereiro de 1948, a Música Popular do Brasil foi brindada com 44 novas canções do futuro “Rei do Baião”, entre essas a já mencionada “Meu pé de serra”, “Baião”, “Juazeiro” e a toada “Asa branca”, de sua parceria com Teixeira.

Após o sucesso de “No meu pé de serra”, a gravação de “Asa branca”, em março de 1947, consolidou ainda mais seu nome no cenário nacional e, assim, Gonzaga resolveu voltar ao seu “Araripe”, depois de uma ausência de quase 17 anos. Na sua volta para o Rio de Janeiro, esteve na Capital pernambucana e conheceu o seu parceiro mais visceral, o ainda acadêmico de medicina, Zé Dantas, com quem compôs “Vem Morena”, a “A volta da asa branca”, “O torrado” e tantas outras. Dantas pediu a Gonzaga que não colocasse seu nome nas composições a fim de evitar aborrecimento com seu pai, o coronel José de Sousa Dantas, que desejava para o filho a carreira na medicina.

O “Rei do Baião”, foi o primeiro músico brasileiro a fazer uma turnê nacional. Após adotar a vestimenta do vaqueiro nordestino e criar o formato do trio no forró com sanfona, zabumba e triângulo, percorreu o país cantando de norte a sul. Sua carreira só teve declínio com o início

da Bossa Nova em 1958, movimento inaugurado com a Gravação de “Chega de Saudade”, por João Gilberto. Gonzaga seguiu gravando suas músicas e fazendo apresentações pelas cidades do interior, onde permaneceu sua popularidade.

Em 1968, Carlos Imperial, famoso produtor artístico e personalidade do show business brasileiro, criou um boato de que a banda britânica, The Beatles teria gravado “Asa branca”. Essa notícia colocou Gonzaga novamente na cena musical; ele manteve essa estória por um bom tempo enquanto impulsionava suas agendas e suas músicas começaram a ser regravadas e a influenciar vários artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Alceu Valença, Fagner, Elba Ramalho, Dominginhos, entre tantos outros.

Em 1980 fez uma turnê pelo país com seu filho Gonzaguinha que culminou na gravação de um disco, em 1981. Gonzaga ao longo da década de 70 conseguiu manter a consistência de sua carreira, sempre gravando seus discos e fazendo shows, entretanto o suporte do seu filho foi fundamental na última década da sua carreira. Gonzaga faleceu em 02 de agosto de 1989 em Recife, aos 76 anos.

Segundo o Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, Luiz Gonzaga gravou 652 músicas em 266 discos, sendo 53 de sua autoria, 243 em parceria e 331 de outros compositores. Em face a considerável quantidade de dados acerca da obra de Gonzaga e em razão do tamanho sugerido para esse panegírico, a discografia de Gonzaga estará contida em nossas fontes bibliográficas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE LUIZ GONZAGA E SUA RELAÇÃO COM A MAÇONARIA.

Luiz Gonzaga, foi iniciado em 03 de abril de 1971 na Augusta e Respeitável Loja Simbólica Paranapuan nº 1447 na Ilha do Governador, cidade do Rio de Janeiro – RJ, no Rito Moderno. Foi Exaltado ao Grau de Mestre Maçom, em 05 de dezembro de 1973 e em 10 de agosto de

1984 iniciou no Grau 4, nos Altos Graus do Rito Moderno, no Capítulo Paranapuan.



Gonzaga não tinha uma boa assiduidade nos trabalhos em loja devido aos seus frequentes compromissos profissionais, mas era um irmão caloroso e fraterno com forte inclinação para o amparo aos mais carentes. Tinha por hábito visitar sempre as lojas por onde cumpria suas agendas e seus biógrafos relatam simplicidade e fortes laços fraternais do artista para com os irmãos, grande incentivador dos trabalhos nas lojas em favor da assistência social e pela união e fortalecimento das lojas maçônicas.

Gonzaga foi o responsável por liderar um grupo de irmãos a fim de fundar a primeira loja maçônica na cidade de Exu – PE, sua cidade natal: a Loja Força da Verdade, em 1988. Fez a doação do terreno para a loja e contribuiu ainda com a aquisição de mobiliário. Após sua morte em 02 de agosto de 1989, a loja foi renomeada para Augusta e

Respeitável Loja Simbólica Luiz Gonzaga, nº 59, vinculada à Grande Loja Maçônica do Estado de Pernambuco.

A história de Luiz Gonzaga reflete o homem do seu tempo, filho do sertão nordestino na época do coronelismo e do cangaço. O pobre trabalhador braçal que prestava serviço nas terras de um grande proprietário que lhe dava proteção em troca do seu serviço. Gonzaga nasceu nesse ambiente das terras da Fazenda Caiçara, sem acesso à escola, pé no chão, mas vivia com a musicalidade ao seu redor e isso foi o ponto de mudança somado ao seu talento e à vontade de ser um grande tocador reconhecido em sua região que pudesse transformar a sua vida e de sua família.

Mas a realidade não acompanhou os seus sonhos juvenis. A Gonzaga podemos reconhecer a bravura de sair sozinho de sua casa aos 17 anos e entrar para o serviço militar. A partir das conexões estabelecidas na caserna ampliou seu conhecimento na sanfona sempre firme no propósito de prosperar pela sua veia musical. Cabe ainda ressaltar a humildade natural de Gonzaga e sua honestidade que suscitava a confiança e o amparo de todos que se aproximavam dele.

Gonzaga era um bom instrumentista, mas tinha dificuldade em colocar a letra nas melodias que criava, talvez pela carência educacional em sua infância e juventude. De seu grande parceiro Zé Dantas, gravou muitas músicas sem lhe atribuir a parceria, conforme solicitação do próprio Zé Dantas, mas logo que pode assumir seu veio musical, Gonzaga repassou ao amigo todos os valores referentes aos direitos autorais, quantia que possibilitou a compra de uma fazenda pelo pai de Zé Dantas. Isso demonstra a honestidade, o zelo e quão justo fora Gonzaga em sua vida.

O exemplo da vida de Luiz Gonzaga para mim como músico não profissional e nordestino sempre foi inspirador. Sair do sopé da Serra do Araripe, semianalfabeto, aos 17 anos e ter criado um ritmo musical, o baião, inspirando gerações de artistas da MPB parece algo improvável

aos dias atuais. Assumiu um filho que não era seu e deu-lhe todo o suporte até que se tornasse seu parceiro musical, o Gonzaguinha.

Assim, de modo conciso, expresso as razões pelas quais Luiz Gonzaga se tornou o Patrono da Cadeira nº 65 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras.

REFERÊNCIAS

LUIZ Gonzaga. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359569/luiz-gonzaga>. Acesso em: 28 de agosto de 2024. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

<https://luizluagonzaga.com.br/biografia>; Acesso em: 28 de agosto de 2024, às 21h25

ALUSIVO - LUIZ GONZAGA (I) - ARLS. Universitária Professor José de Souza Herdy (mvu.com.br). Acesso em: 22 de setembro de 2024, às 16h47.

Luiz Gonzaga - Dicionário Cravo Albin (dicionariompb.com.br). Acesso em: 12 de setembro de 2024, às 20h15.

<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/11/luiz-gonzaga-o-rei-do-baiao/> Acesso em: 10 de setembro de 2024, às 19h22.
Mota, Diego. O sertão de Luiz Gonzaga (Portuguese Edition). Diego Mota. Edição do Kindle.

Ferreira, José de Jesus. Luiz Gonzaga, O Rei do Baião: Sua Vida, seus Amigos, suas Canções. Editora Appris. Edição do Kindle.

Teixeira, Davi. Luiz Gonzaga O Filho de Januário (Portuguese Edition). Mídias Educativas. Edição do Kindle.

Sá, Sinval. O Sanfoneiro do Riacho da Brígida: Vida e andanças de Luiz Gonzaga - O Rei do Baião (Portuguese Edition). Cepe editora. Edição do Kindle.

GOMES, RAFAEL. Luiz Gonzaga: Uma análise das 10 músicas mais tocadas (Análise das 10 músicas mais tocadas dos 100 maiores artistas da música brasileira) (Portuguese Edition). Edição do Kindle.

18 - JORGE BUARQUE LYRA

Confrade Mauro Ferreira de Souza
Cadeira Nº 66

Jorge Buarque Lyra, natural de Recife, Pernambuco, 1903.

Formou-se em Teologia e se tornou Ministro do Evangelho dentro do Presbiterianismo. Chegou ao mais alto grau da Maçonaria Brasileira- o grau 33.

Vinculado a diferentes entidades sociais, culturais e de classe, entre as quais, Academia de Letras de São Paulo, Cenáculo Fluminense de Historia e Letras, Academia Guanabarina de Letras. Sobre ele, escreveram dezenas de intelectuais, dentre outros, Galdino Moreira, Josué Cardoso, Rodrigues Vale, César Dacorso Filho, Jerônimo Gueiros, Manoel de Melo, Francisco Gaya Gomes, etc. Com o passar do tempo, fundou a sua própria Editora para publicar os seus livros e de outros autores, localizando-se na Rua Gen. Andrade Neves, 51, fone 2-7637, Niterói, Estado do Rio.

Na década de 1940, fundou, em São Paulo, a Casa Lyra Editora, onde também publicou diversos livros. Exceto os títulos de seus livros e participação em Academias, nada é encontrado sobre ele que sirva para esclarecer a sua infância, juventude, velhice e morte. Em abril de 1951, com 48 anos de idade, foi submetido ao Tribunal Supremo da Igreja, em virtude de fatos relacionados com o Código de Disciplina da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Em 1963, com 60 anos, foi jubilado (aposentado) pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, via Presbitério de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, em virtude de sua cegueira e cardiopatia grave.

Faleceu em 1977, com 74 anos de idade, no Rio de Janeiro.

É Patrono de várias Academias, dentre elas a Academia Evangélica de Letras do Brasil⁵⁷.

Jorge Buarque Lyra foi Pastor da Igreja Presbiteriana do Riachuelo, no Rio de Janeiro, nas décadas de 1930 a 50; Meritíssimo Inspetor Federal do Ensino Secundário do Rio de Janeiro; escritor; poeta; jornalista militante por mais de 40 anos; membro das Academias de Letras de São Paulo, Rio de Janeiro e do Cenáculo Fluminense de História e Letras; e membro, ainda, da Associação Fluminense de Jornalistas.

Foi Maçom atuante do Grande Oriente do Brasil, tendo sido Iniciado em 27 de setembro de 1938, na Loja “Propter Humanitaten”, no Oriente de Manhumirim, Minas Gerais; e Grau 33 do Supremo Conselho do Brasil do Rito Escocês Antigo e Aceito. Além disso, foi professor em vários colégios no Rio de Janeiro e Niterói; escreveu mais de 50 livros e trabalhos, vários deles sobre o Evangelho de Cristo, a Igreja Presbiteriana e sobre Maçonaria, tais como: “A Bíblia e a Ciência Moderna”; “Movimento Pentecostal no Brasil”; “Maçonaria e Religião”; “As Vigas Mestras da Maçonaria”; “A Maçonaria e o Cristianismo”; “A Maçonaria e a Política no Brasil”, entre muitos outros.

Foi um ardente defensor da compatibilidade da Maçonaria com o Cristianismo e as Igrejas Cristãs; em seus livros maçônicos, sempre apresentou magistras respostas como réplicas aos ataques inimigos à Maçonaria que tenham sido feito por parte de outros grupos religiosos, ateus ou agnósticos, além de profunda filosofia maçônica. Seu livro “As Vigas Mestras da Maçonaria” devia ser tratado como “livro de cabeceira” de todo Maçom inteligente e estudioso⁵⁸.

⁵⁷<https://www.aelb.org/>

⁵⁸Créditos a: <https://martinlutherking63.mvu.com.br/site/maconaria-e-os-batistas-no-brasil/JfZt-1hMffRI-3/atr.aspx>

Livros escritos:

- 1- As Vigas Mestras da Maçonaria**
- 2- A Maçonaria e o Cristianismo**
- 3- Joaquim Nabuco: O Homem e a Ação.
- 4- A Infalibilidade Pontifícia
- 5- O Romanismo à Barra do Evangelho
- 6- Celeste Morada
- 7- A Pena de Morte ou uma Lagrima no Olho da Lei
- 8- A Divindade de Cristo
- 9- O redentor Da Humanidade
- 10- O Maior Problema do Brasil: Sauvã
- 11- A Pena de Morte
- 12- Catolicismo Romano À Luz da Bíblia, da História e da Razão
Volume 1 e 2
- 13- Discursos Acadêmicos
- 14- O Maior Problema do Brasil
- 15- Latim Ginásial Pelos Textos
- 16- O Cristianismo à Luz da História
- 17- A Bíblia e a Ciência Moderna
- 18- A Maçonaria e a Política no Brasil**

Atenciosamente.

19 - DOM PEDRO I

DA MAÇONARIA À LIDERANÇA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Confrade Celso Ricardo de Almeida
Cadeira N° 67

Ao discutir a presença de figuras emblemáticas brasileiras na história da Maçonaria, é imprescindível destacar a figura do imperador D. Pedro I, cuja participação e influência foram decisivas nos primeiros anos da ordem no Brasil, especialmente a partir de 1822. Sua atuação desempenhou um papel crucial na disseminação da Maçonaria em território nacional, estabelecendo alicerces que continuam a sustentar a organização até os dias de hoje.

Como exemplo, pode-se citar o célebre "Grito do Ipiranga", proferido pelo então monarca D. Pedro I, que simbolizou a ruptura definitiva com o domínio português e impulsionou o Brasil rumo à sua independência.

Essa ocasião histórica pode ser analogamente associada aos ideais maçônicos, uma vez que a Maçonaria busca a emancipação das limitações e dos vícios que obstruem o progresso, especialmente no campo intelectual.

Deste modo, assim como D. Pedro I rompeu com as amarras coloniais, nós maçons, almejamos superar barreiras que impedem o desenvolvimento integral do indivíduo, promovendo a liberdade de pensamento e o avanço contínuo.

DOM PEDRO I - A CRONOLOGIA DE UM LÍDER VISIONÁRIO E ARQUITETO DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA



Dom Pedro I – Imperador do Brasil de 1822 a 1831⁵⁹

Sem dúvida, Dom Pedro I foi uma figura central na história do Brasil e de Portugal, desempenhando um papel crucial na independência brasileira e nas guerras liberais portuguesas. Como primeiro imperador do Brasil, sua liderança marcou um período de transição, estabelecendo a nação como uma monarquia constitucional e consolidando as bases políticas e institucionais do país. Sua trajetória é marcada por decisões estratégicas que moldaram o Brasil contemporâneo, bem como por um caráter firme e idealista, que influenciou tanto seu reinado quanto sua abdicação em favor de seu filho.

Mas quem foi Dom Pedro?

Dom Pedro I, também conhecido com Dom Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon foi o primeiro imperador do Brasil, tendo sido também Rei de Portugal

⁵⁹ **Fonte da imagem:** *Brasil Escola*. "Dom Pedro I: biografia, casamentos, morte." Acessado em 5 de setembro de 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/dom-pedro.htm>.

durante um curto período. Recebeu os títulos de Infante, Grão-prior do Crato, Príncipe da Beira, Príncipe do Reino Unido de Portugal do Brasil e Algarves, Príncipe regente do Reino do Brasil além de primeiro imperador do Brasil, como D. Pedro I, de 12 de outubro de 1822 a 7 de abril de 1831, e ainda 28º Rei de Portugal (título herdado de seu pai, D. João VI), durante um período de sete dias (entre 26 de abril e 2 de maio de 1826), como D. Pedro IV. Ficou conhecido como o Rei-Soldado, por combater o irmão D. Miguel na Guerra Civil de 1832-34 ou o Rei-Imperador. D. Pedro I abdicou de ambas as coroas: da portuguesa para a filha D. Maria da Glória e da brasileira para o filho D. Pedro II. D. Pedro I era o quarto filho (segundo varão) do rei D. João VI e de sua mulher, Carlota Joaquina de Bourbon, princesa de Espanha, primogénita do rei espanhol Carlos IV da Espanha.

Além de ser uma figura política de destaque, Dom Pedro I é lembrado por seu caráter enérgico e sua capacidade de liderança, que foram essenciais para o processo de construção do Brasil como uma nação soberana.

Talvez, uma faceta menos conhecida da sua vida, seja a sua ligação à Maçonaria. D. Pedro I, cujo nome simbólico era Guatimozim, foi um dos Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, tendo sido instalado em 4 de outubro de 1822. Do seu legado maçônico, entre outras coisas destaca-se o Hino Maçônico Brasileiro, para o qual escreveu música e letra.

A seguir, apresentamos uma breve cronologia de sua vida e feitos principais.

- 1798: Nascimento de Dom Pedro de Alcântara em 12 de outubro, em Queluz, Portugal. Filho de Dom João VI e Carlota Joaquina.
- 1808: Dom Pedro chega ao Brasil com a família real portuguesa, fugindo das invasões napoleônicas em Portugal.
- Em 26 de abril de 1821, quando D. João VI retornou a

Portugal, ele aconselhou seu filho, D. Pedro, a manter o Brasil sob seu controle, caso o país se separasse. Este período foi marcado por correspondências de D. Pedro a seu pai, narrando os acontecimentos políticos e buscando orientações.

- Em 09 de janeiro de 1822, ocorreu o “Dia do Fico”, quando D. Pedro decidiu permanecer no Brasil, afirmando: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: 'diga ao povo que fico'. Pouco depois, aconselhado por José Bonifácio, D. Pedro decretou que todas as ordens vindas de Portugal só seriam obedecidas após o "Cumpra-se" do Príncipe Regente.
- No dia 13 de maio de 1822, D. Pedro recebeu o título de DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL oferecido pelos maçons.
- Em 02 de agosto de 1822, D. Pedro foi iniciado na maçonaria em uma cerimônia realizada na Loja "Comércio e Artes", no Rio de Janeiro, poucos meses antes da declaração da independência do Brasil.
- Em 22 de agosto foi proposto como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, cargo que assumiu em 04 de outubro de 1822.
- Em 1º de setembro de 1822, sob a presidência da princesa Leopoldina, foi decidido que era o momento de separar o Brasil de Portugal. Esse movimento culminou no famoso “Grito do Ipiranga” em 7 de setembro de 1822, que marcou a Proclamação da Independência. Ainda no início de setembro de 1822, D. Pedro I estava em São Paulo para resolver disputas locais e acalmar ânimos exaltados na província. Durante sua estadia, ele recebeu uma série de cartas vindas do Rio de Janeiro e de Portugal. As missivas incluíam ordens das Cortes portuguesas que insistiam no seu retorno imediato a Lisboa e exigiam que o Brasil retornasse à condição de colônia. A situação no Brasil já estava bastante tensa, com um crescente movimento de emancipação e um clima de descontentamento generalizado entre as elites brasileiras.

- No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro estava retornando de Santos, onde, segundo as notícias oficiais, havia tratado de questões administrativas, em direção a São Paulo. Ele e sua comitiva, que incluía figuras importantes, faziam a viagem de volta pela Estrada de Santos, uma trilha precária que cortava a serra do Mar. Durante essa jornada, às margens do riacho do Ipiranga, próximo à cidade de São Paulo, ele foi interceptado por mensageiros que traziam notícias urgentes de sua esposa, a princesa Leopoldina, e de José Bonifácio, que estavam no Rio de Janeiro. As cartas recebidas confirmavam a pressão contínua das Cortes portuguesas para que D. Pedro retornasse a Portugal, revogando as decisões anteriormente tomadas pelo príncipe e pela administração no Brasil. Sentindo a crescente pressão e ciente da vontade do povo brasileiro de se ver livre do controle de Portugal, D. Pedro tomou uma decisão. Às margens do riacho do Ipiranga, ele teria pronunciado as palavras que ecoariam na história do Brasil: **"Independência ou Morte!"**.
- No dia 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil, com sua sagração e posse ocorrendo em 1º de dezembro de 1822.
- Ainda em outubro de 1822, D. Pedro I, devido a pressões políticas e ao desejo de evitar conflitos entre a Maçonaria e a Igreja Católica, que desaprovava a participação de monarcas na ordem, decidiu suspender as atividades do Grande Oriente do Brasil e se afastou da Maçonaria.
- 1824: Promulga a primeira Constituição brasileira, consolidando o poder imperial e estabelecendo o Brasil como uma monarquia constitucional.
- 1825-1828: Guerra da Cisplatina, que resulta na perda da Província Cisplatina, atual Uruguai, em 1828.
- 1831: Abdica do trono brasileiro em favor de seu filho, Dom Pedro II, e retorna a Portugal para lutar nas guerras liberais pela sucessão do trono português.
- 1834: Morre em 24 de setembro, aos 35 anos, em Lisboa,

deixando um legado como o primeiro imperador do Brasil e uma figura central na independência do país.

Esta cronologia destaca os principais eventos da vida de Dom Pedro I, enfatizando seu papel na independência do Brasil e em questões políticas tanto no Brasil quanto em Portugal.

DOM PEDRO I E A MAÇONARIA: ASCENSÃO, RUPTURA E IMPACTO NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



Avental Maçônico⁶⁰ de D. Pedro I do Brasil (em Portugal, D. Pedro IV)⁶¹.

A iniciação de Dom Pedro I na Maçonaria, em 2 de agosto de 1822, foi um evento crucial tanto para sua trajetória pessoal quanto para o processo de independência do Brasil. Ele havia sido aceito na ordem em 13 de julho daquele ano, e conforme relatado pelo historiador Pedro Calmon, Dom Pedro I estava "ardendo em

⁶⁰ Este é o Avental Maçônico de D. Pedro I do Brasil (em Portugal, D. Pedro IV), datado de mais ou menos 1822. A peça é feita de seda e veludo, com 34 x 36cm. Trata-se de um Avental, possivelmente do Grau 7, do Rito Moderno (ou francês).

⁶¹ **Fonte da imagem:** *Museu Paulista da USP (Facebook)*, disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=525580961548084&set=a.227192851386898>. Acesso em: 5 de setembro de 2024.

curiosidade" sobre o ritual que o aguardava ao ingressar na Maçonaria (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2024)⁶².

A cerimônia foi realizada na Loja "Comércio e Artes", no Rio de Janeiro, sob a liderança de José Bonifácio, Grão-Mestre e um dos principais articuladores da independência. Durante a cerimônia, Dom Pedro adotou o nome simbólico de "Guatimozim"⁶³, em homenagem ao último imperador asteca, representando força e resistência.

Sua ascensão na Maçonaria foi extraordinariamente rápida. Apenas três dias após sua iniciação, ele já havia se tornado Mestre da loja, e em 4 de outubro de 1822⁶⁴, foi nomeado Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Nesse momento, a independência já havia sido proclamada e Dom Pedro se estabelecia como o primeiro imperador do Brasil.

A entrada de Dom Pedro na Maçonaria foi muito mais que uma formalidade. A ordem funcionava como um centro de discussões sobre a emancipação e os rumos políticos do país, sendo um espaço influente entre as elites políticas. Sua participação foi essencial para a formação de alianças estratégicas que fortaleceram sua liderança durante o período decisivo da independência. A Maçonaria, guiada pelos ideais

⁶² AVENTURAS NA HISTÓRIA. *Como Dom Pedro I entrou para a Maçonaria*. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/desventuras/como-dom-pedro-i-entrou-para-maconaria.phtml. Acesso em: 5 set. 2024.

⁶³ O nome simbólico "Guatimozim", adotado por Dom Pedro I ao ingressar na Maçonaria, faz referência a Cuauhtémoc, o último imperador asteca. Cuauhtémoc foi uma figura importante na resistência contra os conquistadores espanhóis no México, sendo lembrado por sua bravura e lealdade ao seu povo. Na Maçonaria em 1822, era comum, os membros adotarem nomes simbólicos que representem qualidades ou ideais que eles desejam incorporar, e ao escolher "Guatimozim", Dom Pedro I pode ter querido simbolizar resistência, coragem e liderança diante de adversidades.

⁶⁴ Há divergências entre historiadores quanto à data exata da posse de Dom Pedro I como Grão-Mestre da Maçonaria. Enquanto alguns afirmam que a cerimônia ocorreu no dia 4 de outubro de 1822, outros defendem que a data correta seria o dia 5 de outubro daquele ano.

iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, encontrou em Dom Pedro uma figura-chave para conduzir o Brasil ao rompimento com Portugal. Além disso, muitos dos líderes da independência, como o próprio Bonifácio, também eram maçons, facilitando a articulação de um projeto político comum.

No entanto, após a proclamação da independência, a relação de Dom Pedro com a Maçonaria começou a se desgastar. Facções internas da ordem, como o grupo liderado por Joaquim Gonçalves Ledo, defendiam ideais republicanos, opondo-se à monarquia constitucional defendida por Bonifácio. Dom Pedro, agora imperador, viu-se pressionado a manter a estabilidade do novo império e seu próprio poder. Em outubro de 1822, apenas dois meses após sua iniciação, ele decretou o fechamento de todas as lojas maçônicas no Brasil, temendo que a ordem, especialmente os republicanos, representasse uma ameaça ao regime monárquico.

A decisão de suprimir a Maçonaria foi um golpe severo contra uma organização que havia sido central na articulação da independência. Dom Pedro ficou incomodado com o fato de que, mesmo como Grão-Mestre, não detinha obediência total dos maçons, o que o levou a agir de forma autoritária para consolidar seu poder. A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, intensificou ainda mais sua ruptura com antigos aliados, muitos dos quais passaram a defender abertamente a república como solução para os problemas do Brasil.

Esse conflito entre Dom Pedro e a Maçonaria atingiu seu ápice em 1831, quando, pressionado por uma crise política e social, o imperador abdicou em favor de seu filho, Dom Pedro II. Após sua abdicação, ele retornou a Portugal, onde se reaproximou da Maçonaria durante sua luta contra o autoritarismo de seu irmão, Dom Miguel. Esse episódio reflete a complexidade da relação de Dom Pedro com a ordem, mostrando as dificuldades que enfrentou ao tentar equilibrar diferentes interesses políticos e ideológicos durante a construção do

Brasil independente.

DOM PEDRO I E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Ao abordar a independência do Brasil, frequentemente se enfatiza o célebre episódio do "Grito do Ipiranga", ocorrido em 7 de setembro de 1822, quando Dom Pedro I proclamou que o Brasil deixaria de ser colônia portuguesa para se tornar uma nação independente. Contudo, esse evento icônico foi o ápice de um processo longo e complexo, permeado por tensões políticas, conflitos de interesse e decisões estratégicas, que não apenas moldaram o destino da nação, mas também transformaram profundamente a trajetória do jovem príncipe.

Desde a juventude, Dom Pedro I esteve imerso em um ambiente de instabilidade política, tanto no Brasil quanto em Portugal. Em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em decorrência da invasão napoleônica a Portugal, Dom Pedro, ainda criança, iniciou sua familiarização com o vasto território brasileiro, suas peculiaridades e demandas por maior autonomia. Esse contato precoce foi crucial para a formação de sua visão como líder e, eventualmente, como imperador.

Quando Dom João VI retornou a Portugal em 1821, deixando Dom Pedro como príncipe regente, o cenário político estava preparado para transformações significativas. As cortes portuguesas insistiam na retomada da condição colonial do Brasil, proposta prontamente rejeitada por muitos líderes locais, incluindo membros da maçonaria, que desempenharam um papel fundamental nos bastidores do processo de independência.

Em 9 de janeiro de 1822, diante das pressões para retornar a Portugal, Dom Pedro tomou uma decisão emblemática, conhecida como o "Dia do Fico", quando declarou:

(EDUCAÇÃO, 2024)⁶⁵ **"Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico."** Esse episódio marcou um passo decisivo rumo à independência, evidenciando o compromisso do príncipe com a autonomia brasileira.

Além de ser um ato de resistência às cortes portuguesas, o "Dia do Fico" simbolizou a aliança de Dom Pedro com os ideais de liberdade que permeavam o Brasil. Muitos dos principais líderes do movimento independentista eram maçons, cujas reuniões e articulações políticas influenciaram diretamente as decisões do príncipe regente. A Maçonaria, com seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, ofereceu a Dom Pedro um espaço privilegiado para discutir e planejar as ações que levariam à separação definitiva de Portugal.

Em 1822, Dom Pedro foi admitido na maçonaria, o que fortaleceu ainda mais sua liderança no movimento pela independência. Ele ascendeu rapidamente dentro da Ordem, assumindo o posto de Grão-Mestre. Nesse contexto, a maçonaria estava dividida entre defensores de uma monarquia constitucional e aqueles que sonhavam com a república. Ao se aliar aos maçons, Dom Pedro consolidou seu apoio entre líderes influentes da sociedade brasileira e utilizou a estrutura da Ordem para garantir que a transição para a independência ocorresse com o mínimo de conflitos.

⁶⁵ EDUCAÇÃO, Mundo. **Dia do Fico.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/dia-do-fico.htm#:~:text=%E2%80%99CS%C3%A9%20para%20o%20bem,confirmar%20que%20permaneceria%20no%20Brasil..> Acesso em: 04 set. 2024.



Dia do Fico". Aclamação de Dom Pedro I, Imperador do Brasil, no Campo de Sant'Ana, Rio de Janeiro (Acclamation de Don Pédro I-er Empereur du Brésil, au camp de Santa Anna, à Rio de Janeiro), c. 1822, Jean-Baptiste Debret⁶⁶

O apoio dos maçons foi crucial para o sucesso do movimento, personagens de destaque estavam sentados nas duas das principais cadeiras da instituição em 1822, sendo José Bonifácio o Grão-Mestre e Ledo o Primeiro Vigilante do Grande Oriente Brasílico, entidade que congregava as lojas maçônicas da época⁶⁷.

José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência", desempenhou papel decisivos na articulação política que culminaria no rompimento oficial com Portugal. A relação entre

⁶⁶ **Fonte da imagem:** DEBRET, Jean-Baptiste. Aclamação de Dom Pedro I, Imperador do Brasil, no Campo de Sant'Ana, Rio de Janeiro. Lithograph on paper. In: Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien. Dédié à l'Académie des Beaux-Arts de l'Institut de France. Paris: Firmine Didot et Frères, 1834-1839, v. III, p. 47. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/>. Acesso em: 06 set. 2024.

⁶⁷ Apesar de Ledo estar subordinado a Bonifácio na maçonaria, o primeiro irá se utilizar da Ordem para tentar anular a força do Grão-Mestre junto ao príncipe regente, com atos maçônicos, que refletiram muito além das colunas das lojas. Os dois vão travar uma verdadeira guerra de influência, cada um se utilizando de suas armas, para convencer o Príncipe Regente de qual seria a melhor saída para o Brasil, diante da crise política em Portugal, que culminou com a convocação das cortes portuguesas para elaborar uma Constituição para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Dom Pedro e José Bonifácio foi, por um tempo, muito próxima, com o estadista exercendo uma influência significativa sobre o jovem príncipe. Ambos compartilhavam a visão de um Brasil livre e independente, mas também entendiam a necessidade de manter a unidade territorial e evitar que o país se fragmentasse em diversas repúblicas regionais, como ocorreu em partes da América Espanhola.

Caminhando para o processo que culminaria com a independência do Brasil, no dia 20 de agosto, em 1822, Joaquim Gonçalves Ledo proferiu discurso retumbante em favor da Independência do Brasil. Disse ele: “Agora é tempo de reempossamento da liberdade (...) Os povos não são propriedade de ninguém”. A fala sensibilizou o príncipe regente [Dom Pedro II], que em poucos dias viria a proclamar a Independência (...) ⁶⁸.

Em 1º de setembro de 1822, sob a presidência da princesa Leopoldina, foi tomada a decisiva resolução de que havia chegado o momento de separar o Brasil de Portugal. Essa deliberação histórica resultou no emblemático "Grito do Ipiranga", em 7 de setembro de 1822, que marcou oficialmente a Proclamação da Independência.

Nos dias que antecederam esse marco, Dom Pedro I estava em São Paulo, onde buscava pacificar disputas locais e acalmar os ânimos exaltados da província. Durante sua estadia, ele recebeu uma série de correspondências urgentes vindas do Rio de Janeiro e de Portugal, que incluíam ordens das Cortes portuguesas exigindo seu retorno imediato a Lisboa e determinando a restauração do Brasil à condição de colônia. O contexto político e social do Brasil naquele momento era de extrema tensão, com o movimento de emancipação ganhando força rapidamente e um crescente descontentamento entre as elites brasileiras, que ansiavam por maior autonomia em relação ao controle de Portugal. Essas pressões, internas e externas, preparavam o cenário

⁶⁸ Segundo o deputado Federal Izalci Lucas, com este discurso Gonçalves Ledo passou para a história como um dos mais importantes autores da independência do Brasil. (Fonte: Agência Câmara de Notícias)

para a decisão histórica que se consolidaria poucos dias depois.

No dia 7 de setembro de 1822, Dom Pedro estava retornando de Santos, onde havia tratado de questões administrativas, segundo relato oficial, e dirigindo-se de volta a São Paulo. Ele e sua comitiva, composta por figuras influentes, seguiam pela precária Estrada de Santos, que serpenteava pela serra do Mar. Durante essa jornada, às margens do riacho do Ipiranga, nos arredores de São Paulo, mensageiros o interceptaram com notícias urgentes enviadas pela princesa Leopoldina e José Bonifácio, que estavam no Rio de Janeiro. As cartas traziam informações decisivas: as Cortes portuguesas mantinham pressão constante para que Dom Pedro retornasse imediatamente a Portugal, anulando as medidas progressistas que ele e seus aliados haviam implementado no Brasil. Essas notícias agravaram a situação já tensa, tornando evidente que o retorno à subordinação colonial era o caminho exigido por Lisboa. Contudo, ciente do desejo de liberdade que se espalhava pelo Brasil e da crescente rejeição ao domínio português, Dom Pedro viu-se diante de uma escolha histórica.

Nesse momento crucial, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho do Ipiranga, ele levantou sua espada e proclamou, com firmeza e determinação: **"Independência ou Morte!"**. Essa frase marcou de forma decisiva o rompimento com Portugal, "o grito de Dom Pedro selou o destino da nação, afirmando a vontade de uma pátria que se libertava de seus grilhões. Segundo Laurentino Gomes, em sua obra 1822, "Dom Pedro proclamou a independência do Brasil às margens do riacho do Ipiranga, levantando a espada e bradando: 'Independência ou Morte!'. A frase ecoou como símbolo da ruptura com Portugal e marcou o início de uma nova fase na história brasileira" (GOMES, 2010, p. 151)⁶⁹.

Esse ato simbólico marcou a ruptura definitiva com Portugal e

⁶⁹ GOMES, Laurentino. *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo Livros, 2010.

colocou Dom Pedro no centro de uma nova etapa na história do país. Mas a proclamação não foi o fim do processo; na verdade, ela inaugurou uma fase de novos desafios para o jovem imperador.

Após o Grito do Ipiranga, Dom Pedro enfrentou a difícil tarefa de consolidar a independência e garantir a unidade territorial do Brasil. Diferentemente de outras colônias americanas, que se fragmentaram em várias repúblicas após suas independências, o Brasil manteve sua unidade territorial, algo que se deve, em grande parte, à liderança de Dom Pedro. No entanto, essa unificação não ocorreu sem dificuldades.

A partir de setembro de 1822, o Brasil mergulhou em uma série de conflitos regionais, com províncias que ainda eram leais a Portugal resistindo à independência. O desafio de consolidar o poder imperial foi especialmente intenso no Norte e no Nordeste do Brasil, onde tropas leais a Portugal tentaram retomar o controle. Essas campanhas militares foram violentas e prolongadas, exigindo esforços consideráveis de Dom Pedro e de seu governo para garantir que o Brasil emergisse como um país unido e coeso.



“O grito do Ipiranga”, 7,60 m x 4,51 m, Pedro Américo, 1888. Museu Paulista/USP, SP⁷⁰.

⁷⁰ **Fonte da imagem:** <https://ensinarhistoria.com.br/o-grito-do-ipiranga-uma-fraude/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues

A vitória final nas batalhas pela independência foi alcançada em 1823, com a rendição das últimas forças portuguesas. Essa vitória, entretanto, trouxe novos desafios. O Brasil precisava se organizar

politicamente, e Dom Pedro, como imperador, precisaria lidar com as tensões entre as diferentes facções políticas e os interesses regionais que compunham o novo país.

O LEGADO DE DOM PEDRO I

O papel de Dom Pedro I na independência do Brasil e seus esforços subsequentes para consolidar a unidade territorial e política do país deixaram um legado profundo e duradouro. Sua liderança foi fundamental para garantir que o Brasil emergisse como uma nação independente e unida, e sua disposição em abdicar do trono demonstrou sua compreensão da importância da situação política da época.

Contudo, o legado de Dom Pedro I é marcado por uma combinação de realizações extraordinárias e contradições pessoais e políticas que o posicionam como uma figura complexa e fascinante na história do Brasil e de Portugal. Sua liderança durante a independência do Brasil, sua contribuição para a consolidação do Estado brasileiro, e seu papel nas Guerras Liberais em Portugal tornam-no um personagem central não apenas para o Brasil, mas para a geopolítica global do início do século XIX.

Dom Pedro foi um homem que viveu intensamente seu tempo, enfrentando desafios monumentais com coragem, determinação e, muitas vezes, com um senso de urgência que o levou a tomar decisões ousadas e controversas. No entanto, é inegável que, sem ele, o Brasil como nação independente poderia ter seguido um rumo completamente diferente.

Sem dúvida, o maior legado de Dom Pedro I foi a independência do Brasil e a construção de uma nação unida. Em um período em que

as colônias da América Latina estavam se fragmentando em múltiplos estados menores após suas lutas pela independência, o Brasil permaneceu coeso e integrado sob a liderança de Dom Pedro. Isso não foi um feito pequeno; a extensão territorial do Brasil, a diversidade cultural e as tensões regionais colocavam enormes desafios à sua unificação. Dom Pedro não apenas proclamou a independência, mas também liderou as campanhas militares necessárias para garantir que todas as províncias do Brasil se mantivessem sob o controle do novo Império. Sua habilidade em navegar por essas tensões regionais, muitas vezes com o apoio de líderes políticos e militares locais, foi crucial para o sucesso do projeto de construção nacional.

Outro aspecto fundamental do legado de Dom Pedro I foi a implementação da primeira constituição do Brasil, em 1824. Embora a Carta Constitucional de 1824 tenha sido marcada por um viés centralizador, ela foi uma tentativa de estabelecer uma ordem constitucional que equilibrasse os poderes e garantisse alguma forma de representação política. Dom Pedro, ao dissolver a Assembleia Constituinte em 1823, demonstrou seu autoritarismo em certos momentos, mas sua decisão de outorgar uma constituição foi fundamental para a estruturação do Estado brasileiro. A constituição garantiu o poder moderador ao imperador, conferindo-lhe a prerrogativa de intervir nos demais poderes, mas também instituiu um parlamento e criou mecanismos de participação política, mesmo que restritos às elites.

Essa constituição foi um marco para o Brasil, pois serviu de base para a organização política do país durante todo o período imperial, garantindo uma certa continuidade institucional. Mesmo após a abdicação de Dom Pedro I e a ascensão de seu filho, Pedro II, a Carta de 1824 permaneceu em vigor, consolidando a monarquia constitucional como o sistema de governo do Brasil até a Proclamação da República, em 1889. Ao longo de suas décadas de vigência, essa constituição ajudou a moldar o desenvolvimento político e econômico do Brasil, proporcionando um arcabouço jurídico para a

governabilidade do país.

Dom Pedro I deixou um legado importante ao estabelecer as bases para o Brasil moderno. Embora seu reinado tenha sido breve, ele implementou reformas que modernizaram a economia e as instituições brasileiras, consolidando a abertura dos portos ao comércio internacional e impulsionando o desenvolvimento agrícola e de exportação. Sua visão de um Brasil unido foi fortalecida por sua defesa da integridade territorial e de uma monarquia centralizada, evitando a fragmentação.

Após abdicar, seu papel em Portugal, como Pedro IV, foi igualmente relevante, ao liderar as forças liberais nas Guerras Liberais, defendendo a monarquia constitucional e os direitos civis.

A vitória de Dom Pedro I nas Guerras Liberais e a restauração de sua filha, Maria II, no trono de Portugal consolidaram sua reputação como defensor da liberdade e do constitucionalismo, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Sua liderança, marcada por contradições, revelou sua capacidade de se adaptar a mudanças políticas e lutar por ideais liberais, enfrentando até sua própria família. Embora tenha adotado medidas autoritárias e enfrentado críticas por sua vida pessoal, seu legado perdura como símbolo de independência e luta pela justiça, moldando o futuro de duas nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Hallysson Carlos Ventura de. *O Imperador e a Maçonaria*. Fervedouro, MG, 27 mar.

Brasil Escola. Dom Pedro I: biografia, casamentos, morte. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/dom-pedro.htm>. Acesso em: 05 set. 2024.

Museu Paulista da USP. Facebook Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=525580961548084&set=a.227192851386898>. Acesso em: 05 set. 2024.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. Como Dom Pedro I entrou para a Maçonaria. Disponível em:
<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/desventuras/como-dom-pedro-i-entrou-para-maconaria.phtml>. Acesso em: 05 set. 2024.

Ensinar História. O Grito do Ipiranga: uma fraude? Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues. Disponível em:
<https://ensinarhistoria.com.br/o-grito-do-ipuranga-uma-fraude/>. Acesso em: 06 set. 2024.

Agência Senado. Homenagem aponta papel da maçonaria na Independência do Brasil. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/18/homenagem-aponta-papel-da-maconaria-na-independencia-do-brasil>. Acesso em: 06 set. 2024.

GONÇALVES, Nelson. **Dom Pedro 1º: de herói a vilão na Maçonaria.** Folha do Povo, 19 abr. 2024. Disponível em:
<https://www.folha2.com.br/2024/04/dom-pedro-1-de-heroi-vilao-na-maconaria.html>. Acesso em: 06 set. 2024.

BANDEIRA, Márcio Maciel. **A Maçonaria e a Independência do Brasil.** Revista de Estudos Maçônicos, vol. X, n. 3, p. 1-15, 2016.
10. TAHA, Yassin. **A Iniciação de D. Pedro I.** Folha do Litoral, 8 ago. 2020.

ISMAIL, Kenno. **20 de agosto: a Maçonaria e a Independência do Brasil.** Revista Astréa de Estudos Maçônicos, 2016. Disponível em: [link se aplicável]. Acesso em: data de acesso.

FREEMASON.PT. **D. Pedro I e a Maçonaria.** Freemason.pt [s.d.]. Disponível em: <https://www.freemason.pt/pedro-i-mac/>. Acesso em: 06 set. 2024.

FREEMASON.PT. **Acta de Iniciação de D. Pedro I.** Freemason.pt [s.d.]. Disponível em: <https://www.freemason.pt/acta-de-iniciacao-de-d-pedro-i/>. Acesso em: 06 set. 2024.

FREEMASON.PT. **D. Pedro IV – Príncipe Regente – Imperador – Rei Maçom.** Freemason.pt [s.d.]. Disponível em: <https://www.freemason.pt/d-pedro-iv-principe-regente-imperador-rei-macom/>. Acesso em: 06 set. 2024.

20 - MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

MARQUÊS DE ABRANTES

Confrade Paulo Roberto Pinto
Cadeira Nº 68

O Marquês de Abrantes (1796-1865) foi um político brasileiro. Recebendo o cognome de "Estatista de dois Impérios", por sua atuação no Brasil e em Portugal. Recebeu vários títulos de nobreza. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico. Foi presidente da Imperial Academia de Música.



Miguel Calmon Du Pin e Almeida
“Marquês de Abrantes”

Miguel Calmon Du Pin e Almeida nasceu em Santo Amaro, Bahia,

no dia 23 de outubro de 1796. Era filho de José Gabriel Calmon de Almeida e de Maria Germana de Sousa Magalhães.

Fez seus primeiros estudos com um tio materno, Miguel de Almeida, e seguiu mais tarde para Coimbra. Em 1821, bacharelando-se em Direito pela Universidade de Coimbra.

De volta à Bahia, participou do movimento pela independência, como membro do conselho provisório do governo da província.

O Marquês de Abrantes casou-se com D. Maria Carolina de Piedade Pereira Baía, filha do rico atacadista Manoel Lopes Pereira Baía, Barão do Meriti, e destacou-se como homem da sociedade, quando ficaram famosas suas recepções em sua residência na praia de Botafogo, no Rio de Janeiro.

Praia de Botafogo, por volta de 1822 – Rio de Janeiro





Palacete Marquês de Abrantes (ex-Carlota Joaquina), com o novo pavimento.

Residência do Marquês de Abrantes na Praia do Botafogo– Rio de Janeiro

Sua atuação parlamentar estendeu-se do primeiro ao segundo reinado. Foi Deputado da primeira Constituinte e em 1823 foi representante da Bahia na Câmara dos Deputados por quatro legislaturas. Foi também Senador do império.

Sendo um grande representante do Império, Abrantes mereceu as mais altas condecorações nacionais e estrangeiras. Recebeu o título de Visconde de Abrantes, em 1841 e Marquês de Abrantes, em 1854.

Marquês de Abrantes foi Ministro da Fazenda em 1827 e Ministro dos Estrangeiros em 1829. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, ele

retirou-se da política, voltando para a Bahia. Em Santo Amaro, fundou a Sociedade de Agricultura da Bahia.

Foi agraciado por D. Pedro I com duas condecorações, a da Ordem Imperial do Cruzeiro e a da Imperial Ordem da Rosa em 1829, além de membro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa - Portugal, da Ordem dos Santos Maurício e Lázaro - Itália, da Ordem Leopoldo I - Bélgica e da Real Ordem Constantina das Duas Sicílias.

Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1839, presidente da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional em 1857, presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - 1857, provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro - 1854, comissário do governo no Instituto dos Meninos Cegos e presidente da Comissão Promotora do Instituto dos Surdos-Mudos.

Ainda foi autor de vários trabalhos, tais como: “Memória sobre a Cultura do Tabaco” - 1835, “Memória sobre o Estabelecimento de uma Companhia de Colonização na Bahia”, (também de 1835), “Ensaio sobre o Fabrico de Açúcar” - 1843, “Memórias sobre os Meios de Promover a Colonização no Brasil” – 1846, editado em Berlim - Alemanha e “A Missão Especial do Visconde de Abrantes de Outubro de 1844 a Outubro de 1846” - 1853.

Sua obra, o "Ensaio Sobre o Fabrico do Açúcar", buscou estimular e modernizar a produção do açúcar, que estava ameaçada pela concorrência estrangeira.

O Marquês de Abrantes retornou à política em 1837, quando foi mais uma vez Ministro da Fazenda. Já em 1842 foi Ministro das Capacidades.

Em 1843 foi nomeado Conselheiro de Estado. Entre 1844 e 1845

exerceu a diplomacia em Paris, Londres e Berlim.

Durante sua segunda gestão como Ministro dos Estrangeiros, conseguiu a revogação pelo Parlamento da Inglaterra, da Lei que proibia o consumo do açúcar brasileiro – a chamada “Questão Christie”, gerada pelo que se faz seguir:

“Em junho de 1861, um navio britânico, o “Prince of Wales”, naufragou nas costas do Rio Grande do Sul, e o desaparecimento de sua carga deu margens para a exigência de uma indenização do governo brasileiro.

As tensões entre os dois países se agravaram um ano depois, quando foram detidos, por desordem, três oficiais de outro navio inglês ancorado no Rio de Janeiro.

Em represália, o ministro inglês Christie mandou que a esquadra britânica do Atlântico Sul apreendesse cinco navios brasileiros.

A população do Rio de Janeiro promoveu manifestações de desgosto, até que a questão foi submetida ao arbitramento do rei Leopoldo I da Bélgica. Quando este deu laudo favorável ao Brasil, que pagou a indenização reclamada.

Como não foram pedidas as desculpas oficiais do Reino Unido, para encerrar o caso, as relações diplomáticas entre os dois países foram interrompidas por iniciativa do Brasil, de 1863.

Até que em 1865, um representante britânico apresentou um pedido de desculpas a D. Pedro II em Uruguaiana, Rio Grande do Sul”.

Para tornar mais completo este panegírico sobre o Marquês de Abrantes, achamos por bem, acrescentar as seguintes pesquisas sobre a sua vida:

Em 1822 ao retornar à Bahia, os Deputados baianos nas Cortes de Lisboa, com os quais tinha privado em Portugal, encarregaram-no de trazer a carta coletiva de 12 de março do mesmo ano, que dirigiam à Junta Provisória e às Câmaras da Bahia e na qual questionavam sobre qual era o melhor governo para o Brasil. A importância da missão com que fora investido o jovem advogado causou surpresa aos seus conterrâneos.

Nesse mesmo ano, mas precisamente em 25 de junho, D. Pedro I é aclamado Príncipe Regente do Brasil, em Cachoeira, na Bahia, por iniciativa de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. Chegando Miguel Calmon na localidade citada, como delegado à Junta Conciliatória e de Defesa, no mesmo dia, propõe para que a mesma passe a denominar-se “Comissão Administrativa da Caixa Militar”. Esta Comissão era encarregada de recolher os recursos para financiar a revolta contra Portugal e as tropas lusitanas que ocupavam São Salvador. A referida proposta foi acolhida em sua maioria.

Assim acontecendo, o futuro Marquês de Abrantes propôs para que neste dia, fossem efetuadas eleições para deputados ao novo corpo administrativo de Cachoeira. Miguel Calmon foi eleito pela Vila de Abrantes, enquanto Cachoeira elegia Montezuma.

Instala-se então, em Cachoeira, o “Conselho Interino de Governo da Província da Bahia”, sob a presidência do Juiz de Fora Francisco Elesbão, ocupando Montezuma o cargo de primeiro secretário e Miguel Calmon o de segundo. Além de secretariar o governo, Calmon era encarregado da Fazenda. Preparou assim a série de medidas preparatórias que facilitaram a vitória das armas brasileiras na conquista de Salvador, onde o General Madeira encontrava-se entrincheirado.

Em virtude de desavenças que teve com o General Labatut, Miguel Calmon, tornando-se seu adversário decidido, leva o Conselho a definir-lhe atribuições. Labatut seria apenas um mero “General de Exército” e não “Governador das Armas da Província”.

Miguel Calmon é designado pelo governo de Cachoeira para encontrar-se com o Almirante Lord Cochrane, que chegara com a esquadra imperial à Bahia a fim de combater a armada que cercava Salvador. A missão de Calmon consistia em informar o Almirante sobre os movimentos da terra e abastecer-lhe os navios.

Nessa época Oficiais brasileiros, descontentes, insurgem-se contra o General Labatut, aprisionando-o no seu quartel-general de Cangurrungu, e avisam o governo de Cachoeira da acefalia da tropa. A Junta nomeia para o comando em chefe o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, comandante do “Batalhão do Imperador”.

Após esses acontecimentos é empossada na Bahia, a Junta de Governo que o Imperador nomeara a 5 de dezembro de 1822, deixando de funcionar a anterior da qual fazia parte Miguel Calmon.

A esquadra portuguesa que então cercava Salvador, levando a bordo o exército vencido e os adeptos irredutíveis de Portugal, abandona a Bahia, na qual entram triunfantes as tropas pacificadoras, com isso a cidade de São Salvador aclama D. Pedro I Imperador do Brasil.

No mesmo mês de agosto de 1823, Miguel Calmon toma posse de sua cadeira de Deputado Geral na Assembleia Constituinte, como representante da Bahia. Tendo ido comunicar ao Imperador a sua aclamação na Capital da Província, com isso D. Pedro I tornou-se seu amigo, não perdendo mais de vista o jovem deputado. Miguel Calmon apresenta então o seu primeiro projeto de lei, o que chamou atenção da Câmara que se tinha transformado em uma Assembleia turbulenta e demagógica. A sua palavra calma e ponderada tratava de assuntos de grande importância para a economia brasileira e não de discussões facciosas. O descomedimento e a turbulência dos deputados da oposição leva o Imperador D. Pedro I a dissolver a Assembleia Geral Constituinte, sendo presos e deportados José Bonifácio, seus irmãos e,

também, seus amigos.

Miguel Calmon embarca para a Bahia, a fim de explicar aos seus conterrâneos os acontecimentos e os motivos das atitudes de D. Pedro I, como para informá-los da promessa do Imperador de outorgar uma Constituição elaborada pelo Conselho de Estado.

Em 1824, o Imperador jura a Constituição por ele prometida e convoca a Assembleia de 1826, no mês de julho daquele ano Miguel Calmon Du Pin e Almeida é eleito deputado para a Assembleia Geral. No ano seguinte Miguel Calmon faz uma viagem de observação e de estudo à Inglaterra, o que seria decisivo para a sua formação política. Dois anos após, Calmon volta à Bahia, indo logo a seguir ocupar a sua cadeira de Deputado no Rio de Janeiro.

No ano seguinte Miguel Calmon, é reputado como o orador mais fluente e agradável da Câmara dos Deputados, pronuncia também, o seu primeiro discurso sobre finanças. Em circunstância disso, D. Pedro I confiou a Miguel Calmon, no Gabinete Ministerial, a pasta da Fazenda. Em 1828, em virtude da forma por que o Imperador demitiu o Ministro da Guerra, o Gabinete de que fazia parte, Miguel Calmon se exonerou do cargo que ocupava até então. Contudo, no mesmo ano volta a fazer parte do referido Ministério ocupando a mesma pasta da Fazenda. Praticamente um ano após, o Imperador confia ao Marquês de Barbacena o encargo de organizar o Gabinete Ministerial. Foi a primeira vez no Brasil que o Ministério teve forma parlamentar com um Chefe de Gabinete. Miguel Calmon, instado, assumiu então a pasta das Relações Exteriores.

Em virtude das intrigas do “Chalaça” – Francisco Gomes da Silva, político e confidente do Imperador, Miguel Calmon foi mandado para o exterior por exigência do acima citado Marquês de Barbacena, Miguel Calmon por esses atos pede a sua exoneração ao Imperador. Não o tendo acompanhado nesta atitude, o Marquês de Barbacena viu-se demitido cinco dias após. Porém este erro de D. Pedro I custou-lhe o trono. No ano seguinte, 1831, forçado pelas tropas e pelo povo,

amotinados, D. Pedro I abdica em favor de seu filho. Com todos esses acontecimentos no final do mesmo ano Miguel Calmon regressa à Bahia.

No ano de 1832 nosso bibliografado volta a ocupar seu assento na Câmara Geral dos Deputados, quando propõe à Câmara o aumento da Marinha de Guerra do Brasil visando acabar com o tráfico de escravos incentivado pelos capitalistas do Norte do país.

Miguel Calmon com Bernardo de Vasconcelos, Marcelino de Brito e algumas pessoas abastadas em 16 de agosto de 1835, funda uma sociedade de Beneficência para criar e educar meninos desamparados. Nesse mesmo ano foi eleito deputado à Assembleia Provincial da Bahia, instalada em consequência do Ato Adicional. Calmon recusa depois de lavrados e publicados os decretos, os cargos de Ministro do Império do Brasil em Viena, na Áustria, e de Presidente da Província da Bahia.



Brasão do Grande Oriente do Brasil surgido em 1835

Um ano após os acontecimentos relatados no último parágrafo, Miguel Calmon é eleito Presidente da Sociedade de Agricultura da Bahia e reeleito Deputado Provincial; dentro das circunstâncias como suplente do Deputado Geral pela Bahia, Araújo Bastos, Calmon toma posse da cadeira na Assembleia Geral de Representantes. Logo após é reeleito Deputado Geral pela Província da Bahia.

Em 1837 depois da demissão do Regente Feijó, Miguel Calmon ocupa a Pasta da Fazenda no gabinete organizado pelo Regente Interino Araújo Lima, Calmon inclusive era o orador desse gabinete cognominado de “Ministério das Capacidades”. Passa-se um ano e o mesmo é reeleito Deputado Geral pela Província da Bahia; porém, no

ano seguinte, o Gabinete chefiado por Bernardo de Vasconcelos exonera-se e, com ele, Miguel Calmon. Passa-se um ano e o Regente Interino Araújo Lima assina a carta de Senador pelo Ceará, escolhendo Calmon do partido conservador, assim acontecendo, o mesmo toma posse na cadeira de Senador do Império, que na época era vitalícia.

No Gabinete conservador presidido por Cândido José de Araújo Viana, em 23 de março de 1841, Miguel Calmon ocupa mais uma vez a Pasta da Fazenda. Em julho, mas precisamente em 18 de julho do referido ano, é agraciado pelo Imperador com o título de Visconde de Abrantes, do nome da vila que, em 1822, o elegera seu representante. Com a queda do segundo gabinete ministerial do Segundo Reinado, Miguel Calmon deixa o cargo de Ministro.

Em outubro do ano seguinte o Visconde de Abrantes acompanhado de sua esposa chega a Falmouth, na Inglaterra, encarregado de missão diplomática na Europa. Essa “missão especial” teve como resultado a intervenção anglo-francesa no Prata contra o ditador Rosas. Dois anos após Miguel Calmon é nomeado Conselheiro de Estado, cargo que, durante o Império, também era vitalício.

Na data de 6 de junho de 1850, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Visconde de Abrantes, é eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Em setembro Miguel Calmon toma posse no referido cargo. Segundo as suas declarações, era maçom há mais de vinte anos, sendo reeleito ao cargo em pauta até 1863. No ano de 1852, graças aos entendimentos autorizados pelo Conde de Caxias e realizados por intermédio dos futuros Viscondes de Ponte Ferreira e Sapucaí, o Supremo Conselho para o Brasil é incorporado ao Grande Oriente do Brasil. Na época da autorização para a união dos dois Altos Corpos, Caxias era o Soberano Grande Comendador.

No ano seguinte, 1853, demitindo-se dos seus cargos, o Visconde de Abrantes, como Grão-Mestre, e o 2º Barão do Rio Branco, como Grão-Mestre Adjunto, o Grande Oriente do Brasil é dirigido pelo Dr.

Manoel Joaquim de Menezes, autor da “Exposição Histórica da Maçonaria do Brasil”. Ainda no mesmo ano, Miguel Calmon é reeleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Em 3 de dezembro de 1854, Miguel Calmon Du Pin e Almeida é agraciado com o título nobiliárquico de Marquês de Abrantes.

Três anos depois, em 1857, o Marquês de Abrantes, Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira, é eleito Provedor da Santa Casa de Misericórdia, dedicando cuidados diários para com a instituição. Na data de 29 de setembro de 1859, mais uma vez é reeleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, tomando posse no referido cargo.

Agora, transcorrendo o ano de 1861, Miguel Calmon é nomeado presidente da comissão organizadora da Exposição Nacional, promovida pela Sociedade Auxiliadora da Indústria, da qual ele era o seu presidente. Já no mês de dezembro do mesmo ano o Marquês de Abrantes inaugurou a Exposição Nacional da Indústria, na qual compareceram 459 expositores de todo o Império. Determinado autor à época, registrou que “50.739 visitantes, durante 45 dias, desfilaram pelas galerias do grande edifício do Largo de São Francisco, surpreendidos pela opulência do país...”.

O Marquês de Abrantes aceita a Pasta das Relações Exteriores no Gabinete presidido pelo Marquês de Olinda, conhecido sob a denominação de “ministério dos velhos”. Foi durante a sua gestão nessa Pasta que surgiu a desagradável “Questão Christie”. O Ministro inglês no Brasil, William Dougal Christie, levando a sua prepotência ao ponto máximo, e intolerável, manda apreender pelos vasos de guerra ingleses, ancorados na baía do Rio de Janeiro e à vista das fortalezas, cinco navios mercantes costeiros. O Marquês de Abrantes recebeu friamente a notícia. D. Pedro II já tinha declarado que preferia perder a coroa se não pudesse mantê-la em harmonia com a dignidade nacional. Nas ruas, transbordava a excitação popular: embora fosse uma nação muito fraca, na época, o Brasil estava disposto a ir à guerra.

No primeiro dia do ano de 1863, atemorizado pela tempestade que desencadeara, Christie propõe arbitramento da polêmica criada. O Marquês de Abrantes aproveitando do momento exige a devolução do que fora apreendido, rompendo-se posteriormente as relações com a Grã-Bretanha. Logo após, pelo falecimento do Ministro Senador Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, Miguel Calmon acumulou igualmente a Pasta da Fazenda. Convém lembrar que o Visconde acima citado era ex-Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

Em 18 de julho do mesmo ano a sentença do Rei Leopoldo I dos belgas na Questão Christie dá cabal ganho de causa ao Império do Brasil.

No mês seguinte ao esboçar-se a cisão de Saldanha Marinho, o Marquês de Abrantes renuncia ao cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Em continuidade, mas precisamente 15 de janeiro de 1864, o denominado “ministério dos velhos” pede a sua demissão vindo ser acatada pelo Imperador.

No segundo semestre do ano seguinte, 23 de setembro de 1865, Sir. Edward Thornton, Ministro de Sua Majestade a Rainha da Inglaterra, em Buenos Aires, dirige-se ao acampamento do Imperador D. Pedro II, depois da rendição de Uruguaiana, para fazer-lhe a comunicação de que “o Governo de Sua Majestade, a Rainha Vitória, negava de maneira a mais solene, toda a intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil, e a mesma monarca aceitava completamente e sem reservas a decisão de Sua Majestade Leopoldo I, rei da Bélgica, e se sentiria feliz em designar um ministro para o Brasil, logo que D. Pedro II estivesse pronto a renovar as relações diplomáticas”.

Finalmente em 13 de setembro de 1865, morre no Rio de Janeiro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, um dos melhores estadistas e oradores parlamentares, que tem tido o Brasil. No mesmo dia, o Jornal do Comércio publicava o desfecho da “Questão Christie”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASLAN, Nicola. ABRANTES (Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Visconde e Marquês de Abrantes – Editora Maçônica, Rio de Janeiro, 1973;

WIKIPÉDIA – A Enciclopédia Livre;

ALMANAQUE administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1865. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1865. Disponível em: <https://goo.gl/y31FHH>. Acesso em: 24 abr. 2018.

ALONSO, Rafael. Marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida). In: *Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil*. Rio de Janeiro. G. Ermakoff Casa Editorial, 2012.

IHGB. *Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes* (perfil de sócios falecidos). Disponível em: <https://goo.gl/B2NMoq>. Acesso em 20 abr. 2018.

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, marquês de Abrantes. Disponível em: <https://goo.gl/ZsPeHC>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MARQUÊS DE ABRANTES. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Disponível em: <https://bit.ly/2qzAAk6>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

21 - FLORIANO VIEIRA PEIXOTO

(FLORIANO PEIXOTO)

Confrade Sidnei Baumann
Cadeira Nº 69

BIOGRAFIA

Encontramos nos registros oficiais do ARQUIVO NACIONAL (2012), a biografia de ilustres personagens da história brasileira, dentre estes FLORIANO VIEIRA PEIXOTO (Floriano Peixoto), onde se descreve que “nasceu na pequena cidade de Ipioca” (atualmente a cidade tem o nome de Floriano Peixoto em homenagem ao ilustre cidadão), “no Estado de Alagoas”. O seu registro identifica a data de “30 de abril de 1839, sendo filho de Manuel Vieira de Araújo Peixoto e Ana Joaquina de Albuquerque”, estes muito pobres.

Como prática comum da região a doação de filhos recém-nascidos, quando poucas são as condições financeiras, “foi criado por seu tio e padrinho José Vieira de Araújo Peixoto (1798-1875)”, que era um “político de prestígio da região”, pois tinha maior capacidade para dar vida digna ao afiliado. Então, Floriano Peixoto consegue “estudos primários com um preceptor clérigo, passando, depois, ao internato do Colégio Espírito Santo, na capital do estado de Alagoas”. Já em “1855 vai para o Rio de Janeiro, no Colégio São Pedro de Alcântara” como aluno de ensino secundário (atual ensino médio), em continuidade aos estudos, ingressa na “Escola Central do Exército no ano de 1958 e integra o Corpo de Artilharia”. Ainda conforme o ARQUIVO NACIONAL (2012), há registros que Floriano Peixoto iniciou

“Na Escola Militar da Praia Vermelha em 1860 e fez uma sólida carreira militar: assentou praça como soldado voluntário (1857), sendo promovido a segundo-tenente (1861), a primeiro-tenente (1863), a capitão (1866), a major (1869), a tenente-coronel (1870), a coronel (1874), a general de brigada (1883), a marechal de campo (1889) e a tenente-general (1890). Esteve na Guerra do Paraguai (1864-1870) comandando o 1º Batalhão de Artilharia a Pé, onde participou de importantes

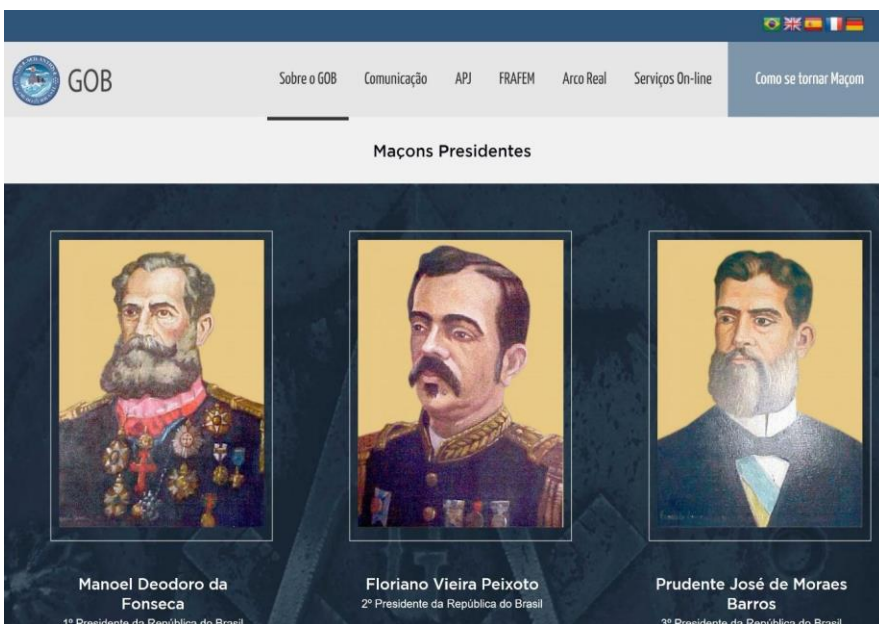
batalhas ao longo do conflito que envolveu o Paraguai, o Brasil, a Argentina e o Uruguai. Foi incorporado, em 1866, ao Batalhão de Engenheiros do 1º Corpo do Exército e, no ano seguinte, desligou-se do batalhão, passando a desempenhar a função de fiscal do 25º Corpo de Voluntários da Pátria do 1º Corpo do Exército. No final de 1867, foi nomeado para o comando do 9º Batalhão de Infantaria.”

Porém aqui cabe uma pausa para ressaltar que Floriano Peixoto casa com sua prima em 1872, “Josina Vieira Peixoto, filha do seu padrinho”, ou seja, quase que sua meia irmã, haja visto que ele foi dado a criação por seus pais biológicos ao seu tio-padrinho.

FLORIANO PEIXOTO NA MAÇONARIA

Na página oficial do GOB (<https://www.gob.org.br/macons-presidentes/>) encontramos a galeria de “Maçons Presidentes” e o nome de Floriano Peixoto já aparece em destaque como o 2º Presidente da República Federativa do Brasil.

Figura 1: Maçons Presidentes



Fonte: Site do GOB.

Porém nenhuma informação adicional é encontrada na página acerca das autoridades destacadas. Existem autores com divergências acerca do pertencimento de Floriano Peixoto na Maçonaria, além de suas ações em prol desta, porém este trabalho não objetiva analisar opiniões controversas sobre o assunto. Entretanto através de Gomes (2018) grande estudioso de assuntos maçônicos, nas mais variadas áreas, há menção de Floriano Peixoto em artigo publicado:

Do conjunto dos 13 presidentes da Primeira República ou República Velha (1889/1930), dez foram maçons: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Delfim Moreira e Washington Luís.

Gomes (2018) mencionando José Castellani “registra que

Floriano Peixoto pertenceu à Loja “Perfeita Amizade”, de Maceió... Dois presidentes ocuparam o posto de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil – Deodoro da Fonseca e Nilo Peçanha, refletindo bem o prestígio e o poder político da Ordem.”

Nesta mesma linha de afirmação, Carvalho (2007) em monografia publicada, destaca que “o pesquisador João Alves da Silva (de Maceió – Alagoas), maior estudioso maçom do “Marechal de Ferro”, descreve que Floriano Peixoto “pertenceu a Loja “Perfeita Amizade Alagoana”, fundada em 1868, no qual seu tio, José Vieira de Araújo Peixoto, era, na época da fundação, o Secretário. Com o nome heroico de Alexandre Magno, Floriano foi iniciado em 1875 nesta Loja.” Lembrando que neste período, Floriano Peixoto já ocupava o posto de Coronel e estava designado para o comando do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo (1874-1878).

FLORIANO PEIXOTO – AÇÕES VIRTUOSAS

Ascensão prodigiosa e feitos nacionais históricos são encontrados nos registros do ARQUIVO NACIONAL (2012), onde identificamos que Floriano Peixoto

... foi designado para o comando do 3º Regimento de Artilharia a Cavalo (1874-1878), e assumiu a direção do Arsenal de Guerra de Pernambuco (1879-1881), cuja missão era inspecionar as companhias militares do Nordeste. Em 1883, foi incorporado ao corpo do Estado-Maior General e, depois, comandante das Armas e presidente da província de Mato Grosso (1884-1885). Em 1889, foi promovido a ajudante-general do Exército, cargo cumulativo com o de comandante da Guarnição da Corte e Província do Rio de Janeiro, o que lhe rendeu grande prestígio no círculo militar. Teve atuação destacada ao lado do capitão Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1837-1891), seu professor e

combatente na Guerra do Paraguai, nos eventos que desembocaram na instauração do regime republicano no país. Com a República, ocupou os cargos de ministro da Guerra (1890-1891), constituinte (1891), senador por Alagoas (1891), presidente do Conselho Supremo Militar e de Justiça (1891-1893), vice-presidente da República (1891) e presidente da República (1891-1894).

Ainda percebe-se nos registros do ARQUIVO NACIONAL (2012), possível boa relação com pessoas influentes da época, pois “em 1890, foi nomeado ministro da Guerra (1890-1891) no lugar de Benjamin Constant”, e neste ano Floriano Peixoto assume a vice chefia do governo provisório, sucedendo Rui Barbosa (1849-1923). Na área política, em 15 de setembro de 1890, houveram eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, onde “foi eleito senador por Alagoas”. Sua trajetória meteórica continua, e em “1891, foi indicado conselheiro de Guerra do Conselho Supremo Militar, que, a partir de 1893, passou a denominar-se Supremo Tribunal Militar (STM)”. Voltando ao cenário político, “foi o primeiro vice-presidente constitucional do regime republicano, tendo sido empossado em 25 de fevereiro de 1891. Após a renúncia do marechal Deodoro, em 23 de novembro de 1891, assumiu a Presidência da República.”

Façamos uma pausa para destacar que Floriano Peixoto, no ano de 1883, torna-se “sócio do Clube Abolicionista Ceará Livre (1883)”, onde recebe “por seus atos de bravura na Guerra do Paraguai a medalha ao Mérito Militar”, e também as “condecorações como a do Cavaleiro da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, Medalha de Uruguaiana e Medalha Geral da Campanha do Paraguai.”

Voltamos agora a enfatizar que, estando como Presidente da República, citado no ARQUIVO NACIONAL (2012), Floriano Peixoto revoga “o estado de sítio, reabriu o Congresso e enfrentou forte oposição ao seu governo por parte dos que reagiram contra a intervenção federal nos estados que haviam apoiado o golpe deodoroista

em 1891”. Enfrenta a “Revolução Federalista (1893-1895)” ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda “combateu a Revolta da Armada (1893-1894), rebelião que teve início nos navios estacionados no Rio de Janeiro envolvendo antigas rivalidades entre o Exército e a Marinha”.

Finalmente o ARQUIVO NACIONAL (2012) informa que Floriano Peixoto “morreu na cidade de Divisa, no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1895”. Salienta-se que uma carta deixada por Floriano Peixoto aos seus apoiadores, em junho de 1895, descrita no artigo de Leal (2014, pg.6) é quase que um “testamento político”:

A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos. Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! pois. A mim me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o Exército Nacional e uma parte da Armada, que à Lei e às instituições se conservaram fiéis [...] é a Guarda Nacional, são os corpos de polícia da Capital e do Estado do Rio [...] é a mocidade das escolas civis e militares [...] finalmente, é o grande e glorioso Partido Republicano, que, tomando a forma de batalhões patrióticos...

Em continuidade, Leal (2014, pg.6) destaca que jornalistas que presenciaram o funeral afirmaram:

Sob grande comoção... a maior manifestação popular ocorrida até então no Rio de Janeiro para cultivar a memória de um político... “Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma

imponência igual. Os funerais de Rio Branco foram notáveis, foram, mas não tiveram, como os de Floriano Peixoto, a solenidade, a magnificência e até mesmo o concurso de uma tão grande massa popular.”

Portanto, visível é o respeito e admiração da grande massa popular à Floriano Peixoto, que o prestígio no funeral, diga-se que comunicação e locomoção à época, não tinham as facilidades atuais. Então a mobilização de grandes manifestações populares em prol de uma pessoa é fato notório, onde Leal (2014, pg.7) descreve

Seu corpo foi embalsamado e colocado na Igreja da Cruz dos Militares, e a semana inteira recebeu multidões que passavam silenciosamente para ver seu corpo. As flores extras vindas de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo para abastecer as floriculturas, logo acabaram. Ao enterro precedeu um cortejo pela cidade, formado por populares e onze Batalhões Patrióticos (formados por militares e civis, antes já organizados na Revolta da Armada para defender o governo do Floriano Peixoto)

Leal (2014, pg.7) enfatiza a fala do jornalista Luís Edmundo:

Um terço dos moradores da cidade ou, talvez, mais, assistiu à solene passagem desse cortejo, que levou horas e horas a desfilar. Pelas calçadas, portas e janelas das casas, toda uma multidão se aglomerava, em cachos. Vi homens de joelhos, pelas ruas, senhoras que choravam. Gente trepada pelos combustores da iluminação, pelos postes dos fios telegráficos e até pelos beirais de altos e íngremes telhados...

E Leal (2014, pg.7) continua com a descrição do funeral:

No cemitério, houve discursos emocionados à beira

de seu túmulo. Foram atos solenes de reverência ao morto e, sobretudo, atos políticos que precisavam ser publicizados aos oponentes, reforçando o discurso da República não corrompida, inaugurada por Benjamin Constant e reforçada por Floriano Peixoto.

Assim notoriamente Floriano Peixoto deixa um grande legado ao Brasil, pois vários modos de atuação e estratégias foram utilizadas por seus admiradores (Militares ou civis). Apesar de sofrer oposição e traições, jamais desviou-se de valores inegociáveis como a lealdade, honestidade e trabalho, então destaco que sua história de vida, é inspiradora para mim e para todos que desejam ser pessoas melhores, atuando em prol de nobres valores e grandes virtudes, como a liberdade, honestidade e lealdade de maçons e nação brasileira.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff. 5ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. Disponível em: <<https://mapa.an.gov.br/index.php/mapa/centrais-de-conteudo/producao/biografias/848-floriano-vieira-peixoto>> Acesso em: 26 ago. 2024

CARVALHO, Willian Almeida de. Marechal Luis Osório e Marechal Floriano Peixoto. Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/20carvalho.html>> Acesso em: 26 ago. 2024

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FLORIANO PEIXOTO. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930. Fundação Getúlio Vargas. Disponível

em: <https://bit.ly/2BCzxla>. Acesso em: 26 ago. 2024.

FLORIANO PEIXOTO. In: ERMAKOFF, George (org.). Dicionário biográfico ilustrado de personalidades da história do Brasil. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2012

GOB <<https://www.gob.org.br/macons-presidentes/>> Acesso em: 26 ago. 2024.

GOMES, Márcio dos Santos. A Maçonaria e os reflexos dos anos de 1930 e de 1964. Disponível em: <
<https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2018/03/13/a-maconaria-e-os-reflexos-dos-anos-de-1930-e-de-1964-parte-i/>>
Acesso em: 26 ago. 2024.

LEAL, Elisabete. Floriano Peixoto e seus Consagradores: Um Estudo sobre Cultura Cívica Republicana (1891-1894). REVISTA ESTUDOS POLÍTICOS Vol. 5 N°1. Universidade Federal de Pelotas – RS. 2014

22 - AMBRÓSIO PETERS

Confrade Carlos Roberto Pakuczewsky
Cadeira Nº 70

Há muito tenho o Irmão Ambrósio Peters como meu guia e exemplo de Maçom à ser seguido. Começou assim que eu fui Iniciado em 2004 e senti que a Maçonaria cabia como uma luva no meu estilo de vida.

Assim como na minha profissão, procuro me tornar o melhor naquilo que faço. Embora que ainda fique longe da perfeição, acaba indo além da média, o que me torna feliz com as minhas opções e realizações. Com o meu aprendizado maçônico, não foi diferente, assim que fui Iniciado, percebi que o aprendizado era enorme e contínuo, por isso tratei de buscar autoconhecimento, afinal, sei ler e o resto da infinitude do conhecimento que desejo adquirir com certeza está escrito em algum lugar e esse lugar é a internet. É só pesquisar, selecionar, aprender o que quero, passar a praticar e passara usufruir os benefícios da reeducação comportamental proporcionada pela Ordem. Assim no papel parece fácil fazer, mas acaba sendo um trabalho para o resto da vida.

Lí diversos livros, mas logo notei que artigos são mais produtivos uma vez que o espaço limitado para abordar determinado assunto requer mais esforço do escritos no sentido de apurar as ideias. É como tomar um copo de suco de laranja ao invés de comer cinco laranjas. Foi nesse sentido que comecei a pesquisar e consumir uma infinidade de artigos maçônicos e gostar dos artigos do ir. Ambrósio pela forma leve que o Irmão consegue abordar os temas. Parece que o seu enfoque é escrever exatamente para os Neófitos. Com o tempo percebi que todos nós buscamos essa forma simples e prática de escrever. É o simples que tudo emana.

Na durante as minhas leituras e estudos, comecei a colecionar os artigos que gostava para relê-los e depois de uns seis meses estava com uma grande coleção de artigos sendo a maioria escritas pelo Irmão Ambrósio. Chamo isso de afinidade. Foi então tentei entrar em contato o Irmão Ambrósio para lhe agradecer e dizer que ele está mudando a vida de mais um Ser, mas não consegui contar ou enviar mensagens, vindo a saber mais tarde que o Irmão já tinha pedido o transferência para o Oriente Eterno.

Com um vasto e excelente material reunido, lembrei-me dos outros quatro Irmãos gêmeos que foram Iniciados comigo, e também dos Irmão que buscavam o autoaperfeiçoamento e queriam uma seleção de qualidade, para tanto, decidi escrever um livro. Escrever, não reunir uma coletânea de artigos alheios. Será que isso é ético? Concluí que sim pois não visava lucro, apenas compartilhamento de informação a ser convertida em conhecimento pelos Manos com a mesma afinidade.

O livro **O fio de Cinzel** foi lançado em maio de 2020 com uma coletânea de 49 artigos sendo mais de 40 de autoria do Ir. Ambrósio. Nesse livro faço uma dedicatória *in memori* ao Irmão e apresento o seu curriculum vitae escrito por ele próprio (coisa rara), que apresento a seguir. Nesse currículo havia uma pequena foto tipo 3x4 que com a minha habilidade de restaurador de fotos antiga amador, conseguir melhorar para termos uma ideia da fisionomia do Irmão Ambrósio. Para quem se interessar, este livro encontra-se a disposição na amazon (www.amazon.com).



Ir. Ambrósio Peters.

A R L S "Os Templários" Oriente de Curitiba – PR.
Escritor, Historiador Filósofo e Livre Pensador.

Catarinense, nascido em São Ludgero, Sul de Santa Catarina, licenciado em Filosofia pela FIDENE, Ijuí, Rio Grande do Sul, em 1973. Funcionário aposentado pelo Banco do Brasil. Foi presidente da Fundação Catarinense do Bem-estar do Menor (FUCABEM), diretor executivo e presidente da Comissão Editorial da revista O PRUMO, do GOSC.

Foi um Irmão com intensa vida maçônica iniciado em 1974 na Loja Plácido Olímpio de Oliveira, Rio do Sul, SC, (GOB) e filiado a Loja Os Templários nº 2819 do Rito de York.

Residia em Curitiba, PR , faleceu em 8 de julho de 2003

LEGADO DO IR. AMBRÓSIO PETERS

Obras Literárias:

ANTOLOGIA MAÇÔNICA - Coletânea de palestras;
Foi livro do mês de Fevereiro de 1996 do Círculo do Livro Maçônico

da Revista “A trolha” de Londrina;

MOZART NA MAÇONARIA - lançado em maio de 1996, pela Editora de Letras Contemporâneas - Florianópolis (SC);

OS GRANDES PORTAIS - Obra autobiográfica;

O MANUSCRITO RÉGIO E O LIVRO DAS CONSTITUIÇÕES - De conteúdo maçônico;

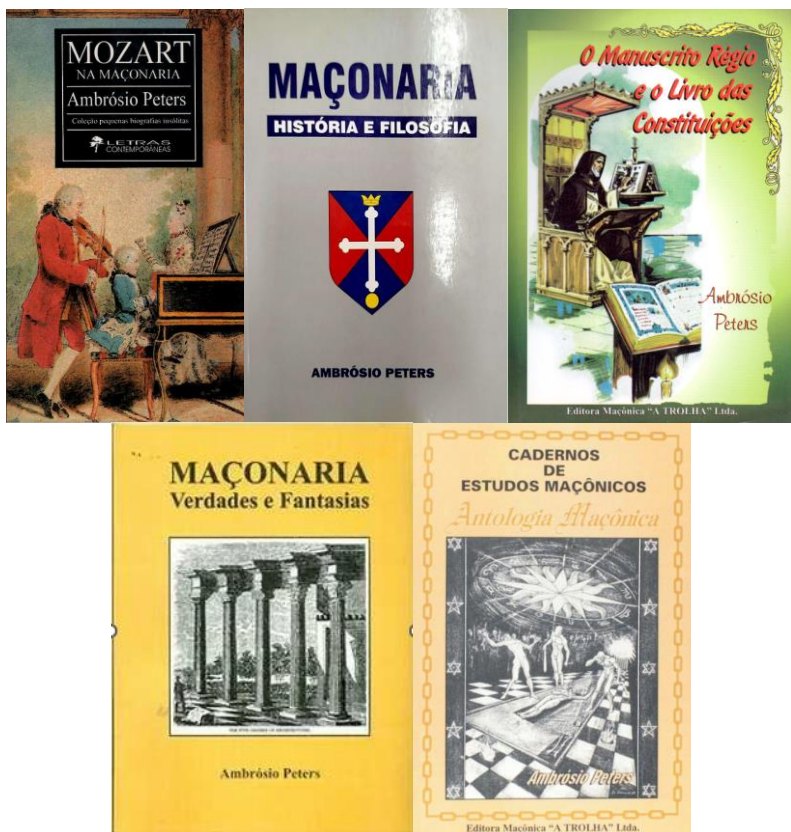
MAÇONARIA, HISTÓRIA E FILOSOFIA” - Editora Vicentina. Curitiba (PR), 1999;

MAÇONARIA, VERDADES E FANTASIAS” - Editora Vicentina. Curitiba (PR), 2002.

Artigos publicados:

- Vinte e cinco artigos originalmente publicados na Revista O Prumo. Esses artigos foram replicados em diversas outras revistas maçônicas.
- Vários artigos publicados na série “Cadernos de Pesquisas Maçônicas “ da Edit. A Trolha de Londrina PR.

Algumas capas de suas obras:



Alusão ao lançamento do autor pela Editora A Trolha.





Ambrósio Peters

A Editora Maçônica "A TROLHA", acaba de receber em seus Quadros o Escritor e Jornalista Maçônico –

Ambrósio Peters. Seu Livro de estréia, demonstra o gabarito dessa nova aquisição da nossa Editora. Como Editor da Revista "O PRUMO", por uma década, Ambrósio Peters marcou profundamente o espírito dos leitores daquela Revista – tanto pelo visual e conteúdo; pela Revolução que ele desfechou no seu sistema gráfico, como pelos seus Trabalhos de Pesquisas que ele publicou e ainda publica.

Não é, ainda, um nome nacionalmente conhecido, mas é um autor de grande talento e nós, da Editora "A TROLHA", sentimo-nos honrados em lançá-lo em nível Nacional. Em tê-lo como membro do nosso Plantel de Escritores Maçônicos.

Leiam-no e tirem suas próprias conclusões.

Os Editores




ANTOLOGIA MAÇONICA

Por onde passou, o Ir. Ambrósio deixou um rastro iluminado de conhecimento e de seguidores. A prova mais cabal dessa afirmação é que duas Lojas Maçônicas levam o nome do Irmão, uma das Grandes Lojas em Florianópolis e outra do GOB em Curitiba.



<https://mapaosci.pea.gov.br/detalhar/714788>

Código	Loja	Sessão	Ritual	Endereço	Cidade	Como Chegar
74	 Ambrósio Peters	Sessão 20:00 - Quarta-Feira - Semanal	Rito Escocês Antigo e Aceito	Travessa Jesse Fialho 43, Saco dos Limões , CEP 88045-510.	Florianópolis / SC	Abrir Mapa



Loja Ambrósio Peters nº 4101

Rito: YORK

Sessão: Quinta-feira 20:00 (quinzenal)

Oriente: CURITIBA

Endereço Loja: Rua Eligio Lorenzon, 100



Curriculum Vitae do Ir. Ambrósio Peters (*Escrito por ele próprio*)

)

DADOS PESSOAIS

- End. Res.: Rua Bruno Filgueira nº 2142, aptº. 1801, Bairro Champagnat - Curitiba (PR) - CEP : 80730-380 - FONE: (041) 335.6582;
- Nascimento : em 12/06/27, em São Ludgero, Mun. de Braço do Norte(SC);
- Identidade: RG 7.242.577-4, expedida em 24/10/94 pelo IIP/PR;
- CIC (Inscrição no Ministério da Fazenda) 005593779-91;
- Estado Civil: casado com Rachel de Souza Peters;
- Filhos: Ambrósio, Tânia Maria e Cid Fernando, todos casados.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Técnico em Contabilidade, pela Escola Técnica de Comércio de Tubarão, em 27 de dezembro de 1958, Tubarão (SC);
- Licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da FIDENE, 15 de dezembro de 1973 - Ijuí (RS).

APERFEIÇOAMENTOS COMPLEMENTARES

- Curso Intensivo para Administradores - CIPAD, - Centro de Treinamento Intensivo para Administradores do Banco do Brasil S.A. no Rio do Janeiro (RJ), com duração de 60 dias, ano de 1969;
- Semana de Estudos sobre o Direito do Menor, Universidade Federal de Santa Catarina, maio de 1981 - Florianópolis (SC);
- Curso de Treinamento de Análise Transacional, da FUCAT - Fundação Catarinense do Trabalho, setembro de 1981, Florianópolis (SC);
- Curso de Treinamento de Criatividade Gerencial, da FUCAT, outubro de 1981, Florianópolis (SC);
- Curso de Administração de Tempo, da FUCAT, dezembro de 1981, Florianópolis - (SC).

CURRÍCULO PROFISSIONAL

- Funcionário da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, Tubarão (SC), março de 1948 a junho 1952, tendo ocupado os seguintes cargos:

Encarregado da Secção de Compras - 1949/51

Chefe da Secção de Material - 1951/52;

- Funcionário do Banco do Brasil S/A, junho de 1952 a março de 1980, admissão na Ag. de Tubarão (SC), tendo ocupado os seguintes cargos:

Chefe da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, Ag. de Tubarão (SC), período 1959/1962

Subgerente da Ag. de Farroupilha (RS), período 1961/1967

Gerente da Agência de São Joaquim (SC), período 1967/1974

Gerente da Ag. de Rio do Sul (SC). período 1974/1978

Gerente da Ag. de Jaraguá do Sul (SC), período 1978/1980;

- Funcionário da Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor (FUCABEM), ocupante do cargo de confiança de Superintendente-Adjunto de Administração e Finanças, no período 1980/1983.

ATIVIDADES SOCIAIS

- Fundador do Centro Beneficente Albert Schweitzer, e seu primeiro Presidente no período 1958/1960, Tubarão (SC);

- Presidente da Comissão Executiva do Grupo Escoteiro anexo ao Colégio Marista da Cidade de Farroupilha (RS), no ano de 1966;

- Presidente do TV-Clube São Joaquim, do município de São Joaquim(SC) nos anos de 1968 a 1972;

- Presidente do Lions Clube de São Joaquim, por duas vezes, nos anos de 1968 e 1970;

- Tesoureiro da Fundação Mobral, do Ministério da Educação e Cultura, do município de São Joaquim(SC), anos de 1971/1972;

- Presidente da Comissão Municipal de Finanças do Juventus Atlético Clube de Rio do Sul (SC), no ano de 1977;
- Incentivador e Fundador da Associação dos Funcionários da Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor-Fucabem, no ano de 1982, Florianópolis (SC).

CITAÇÕES HONROSAS

- Cidadão Honorário de São Joaquim, concedido pela Lei Municipal nº 680 de 13 de novembro de 1969;
- Diploma de Reconhecimento do MOBREAL, por Dedicação e Espírito Cívico, concedido pelo Ministério da Educação e Cultura, Fundação Mobral do Município de São Joaquim, por participação efetiva nos trabalhos desenvolvidos, em 29 de setembro de 1972;
- Diploma de Reconhecimento e Medalha da FEB, concedido pela Associação dos Ex-Pracinhas da FEB de Rio do Sul, conforme diploma de 14 de abril de 1975;
- Placa de Prata com Menção de Agradecimento oferecida pelas Classes Produtoras e pela População do Alto Vale do Rio Itajaí - Rio do Sul em 04/05/1978;
- Placa de Prata com Menção Honrosa e de Agradecimento da Associação Atlética Banco do Brasil de Rio do Sul, em 28/04/1978;
- Placa de Prata com Menção Honrosa e de Agradecimento dos Funcionários da Agência do Banco do Brasil de Rio do Sul, em 28/04/1978;
- Placa de Prata com Menção Honrosa e de Agradecimento dos Funcionários da Agência de Jaraguá do Sul, em 04/03/1980.

CURRÍCULO MAÇÔNICO

- Iniciado em 06/04/74, Elevado em 22/08/74 e Exaltado em 05/12/74, na ARLS.'. Plácido Olímpio de Oliveira, ao Oriente de Rio do Sul (SC), e M.'.I.'. em junho de 1983 no Grande Oriente de Santa Catarina GOSC, em Florianópolis (SC);

- Ex-Membro das ARLS.'. Plácido Olímpio de Oliveira - GOB - Rio do Sul (SC), ARLS.'. Acácia da Ilha - GOSC - Florianópolis (SC), e ARLS.'. Trajano Reis nº100 - GOP - Curitiba (PR);
- Membro Efetivo da Loja de Estudos e Pesquisas Gênese Nº 90, do Grande Oriente do Paraná, Curitiba (PR);
- Membro Efetivo da ARLS.'. Luz e Fraternidade de Curitiba (PR), Grande Oriente do Mestrado do Sob.'. Ir.'. José Carlos Pacheco, no período 1992/1994 Paraná - Curitiba (PR);
- Ven.'. Mestre da ARLS.'. Acácia da Ilha, ao Or.'. Florianópolis (SC), por duas vezes, nos períodos de 1983/1985, e 1992/1993;
- Venerável Mestre da ARLS.'. de Estudos e Pesquisas Gênese do GOP, período 1996/1997 -CURITIBA (PR);
- Presidente da Comissão Editorial da Revista "O PRUMO" no período jul/1984 a dez/1987, e seu Diretor Executivo no período set/1991 a jun/1993;
- Ministro da Educação e Cultura do GOSC, no Grão-Mestrado do Sob.'.Ir.'. Samuel Fonseca, no período 1984/1987;
- Ministro de Administração e Ministro de Registros e Arquivos do GOSC no Grão-Mestrado do Sob.'. Ir.'. José Carlos Pacheco, no período 1990/1993;
- Membro Correspondente da Loja Brasil de Estudos e Pesquisas Maçônicas Nº45, do Grande Oriente do Paraná, Londrina (PR);
- Membro Correspondente da Texas Lodge of Research - Dallas - Texas - USA;
- Membro Correspondente da Southern California Research Lodge - Buena Park - California - USA;
- Associado correspondente da The Scottish Rite Research Society, Washington - DC - USA;
- Acadêmico da Academia Catarinense Maçônica de Letras, cadeira no 25, patrono Antônio de Lara Ribas;
- Acadêmico da Academia Paranaense de Letras Maçônicas, cadeira no 44, patrono Rocha Pombo; 7.16 - Tradutor autorizado do The Masonic Service Association of The United States - Springfield - MA - USA;

- Tradutor autorizado da revista “Hiram” do Grande Oriente da Itália - Roma - Itália.

RECOMPENSAS MAÇÔNICAS

- Diploma de Mérito Maçônico do GOSC, por Ato nº 020/GOSC/85 do Sob.!. Grão-Mestre Samuel Fonseca, de 15 de junho de 1985;
- Medalha do Mérito Maçônico concedida pelo Grande Oriente de Santa Catarina, por Ato nº 05/GOSC/94, de 06/07/94;
- Título de "Obreiro Honorário do GOSC" por Diploma de 20 de julho de 1994;
- Diploma de Louvor por participação e contribuição efetiva, através da Revista "O PRUMO", para as atividades da 3ª Região Litúrgica do Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, dado em dezembro de 1993;
- 8.4 - Agraciado com a “Comenda Giordano Bruno - Grau de Insigne Pensador” com medalha e diploma, outorgada pela ARLS.!. Acácia da Ilha, do GOSC, em 19 de julho de 1995.

ANEXO Nº1 - Atividade literária

Curitiba (PR), 27 de maio de 1997
Ambrósio Peters

“Curriculum vitae” - AMBRÓSIO PETERS **ANEXO Nº 1 - Atividade Literária**

PALESTRAS PROFERIDAS EM DATAS NÃO PRECISÁVEIS:

- IGREJA CATÓLICA E MAÇONARIA - VIIº Seminário Maçônico do GOSC - Lages - setembro/1995; e ARLS Acácia da Ilha - Florianópolis - Setembro/1995;
- REFORMA AGRÁRIA - ARLS.!. Fraternidade Catarinense - GOSC;
- EVOLUCIONISMO - ARLS.!. Alferes Tiradentes (GLSC) - Florianópolis;

- CONSIDERAÇÕES SOBRE CONSTITUIÇÃO DE 1723 - ARLS.'. Loja Brasil de Pesquisas Maçônicas - Reunião anual de 1993 - Londrina (PR);
- O DEÍSMO NA CONSTITUIÇÃO DE 1723 - Loja Brasil de Pesquisas Maçônicas - Reunião anual de 1994 - Londrina (PR);
- DEÍSMO E TEÍSMO - Loja de Estudos e Pesquisas Gênesis e ARLS.'. 21 de Abril - Curitiba (PR) - julho de 1995;
- AS ORIGENS DA VIDA - ARLS.'. Mensageiros da Luz (GOP) - Curitiba - agosto de 1995; 1.8 - A ÉTICA CÓSMICA - Loja de Estudos e Pesquisas Gênesis (GOP) - Curitiba - julho de 1995.'.
- ALEXANDRIA, A GRANDE BIBLIOTECA - ARLS.'. Cavaleiros da Arte Real (GOP) Curitiba (PR) - agosto de 1995;
- O NOSSO AMANHÃ - ARLS.'. 21 de Abril (GOP), Curitiba (PR) - maio de 1997.

ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA “O PRUMO”:

- GIORDANO BRUNO “O PRUMO” Nº 01/84;
- ALBERT SCHWEITZER Nº 02/84;
- MEDIOCRIDADE Nº 03/85;
- A MAÇONARIA E A SOCIEDADE Nº 04/85;
- REFLEXÕES SOBRE FILOSOFIA - I e II Nº 05/85 e 09/86;
- CONVITE AO SILÊNCIO Nº 06/85;
- VITRINA DE NATAL Nº 07/85;
- O PERFIL MAÇÔNICO Nº 10/86;
- FOGO MÍSTICO Nº 11/86;
- EVOLUCIONISMO I, II, III e IV Nº 12/86, e 13, 15 e 16/87;
- CÉUS OCIDENTAIS Nº 74 e 75/90;
- IMHOTEP, O GÊNIO Nº 76/90;
- O GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO Nº 78/91;
- UM HOMEM INIGUALÁVEL, MOZART Nº 79/91;
- TETRAGRAMA Nº 79/91;
- A CABALA NA HISTÓRIA Nº 80/91;
- MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA Nº 81/91;
- O TEMPLO DE SALOMÃO E A MAÇONARIA Nº 82/92;
- AS CONSTITUIÇÕES DE 1723 Nº 83/92;

- DIÓGENES, O CÍNICO Nº 84/92;
- OS ESSÊNIOS Nº 85/02;
- MAÇONARIA E RELIGIÃO Nº 86/92;
- FORJICAÇÕES HISTÓRICAS Nº 87/92;
- SOMOS FILHOS DAS ESTRELAS Nº 88/93;
- ALEXANDRIA, A GRANDE BIBLIOTECA Nº 100/95.

ARTIGOS PUBLICADOS NA SÉRIE “CADERNOS DE PESQUISAS MAÇÔNICAS “ DA EDIT. “A TROLHA” - LONDRINA (PR):

- CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE 1723 - Caderno nº 7/1994;
- O CONCEITO DE DEUS NA MAÇONARIA - Caderno nº 9/1995.

LIVROS PUBLICADOS:

- “ANTOLOGIA MAÇÔNICA” (coletânea de palestras) - livro do mês de Fevereiro de 1996 do Círculo do Livro Maçônico da Revista “A trolha” de Londrina;
- “MOZART NA MAÇONARIA”, lançado em maio de 1996, pela Editora de Letras Contemporâneas - Florianópolis (SC);
- “OS GRANDES PORTAIS” obra autobiográfica - já nas gráficas;
- “O MANUSCRITO RÉGIO E O LIVRO DAS CONSTITUIÇÕES”, de conteúdo maçônico - já nas gráficas;
- “MAÇONARIA, HISTÓRIA E FILOSOFIA” - Editora Vicentina. Curitiba (PR), 1999;
- “MAÇONARIA, VERDADES E FANTASIAS” - Editora Vicentina. Curitiba (PR), 2002.

23 - JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS

VISCONDE DO RIO BRANCO

Confrade Rui Aurélio de Lacerda Badaró⁷¹
Cadeira Nº 73

EPÍGRAFE

“Die Wahrheit muss wieder Mythos werden, wenn sie Wirkung tun soll.”⁷²

⁷¹ Doutor em Direito Internacional pela Universidad Catolica de Santa Fe, DEA en Droit International, Européen et Comparé – Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Conselheiro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional – SBDI. Professor de Direito Internacional do PPGD da PUC Minas. Secretário- Geral da Comissão de Comércio Exterior da OABSP. Advogado regularmente inscrito nos quadros da OABRS, OABSP e Conselho Regional de Lisboa da OA/PT. Email: rui.badaro@lawby.com.br

⁷² A afirmação de Goethe, *"Die Wahrheit muss wieder Mythos werden, wenn sie Wirkung tun soll"* (A verdade deve tornar-se mito novamente, se quiser ter efeito), encapsula uma concepção fundamental do pensamento romântico alemão sobre a relação entre verdade, mito e eficácia cultural. Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), como figura central do movimento *Sturm und Drang* e posteriormente do Romantismo, propõe aqui uma crítica ao racionalismo excessivo do Iluminismo, sugerindo que as verdades puramente abstratas ou conceituais carecem de força mobilizadora quando divorciadas da dimensão mítica e simbólica. Para Goethe, o mito não representa uma falsidade a ser superada pelo pensamento racional, mas sim um modo de conhecimento que incorpora verdades profundas em forma narrativa e imagética, capaz de ressoar simultaneamente com o intelecto e as camadas mais profundas da psique humana. Esta proposição dialoga com seu conceito de *"Urphänomen"* (fenômeno primordial) e sua abordagem da natureza, onde buscava uma ciência que não dissecasse analiticamente o mundo natural, mas preservasse sua totalidade viva. A frase também antecipa discussões posteriores na hermenêutica filosófica, particularmente em Hans-Georg Gadamer, sobre o papel dos mitos e tradições na compreensão humana, e encontra ressonâncias na psicologia profunda de C.G. Jung, que enfatizou a função vital dos símbolos e mitos para a integração psíquica. No contexto da filosofia goethiana, esta afirmação não deve ser interpretada como um irracionalismo, mas como reconhecimento de que a verdade, para ser eficaz, precisa incorporar-se à experiência

INTRÓITO

Há personagens que o tempo consagra — e há outros que ele trai. José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, paira entre esses dois extremos, sendo simultaneamente eclipsado pelo próprio filho e canonizado na abstração da memória institucional. Contudo, como nos ensinou Walter Benjamin, “não há documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, documento de barbárie” — e a memória, portanto, também é um campo de disputas.

O que fazemos aqui não é elogio vazio. É reconstituição. É denúncia da amnésia histórica que afeta até mesmo as colunas da Maçonaria — essa instituição que deveria, pela sua vocação filosófica, cultivar os grandes nomes não apenas como bustos, mas como ideias vivas.

O SILÊNCIO DO TEMPO E O CLAMOR DA VERDADE HISTÓRICA

E então? O que faz a História senão o exercício, tantas vezes equivocado, de catalogar vultos e varrê-los para o esquecimento seletivo? Numa república de memória débil e instituições em constante deriva, somos chamados a resgatar não apenas o nome, mas o sentido de um homem como José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Mas aqui, leitor — e *frater* —, que isto fique claro: não se trata de culto hagiográfico, nem tampouco da repetição acrítica das linhas dos almanaques oficiais. É preciso desconstruir o mito fácil para, com a argamassa da crítica, reerguer a estatura da verdade histórica.

Porque — e já o afirmava Nietzsche — “*os fatos não existem, apenas interpretações*”. E se o visconde foi reduzido a uma nota de rodapé do

vivida e à imaginação coletiva através de formas simbólicas que transcendam a mera conceitualização.

próprio filho (o barão), urge aqui o gesto contrário: fazer com que o pai emerja, não como sombra, mas como fundamento. Afinal, quem forma o formador? Quem molda o homem que moldou a diplomacia brasileira? A genealogia importa. E muito.

O tempo — esse escultor cego — por vezes acerta o cinzel, mas erra a inscrição. O Visconde do Rio Branco permanece, até hoje, como uma esfinge que muitos tocam, poucos decifram e quase ninguém interroga. Reduzido à função de “precursor da Lei do Ventre Livre” (como se isso já não fosse o bastante), foi esmagado por sua condição de pai do Barão do Rio Branco, esse sim, incensado e tematizado. Mas há, sob essa negligência, uma camada espessa de sintoma. Porque o Visconde, em verdade, assusta. E por quê? Porque ele escapa da lógica binária com a qual a historiografia pasteurizou o século XIX brasileiro.

Paranhos não cabe nas caricaturas fáceis. Não é herói liberal, mas tampouco é conservador reacionário. Não é militar golpista, nem burocrata morno. Ele é — como diria Ortega y Gasset (creio eu!) — ele próprio e suas circunstâncias, mas sempre à frente delas. Porque, note-se: foi jornalista, deputado, ministro, diplomata, abolicionista, maçom, orador, polemista, reformista — e, sobretudo, foi uma consciência de Estado. E isso, no Brasil, é uma categoria em extinção desde que a ideia de Estado cedeu lugar às facções — fossem elas políticas, administrativas ou ideológicas.

E aqui faço uma advertência: quem lê o Visconde sem o filtro da hermenêutica crítica corre o risco de reduzir sua trajetória a um inventário de cargos. Mas esse é o ponto. Ele não se explica pela função, mas pela tensão que impôs à função. Cada ministério que ocupou foi menos um exercício de poder do que uma pedagogia institucional. Quando presidiu o Conselho de Ministros, não o fez com a lógica de quem governa sobre, mas de quem conduz com. Sua retórica, modelada pela razão iluminista, trazia em si um projeto de nação. E não de qualquer nação — mas de uma nação soberana, racional, gradativa em suas transformações e sustentada sobre o

primado do Direito. Sim, o Direito — com maiúscula —, pois para Paranhos o legal não bastava: era preciso ser legítimo.

E por falar em Direito, eis o paradoxo: embora não fosse jurista de formação, seus pareceres diplomáticos continuam, até hoje, como testemunhos de uma racionalidade jurídica que falta a muitos togados do presente⁷³. Isso porque Paranhos era um jurista no sentido romano: conhecedor das coisas do Estado, das normas e dos princípios que as sustentam. Pensava o Brasil como um ente político dotado de vontade, interesse e — veja só! — dignidade.

Não à toa, quando chamado a lidar com a política externa, recusava-se a tratar o país como satélite das potências. Foi ele quem, com maestria, renegociou tratados desiguais, redesenhou a lógica de soberania no Prata e criou as condições para que o Brasil, ao fim da Guerra do Paraguai, não emergisse como um vassalo vitorioso, mas como árbitro regional. Sim: árbitro — e não interventor. Porque o Visconde entendia que toda vitória imposta gera rancor e toda diplomacia ativa precisa vir acompanhada de prudência estratégica. Ele era, por assim dizer, um maquiavélico de alma kantiana: realista na análise, ético no limite da ação.

E aqui reside sua maior heresia. O Visconde do Rio Branco era — e ainda é — incômodo porque não cabe na lógica da polarização que domina tanto a política quanto a historiografia⁷⁴. Ele rompe com os rótulos. Não serve ao liberalismo simplório, porque acreditava em um Estado pedagógico e interventor. Tampouco serve ao conservadorismo boçal, porque defendia a abolição como imperativo ético e estratégico. Também não serve ao nacionalismo vazio, porque era cosmopolita sem ser entreguista. Era, enfim, aquilo que Gramsci chamaria de um “intelectual orgânico do Estado”: alguém que pensa, escreve, age e negocia em nome de um projeto de país.

⁷³ FUNAG. *Com a Palavra, o Visconde do Rio Branco: a Política Exterior no Parlamento Imperial*, org. Alvaro da Costa Franco, 2005

⁷⁴ Ricupero, Rubens. *Personagens da República*. FUNAG, 2002.

E a Maçonaria? Ah, sim, a Maçonaria. Aqui é que a coisa se torna ainda mais incômoda. Porque o visconde não era apenas maçom de carteirinha. Era Grão-Mestre. E, mais do que isso, foi o condutor da reunificação maçônica de 1872, o grande artífice da fusão entre os dois Orientes brasileiros. Em plena crise política, social e eclesiástica, Paranhos entendeu que a fragmentação das lojas era mais do que um problema institucional — era um risco para a estabilidade do Império. E, como bom maçom e melhor estadista, operou a reconciliação. Não por vaidade. Mas porque sabia que, sem coesão simbólica, nenhuma instituição resiste ao colapso.

Portanto, sejamos honestos. Falar hoje do Visconde do Rio Branco é mais do que um ato de homenagem. É um gesto de resistência hermenêutica. É invocar o *ethos* da política enquanto arte de construir pontes, e não trincheiras. É lembrar que a Maçonaria, quando conduzida por homens de pensamento, foi capaz de influenciar as mais altas decisões de Estado — não como seita, mas como escola de formação cívica.

Assim, quando me sento (ainda que virtualmente!) na cadeira 73 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, não é o corpo do visconde que reverencio. É sua ideia. É sua capacidade de transitar entre os mundos. É sua maestria em unir o verbo à ação. É, sobretudo, sua recusa em aceitar a superficialidade como método e a tibieza como estilo.

Por isso, meu compromisso é claro: fazer da memória de Paranhos uma provocação constante. Porque, como disse Lenio Streck na coluna SENSO INCOMUM do CONJUR, “quem não suporta ser contradito deve repensar sua vocação institucional”. E o visconde — este, sim — jamais fugiu da contradição. Antes, fez dela sua ferramenta de construção histórica.

UM MAÇOM NO GABINETE E NO TEMPLO

Quando o Visconde do Rio Branco ascendeu ao Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil, em 1870, o Império estava prestes a se dobrar sobre si mesmo. Era preciso coragem institucional e retidão de caráter — mas também uma argúcia política que soubesse modular interesses e reconduzir a Maçonaria ao seu papel de força ética da sociedade civil.

A fusão dos dois Grandes Orientes — o do Lavradio e o dos Beneditinos — só foi possível porque José Maria da Silva Paranhos encarnava aquilo que Fichte chamaria (mas não o fez, porque essa é uma interpretação minha!) de “*o Eu absoluto em estado ético*”. Ele era mais do que um político ou diplomata. Era um homem de síntese — no Estado e na Loja.

O Brasil do Segundo Reinado caminhava sobre um fio tênue: entre o formalismo institucional herdado de um liberalismo pasteurizado à moda europeia e as pulsões sociais que fervilhavam sob o verniz de estabilidade imposta. Neste palco de tensões, em que a política era feita mais por arranjos oligárquicos do que por doutrinas, emerge o Visconde do Rio Branco com uma singularidade quase escandalosa: ele ousou transitar — e, mais do que isso, fundir — os domínios do poder secular e da liderança iniciática.

Aqui reside uma das dimensões mais negligenciadas — e, por isso mesmo, mais revolucionárias — de sua trajetória: o Visconde do Rio Branco não apenas ocupou os postos máximos da administração pública imperial. Ele também sentou-se na cátedra simbólica do Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil, não como adorno honorífico, mas como dirigente real e ativo. Sim: enquanto presidia o Conselho de Ministros — entre 1871 e 1875 —, dirigia também os destinos da Maçonaria brasileira. E não se tratava de uma coincidência. Tratava-se de uma síntese.

O que para muitos pareceria conflito de interesses, para

Paranhos era confluência de princípios. A República ainda não havia sido proclamada, mas a maçonaria — essa República das Luzes — já se movia como poder difuso e pedagógico. A distinção entre Gabinete e Templo, entre política e iniciação, entre a Razão de Estado e a Razão Maçônica, não era para ele uma barreira, mas um ponto de costura. Ele sabia: ou a

Maçonaria se posicionava como centro moral da sociedade — ou se perderia em irrelevância ritualística.

E, convenhamos, esse é um debate que, ainda hoje, muitos não suportam travar. Porque exige perguntar: qual o papel da Maçonaria na cena pública? Estamos condenados a repetir fórmulas esvaziadas, fórmulas sem gramática institucional, ou podemos retomar a tradição de homens como Paranhos, que sabiam conjugar a palavra com a ação?

Quando assumiu o Grão-Mestrado em 1870, o Visconde encontrou uma Maçonaria esgarçada pelas disputas fraticidas entre o Oriente do Lavradio e o dos Beneditinos — divisão que escancarava não apenas divergências administrativas, mas um colapso simbólico⁷⁵. Sete anos de cisão. Sete anos em que os maçons não se falavam, se combatiam e se excluía mutuamente, numa lógica que antecipava, à sua maneira, os cismas da República. A unidade maçônica estava ferida, e com ela, o projeto moral da Ordem.

Paranhos, porém, fez da conciliação uma obra-prima. E aqui cabe uma pausa: não confundir conciliação com convivência. O Visconde não apaziguou com base em concessões morais. Ele reconstruiu a unidade com base em um pacto ético e institucional. Seu raciocínio era claro: a Maçonaria não podia mais ser um espelho das disputas intestinas do poder profano. Precisava ser o seu freio. Precisava recuperar a vocação de arcabouço ético do Estado. E só poderia fazê-lo se voltasse a falar em uníssono.

⁷⁵ Cf. “Entre Dois Orientes”, Luaê Carregari Carneiro, FFLCH/USP, 2020.

A fusão de 1872, portanto, não foi um mero arranjo burocrático. Foi, em termos simbólicos, a reconstrução do Templo. Uma reforma da consciência institucional da Maçonaria. E o responsável por essa reconstrução foi aquele que, no mesmo ano, liderava as reformas de Estado no Gabinete Imperial. Um homem com um pé na política e outro na iniciação. Mas com a cabeça — e o coração — voltados ao futuro.

Claro, os dogmáticos torceram o nariz. Os reacionários, dentro e fora da Ordem, acusaram-no de desvirtuar tradições. Os católicos ultramontanos viam na sua figura a encarnação da heresia ilustrada. Já os republicanos radicais o acusavam de ser moderado demais. Mas, como ensina a Hermenêutica Filosófica, toda figura de mediação autêntica desagrada aos extremos. E isso é sinal de grandeza.

E o mais intrigante — e desconcertante — é que Paranhos exerceu esse duplo mandato com equilíbrio incomum. Em vez de usar a Maçonaria como instrumento de poder pessoal, submeteu seu poder à função pedagógica da Ordem. Seus pronunciamentos nos Templos, cuidadosamente registrados, jamais foram panfletários. Eram lições de história, filosofia política e moral pública. Ensinava como um preceptor cívico. Um verdadeiro Mestre Instalado da República possível — aquela que ainda não existia no plano formal, mas já se insinuava no plano das ideias.

E aqui entra a provocação, caro leitor e irmão: será que estaríamos, hoje, à altura de um líder como o Visconde do Rio Branco? Não em estatura, mas em densidade simbólica. Estamos preparados para compreender que a Maçonaria não pode ser um “clube do elogio fácil”, nem um apêndice de vaidades pessoais? Que sua vocação — a mesma encarnada por Paranhos — é ser instância crítica da política, e não eco de suas conveniências?

O visconde não apenas liderou. Ele advertiu. Advertiu para os perigos da fragmentação. Advertiu para a esterilidade dos discursos

ocos. Advertiu para a tentação de transformar rituais em fim e não em meio. Porque, para ele, cada Sessão era uma aula. E cada aula, um projeto de reforma. A começar por dentro. A começar pelos próprios irmãos.

Por isso mesmo, sua presença no Templo não era cerimonial. Era transformadora. E, nos tempos em que o discurso maçônico parece ter se reduzido a frases de efeito e simbologias despolitizadas, o exemplo do Visconde serve como um grito ético. Um lembrete de que o Gabinete e o Templo só se justificam quando estão comprometidos com o bem comum — e não com a autopreservação de elites decadentes.

Paranhos, portanto, não foi apenas um Grão-Mestre. Foi um reformador institucional — no Estado e na Ordem. E essa condição o torna ainda mais atual, pois — como já dizia Gadamer — “o passado fala apenas quando o presente está disposto a escutá-lo”⁷⁶. E o visconde tem muito a dizer.

O TEÓRICO DA REALPOLITIK MAÇÔNICA

Toda instituição que sobrevive à passagem do tempo encontra-se, em dado momento, diante do espelho da sua própria inércia. E, muitas vezes, para que volte a mover-se, é preciso um abalo — não destrutivo, mas fundador. O Visconde do Rio Branco foi esse abalo. Mas não um abalo irracional, destruidor, de cunho nihilista. Ao contrário: sua força estava na construção silenciosa, na tessitura institucional de um Brasil que ainda era projeto — e de uma Maçonaria que precisava deixar de ser só memória e voltar a ser destino.

Porque há dois tipos de lideranças: aquelas que apenas

⁷⁶ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer; revisão da tradução por Enio Paulo Giachini. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

preservam o que existe e aquelas que moldam o que ainda não é. E Paranhos — nisso reside sua grandeza — soube que as estruturas rituais da Maçonaria não bastavam. A Ordem precisava pensar estrategicamente. Precisava reocupar os espaços simbólicos e políticos que havia perdido. Precisava, em outras palavras, de uma *realpolitik*⁷⁷ iniciática.

Mas cuidado, leitor: não se trata aqui de maquiavelismo vulgar, de um jogo sujo de poder travestido de discurso progressista. Não. A *realpolitik* de Paranhos não é o cinismo da dominação, mas a razão da permanência. Ele compreendeu, como poucos, que a Maçonaria não se manteria relevante se continuasse a agir como se estivesse num século que já havia terminado. A nova ordem das coisas exigia adaptação sem rendição, firmeza sem rigidez, tradição sem imobilismo.

E aqui se revela a face mais sofisticada de sua liderança: Paranhos foi, sim, um político de ofício — mas também um estrategista simbólico. E o mais intrigante: foi capaz de aplicar os mesmos princípios que regiam sua diplomacia no Prata à sua condução da

⁷⁷ A *Realpolitik* representa uma orientação pragmática na condução da política, especialmente nas relações internacionais, que enfatiza considerações práticas de poder e interesse nacional em detrimento de ideais abstratos ou princípios morais. O termo foi cunhado pelo jornalista e político alemão Ludwig von Rochau em sua obra "Grundsätze der Realpolitik" (Princípios da Política Realista), publicada em 1853. Historicamente, ganhou notoriedade com a política externa do chanceler prussiano Otto von Bismarck, que utilizou esta abordagem para unificar a Alemanha no século XIX. Na teoria das relações internacionais, a *Realpolitik* alinha-se com a escola realista, cujos expoentes incluem Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e John Mearsheimer, que enfatizam que os Estados operam em um sistema internacional anárquico onde buscam primordialmente garantir sua própria segurança. Esta visão contrasta com abordagens idealistas ou liberais que priorizam a cooperação internacional, instituições multilaterais e valores universais. Na prática contemporânea, manifestações da *Realpolitik* podem ser observadas quando potências globais estabelecem alianças pragmáticas com regimes autoritários por razões geoestratégicas, econômicas ou de segurança, mesmo quando tais regimes contradizem seus valores declarados. MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2014, p. 45-73.

Maçonaria brasileira. A racionalidade que orientou sua ação nos bastidores das negociações internacionais — muitas das quais salvaram a honra e a integridade territorial do Império — também aparecia nas minutas, nas circulares e nos pronunciamentos emitidos enquanto Grão-Mestre.

Ele via a Maçonaria como uma engrenagem cívica. Um sistema de formação ética e institucional, voltado não apenas à construção individual do maçom, mas à solidificação de uma elite dirigente — não nos moldes das castas, mas da responsabilidade. Elite no sentido mais nobre: aquela que carrega o fardo da estabilidade, do discernimento e do equilíbrio.

Nesse sentido, a *realpolitik* de Paranhos é, antes de tudo, uma doutrina da prudência. Ele não era um aventureiro da história, mas um arquiteto da permanência. Seus movimentos eram calibrados, suas palavras, medidas, suas decisões, ponderadas. E essa ponderação não era inação. Era método.

Pensemos, por exemplo, na célebre política de pacificação do Prata. Enquanto as vozes beligerantes clamavam por intervenções ostensivas e vitórias gloriosas, Paranhos respondia com diplomacia, escuta e cálculos de longo prazo. Porque sabia que a glória dos canhões é efêmera, mas a estabilidade das fronteiras é duradoura. Ele não se curvava ao clamor das massas. Curvava-se à razão de Estado. E isso é muito mais difícil. Porque exige renúncia, exige cálculo, exige compreensão da História como processo — e não como espetáculo.

O mesmo raciocínio se aplicava à sua conduta maçônica. Em vez de fomentar disputas internas, usou da autoridade para freá-las. Em vez de alimentar o fogo das vaidades entre os Orientes rivais, agiu para fundi-los. Em vez de se aproveitar da cátedra de Grão-Mestre para impor doutrinas pessoais, preferiu ser pedagogo da convivência. Sua liderança foi, em termos weberianos, carismática apenas na medida em que se fez racional-legal. Um paradoxo? Não. Um exemplo raro de

harmonia entre *ethos* e estrutura.

E aqui, de novo, a provocação: por que tantos líderes atuais — profanos e da maçonaria — fracassam na construção de projetos duradouros? Porque confundem estratégia com manipulação. Porque não entendem que a política, como a Maçonaria, exige mais do que força. Exige método, exige historicidade, exige consciência das limitações e das possibilidades do tempo presente. Paranhos sabia disso. E, por isso mesmo, conseguiu ser eficaz sem ser autoritário. Modernizador sem ser iconoclasta. Reformista sem ser revolucionário. E isso, convenhamos, exige virtudes que o tempo atual parece ter esquecido!

Sua *realpolitik*, portanto, era um exercício de fidelidade hermenêutica à tradição — mas também uma abertura ao devir. Não há ruptura em Paranhos. Há contínuo. Ele não quebrou a lógica da Maçonaria imperial; apenas a elevou a um patamar superior de atuação. Fez com que ela deixasse de ser apenas reflexo das elites para tornar-se instrumento de sua crítica. Instrumento, inclusive, de formação das elites futuras.

E mais: fez isso tudo sem jamais usar a Maçonaria como trampolim para o poder profano. Ao contrário do que se veria mais tarde — com maçons disputando cargos como se disputassem espólios —, o Visconde nunca instrumentalizou a Ordem. Antes, colocou-se a serviço dela. E isso faz toda a diferença.

E é aqui que voltamos a Lenio Streck. Porque Streck nos ensina que o Direito, quando se converte em jogo de estratégias sem ética, mata a própria ideia de justiça. Do mesmo modo, poderíamos dizer: a Maçonaria, quando se converte em palco de vaidades, mata sua própria missão transformadora, fica reduzida ao neologismo que cunhei poucos anos atrás, a néscionaria. Paranhos jamais cometeu esse pecado. E por isso seu nome merece ser lembrado — não como relíquia, mas como advertência.

Ele é o arquétipo do político-maçom que compreendeu a Maçonaria não como espaço de reprodução do *status quo*, mas como incubadora de um novo modo de ser Estado. E isso exige pensamento, exige leitura, exige escuta. Não se constrói *realpolitik* com fórmulas prontas. Constrói-se com visão. Com coragem. Com humildade de aprender com o tempo.

Paranhos tinha essa visão. E é por isso que ele não pertence apenas ao século XIX. Ele nos pertence. Porque os desafios que enfrentou são os mesmos de hoje: a fragmentação institucional, o esvaziamento simbólico da política, o risco de irrelevância das instituições iniciáticas. E sua resposta foi clara: construir, mesmo em meio aos escombros. Fundar, mesmo sob o risco de ser incompreendido. Reformar, mesmo sem aplausos.

E esse, talvez, seja o maior legado do Visconde do Rio Branco: ensinar que a verdadeira *realpolitik* — seja no Estado, seja na Maçonaria — não se faz com esperteza. Faz-se com princípios. E com paciência. Porque, como nos adverte a tradição iniciática, toda obra duradoura começa por uma pedra bem lavrada.

O ELOQUENTE DO SENADO E O MESTRE DA TRIBUNA MAÇÔNICA

A palavra. Eis o instrumento mais nobre da política. E também da iniciação. Porque se a espada simboliza a ação, é a língua que ordena o mundo. O Verbo precede a Obra. Não à toa, nas tradições maçônicas — e também nas escrituras que moldam civilizações —, o mundo não se cria com explosões, mas com comandos: *Fiat lux*. E assim também era José Maria da Silva Paranhos. Um artífice da palavra.

Mas não confundamos eloquência com retórica vazia. Paranhos não era desses que falam para parecer cultos. Ele falava para construir sentidos. Para instaurar decisões. Para colocar o Direito e a Política em

tensão com a realidade. Sua oratória não era ornamento. Era método. Era praxis.

Sim, o Visconde do Rio Branco era, acima de tudo, um operador do logos. Machado de Assis, que não era dado a hipérboles gratuitas, registrou a proeza que se tornaria lendária: o discurso de sete horas seguidas, proferido por Paranhos no Senado do Império, em 5 de junho de 1865. Sete horas! Num tempo sem microfone, sem teleprompter, sem coach de comunicação, sem PowerPoint. Apenas com a força da memória, da lógica, da convicção. E com uma plateia atenta — porque havia conteúdo.

Não se tratava de um espetáculo de verborragia. Tratava-se de uma performance institucional de um estadista que sabia que, num regime de legalidade e honra pública, as decisões precisam de fundamentação. O convênio de 20 de fevereiro, alvo da celeuma, era mais do que um tratado diplomático: era uma aposta geopolítica. E o Visconde, com sua fala medida, demonstrava que governar é justificar. Que o poder precisa ser dito. Precisa ser exposto à linguagem para que ganhe legitimidade.

Esse é um ponto de inflexão: Paranhos não acreditava no poder mudo. E, por isso mesmo, era incompatível com os estilos autoritários. Ele sabia que o silêncio do governante, quando imposto como método, não é prudência — é tirania em estágio larval. E é por isso que falava. E falava muito. Mas nunca em vão.

Na tribuna do Senado, como nos Altares do Templo, seu discurso era sempre um ato de convocação à razão pública. E aqui cabe uma provocação hermenêutica: quantos, hoje, falam para serem entendidos — e não apenas para serem ouvidos? Quantos, hoje, reconhecem a palavra como responsabilidade — e não como performance?

Paranhos era a antítese do populista. Sua fala era lenta, pausada,

quase professoral. Os dedos eretos, chamando a atenção para cada tese. O olhar firme, não para os aplausos — mas para os votos. E o mais extraordinário: ao final das sete horas, ninguém estava cansado. Nem ele. Nem o auditório. Porque quem fala com fundamento sustenta o tempo.

E na Maçonaria? Ah, ali sua eloquência assumia outra camada: a da elevação simbólica. Paranhos sabia distinguir o verbo profano do verbo maçônico. No Senado, ele ensinava os pares. Na Fraternidade, ele educava os Irmãos. Mas o método era o mesmo: clareza de ideias, rigor conceitual, fidelidade aos princípios e apelo à construção coletiva.

Seu discurso maçônico não era catequese de doutrina esotérica. Era exercício de cidadania simbólica. Ele falava do mundo — mas a partir do Fraternidade. Falava do Brasil — mas sob a Luz da Maçonaria. E isso é raro. Porque exige alguém que tenha a coragem de transitar entre os dois registros — o do saber político e o do saber simbólico — sem cair no sincretismo banal ou na espiritualidade de ocasião.

Diante das Colunas J e B, Paranhos fazia da palavra um rito. Um rito civilizatório. Não se tratava de repetir catecismos, mas de interpretar o mundo à luz do rito. De ensinar que a construção do Templo Interior não é tarefa isolada do maçom individual, mas exercício coletivo de reforma social. Porque, para ele, a verdadeira iniciação só se completa quando o Aprendiz torna-se obreiro do mundo. Quando a Palavra se faz carne — e carne pública.

Mas essa pedagogia da palavra não se improvisa. Ela exige leitura. Exige formação. Exige estudo — essa palavra que, para muitos, parece uma heresia em tempos de culto à ignorância performática. Paranhos lia os clássicos. Lia os tratados. Lia os documentos. E, sobretudo, lia o Brasil. Lê-lo como um texto em disputa, como um projeto em disputa, como uma Nação por fazer. E só quem lê o Brasil com olhos críticos pode falar sobre ele com legitimidade.

E mais: sua palavra não era colonizada. Ao contrário do que se vê em muitos hoje, Paranhos não era repetidor de modismos europeus. Era um tradutor de contextos. Ele ouvia o mundo, mas respondia como brasileiro. Isso vale para sua ação diplomática. Vale para sua ação política. E vale para sua ação maçônica. Ele sabia que a Maçonaria brasileira não podia ser uma imitação de modelos importados. Precisava ser expressão de nossa realidade. Com seus desafios, suas dores, seus abismos. Mas também com sua esperança.

E aqui, uma última nota crítica: quando a Maçonaria renuncia ao verbo crítico, renuncia à sua missão fundacional. E quando seus líderes abandonam a tribuna — ou a ocupam apenas para louvores mútuos —, o que resta é o silêncio do ritual vazio. Paranhos não permitiu isso. Suas Sessões eram encontros de palavra. De provocação. De mobilização da consciência.

É por isso que sua eloquência não cabe nos manuais de oratória. Porque não era técnica. Era ética. Era política. Era educativa. Era — para usar o termo de Streck — um *ato de resistência*. Resistência à banalização da política. À banalização da iniciação/admissão. À banalização do discurso.

O Visconde do Rio Branco, portanto, não foi apenas um grande orador. Foi um mestre da linguagem institucional. Um guardião do logos público. E, acima de tudo, um homem que nos ensinou que a palavra, quando bem usada, não serve apenas para convencer. Serve para construir. Serve para fundar. Serve para libertar.

O MAÇOM QUE NÃO SE VENDEU AO DOGMA

A história da Maçonaria, quando escrita com honestidade, não é uma história de consensos. É, antes, uma história de dissensos estruturantes. De tensões fecundas. De conflitos que moldam. E o Visconde do Rio Branco — que alguns gostariam de domesticar como

um estadista manso e moderado — foi, na verdade, um herético dentro do dogma. Um subversivo da ortodoxia conformista. Um maçom que recusou transformar o ritual em fardo e a tradição em prisão.

Sim, herético. Porque sua trajetória desmente a narrativa dominante segundo a qual a fidelidade ao rito exige obediência cega à forma. Paranhos era fiel — mas não submisso. Era comprometido — mas não capturado. Tinha o senso agudo do valor simbólico da Maçonaria, mas não se permitia sequestrar por suas caricaturas. Para ele, a iniciação era ato de liberdade. E liberdade não combina com servilismo.

E aqui precisamos ser claros: não há Maçonaria verdadeira onde impera o dogmatismo. E não há Maçom autêntico onde não há pensamento. A Maçonaria que serve ao poder pelo poder trai sua origem. E o Maçom que se converte em reprodutor de doutrinas sem reflexão trai o juramento que fez à luz da razão.

Paranhos sabia disso⁷⁸. E viveu de acordo com esse saber. Sua Maçonaria não era de paletó e medalhas — era de ideias e projetos. Ele rejeitava tanto os anticlericais histéricos quanto os clérigos infiltrados. Recusava tanto os liberais de frase pronta quanto os conservadores da estagnação. Ele não se deixava reduzir a nenhuma dessas lógicas binárias. Era maçom em plenitude: homem do centro, em movimento permanente.

Isso o tornou desconfortável. Claro. Para os irmãos da ortodoxia ritualista, ele era avançado demais. Para os irmãos da política agressiva, era ponderado demais. E para os indiferentes, era comprometido demais. Mas aí reside sua força. Paranhos não negociava princípios. Não cedia à pressão das conveniências. Não fazia da Loja um palco de vaidades ou um clube de afilhados. E isso, convenhamos, ainda hoje é uma lição urgente.

⁷⁸ Mello, Fernando Figueira. *O Visconde do Rio Branco: entre a biografia estabelecida e a reconstrução da biografia*, in: *Com a Palavra, o Visconde do Rio Branco*, FUNAG, 2005.

Sua recusa ao dogma se evidenciava sobretudo no modo como conduzia os debates internos. Ele não impunha. Conduzia. Não proibia. Dialogava. Não denunciava. Advertia. Isso não significa que era permissivo. Ao contrário: era firme. Mas sua firmeza não nascia do autoritarismo. Nascida do logos. Da coerência. Do compromisso com a pedagogia do exemplo.

E por isso era capaz de dizer “não” a todos os lados — inclusive ao seu. Em tempos de partidarismos que intoxicavam o Império, Paranhos manteve-se acima da fragmentação. Seus adversários sabiam que podiam confiar em sua palavra. E seus aliados sabiam que não podiam abusar dela. Porque ele não se vendia. Nem ao partido. Nem ao trono. Nem à Loja. Nem à Igreja. Nem ao aplauso fácil.

E se isso o afasta do dogma, também o afasta da covardia. Porque pensar, no século XIX — como hoje —, era um ato político. E pensar de modo independente era, frequentemente, um ato de insubordinação. Paranhos não se dobrou. Ao contrário: elevou o pensamento à categoria de método de governar, de liderar, de iniciar.

No campo religioso, sua atuação foi exemplar. Durante a chamada “Questão Religiosa” — aquele turbulento embate entre o Império e setores da Igreja católica ultramontana —, o Visconde jamais caiu na armadilha da polarização. Não demonizou a fé, nem mitificou a razão. Manteve-se firme na laicidade crítica. Não como neutralidade ingênua, mas como compromisso ético com a liberdade de consciência.

E aqui se revela outra camada de sua ruptura com o dogma: Paranhos não era um “laico antirreligioso”, como tantos outros se proclamavam. Ele era um defensor da razão pública como espaço de pluralidade. Sabia que o Estado precisava ser laico para garantir o sagrado. E que a Maçonaria precisava ser plural para permanecer iniciática. Porque toda uniformidade excessiva é sintoma de

decadência.

No interior da Maçonaria, ele também se opôs à clericalização dos ritos. Não por anticlericalismo, mas por consciência simbólica. Para ele, os ritos não eram religião — eram linguagem. E como toda linguagem, precisavam de interpretação. Precisavam de hermenêutica. De sentido — e não de fetiche. Daí sua insistência em que os irmãos lessem, estudassem, debatessem. Sua Loja ideal não era a dos silêncios constrangidos, mas a dos diálogos fraternos. E o silêncio — quando se impunha — era sagrado porque preparado pelo verbo.

Paranhos desconfiava dos que falavam de Maçonaria como quem cita manual. Preferia os que a viviam como um processo. Um caminho. Um *método de si*, como diria Foucault. E por isso sua atuação como Grão-Mestre foi marcada por um combate silencioso contra a inércia. Sua arma? O exemplo. Sua tática? A coerência. Seu inimigo? O dogma, que paralisa, e a ignorância ritualizada, que empobrece.

Por isso, o Visconde não cabe nos quadros que a historiografia oficial gosta de pintar. Ele escapa. Transborda. Desloca. Porque ele não se rendeu. E não rendeu a Maçonaria a nada que não fosse o aperfeiçoamento do homem e da sociedade.

Em tempos como os nossos, em que tantas Lojas se convertem em pátios de vaidades ou trincheiras ideológicas, o exemplo do Visconde é mais do que uma memória. É uma interrogação. O que estamos fazendo com a herança simbólica que recebemos? Estamos pensando? Ou apenas repetindo? Estamos fundando? Ou apenas mantendo?

José Maria da Silva Paranhos nos olha, do passado, como um espelho. E nos cobra: que tipo de Maçons somos? Que tipo de cidadãos queremos ser? E, sobretudo, se temos a coragem de dizer não — como ele disse — a tudo aquilo que nos exige calar.

EM DEFESA DO PENSAMENTO MAÇÔNICO VIVO

Neste ponto, faço uma pausa para um reparo: a Maçonaria, nos últimos tempos, tem se dedicado a construir vultos de gesso. São homenagens de ocasião, efemérides vazias, discursos em fóruns esvaziados de pensamento. Visconde do Rio Branco não pode ser mais um.

Aqui, nesta Cadeira (virtual) 73, juro torná-lo presença — não apenas referência.

A tradição, já dizia Gustav Mahler, *“não é o culto das cinzas, mas a preservação do fogo”*. E, no entanto, o que vemos hoje, em tantas lojas maçônicas dispersas pelo Brasil e pelo mundo, senão a museificação desta Sociedade de Virtudes? Cerimônias mecânicas. Reuniões sem debate. Discursos de louvor recíproco. Ritos vazios, recitados como ladainhas desconexas. E um silêncio — um silêncio ensurdecador — sobre os temas que, em outras épocas, provocavam reformas, cisões, revoluções simbólicas. Hoje, não passa de uma sociedade de estúpidos! Ah, a néscionaria!

É neste contexto que o nome do Visconde do Rio Branco se ergue como farol. Porque ele não aceitou o apagamento do pensamento. Ele não tolerou a passividade intelectual. Ele não concebeu a Maçonaria como estrutura morna, mas como espaço de fervor racional. De crítica organizada. De ação ética.

É preciso dizê-lo com todas as letras: **José Maria da Silva Paranhos foi um pensador maçônico vivo. E, por isso, incômodo.**

Sim, porque o pensamento vivo é sempre desconfortável. Ele exige rupturas. Obriga a questionar. A duvidar. A reinterpretar os próprios fundamentos. O pensamento vivo não cabe em powerpoints nem em manuais de iniciação. Ele não se submete ao aplauso automático nem à unanimidade covarde. Ele interpela. Ele convoca.

Ele exige que cada sessão seja mais do que um ritual — seja um laboratório de ideias, uma oficina simbólica, uma ágora iniciática.

E o Visconde fazia exatamente isso. Quando subia ao Oriente, não lia pareceres protocolados. Proferia reflexões. Apresentava propostas. Conduzia, com a paciência de um pedagogo e a firmeza de um estadista, debates sobre a função da Maçonaria no Brasil de seu tempo. A Maçonaria, para ele, não era um fim em si mesma. Era um meio. Um meio para o aperfeiçoamento do homem e, sobretudo, para a construção de uma sociedade mais racional, mais justa, mais estável.

Essa concepção é revolucionária — sobretudo hoje, quando tantos preferem transformar a Fraternidade num bunker onde se refugiam dos dilemas do mundo. Paranhos fazia o contrário. Trazia o mundo para dentro da maçonaria. E dela, formulava respostas ao mundo. A Maçonaria, sob sua liderança, não era uma câmara de ecos — era uma caixa de ressonância social. E isso, convenhamos, exige coragem. Exige preparo. E exige uma coisa que falta em muitos: leitura.

Sim, leitura. Porque o pensamento maçônico vivo se alimenta do estudo. E não de frases de efeito. O maçom verdadeiro não é aquele que sabe decorar o catecismo. É aquele que sabe interpretar o mundo a partir do que aprendeu na Maçonaria. E aqui cabe uma provocação hermenêutica: **o que distingue o maçom do papagaio de loja? A capacidade de pensar por si mesmo.** E isso, meus irmãos, não se compra. Se conquista. Se constrói.

Paranhos era leitor voraz. Lia os clássicos. Lia os modernos. Lia os jornais. Lia os tratados jurídicos e os manuais diplomáticos. Lia para entender. E entendia para agir. E agia para transformar. Essa tríade — leitura, compreensão, ação — era o eixo de sua Maçonaria. E também deveria ser a nossa.

Mas, não. O que vemos em muitas oficinas é um culto ao antintelectualismo. Um orgulho da ignorância performática. Um

horror à dúvida. Um medo paralisante da crítica. E isso é trágico. Porque mata o espírito da Ordem. Porque transforma o Templo em sarcófago. E o maçom, em múmia ritual.

Contra isso, Paranhos se insurge — mesmo morto. Sua memória nos incomoda porque nos mostra, com brutal clareza, o abismo entre o que poderíamos ser e o que nos tornamos. Ele nos obriga a perguntar: **a Maçonaria que temos hoje estaria à altura do Visconde? Teria espaço para sua crítica? Para sua lucidez? Para sua atuação política e simbólica?**

E a resposta — doída — talvez seja “não”. Porque hoje há pouco espaço para o pensamento. E muito espaço para o personalismo. Há pouco lugar para o estudo. E muito para a ostentação. Pouco para o ideal. Muito para o carreirismo iniciático. Pouco para a reflexão crítica. Muito para o “copiar e colar”. Muito para a “*McDonaldização maçônica*”⁷⁹.

Mas há esperança. E ela começa pelo resgate. Pelo resgate de figuras como o Visconde. Pelo resgate da Maçonaria como espaço de reflexão — e não de reprodução. Como espaço de elaboração — e não de repetição. Como espaço de lucidez simbólica — e não de alienação cerimonial.

E esse resgate começa com o verbo. Com o debate. Com a recusa do silêncio cúmplice. Começa com o reconhecimento de que o passado, para ser útil, precisa ser interrogado. E que a tradição, para ser preservada, precisa ser atualizada.

⁷⁹ A “McDonaldização maçônica” refere-se ao fenômeno contemporâneo caracterizado pela padronização, quantificação e aceleração excessiva dos processos iniciáticos e de progressão na Maçonaria, em detrimento da qualidade da experiência formativa e do aprofundamento filosófico. O termo, cunhado por mim, estabelece uma analogia crítica com o conceito sociológico de “McDonaldização da sociedade” proposto por George Ritzer, que analisa a racionalização extrema e a padronização de processos sociais.

Por isso este panegírico não é — e nunca poderia ser — apenas uma exaltação. É um chamado. Um grito. Uma convocação à responsabilidade. Porque, como ensinava outro grande pensador, Ernst Bloch, “*o verdadeiro herói do passado é aquele que aponta para o futuro*”⁸⁰.

E o futuro da Maçonaria só será digno do seu passado se tivermos a coragem de pensar. De reformar. De reagir. Se aceitarmos, como Paranhos, o desafio de conduzir a Ordem não pelos caminhos fáceis do conformismo, mas pelas sendas árduas da crítica transformadora.

Afinal, o Templo não é um lugar para dormir. É um espaço para despertar.

CONCLUSÃO: UMA VIDA EM TENSÃO DIALÉTICA

O Visconde do Rio Branco foi, sobretudo, um homem em tensão. Uma tensão criadora, uma tensão fundadora. Uma tensão — e por que não? — dialética. Sim, no sentido mais radical do termo: aquele que vive o embate entre opostos não como contradição paralisante, mas como motor da história. Como um chamado à superação permanente das formas esgotadas. Como um convite à *Aufhebung*⁸¹

⁸⁰ BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005, vol. 1, p. 273.

⁸¹ Nota do autor: O conceito de *Aufhebung* (suprassunção) constitui um dos pilares fundamentais da filosofia dialética hegeliana, representando um movimento tripartite que simultaneamente nega, conserva e eleva os momentos anteriores da dialética. G.W.F. Hegel utiliza este termo para expressar a complexidade do movimento dialético, aproveitando a riqueza semântica da palavra alemã *aufheben*, que abarca três sentidos aparentemente contraditórios: cancelar/abolir, preservar/manter e elevar/superar. Na Ciência da Lógica, Hegel afirma que “o que se suprassume não se torna por isso nada”, mas é transformado em um resultado que ainda contém aquilo de onde procedeu. Esta operação dialética permite a transição do abstrato ao concreto, do imediato ao mediado, aparecendo em momentos cruciais como na passagem do ser ao nada e destes à categoria do devir, ou na evolução da consciência descrita na Fenomenologia do Espírito, onde cada figura da consciência é *aufgehoben* na configuração seguinte. Diferentemente da simples negação ou aniquilação, a *Aufhebung*

— sim, ao termo hegeliano que conjuga superação, conservação e elevação.

Paranhos foi isso. Um *Aufhebender* da política e da Maçonaria. Um reformador que não destruiu. Um conservador que não estagnou. Um racionalista que compreendeu os limites da razão instrumental. Um estadista que conhecia os limites do Estado. Um maçom que leu o mundo para além das paredes do Templo.

E foi justamente por não se encaixar nos arquétipos fáceis que ele permanece necessário. Porque ele não era o “liberal de gabinete” nem o “autoritário iluminado”. Não era o “maçom de conveniência” nem o “teólogo do dogma iniciático”. Era um intérprete. Um hermeneuta. Um construtor.

Sua vida nos desafia, porque nela não há zonas de conforto. Há escolhas. Escolhas difíceis. E, sobretudo, coerentes. Quando teve de negociar tratados com potências que queriam manter o Brasil como colônia informal, ele disse não — mas com argumentos.

Quando teve de conter os ânimos internos dos maçons em disputa, ele agiu — mas com prudência. Quando teve de enfrentar o clero ultramontano, o fez — mas sem se tornar caricatura de anticlericalismo. Sua vida foi, como a de todo grande homem, uma travessia entre os extremos.

preserva o conteúdo essencial do que é negado, incorporando-o a uma síntese superior que representa um avanço qualitativo. Theodor Adorno observou que este conceito hegeliano encarna a tentativa de reconciliar o momento de descontinuidade com a continuidade na história do pensamento, enquanto Alexandre Kojève enfatizou sua importância para compreender a natureza da ação histórica transformadora. A peculiaridade e riqueza deste termo levaram diversos tradutores e comentadores a propor diferentes soluções para sua tradução: “suprassunção” (Paulo Meneses), “suspensão dialética” (Hyppolite), “supressão conservante” (Lebrun), destacando a impossibilidade de capturar em uma única palavra de outras línguas a densidade conceitual que Hegel imprimiu ao termo alemão.

E, talvez, seja essa a maior lição de José Maria da Silva Paranhos: **a política — e a Maçonaria — não se fazem com certezas absolutas, mas com coragem para sustentar dúvidas produtivas.** Dúvidas que constroem. Que interrogam. Que elevam. Que transformam.

Ao contrário da lógica simplificadora de nossos tempos, em que tudo precisa caber em 280 caracteres, Paranhos nos oferece complexidade. E por isso não é celebrado nas redes sociais, nem é tema de discursos fáceis. Porque exige leitura. Exige escuta. Exige tempo. E nosso tempo — marcado pela pressa e pelo esquecimento — *não sabe o que fazer com figuras que não se reduzem à caricatura.*

Mas nós — aqui, neste panegírico, nesta Cadeira 73 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras — recusamos essa lógica da pressa. Recusamos a normatividade do esquecimento. Recusamos a mediocridade do culto ao irrelevante. Por isso, resgatamos o Visconde do Rio Branco não como estátua, mas como verbo. Como interrogação. Como fermento simbólico.

E não se trata de nostalgia. Nada aqui é saudosismo. Paranhos não é figura de um “passado glorioso” que gostaríamos de reviver. Ele é figura de um passado incômodo que nos obriga a pensar o presente com mais densidade. Porque ele nos mostra que é possível governar com princípios. Que é possível liderar com equilíbrio. Que é possível pensar a Maçonaria como espaço de reforma moral e política. Que é possível, enfim, ser contraditório — e, mesmo assim, ser inteiro.

E essa inteireza, que tanto falta hoje, era o traço que unificava todas as suas dimensões: o diplomata, o ministro, o jornalista, o orador, o maçom. Ele era um — mesmo sendo múltiplo. E essa unidade na pluralidade, essa fidelidade na dúvida, essa firmeza na transição, é o que o faz eterno.

Por isso, Irmãos, o Visconde do Rio Branco não pode ser apenas

lembrado. Ele precisa ser reatualizado. Seu pensamento precisa ser retomado. Seu exemplo precisa ser reencenado — não como reprodução, mas como inspiração. Porque ele nos obriga a perguntar: o que é ser maçom em tempos de superficialidade? O que é ser estadista em tempos de oportunismo? O que é ser coerente em tempos de relativismo cínico?

E a resposta — se houver — não virá de fora. Virá do “espírito maçônico” que cada um constrói em si. Porque, como nos ensina a verdadeira tradição maçônica, o trabalho não termina com a elevação ao grau de mestre. Ele apenas começa.

Se José Maria da Silva Paranhos nos ensinou algo, é que a fidelidade à Fraternidade não se faz com medalhas nem com títulos. Se faz com compromisso. Com estudo. Com coragem de dizer não ao dogma. Com ousadia de fundar uma nova ética pública. Com paciência histórica para não ceder à pressa dos vaidosos.

E é por isso que, ao ocupar esta Cadeira (virtual!) 73, faço mais do que reverenciar seu nome. **Faço um juramento** — não à sua memória estática, mas ao seu gesto vivo. Juramento de manter acesa a chama do pensamento. De lutar contra o rebaixamento simbólico da Maçonaria. De fazer da palavra um ato. Do rito, um caminho. Do silêncio, uma pausa fértil.

Paranhos não foi perfeito. Mas foi necessário. E permanece sendo. Porque, como ensinava Hegel “o real não é aquilo que simplesmente existe. É aquilo que se justifica.”

E o Visconde do Rio Branco se justifica. Inteiramente. Dialeticamente.

Eternamente.

EPÍLOGO – POR QUE O VISCONDE? OU: CONTRA A

NÉSCIONARIA, COM O LOGOS

Não foi por acaso — nem por simpatia estética — que escolhi o Visconde do Rio Branco como patrono de minha Cadeira na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras. A escolha foi gesto. Foi resposta. Foi manifesto. Porque neste tempo em que a Maçonaria corre o risco de se converter em caricatura de si mesma, é preciso evocar os que pensaram. Os que fundaram. Os que ousaram romper com o ciclo da ignorância ritualizada.

Sim, porque o que tenho combatido nos últimos anos — com veemência, com rigor, com método — é o avanço corrosivo de uma *néscionaria*, essa forma degenerada de “tradição” que substitui o pensamento pelo decalque, a sabedoria pelo slogan, o estudo pela vaidade litúrgica. A *néscionaria* é a anti-maçonaria. É o ritual praticado sem *logos*. É a reunião sem reflexão. É o maçom que ostenta o avental como armadura contra a dúvida — e não como ferramenta de construção.

E o Visconde do Rio Branco representa, precisamente, o contrário disso tudo.

Ele pensava. Ele escrevia. Ele estudava. Ele duvidava. Ele conciliava a tradição com a razão crítica. Ele liderava sem se fazer déspota. Ele reformava sem destruir. Ele compreendia que a Maçonaria só se justifica enquanto for pedagogia pública, e não vitrine privada.

A *néscionaria* não suporta o Visconde. Porque o Visconde é o testemunho de que a Ordem, a Fraternidade maçônica já foi grande. Já foi escola de estadistas. Já foi espaço de disputa de ideias. Já foi laboratório da República quando o Brasil ainda era Império. E reconhecer isso é, para os *néscios*, insuportável. Porque revela a própria pequenez de seus projetos, a superficialidade de seus discursos, a nulidade de suas práticas.

Mas nós — os que resistimos — não esqueceremos. Não recuaremos. E não fingiremos que está tudo bem enquanto as Lojas se esvaziam de sentido. Ao invocar o nome do Visconde, faço dele um símbolo. Um totem contra o rebaixamento simbólico. Uma advertência à frivolidade. Um lembrete permanente de que a Maçonaria, para ser viva, precisa ser pensada.

E aqui, mais uma vez, lembro que a neutralidade é uma forma elegante de omissão. Pois eu não serei neutro. E não serei omisso. Porque neste tempo de *nescionaria* triunfante, ser maçom pensante é, por si só, um ato de insubordinação.

O Visconde do Rio Branco nos autoriza a essa insubordinação lúcida. Ele nos ensina que a tradição só merece esse nome quando se abre ao devir. Quando resiste ao dogma. Quando se deixa atravessar pela razão.

É por isso que o evoco. É por isso que o escolho. É por isso que, nesta Cadeira 73, o patrono não será apenas nome. Será verbo. Será verbo em combate. Contra a *nescionaria*. Em favor do Logos.

REFERÊNCIAS

Assis, Machado de. ***Obra Completa***. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, vol. II.

Badaro, R. Por que temos que nos contentar com as sobras?. Disponível em: <https://www.freemason.pt/por-que-temos-contentar-sobras-maconaria/>. Acesso em 13 de abril de 2025.

Badaro, R. Ernst e Falk dialogando sobre a maçonaria na atualidade. Disponível em: <https://www.freemason.pt/ernst-e-falk-dialogando-maconaria-actualidade/>. Acesso em 14 de abril de 2025.

Badaró, R. Do brechó ao vazio: a era da nescionaria na maçonaria contemporânea. Disponível em: <https://www.freemason.pt/brecho-vazio-nescionaria-maconaria-contemporanea/> Acesso em 14 de abril de 2025.

Badaró, R. Cognitivismo e não-cognitivismo maçônico. Disponível em: <https://www.freemason.pt/cognitivismo-e-nao-cognitivismo-maconico/>. Acesso em 14 de abril de 2025.

Badaró, R. O analfabetismo funcional e a maçonaria: a leitura está em extinção?. Disponível em: <https://www.freemason.pt/analfabetismo-funcional-leitura-extincao/>. Acesso em 14 de abril de 2025.

Benjamin, Walter. *Teses sobre o Conceito de História*. 1940.

Bloch, Ernst. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carvalho, William Almeida de. “Pequena História da Maçonaria no Brasil”. *REHMLAC – Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña*, Vol. 2, Nº 1, 2010.

Cervo, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2008.

Cheibub, Zairo B. “Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma Perspectiva Histórica”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 28, n. 1, p. 113–131, 1985.

Figueira de Mello, Fernando. “O Visconde do Rio Branco: entre a biografia estabelecida e a reconstrução da biografia”, in: *Com a Palavra, o Visconde do Rio Branco: A Política Exterior no Parlamento*

Imperial, org. Álvaro da Costa Franco. Rio de Janeiro: FUNAG, 2005.

Franco, Álvaro da Costa (org.). *Com a Palavra, o Visconde do Rio Branco: A Política Exterior no Parlamento Imperial*. Rio de Janeiro: FUNAG / CHDD, 2005.

Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Goethe, Johann Wolfgang von. *Máximas e Reflexões*. São Paulo: Ed. Escala, 2006. Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Hegel, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Mahler, Gustav. Frase atribuída em correspondência pessoal e citada em diversas antologias de pensamento filosófico sobre tradição.

Moura, Cristina Patriota de. “Herança e Metamorfose: a Construção Social de Dois Rios Brancos”. *Estudos Históricos*, n. 25, 2000/2001. CPDOC/FGV.

Ricupero, Rubens. “Um Personagem da República”, in: *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: Uma Biografia Fotográfica*, org. João Hermes Pereira de Araújo. 2ª ed. Brasília: FUNAG/CHDD, 2002.

Sánchez, José Castellani. *História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil*. São Paulo: Madras Editora, 2009.

Streck, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) Crise: Uma Exploração Hermenêutica da Construção do Direito*. 13ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

Streck, Lenio Luiz. *Jurisdição Constitucional e Decisão Jurídica: Crítica à Teoria Geral do Direito*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Foucault, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes,

2006. Ortega y Gasset, José. *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

24 - IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA

BARÃO DE MAUÁ

Confrade Lucas do Couto Santana
Cadeira Nº 71

Lux ex tenebris ascendit

Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Maçônica Virtual de Letras, Acadêmicos da Palavra e Obreiros da Ideia, Augustos Confrades desta Oficina das Letras, Meus Estimados Irmãos,

“A verdadeira grandeza não repousa nos títulos outorgados pela nobreza, mas nas obras que edificam um povo e nas ideias que elevam uma geração.”

Quando as páginas da História são voltadas com mãos reverentes, nelas encontramos nomes que não apenas marcaram seu tempo, mas **esculpíram com coragem o futuro da pátria**. Entre esses nomes, um brilha com a força de quem desafiou o atraso com a luz do engenho, de quem venceu o comodismo com a energia do trabalho: **Irineu Evangelista de Sousa, o Barão — e por mérito, o Visconde — de Mauá**.

Nasceu sem ouro, sem brasão, sem pátria acolhedora. Mauá nasceu pobre, sem brasão, sem herança, mas com algo que nenhuma fortuna compra: **a chama da vontade**. Ainda menino, enfrentou o luto, a distância e o trabalho precoce. Ainda criança, deixou o sul do Império e aportou no Rio de Janeiro como tantos brasileiros ainda aportam na vida: **sem garantias, mas com esperança**. Na cidade Imperial, aos 9 anos começou a sua ascensão, como o neófito que, nas sombras do átrio, aprende a distinguir a Luz das sombras. Seu espírito laborioso o levou

de caixeiro a contador, de comerciante a banqueiro. **Construiu com as próprias mãos o império industrial mais ambicioso do século XIX**, sem nunca trair a consciência, sem jamais se curvar aos grilhões da escravidão ou aos conchavos do poder imperial.

Na senda maçônica, Mauá pode ser entendido como um símbolo de perseverança e retidão. Embora não haja registros formais de sua iniciação, seus princípios e ações refletem os ensinamentos que recebemos sob a Verdadeira Luz.

Mauá foi, por essência, um **iniciador simbólico de uma nova era**. Um obreiro do futuro que enxergava na máquina a liberdade do homem, no trilho a linha do progresso, no vapor a elevação da pátria.

A Maçonaria deu a Mauá a bússola filosófica para guiar suas ações. Ele não se ajoelhou diante do trono, mas **diante da razão e da ética**. Por isso, ousou desafiar o Império em seu conservadorismo, combater o tráfico negreiro, promover o trabalho livre e propor uma nova economia baseada na indústria, na inovação e na justiça social.

Defensor do **trabalho livre**, da **indústria nacional**, da **ferrovia**, **do banco**, **do vapor** e **da eletricidade**, Mauá sonhou um Brasil moderno quando o país ainda dormia sob o entorpecimento da escravidão. **Falou de progresso enquanto se temia a mudança. Lutou por dignidade enquanto se vendia a consciência.**

O Barão de Mauá foi um maçom atuante. Sua adoção dos postulados liberais, erigidos pela Maçonaria, o levaram a vários conflitos com os partidos conservadores e setores da igreja. Suas ideias políticas, que defendiam a instituição da república e a libertação dos escravos, sua posição contrária à Guerra do Paraguai e sua posição abolicionista atraíram a antipatia da monarquia e dos monarquistas.

Cada um dos seus empreendimentos têm uma história própria. Entre suas realizações, estão a criação da primeira fundição de ferro e

do primeiro estaleiro do país, a construção da primeira ferrovia brasileira (a Estrada de Ferro Mauá), a navegação a vapor nos rios Amazonas e Guaíba, a introdução da iluminação pública a gás no Rio de Janeiro, a fundação de um novo Banco do Brasil e a conexão telegráfica submarina entre a América do Sul e a Europa.

A criação do Banco do Brasil se deu, após encerramento de suas atividades em 1833. Fundado em 1851 uma nova instituição com o mesmo nome, lançada publicamente com um capital elevado para a época: dez mil contos de réis, o maior da América Latina. Esse segundo Banco do Brasil teve origem fortemente ligada ao mercado de capitais, sendo suas reuniões iniciais realizadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Inaugurada em 30 de abril de 1854, a primeira estrada de ferro estrada de ferro Mauá⁸² foi uma construção que visava ligar o Porto de Mauá, na Baía de Guanabara, ao sopé da Serra da Estrela, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Seu principal propósito era agilizar o transporte de cargas e passageiros, especialmente o café, que era um dos maiores produtos de exportação do Brasil na época.

Os navios a vapor, os estaleiros, o banco Mauá, a iluminação urbana — não foram apenas avanços materiais. Foram templos de liberdade em meio a um Brasil ainda acorrentado. Intelectualmente, Mauá pode ser visto como um **pensador prático**.

Sua obra escrita mais notável é a **“Exposição aos credores e ao público” (1878)**, que além de justificar sua falência, traz reflexões sobre a economia brasileira e críticas às políticas que sufocaram a indústria nascente. Nesse documento, Mauá expõe ideias sobre a necessidade de **estabilidade nas regras do jogo econômico** — ele lamenta que mudanças abruptas como a tarifa de 1860 e a falta de proteção às fábricas nacionais tenham minado iniciativas empreendedoras. Também destaca

⁸² Oficialmente denominada de *Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*.

a importância do **crédito** e da confiança para os negócios, razão pela qual ele julgou vital manter seu “bom nome na praça”. A combinação de análise econômica com defesa de princípios morais faz desse texto uma peça singular do pensamento empresarial brasileiro no século XIX.

Suas ideias não foram sistematizadas em teorias escritas extensas, mas estão embutidas em suas **realizações e pronunciamentos**. Vários historiadores o reconhecem como “**símbolo dos empreendedores capitalistas brasileiros do século XIX**”, justamente pela mentalidade inovadora que legou. Ele demonstrou que era possível sonhar com um Brasil diferente – menos dependente da monocultura e da escravidão – e que a **iniciativa privada** poderia erguer pilares de uma economia moderna. Num tempo em que a palavra “industrial” era quase alienígena no vocabulário nacional, Mauá personificou o ideal do **autodidata esclarecido** que, por mérito próprio, ascende socialmente e contribui para a comunidade. Esse mito do “self-made man” brasileiro inspirou gerações posteriores de empresários e permanece relevante.

E quando veio a queda, e veio, como sempre vem para os grandes, não se escondeu. Enfrentou os credores, os caluniadores, os traidores da república dos sonhos. E a todos respondeu com a grandeza dos justos: “*O infortúnio não é crime.*”

Como homem público, Mauá deixou o exemplo de **integridade e patriotismo econômico**. Mesmo após fracassar empresarialmente, não conspirou contra o país nem abdicou de seus ideais. Pelo contrário, fechou suas contas com dignidade e continuou trabalhando até o fim da vida, mostrando resiliência. Seu falecimento, às vésperas da República, simbolicamente encerra o ciclo do Império com a lição de que o Brasil precisava renovar-se. Décadas mais tarde, já no século XX, sua memória e seus feitos são resgatados como inspiração durante os movimentos de industrialização, por exemplo, nos anos JK, Mauá foi relembrado como patrono dos industriais. Hoje, instituições e logradouros levam seu nome, e estudiosos analisam sua trajetória em busca de entendê-lo como “**um empreendedor, um criador de teorias que somente em nosso**

tempo vêm tomando corpo e consciência”

Sua atuação política como deputado (representando o Rio Grande do Sul em várias legislaturas entre 1856 e 1875) também refletiu essa visão. No parlamento, Mauá **tratou de questões comerciais e industriais**, defendendo medidas para incentivar a indústria nacional e a melhoria das comunicações e transportes. Ou seja, usou sua tribuna política para advogar pelos interesses do desenvolvimento econômico mais amplo, não apenas de seus negócios. Em 1850, por exemplo, apoiou a intervenção brasileira no Uruguai emprestando recursos financeiros para defender Montevideú, pois entendia que a estabilidade regional também era importante para as atividades econômicas. Em 1871, apoiou seu amigo Visconde do Rio Branco no gabinete ministerial que promulgou a Lei do Ventre Livre, ato inicial de libertação de escravos nascidos após aquela data. Coerente com sua postura abolicionista e progressista.

Em conclusão, Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, sintetizou em sua vida os valores de **liberdade, progresso e humanidade**. Sua biografia entrelaça-se com a história do Brasil oitocentista, evidenciando tensões entre o velho e o novo, e oferecendo um vislumbre do país que viria a emergir no século seguinte. Mauá foi ao mesmo tempo um homem de ação e reflexão: **construiu ferrovias e escreveu cartas eloquentes, fundou bancos e debateu ideias liberais**, sempre guiado pela convicção de que trabalho, conhecimento e retidão de caráter poderiam transformar a nação. Seu legado perdura como exemplo de liderança ética e visão estratégica, e sua memória é celebrada como a do **“primeiro grande industrial brasileiro”**, um **visionário** que sonhou com um Brasil moderno e lutou, com as ferramentas que tinha, para realizá-lo.

Hoje, ao tomar posse nesta Augusta Academia, é com ele que entro. É **com sua tocha em minha mão** que passo a trilhar este novo grau. Que minhas palavras honrem o exemplo daquele que, mesmo derrubado pela ignorância do seu tempo, **plantou no solo do Brasil as**

sementes de sua modernidade.

E se o ferro que ele moldou se oxida com os séculos, **a sua memória permanece inquebrantável no templo eterno das ideias.**

Escolher Mauá como patrono é assumir um compromisso com a vanguarda. É decidir trilhar o caminho estreito dos que inovam quando tudo clama pela rotina, dos que constroem quando tudo ruge pelo retrocesso. É dizer, com a pena na mão e o coração em chamas: “Não vim para seguir trilhas; vim para abrir estradas.”, ainda que sejam virtuais ou com novos ideais e ideais.

Como patrono, ele me lembra que **a pena deve ser forjada como o ferro: com precisão e com fogo.** Que a palavra, como o aço, deve sustentar pontes, abrir caminhos, unir margens. Que o escritor maçônico deve ser como Mauá: **mais do que memorialista, um obreiro do porvir.**

Por tudo isso, **em ti, Mauá, não celebro apenas o industrial ou o banqueiro** — celebro o homem justo que soube ser maior do que a glória e mais digno do que o título. O maçom que, mesmo no meio da noite econômica, manteve acesa a tocha da ética.

Que tua memória me inspire, que teu nome me guie, que tua vida me ensine a nunca desistir da Luz.

25 - MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES

Confrade Alveriano de Santana Dias

Cadeira Nº 72

É de praxe, ao adentrar em uma Academia Literária, o proponente ou neófito na confraria, fazer um discurso sobre o patrono da cadeira que vai ser empossada. Essa prática é chamada de panegírico, do grego *panegyrikós* – composto das palavras gregas *pan* ("todos") e *agyrís* ("assembleia") ou ainda ("de ou para uma assembleia ou festival público"); *do latim panegyricu-* «apologético». Nessa retórica, o empossado procura ser o mais claro possível e convincente com suas palavras elogiosas e solene sobre o homenageado (patrono) em questão.

Na Grécia Antiga, nas grandes assembleias/reuniões festivas/religiosas do povo, como os festivais olímpicos e panatenaicos, era comum, além dos entretenimentos sempre haver discursos que exaltavam os líderes e/ou algum feito de relevância das cidades gregas. Essas reuniões eram chamadas de *panēgyrikós*.

Na Roma Antiga, os panegíricos tinham a finalidade de louvar o cidadão que se destacava e que, indiretamente, era um exemplo do homem a ser seguido aos olhos dos seus contemporâneos e das gerações futuras. Era muito comum os cônsules fazerem elogios diante do imperador, após serem indicados ou eleitos para assumir tal cargo.

Na Idade Média europeia, comumente, os cristãos escreviam panegíricos em louvor a Deus.

Atualmente, panegírico é definido como uma composição literária em prosa ou em verso, que louva e celebra virtudes de determinadas personalidades, ações etc.

Assim sendo, passo a falar sucintamente sobre a trajetória política e maçônica do Manoel Ferraz de Campos Salles, quarto presidente da Era Republicana do Brasil, que tenho a honra de tê-lo como patrono da cadeira 72, da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras (AMVBL), que ora sou empossado.

Manuel Ferraz de Campos Salles, nasceu aos 13 dias de fevereiro de 1841, na vila de São Carlos (a qual, em 05 de fevereiro de 1942, passou a se chamar Campinas), São Paulo, no casarão situado na Rua Matriz Nova, 23 (hoje, Regente Feijó) esquina com a Rua do Bom Jesus (atual Av. Dr. Campos Salles). Ele era filho de Francisco de Paula Sales e de Ana Cândida Ferraz e veio a falecer em 28 de junho de 1913, em Santos, São Paulo. Foi advogado, jornalista, fazendeiro de café e político brasileiro.

Não há registro do cartório civil em que Campos Sales foi registrado, mas o seu nome consta no cartório de registro no Arquivo Nacional.

O seu nome biográfico original foi modificado o sobrenome “Salles”, para Sales conforme a onomástica a partir do Formulário Ortográfico de 1943. Sendo reafirmada pelos acordos ortográficos da língua portuguesa de 1945 e de 1990.

Campos Sales, como assim ficou conhecido, começou seus estudos fundamentais com o professor João Baptista de Moraes, posteriormente passou a estudar no Internato de Quirino do Amaral Campos. Aos 15 anos, vai para São Paulo, matricula-se no Instituto do professor Vicente Mamede de Freitas (Futuro Venerável fundador da Loja 7 de setembro em São Paulo, em 1863).

Depois de prestar exames oficiais da Faculdade de Direito, aos 18 anos, em 28 de fevereiro de 1859, matricula-se no primeiro ano para cursar Direito. Vindo a se formar como Bacharel em Direito em dezembro de 1863.

No mesmo ano, ingressou no Partido Liberal, dando início a sua carreira política. Com Francisco Quirino dos Santos e Jorge Miranda, foi um dos fundadores do jornal paulista *A Razão*.

Aos 8 dias de julho de 1865, casou-se com Anna Gabriella, (1850 - 1919), sua prima-irmã, chamada carinhosamente de *Sinh'Anna Marandová*, nascida também em Campinas, filha do comendador José de Campos Salles (1820–1889) e de Maria Barbosa de Camargo (1830–1866). Depois do matrimônio, ela passou a se chamar Anna Gabriella de Campos Salles. Desse matrimônio, tiveram dez filhos.

Um ano depois do seu matrimônio, em 1867, começou a sua carreira política como deputado provincial. Esse primeiro mandato foi de 1867 a 1871. Em 1872, assume o cargo de vereador; em 1873 participou da criação do Partido Republicano Paulista (PRP), passando a ser um republicano histórico dentro da política paulista.

Assume pela segunda vez o mandato de deputado provincial em 1881 até 1884; de 1885 a 1888 foi deputado geral (equivalente a Deputado Federal de hoje). Em 1889 assume pela terceira vez o mandato de deputado provincial, sempre pelo PRP. Campos Sales foi um dos três únicos republicanos a serem eleitos deputados gerais durante o Império do Brasil.

Em 7 de novembro de 1889, seguiu para o Rio de Janeiro juntamente com Francisco Glicério. No dia 10 de novembro participou de uma reunião na residência de Benjamin Constant, quando foi decidido sobre a Proclamação da República e a queda do Império.

Com a Proclamação da República em 1889 foi nomeado ministro da justiça do governo provisório de Deodoro da Fonseca, durante o período de 1889 a 1891. No seu ministério promoveu a instituição do casamento civil e deu início à elaboração de um Código Penal da República, através do decreto lei nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Em 1891 foi eleito senador. Em 1895, na Comissão de Justiça e Legislação do Senado Federal, foi autor do texto substitutivo de um projeto de anistia aos revoltosos na Revolução Federalista no Sul do País. Esse substitutivo foi aprovado e recebeu o nome de Campos Sales. No seu conteúdo, excluía das atividades todos os militares anistiados.

No ano de 1896, renunciou ao cargo de senador, para assumir a presidência do Estado de São Paulo (1896-1897). Durante o seu governo, enfrentou alguns problemas como um surto de febre amarela, um conflito na colônia italiana na capital do estado, uma onda de violência na cidade de Araraquara, que ficou conhecido como *linchamento dos Britos*. Durante a guerra de Canudos, enviou tropas para combater os revoltosos.

No ano de 1898 foi eleito presidente do Brasil, com 420.286 votos contra 38.929 votos do seu oponente, Lauro Sodré. O seu mandato foi durante o período de 1898 a 1902, sendo o quarto na linha sucessória do período republicano, se consolidando assim, o auge da sua carreira política.

Sucedeu o então presidente Prudente de Moraes, em 15 de novembro de 1898. Nessa época, a economia brasileira que era pautada na exportação de café e borracha, não estava indo muito bem, com uma inflação alta e com uma dívida externa com os credores ingleses, além de um rombo de 44 mil contos. Diante dessas problemáticas, Campos Sales fez reformas financeiras austeras para sanar a economia do país.

Um ponto positivo pelas medidas tomadas, foi a renegociação da dívida externa com um acordo financeiro, quando foi oferecido um novo empréstimo de 10 milhões de libras com a suspensão dos juros da dívida existente. Para segurança do novo acordo, caso o Brasil não cumprisse, foi exigido pelos credores a renda das alfândegas do Rio de Janeiro e outros estados, caso fosse necessário, como também as receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e que a inflação fosse reduzida

entre outras exigências.

Para cumprir tais exigências, o então Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, implementou algumas medidas: reduzindo drasticamente as despesas do governo, além de cancelar as obras públicas e investimentos industriais. Aumentou o imposto e criou outros.

Embora Campos Sales fosse um fazendeiro latifundiário do café, ele passou a defender a privatização. Com as medidas tomadas, ele conseguiu equilibrar as contas públicas. Ao término do seu governo, com as finanças equilibradas, encerrou o mandato com sobras de 43 mil contos em dinheiro e 23 mil em reservas de ouro.

Em 1900, através de um acordo que ficou conhecido como Questão do Amapá, foi determinado que a fronteira entre os territórios do Amapá e a Guiana Francesa, fosse o rio Oiapoque. Com ambas as partes aceitando o que foi proposto, a área com cerca de 260 mil km², que havia sido tomada pelos franceses, é incorporada em definitivo ao território brasileiro.

Através da Política dos Estados, mais conhecida como Política dos Governadores, afastou os militares da política e fortaleceu a república oligárquica, marcando a segunda fase da República Velha.

No fim do seu mandato, em 15 de novembro de 1902, Campos Sales conseguiu fazer o seu sucessor. Porém foi um governo impopular sem a simpatia da opinião pública, provavelmente pelas medidas tomadas para sanar os problemas brasileiros, ao assumir a presidência da República. Ao deixar o governo, foi vaiado enquanto se dirigia do palácio até a estação ferroviária.

Depois do seu mandato de Presidente da República, foi senador pelo Estado de São Paulo e diplomata na Argentina, onde trabalhou com Júlio Roca, que também era diplomata, e que eram amigos desde o

tempo em que ambos foram Presidentes dos seus países.

Para a eleição presidencial de 1914, o seu nome foi cogitado, mas faleceu em 1913, causado por uma embolia cerebral.

Em 1913, com uma crise financeira muito elevada, vende a sua fazenda com o intuito de comprar uma casa em São Paulo, para garantir a estadia e segurança da família. Mais tarde, teve que vender a sua nova residência para saldar o resto da dívida. O comendador Leôncio do Amaral Gurgel, comprou o imóvel por 100 contos de réis. Ao chegar ao cartório para assinar as escrituras de compra e venda, Campos Sales pede humildemente que lhe dê 105 mil contos de réis pelo imóvel comprado, já que 100 contos seriam para pagar as suas dívidas.

Com esses 5 contos de réis, Campos Sales viveu até o dia da sua morte, em 28 de junho de 1913, na cidade de Guarujá. A causa morte foi uma trombose cerebral (AVC) isquêmico. No seu leito de morte estavam a sua esposa, cinco filhos e um sacerdote. Está sepultado junto de sua mulher, no Cemitério da Consolação, túmulo construído em 1921 pela Câmara Municipal de São Paulo.

Manoel Ferraz de Campos Sales tem o seu nome homenageado em várias instâncias, algumas delas estão registradas no seu túmulo no Cemitério da Consolação.

VIDA MAÇÔNICA DE CAMPOS SALES

Com relação à data de iniciação e qual a Loja em que Campos Sales iniciou, alguns autores afirmam que ele ingressou na maçonaria em 1872, na Loja América de São Paulo. Outros não dão a precisão da data, onde e em qual Oficina ele foi iniciado, quando afirmam que, “provavelmente”, a sua iniciação deve ter ocorrido, na antiga Loja Independência, fundada em 23 de novembro de 1867.

Uma outra hipótese é que Campos Sales iniciou na Loja

Independência, em Campinas, instalada em 1859, sendo esta antecessora da atual Loja Independência, fundada em 23 de novembro de 1867. Porém, não há nenhuma comprovação da sua iniciação na citada Loja.

Os historiadores maçônicos de Campos Sales têm que se aprofundar mais sobre o assunto para elucidar os fatos a esse respeito, uma vez que consta na ata de 28 de dezembro de 1867, como data de sua filiação à Loja Independência, a que foi fundada em 23 de novembro de 1867. Então, por ter sido filiado a essa Oficina, ele não poderia ter iniciado nela. Essa hipótese também não é aceita, uma vez que a referida de 1867, na ata de instalação, consta que a antiga já havia abatido suas colunas sete anos antes da data prevista da iniciação de Campos Sales.

No Boletim Informativo da Loja Duque de Caxias, 70 – Oriente de São Vicente, em outubro de 1975, o irmão Kurt Prober, sobre a iniciação de Campos Sales, escreveu:

Na época de sua formatura, talvez até um pouco antes, certamente foi iniciado na Loja “INDEPENDÊNCIA”, de Campinas (fundada no Grande Oriente do Passeio, mas que pouco depois em 7/7/1859 (17º dia do 4º mês 5859) filiou-se ao Grande Oriente do Brasil, quando o GOP já se tinha extinguido) “(Eu informo essa Loja Independência foi fundada em 1857 e adormeceu nos idos de 1863/64)”.

Alguns historiadores afirmam, ainda, que Campos Sales “provavelmente” iniciou na maçonaria na antiga Loja Fraternidade Campineira, porém não se encontra nenhum registro ou qualquer prova documental a esse respeito, são apenas hipóteses.

Na cerimônia de regularização da Loja Independência, em 1868, Campos Sales assina como Mestre Maçom, daí se conclui que ele tinha sido iniciado pelos menos há mais de cinco anos, data que coincide com a fundação da Loja Fraternidade Campineira, apesar de não se conhecer

com precisão a data de fundação da referida Loja, mas se sabe apenas que foi regularizada em 01 de dezembro de 1859.

Em 1869, consta no livro de atas que após a sessão magna de posse da nova administração da Loja Independência, Campos Sales foi elevado a Cavaleiro da Rosa-Cruz (grau 18).

Em 1870, o Grão-Mestre do Grande Oriente dos Beneditinos, que depois passou a se chamar Grande Oriente Unido, fez uma visita à Loja Independência, cujo orador era o irmão Campos Sales. Na oportunidade, ele apresentou uma brilhante peça de arquitetura. Aos quinze dias de dezembro de 1871, ele pede desligamento dos quadros da referida Oficina.

Em 25 de outubro de 1876, na ata de fundação da Loja Regeneração 3^a, está registrado que foi realizada no Templo da Loja Independência, em Campinas, São Paulo. Nesse balaústre, consta a presença do irmão Campos Sales como um dos fundadores. Aos 20 dias de agosto do ano seguinte, foi investido ao Grau 33, numa Sessão do Supremo Conselho do Grande Oriente do Brasil, como membro efetivo da referida Loja.

Depois da fusão do Grande Oriente Unido com o Grande Oriente do Brasil, em 18 janeiro de 1883, Campos Sales foi nomeado interventor da Loja Regeneração 3^a, em julho do mesmo ano. Aos 4 dias do mês de outubro de 1883, ele foi homenageado com o título de Membro Honorário do Supremo Conselho, pelos relevantes serviços prestados como interventor. A extinção da Loja Regeneração 3^a ocorreu paulatinamente com seus obreiros se afastando e outros se filiando à Loja Independência. Em 1889 nada mais foi encontrado sobre ela.

Diante do que foi exposto, não se pode confirmar - com certeza - em qual Loja Campos Sales foi iniciado na Maçonaria. Provavelmente, como exemplo de outros republicanos históricos, a sua iniciação deve ter ocorrido ainda quando era estudante de Direito na Faculdade de São

Paulo.

Porém, não há nenhuma dúvida de que ele foi um maçom atuante. Toda e qualquer informação sobre a sua vida maçônica, está basicamente registrada nas atas das sessões em que esteve presente, principalmente na Loja Independência, em Campinas, São Paulo.

Mas esses pensamentos controversos com relação à data de sua iniciação e em qual foi a Loja, não deixa nenhuma dúvida de que ele foi maçom, até porque o seu nome consta na ata de fundação da Loja Sete de Setembro como um dos seus fundadores.

O curioso é que, após o falecimento do irmão, a ordem maçônica não lhe prestou, à época, nenhuma homenagem. Ele estava na eminência de ser esquecido pela maçonaria, se não fosse o General Thomas Cavalcanti de Albuquerque, em sessão realizada em 01 de julho de 1913, chamando a atenção dos irmãos presentes sobre a importância do irmão Campos Sales para a maçonaria e pelos inúmeros cargos políticos, inclusive o de Presidente da República, fato que, por si só, já merecia a nossa homenagem. Com certeza, ficaria no anonimato a sua passagem pela maçonaria brasileira.

A ARLS Universitária Professor José de Souza Herdy, em fevereiro de 2012, prestou uma homenagem ao irmão Campos Sales, como exemplo para todos os maçons e cidadãos brasileiros. Vamos lembrar sempre que devemos continuamente “cavar masmorras aos vícios” e “edificar templos à virtude”.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

Campos Sales – O maçom – peça de arquitetura do irmão Francisco Stolf Netto

Manoel Ferraz de Campos Sales – Perfil Biográfico – Peça de arquitetura do irmão Mario Name (titular da cadeira 06 da Academia

Paulista Maçônica de Letras), discurso de Posse em 28/10/1988

Manoel Ferraz de Campos Salles – Peça de arquitetura do Irmão Francisco Stolf Netto MI – agosto de 1980.

<https://lojauniversitaria.mvu.com.br>

[wikipedia.org/wiki/Campos Sales](https://wikipedia.org/wiki/Campos_Salles)

Honra a quem Honra

Expoentes da Maçonaria Brasileira



